REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 057 RCP ï ?-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2014

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (126)
Mozarildo Cavalcanti (57,125)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL/PRB) - 26

Líder
Humberto Costa - Bloco (115,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Rodrigo Rollemberg (65,98)
Inácio Arruda (89,94,117)

.....

Líder do PT - 13

Humberto Costa (115,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,99)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (65,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,83)

Líder do PCdoB - 2

Vanessa Grazziotin (1,91,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,117)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,75)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (36,120)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,83)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16

Líder
Wilder Morais - Bloco (95,112,118)

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,122)
Jayme Campos (28,106,110,123)
Alvaro Dias (73,124)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,124)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (95,112,118)

Líder do SD - 1

Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 63ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE MAIO DE 2014 6
1.1 – ABERTURA 6
1.2 – EXPEDIENTE 6
1.2.1 – Leitura de requerimentos
Nº 466/2014, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar amanhã 6
Nº 467/2014, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar amanhã.. 8
Nº 468/2014, de autoria do Senador João Capiberibe, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar amanhã. 10
1.2.2 – Aviso do Banco Central do Brasil
Nº 23/2014, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 27/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. 12
1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda
Nº 29/2014 (nº 136/2014, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta no mês de março último e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.. 12
1.2.4 – Aviso do Banco Central do Brasil
Nº 30/2014 (nº 27/2014, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao primeiro trimestre de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas e o relatório da execução da programação monetária. 87
1.2.5 – Pareceres
Nº 339/2014, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 22/2014 102
Nº 340/2014, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 23/2014 105
Nº 341/2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 123/2013 109
Nº 342/2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 51/2003. 118
1.2.6 – Comunicações da Presidência
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 123/2013. 124
Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 51/2003 continue sua tramitação. 124
Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 302/2013-Complementar à Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2/2013 **(Ofício nº 743/2014, do Presidente da Câmara dos Deputados)**. 124
1.2.7 – Mensagem da Presidente da República
Nº 37/2014 (nº 91/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ODILSON SAMPAIO BENZI para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. 125
1.2.8 – Comunicação
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 16, 17 e 19/2014, com posterior envio ao Arquivo **(Ofícios nºs 38 a 40/2014)**. 134
1.2.9 – Discursos do Expediente
SENADOR *RUBEN FIGUEIRÓ* – Registro do transcurso do 41º ano de existência da Embrapa e defesa da transformação dessa empresa pública em autarquia sob regime especial. 135
SENADORA *ANA AMÉLIA* – Registro do transcurso do 50º aniversário de criação do **Jornal Zero Hora**, em 4 de maio; e outros assuntos. 143

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Anúncio da protocolização, pelo DEM, de representação junto ao TSE contra a Presidente da República por suposta campanha eleitoral antecipada durante pronunciamento no Dia do Trabalhador. 147
SENADOR *ALVARO DIAS* – Críticas à decisão da direção do IBGE de suspender a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que permitiria verificar o nível do desemprego no Brasil; e outros assuntos. 149
SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Comentários sobre projeto de autoria de S. Exª que estabelece cotas de gênero no Senado Federal e defesa de maior participação das mulheres na política brasileira 152
SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Considerações sobre a adoção de medidas no Estado de Rondônia em virtude da recente cheia do rio Madeira; e outros assuntos. 157
SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Satisfação com o crescimento econômico do Estado do Amapá 160
1.2.10 – Comunicação da Presidência
Realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada 162
1.3 – ENCERRAMENTO 169
2 – ATAS
2.1 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL
Ata da 3ª Reunião, realizada em 7 de abril de 2014 169
Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação, realizada em 7 de abril de 2014 193
3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO
3.1 – TRADUÇÃO DO DOCUMENTO EM ESPANHOL A QUE SE REFERE O SENADOR INÁCIO ARRUDA NA SESSÃO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014 202
4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO
4.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
4.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1ª a 30 de abril de 2014 (Suplemento "A")
4.1.2 – Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal (Suplemento "B")

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
Por Unidade da Federação 215
Bancadas dos Partidos 216
Por ordem alfabética 217
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 218
7 – LIDERANÇAS 219
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 224
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 227
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 238
CAS – Comissão de Assuntos Sociais 247
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 250
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 257
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 263
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 274
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 282
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 291
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 299
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 306
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 310
CSF – Comissão Senado do Futuro 313
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 314
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 315
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 316
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 317
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 317
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 318
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 320
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 322
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 324

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 326
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 328
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) 330

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 332
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 337
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 341
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 342
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) 343
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) 344
Comissões Mistas Especiais 345
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 2/2014-CN 349
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 3/2014-CN 349

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 350
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 351
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 355

Ata da 63ª Sessão, Não Deliberativa, em 5 de maio de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Anibal Diniz, Ruben Figueiró e Acir Gurgacz

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 12 minutos e encerra-se às 16 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 466, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, no dia 06/05/2014, a fim de participar de diligência aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, através do Requerimento nº 40/14 - CDH, para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, em 24 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2014.

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2014-CDH

Requeiro, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro em 24 de abril de 2014.

Justificação

Em 20 de março de 2014, em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, o coronel reformado Paulo Malhães declarou como se dava o descarte dos corpos das vítimas do regime que eram mortas na denominada "Casa da Morte", localizada em Petrópolis-RJ.

O referido coronel deu, ainda, detalhes sobre a morte do Deputado Federal Rubens Paiva, indicando onde seu corpo fora inicialmente enterrado e como agira para ocultá-lo definitivamente.

Tais revelações ajudaram a desmontar a versão oficial de que Rubens Paiva teria fugido em meio a um tiroteio quando era levado a depor.

Em 24 de abril de 2014, o sítio de Malhães foi invadido por criminosos que o assassinaram por asfixia, além de levarem armas e computadores do local.

A morte do coronel logo após seu depoimento deve ser cuidadosamente investigada já que a hipótese de latrocínio parece pouco plausível uma vez que a vítima se encontrava com a saúde debilitada e pouca ou nenhuma resistência poderia oferecer ao assalto.

Também chama a atenção o fato de Paulo Malhães ter sido a única pessoa assassinada na ação.

Dessa forma, é importante que esta Comissão de Direitos Humanos acompanhe "in loco" as investigações desenvolvidas pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro sobre este crime que pode estar ligado àqueles perpetrados pelo Estado no período entre 1964 e 1985.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
PSOL/AP

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:25ª Reunião, Extraordinária, da CDH
Data: 29 de abril de 2014 (terça-feira), às 11h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, Senado Federal

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Lídice da Mata (PSB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Morais (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Magno Malta (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	2. VAGO
Marcelo Crivella (PRB)	3. VAGO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:25ª Reunião, Extraordinária, da CDH
Data: 29 de abril de 2014 (terça-feira), às 11h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, Senado Federal

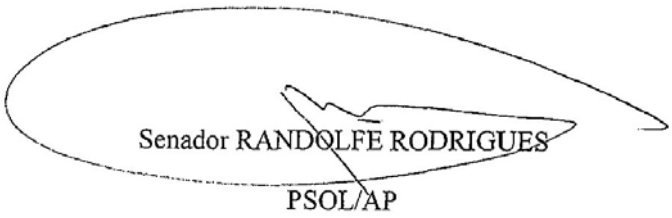
NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

REQUERIMENTO Nº 467, DE 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13 c/c o art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de missão de representação, com ônus para a Casa, no dia 6 de maio próximo, quando estarei em diligência externa da Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa – CDH, em cumprimento ao RQS 40/14-CDH, aprovado na reunião realizada no dia 23 de abril passado, na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões,



REQUERIMENTO Nº 40, DE 2014-CDH

Requeiro, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro em 24 de abril de 2014.

Justificação

Em 20 de março de 2014, em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, o coronel reformado Paulo Malhães declarou como se dava o descarte dos corpos das vítimas do regime que eram mortas na denominada "Casa da Morte", localizada em Petrópolis-RJ.

O referido coronel deu, ainda, detalhes sobre a morte do Deputado Federal Rubens Paiva, indicando onde seu corpo fora inicialmente enterrado e como agira para ocultá-lo definitivamente.

Tais revelações ajudaram a desmontar a versão oficial de que Rubens Paiva teria fugido em meio a um tiroteio quando era levado a depor.

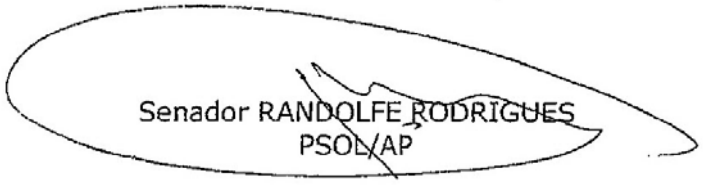
Em 24 de abril de 2014, o sítio de Malhães foi invadido por criminosos que o assassinaram por asfixia, além de levarem armas e computadores do local.

A morte do coronel logo após seu depoimento deve ser cuidadosamente investigada já que a hipótese de latrocínio parece pouco plausível uma vez que a vítima se encontrava com a saúde debilitada e pouca ou nenhuma resistência poderia oferecer ao assalto.

Também chama a atenção o fato de Paulo Malhães ter sido a única pessoa assassinada na ação.

Dessa forma, é importante que esta Comissão de Direitos Humanos acompanhe "in loco" as investigações desenvolvidas pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro sobre este crime que pode estar ligado àqueles perpetrados pelo Estado no período entre 1964 e 1985.

Sala da Comissão,



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:25ª Reunião, Extraordinária, da CDH
Data: 29 de abril de 2014 (terça-feira), às 11h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, Senado Federal

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Lídice da Mata (PSB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Morais (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Magno Malta (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	2. VAGO
Marcelo Crivella (PRB)	3. VAGO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:25ª Reunião, Extraordinária, da CDH
Data: 29 de abril de 2014 (terça-feira), às 11h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, Senado Federal

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Casildo Maldaner

REQUERIMENTO Nº 468, DE 2014

Requeiro nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de atividade parlamentar, com ônus para a Casa, no dia 6 de maio de 2014, para acompanhar a diligência no estado do Rio de Janeiro, como Vice-Presidente da CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) e Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, nos termos do Requerimento de nº 40/2014, aprovado pela CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), na 25ª Reunião (Extraordinária) em 29 de abril de 2014.

Ressalto que, o Requerimento supracitado trata-se de investigações a respeito da morte do coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro em 24 de abril de 2014.

Sala das Sessões, de maio de 2014.

Senador **JOÃO CAPIBERIBE**
PSB/AP

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2014-CDH

Requeiro, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro em 24 de abril de 2014.

Justificação

Em 20 de março de 2014, em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, o coronel reformado Paulo Malhães declarou como se dava o descarte dos corpos das vítimas do regime que eram mortas na denominada "Casa da Morte", localizada em Petrópolis-RJ.

O referido coronel deu, ainda, detalhes sobre a morte do Deputado Federal Rubens Paiva, indicando onde seu corpo fora inicialmente enterrado e como agira para ocultá-lo definitivamente.

Tais revelações ajudaram a desmontar a versão oficial de que Rubens Paiva teria fugido em meio a um tiroteio quando era levado a depor.

Em 24 de abril de 2014, o sítio de Malhães foi invadido por criminosos que o assassinaram por asfixia, além de levarem armas e computadores do local.

A morte do coronel logo após seu depoimento deve ser cuidadosamente investigada já que a hipótese de latrocínio parece pouco plausível uma vez que a vítima se encontrava com a saúde debilitada e pouca ou nenhuma resistência poderia oferecer ao assalto.

Também chama a atenção o fato de Paulo Malhães ter sido a única pessoa assassinada na ação.

Dessa forma, é importante que esta Comissão de Direitos Humanos acompanhe "in loco" as investigações desenvolvidas pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro sobre este crime que pode estar ligado àqueles perpetrados pelo Estado no período entre 1964 e 1985.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
PSOL/AP

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:25ª Reunião, Extraordinária, da CDH
Data: 29 de abril de 2014 (terça-feira), às 11h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, Senado Federal

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Aníbal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Lídice da Mata (PSB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Morais (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Magno Malta (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	2. VAGO
Marcelo Crivella (PRB)	3. VAGO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:25ª Reunião, Extraordinária, da CDH
Data: 29 de abril de 2014 (terça-feira), às 11h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, Senado Federal

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Cristovam Buarque — PDT

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 23, de 11 de abril de 2014**, do Presidente Substituto do Banco Central do Brasil, em resposta ao **Requerimento nº 27, de 2014**, de informações, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 29, de 2014** (nº 136/2014, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta no mês de março de 2014 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 29, DE 2014

Aviso nº 136/GMF/MF-DF

Brasília, 30 de abril de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **março de 2014**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos pela Caixa Econômica Federal dos Relatórios de Gestão Fiscal, publicados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 4, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.

3. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício.

4. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos:

- **Anexo 1 –** Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;

Eduardo Coutinho STN

- **Anexo 2 –** Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 3 –** Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 4 –** Tabela contendo informações sobre as irregularidades constatadas de que trata o § 2º artigo 24 da RSF 43/2001 no período; e
- **Anexo 5 –** Tabela contendo informações sobre a situação das irregularidades passíveis de regularização (artigo 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF) no período.

5. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de janeiro a março de 2014, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

6. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente em www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios, no link "Consultar Operações de Crédito". Nesse mesmo endereço, poderão ser encontradas as planilhas eletrônicas com os dados que compõem os Anexos 1 e 2 deste Ofício.

Atenciosamente,

Eduardo Coutinho STN

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO 1

Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 15/04/2014

R$ mil

UF	Dívida Consolidada Líquida - DCL																
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/06/12	31/12/12	30/06/13	31/12/13	31/12/13
AC	705.834	683.786	783.342	694.881	718.119	655.996	644.823	794.953	630.093	686.478	1.423.023	1.498.775	1.586.915	1.465.984	1.917.189	1.787.320	1.890.268	1.933.085
AL	2.870.519	3.481.353	3.493.788	4.487.250	5.072.930	5.487.783	5.927.373	6.318.123	6.838.432	6.500.356	6.798.649	7.099.347	6.734.218	7.166.948	7.599.562	7.608.648	7.680.771	7.898.416
AM	1.525.679	1.568.318	1.850.103	1.698.545	1.681.725	1.602.703	1.556.436	1.814.766	819.600	1.450.100	2.086.958	1.641.844	353.893	68.573	1.479.388	1.816.669	1.259.938	2.877.924
AP	31.816	95.959	228.773	268.450	295.950	151.826	172.481	184.009	97.330	246.308	649.436	367.815	-95.695	-436.539	-598.232	168.824	143.699	n.d.
BA	8.542.867	8.958.867	12.155.453	12.246.648	12.878.412	12.048.324	10.616.468	10.378.832	10.238.362	9.234.647	9.057.009	8.917.898	7.796.087	8.236.856	10.1.8.530	9.659.432	9.170.590	10.677.816
CE	2.211.884	3.402.000	4.543.190	4.448.814	4.276.537	3.896.734	3.641.566	2.313.029	1.853.038	1.446.623	2.689.912	3.231.915	3.105.716	3.732.548	3.260.362	2.820.290	2.448.852	n.d.
DF	1.153.478	1.200.118	1.387.200	1.399.118	1.462.482	2.128.606	2.228.953	1.551.449	1.543.196	1.797.572	2.081.761	2.046.850	1.266.781	997.290	1.032.931	1.196.578	1.143.879	2.543.962
ES	2.129.037	2.125.028	2.963.873	3.185.641	3.011.029	2.247.606	1.832.059	1.219.026	888.397	636.037	1.435.501	1.335.778	527.650	1.219.183	1.059.845	1.869.403	1.319.287	2.158.888
GO	3.348.621	9.039.903	10.011.209	10.948.151	11.741.077	10.386.819	10.334.828	12.231.163	12.553.378	11.697.454	12.480.116	12.730.819	12.984.824	12.813.223	14.378.866	13.326.905	13.798.241	14.104.042
MA	4.624.286	4.652.327	5.784.011	5.648.582	5.368.515	4.908.145	5.054.391	4.479.138	4.318.480	4.091.167	4.339.646	3.835.164	2.976.494	2.648.214	3.019.363	2.894.823	2.766.568	3.484.341
MG	15.814.284	20.737.537	22.941.388	24.733.247	27.464.487	29.706.866	31.767.078	44.691.549	51.560.650	52.264.415	60.450.483	67.779.838	63.477.048	68.698.985	70.481.778	69.282.623	72.231.873	79.181.022
MS	4.133.668	4.507.059	5.450.987	5.662.301	6.008.154	6.117.319	6.207.969	5.829.642	5.869.198	5.601.766	6.231.188	6.781.348	6.391.913	6.698.475	6.835.693	6.565.413	6.642.524	7.358.758
MT	4.379.480	4.107.581	3.985.653	5.356.564	5.053.846	4.781.693	4.959.587	4.593.966	4.324.155	3.497.258	3.938.181	3.181.223	2.341.647	2.071.326	2.712.978	1.503.061	2.135.892	3.058.628
PA	1.344.562	1.793.754	2.138.123	2.121.048	2.451.430	2.289.630	2.436.349	2.164.318	2.144.103	1.907.586	2.659.966	2.020.243	1.395.190	1.993.527	1.312.725	727.373	108.366	1.378.888
PB	2.438.937	1.997.984	2.769.285	2.618.605	2.515.817	2.584.526	2.663.928	2.301.350	2.115.330	1.583.380	1.809.841	1.432.832	1.292.980	1.847.175	1.651.102	1.539.416	1.663.897	1.886.620
PE	2.961.247	4.253.623	5.495.128	5.429.548	5.809.363	5.230.644	4.910.633	4.404.193	4.348.424	4.598.102	4.985.281	5.676.720	4.644.909	5.457.308	5.343.209	6.234.787	7.445.848	9.845.029
PI	2.082.126	2.241.719	2.607.589	2.568.376	2.758.457	2.589.295	2.562.484	2.380.281	2.304.190	2.434.575	2.445.126	2.817.502	2.561.071	2.526.912	2.815.560	2.481.169	2.841.802	3.390.108
PR	7.153.797	8.395.916	9.369.301	8.753.690	9.951.877	10.490.218	14.346.496	14.306.000	17.192.800	16.637.685	15.130.153	14.930.809	13.891.335	13.850.364	13.087.766	9.634.354	13.678.116	16.319.768
RJ	23.870.049	25.840.353	25.449.514	28.576.989	42.929.696	43.901.530	48.072.844	46.571.258	51.061.607	47.204.513	53.950.732	57.249.436	55.715.670	60.869.465	57.053.131	45.402.706	48.346.650	52.375.122
RN	1.148.656	964.036	1.251.903	1.157.533	992.837	1.081.151	930.121	870.193	879.005	841.601	1.161.556	775.634	882.198	951.136	713.792	695.699	565.419	n.d.
RO	1.082.854	1.075.043	1.743.381	1.788.823	1.803.818	1.774.249	1.640.256	1.666.582	1.643.838	1.316.595	2.005.026	2.232.441	1.962.256	2.005.074	2.155.481	2.138.301	2.183.266	2.821.794
RR	160.000	171.389	259.329	289.172	32.909	159.569	133.991	-164.818	-304.369	305.160	93.668	-218.747	-429.353	197.858	456.622	249.819	400.455	901.315
RS	17.240.010	18.535.183	23.456.803	27.694.813	30.353.246	31.835.191	33.743.927	35.514.484	39.052.534	38.378.677	43.431.027	48.814.223	47.435.886	49.963.523	51.716.917	52.166.326	53.131.626	55.889.941
SC	6.018.219	5.880.843	8.561.284	8.558.564	9.974.484	8.819.242	8.090.930	7.691.317	8.063.824	6.312.345	7.468.223	6.298.331	5.237.060	6.307.823	5.826.678	5.988.798	7.008.341	7.615.242
SE	1.564.330	1.086.889	1.313.477	1.256.568	1.323.830	1.140.322	1.636.893	1.312.918	829.360	1.048.569	1.545.388	1.133.519	2.292.819	2.468.012	2.795.403	2.612.116	2.649.879	3.042.366
SP	62.347.330	70.308.906	90.210.048	97.876.864	108.330.939	111.816.498	113.565.939	120.461.936	133.920.858	130.298.983	152.722.962	152.410.440	160.978.113	163.903.318	179.317.847	166.816.830	153.433.928	182.764.775
TO	320.219	291.442	315.266	403.229	607.264	312.270	208.164	235.458	346.850	374.955	634.993	699.329	963.050	659.098	1.088.809	369.342	890.465	1.365.010
Total	184.596.637	213.584.938	251.375.353	298.078.644	325.479.868	321.387.505	333.546.345	335.406.077	354.848.999	353.370.448	404.230.868	421.098.435	408.821.164	425.690.159	462.193.728	438.847.899	456.591.539	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados na SEFTN em cumprimento à Portaria STN nº 663/11 e Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados.
n.d. - Informação não disponível

Obs:

1 - Os dados referentes a 31/12/2013 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2013 homologados e publicados até 15/04/2014 na SEFTN.

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação na SEFTN.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 15/04/2014

R$ mil

UF	Receita Corrente Líquida - RCL																
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	3/4/12	31/12/12	31/12/13	30/6/13	31/12/13
AC	677.082	784.799	970.673	1.023.486	1.156.668	1.466.890	1.833.878	1.993.479	2.223.259	2.453.890	2.688.933	2.995.828	3.094.910	3.146.494	3.281.196	3.398.306	3.599.408	3.900.381
AL	1.195.875	1.373.335	1.477.875	1.619.321	1.918.358	2.442.859	2.674.902	3.106.163	3.528.416	3.997.965	4.305.565	4.801.059	4.983.115	5.015.183	5.051.891	5.200.951	5.348.203	5.465.256
AM	4.923.879	2.288.852	2.767.751	3.054.643	3.781.418	4.294.390	4.690.384	5.331.931	6.305.995	6.161.498	7.607.793	8.915.352	8.713.784	9.159.811	9.653.816	9.994.274	10.208.184	10.329.702
AP	678.300	782.103	810.519	940.819	1.269.068	1.444.008	1.584.227	1.917.137	2.054.878	2.227.963	2.492.265	2.892.481	2.760.680	2.901.468	3.264.164	3.260.896	3.348.881	n.d
BA	5.109.340	5.718.509	6.693.306	7.586.520	9.075.418	10.320.119	13.368.138	12.584.157	14.237.386	14.671.429	17.273.530	19.226.970	19.985.809	20.196.159	21.624.181	21.658.750	21.756.681	23.063.634
CE	3.183.828	3.621.078	3.866.485	4.399.618	4.636.447	5.304.180	6.083.656	6.568.999	7.816.593	8.400.848	9.664.273	10.968.435	10.439.022	11.443.226	12.136.621	11.956.155	12.064.246	n.d
DF	3.209.332	3.410.965	3.987.827	4.447.483	5.309.06.	6.114.611	6.969.107	8.121.486	9.626.076	10.256.959	11.883.148	12.830.742	13.481.452	13.758.451	14.512.456	14.235.852	15.411.019	15.811.905
ES	2.176.254	2.565.412	2.560.763	3.331.319	4.122.316	5.143.634	5.582.712	6.367.980	7.783.579	7.486.193	8.259.168	9.372.998	10.250.232	10.633.281	10.915.833	10.399.239	10.582.653	10.587.195
GO	2.671.833	3.204.572	3.320.804	4.333.742	5.304.978	6.153.147	6.230.982	7.618.180	8.944.699	9.055.648	10.530.491	12.636.465	13.770.497	13.755.072	14.102.432	14.513.432	14.658.331	15.204.981
MA	3.784.816	2.128.935	2.624.935	3.454.081	3.950.836	3.750.827	4.359.960	4.900.289	5.836.986	5.971.500	6.818.392	8.068.430	8.495.679	8.594.127	8.899.987	8.756.838	9.135.663	9.145.629
MG	9.629.796	10.418.858	12.342.059	14.305.976	18.695.979	19.550.354	23.083.309	22.803.478	29.243.409	29.118.478	33.179.358	37.284.184	38.412.272	39.490.016	40.371.083	40.522.049	41.958.466	43.141.295
MS	1.315.384	1.531.786	1.756.433	2.133.550	2.579.044	3.041.883	3.437.992	3.930.587	4.829.848	4.886.919	5.189.565	5.999.643	6.215.565	6.381.442	6.599.734	6.830.467	7.073.188	7.178.005
MT	3.741.341	2.083.671	2.212.638	3.136.452	3.872.924	4.296.188	4.318.781	4.882.482	6.181.777	6.467.631	7.089.177	7.822.279	8.113.162	8.103.266	8.901.438	9.376.137	9.582.365	9.743.350
PA	3.211.543	3.706.265	3.204.737	3.503.086	4.868.167	4.847.313	5.390.771	6.273.309	8.582.651	7.997.163	9.117.936	10.426.350	11.048.649	11.978.212	12.732.738	12.958.021	13.441.823	13.356.643
PB	1.599.214	1.881.118	1.944.583	2.294.683	2.515.662	2.933.036	3.254.483	3.668.455	4.391.307	4.687.849	5.087.419	5.992.368	6.133.945	6.274.982	6.386.656	6.487.051	6.758.963	7.093.203
PE	3.458.431	3.801.137	4.383.769	4.629.449	5.195.361	6.281.379	7.288.666	8.301.476	10.310.231	10.831.854	12.441.617	14.349.184	15.058.538	15.350.055	15.812.666	16.079.630	16.761.410	17.132.973
PI	1.155.352	1.290.514	1.586.525	1.889.464	1.940.461	2.237.829	2.671.083	3.054.09	3.831.838	4.043.265	4.534.858	5.053.108	5.136.880	5.256.334	5.374.468	5.707.279	5.732.313	5.781.044
PR	8.709.876	6.262.845	9.490.887	8.387.454	9.245.839	10.453.929	11.488.998	12.469.291	14.412.545	15.092.449	16.945.877	19.913.280	20.127.370	21.394.806	21.849.893	23.912.428	23.952.918	25.107.666
RJ	16.529.988	13.608.648	15.180.326	16.168.781	21.809.274	23.064.091	26.153.742	26.849.821	31.830.865	28.936.688	34.534.984	39.288.343	39.532.480	40.057.329	40.813.415	42.359.813	42.554.954	47.064.198
RN	1.620.844	1.784.766	1.995.524	2.166.858	2.618.953	3.144.162	3.693.587	3.836.240	4.516.137	4.832.620	5.445.268	5.915.554	6.233.435	6.401.814	6.568.505	6.880.878	7.182.130	n.d.
RO	903.788	1.023.128	1.204.801	1.467.002	1.739.081	2.094.079	2.282.750	2.586.405	3.261.805	3.236.548	3.785.154	4.480.602	4.643.895	4.757.755	4.799.261	4.764.878	4.803.626	4.858.659
RR	317.089	604.774	722.306	668.297	776.944	1.038.551	1.199.870	1.316.562	1.596.732	1.639.114	1.788.306	2.323.290	2.390.804	2.416.858	2.388.344	2.462.960	2.337.672	2.462.838
RS	6.657.896	7.378.894	8.414.927	9.859.597	10.736.799	12.349.352	13.313.373	13.901.264	16.637.785	17.287.287	20.237.847	21.927.903	22.625.744	23.188.621	23.910.654	24.444.592	25.547.623	26.387.876
SC	3.788.696	3.884.463	4.373.581	5.129.578	5.869.154	6.710.513	7.971.818	8.498.548	10.420.913	10.903.660	11.837.684	13.359.477	14.213.867	14.352.791	14.335.674	14.754.025	15.135.377	15.892.968
SE	1.209.341	1.295.943	1.674.719	1.805.487	1.993.107	2.536.658	2.863.674	3.102.889	3.999.364	3.834.565	4.639.387	4.914.108	5.082.433	5.149.168	5.321.654	5.295.984	5.408.523	5.524.275
SP	32.296.812	35.683.659	39.675.828	41.602.188	49.479.923	56.795.079	62.461.354	70.567.961	83.183.734	86.836.348	99.914.614	108.053.351	111.281.779	114.615.893	115.369.238	116.286.365	118.041.085	119.492.631
TO	922.331	1.084.734	1.291.432	1.537.933	1.743.117	2.258.410	2.615.671	2.781.449	3.451.807	3.406.416	3.681.229	4.548.775	4.758.130	4.864.843	4.991.479	5.027.264	5.197.723	5.325.460
Total	168.433.525	153.170.284	159.095.233	158.453.955	181.302.251	210.188.337	233.197.819	258.453.753	307.095.893	313.559.866	366.515.197	404.775.944	412.781.330	419.907.568	429.630.884	449.136.515	461.287.038	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 883/01 e Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados.
n.d. - Informação não disponível

Obs:

1 - Os dados referentes a 31/12/2013 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2013 homologados e publicados até 15/04/2014 no SISTN.

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 15/04/2014

UF	Relação DCL / RCL																
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/6/12	31/8/12	31/12/12	30/4/13	31/8/13	31/12/13
AC	1,04	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,33	0,34	0,30	0,44	0,49	0,58	0,53	0,56	0,65
AL	2,23	1,76	2,36	2,73	2,84	2,85	2,22	2,00	1,91	1,81	1,62	1,48	1,37	1,43	1,50	1,42	1,31	1,45
AM	1,00	0,69	0,67	0,58	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,09	0,01	0,15	0,10	0,12	0,23
AP	0,25	0,05	0,28	0,21	0,13	0,11	0,16	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	-0,03	-0,01	0,18	0,01	0,04	n.d.
BA	1,64	1,74	1,82	1,68	1,47	1,17	1,02	0,83	0,72	0,63	0,52	0,46	0,37	0,48	0,49	0,18	0,33	0,44
CE	0,97	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,34	0,34	0,38	0,24	0,36	n.d.
DF	0,86	0,35	0,40	0,36	0,18	0,35	0,33	0,10	0,16	0,17	0,08	0,16	0,09	0,05	-0,00	0,01	0,07	0,14
ES	0,98	0,83	1,16	1,03	0,83	0,64	0,34	0,18	0,10	0,06	0,17	0,14	0,08	0,01	0,15	0,13	0,12	0,21
GO	2,83	2,88	2,73	2,40	2,30	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,20	1,01	1,01	0,93	1,02	0,94	0,94	0,92
MA	2,38	2,10	1,73	1,28	1,34	1,25	1,18	0,91	0,74	0,58	0,64	0,47	0,33	0,31	0,41	0,29	0,30	0,38
MG	1,41	2,34	2,48	2,48	2,24	2,02	1,99	1,81	1,76	1,79	1,82	1,82	1,70	1,74	1,75	1,66	1,69	1,83
MS	3,19	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,10	1,03	1,05	1,05	0,96	0,94	1,03
MT	2,55	1,92	1,59	1,26	1,20	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,40	0,29	0,34	0,38	0,16	0,22	0,31
PA	0,59	0,61	0,69	0,61	0,56	0,46	0,44	0,33	0,29	0,24	0,25	0,19	0,12	0,10	0,11	0,06	0,06	0,10
PB	1,33	1,19	1,42	1,19	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,25	0,20	0,18	0,26	0,24	0,24	0,27
PE	0,86	1,12	1,25	1,19	1,04	0,83	0,67	0,53	0,43	0,43	0,38	0,29	0,31	0,35	0,36	0,29	0,44	0,53
PI	1,33	1,74	1,64	1,53	1,42	1,09	0,85	0,71	0,60	0,60	0,54	0,57	0,49	0,47	0,50	0,43	0,49	0,59
PR	1,20	1,24	1,24	1,09	1,08	0,99	1,06	0,86	0,69	1,12	0,89	0,78	0,66	0,65	0,69	0,42	0,56	0,69
RJ	2,07	1,90	2,38	2,09	2,04	1,90	1,73	1,73	1,60	1,65	1,56	1,46	1,41	1,50	1,65	1,53	1,62	1,64
RN	0,71	0,64	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,17	0,09	0,07	0,00	0,13	0,04	0,07	0,11	0,09	0,08	n.d.
RO	1,81	1,85	1,63	1,31	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,33	0,54	0,50	0,42	0,44	0,45	0,43	0,45	0,62
RR	0,31	0,26	0,35	0,41	0,34	0,15	0,10	-0,10	-0,12	0,31	0,04	-0,10	-0,15	0,08	0,20	0,06	0,17	0,27
RS	2,56	2,31	2,79	2,80	2,80	2,58	2,53	2,54	2,34	2,38	2,14	2,14	2,08	2,15	2,18	2,13	2,08	2,09
SC	1,83	1,65	1,98	1,87	1,64	1,19	1,09	0,90	0,73	0,61	0,63	0,48	0,38	0,44	0,41	0,48	0,48	0,48
SE	0,88	0,76	0,73	0,68	0,55	0,45	0,37	0,43	0,23	0,27	0,33	0,41	0,43	0,48	0,52	0,58	0,49	0,55
SP	1,95	1,97	2,27	2,24	2,23	1,99	1,89	1,71	1,61	1,50	1,53	1,46	1,44	1,41	1,54	1,45	1,25	1,42
TO	0,13	0,17	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,23	0,14	0,14	0,21	0,15	0,13	0,26
Total	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	0,98	0,98	1,05	0,96	0,95	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 553/11 e Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados.
n.d. - Informação não disponível

Obs:

1 - Os dados referentes a 31/12/2013 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2013 homologados e publicados até 15/04/2014 no SISTN.

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN.

ANEXO 2

Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, art. 41 da RSF nº 43/2001.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 3º Quadrimestre de 2013
data-base 31/12/2013
Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal Homologados no S STN Posição: 15/04/2014

UF	Nome do Município	Cód. Ibge Estado	Cód. IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 3º Quadrimestre 2013	RCL 3º Quadrimestre 2013	% DCL/RCL
AC	CRUZEIRO DO SUL	12	20	3	(9.819.665,21)	92.946.781,70	-
AC	FEIJO	12	30	2	(2.010.242,79)	35.957.138,14	-
AC	RIO BRANCO	12	40	1	94.577.867,71	533.872.394,81	17,72
AL	BRANQUINHA	27	110	0	(951.214,59)	21.252.897,41	-
AL	MESSIAS	27	520	0	(73.566,59)	30.013.029,60	-
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	27	600	7	(12.125.656,15)	101.193.452,82	-
AL	PAULO JACINTO	27	660	4	(541.846,02)	13.229.171,19	-
AL	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	27	670	8	(1.819.229,02)	17.022.553,61	-
AM	MANAUS	13	280	3	(580.710.084,18)	3.199.583.732,11	-
AP	MACAPA	16	30	3	(208.567,00)	511.050.806,74	-
BA	AGUA FRIA	29	40	5	0,00	27.994.409,58	0,00
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	21.667.515,95	229.099.946,58	9,46
BA	ALCOBACA	29	80	1	8.598.322,60	42.642.808,87	20,16
BA	ANGICAL	29	140	3	18.800.594,56	23.940.510,53	78,52
BA	ANTONIO CARDOSO	29	170	0	(808.704,13)	19.622.109,77	-
BA	ARATUIPE	29	230	2	(560.037,44)	13.768.189,69	-
BA	BAIANOPOLIS	29	250	0	5.775.756,63	23.524.269,57	24,55
BA	BAIXA GRANDE	29	280	9	5.213.315,48	33.985.571,48	15,62
BA	BARRA	29	270	5	(498.136,88)	78.196.931,38	-
BA	BARRA DA ESTIVA	29	280	7	5.282.963,35	32.700.203,88	16,16
BA	BARREIRAS	29	300	1	225.958.480,38	243.038.213,53	92,97
BA	BELMONTE	29	340	9	44.752.000,30	39.867.573,51	112,00
BA	BOM NAL	29	400	1	15.416.168,92	21.789.233,38	70,75
BA	CAATIBA	29	480	3	10.990.660,84	16.502.969,68	66,60
BA	CACHOEIRA	29	490	3	0,00	40.696.783,49	0,00
BA	CACULE	29	500	2	7.848.609,43	30.409.823,93	25,81
BA	CAETITE	29	520	5	51.616.173,00	62.006.070,00	82,94
BA	CAIRU	29	540	4	7.613.077,60	70.057.265,90	10,87
BA	CAMACAN	29	500	3	19.756.413,66	42.897.674,58	46,27
BA	CAMACARI	29	670	1	322.126.561,62	765.963.657,33	42,06
BA	CANAVIEIRAS	29	630	3	(4.071.867,62)	38.555.389,54	-
BA	CANDEIAS	29	650	1	95.884.373,79	221.226.751,98	43,34
BA	CANDIBA	29	660	0	6.482.982,84	17.894.816,00	36,23
BA	CANUDOS	29	682	4	0,00	26.458.357,23	0,00
BA	CAPIM GROSSO	29	687	3	(3.302.094,57)	40.962.866,31	-
BA	CARAVELAS	29	690	7	(1.979.550,75)	45.433.807,17	-
BA	CASTRO ALVES	29	730	1	21.034.734,01	40.800.041,75	51,78
BA	CATOLANDIA	29	740	0	2.358.671,67	9.853.760,65	24,00
BA	CATU	29	750	8	23.005.438,71	87.722.849,55	26,29
BA	CICERO DANTAS	29	780	6	(4.450.355,85)	43.804.443,30	-
BA	CONCEICAO DA FEIRA	29	820	0	12.388.662,48	30.064.977,07	40,82
BA	CONTENDAS DO SINCORA	29	880	4	(701.274,45)	12.739.305,13	-
BA	CORACAO DE MARIA	29	890	3	5.925.630,28	31.245.470,58	18,96
BA	CORIBE	29	910	9	7.410.828,28	30.117.663,80	24,61
BA	CORONEL JOAO SA	29	920	8	1.502.041,65	28.812.176,52	5,04
BA	COTEGIPE	29	940	6	(415.187,35)	25.307.977,73	-
BA	CRISTOPOLIS	29	970	3	7.376.694,09	21.198.152,82	8,49
BA	DOM BASILIO	29	1010	7	9.751.480,04	22.978.932,66	21,52
BA	ESPLANADA	29	1060	7	27.232.198,58	74.405.091,91	36,60
BA	FATIMA	29	1075	0	0,00	3.664.497,75	0,00
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	29	1110	5	(2.320.152,64)	85.530.076,66	-
BA	GANDU	29	1120	4	31.895.978,69	41.283.985,45	77,26
BA	GUANAMBI	29	1170	9	14.218.680,53	111.376.756,77	12,77
BA	IBICOARA	29	1220	2	(10.271.885,50)	35.603.178,24	-
BA	IBIPEBA	29	1240	0	3.974.891,80	28.182.432,15	11,27
BA	IBIRAPUA	29	1250	8	4.287.380,21	18.819.546,88	22,55
BA	IBOTIRAMA	29	1370	0	8.850.037,51	41.803.193,78	18,47
BA	IGAPORA	29	1340	8	14.607.724,63	26.971.743,88	54,16
BA	IPECAETA	29	1380	4	19.386.332,04	24.201.888,41	80,10
BA	IRAJUBA	29	1420	8	(713.152,97)	14.738.604,86	-
BA	IRARA	29	1460	6	6.318.186,20	43.897.258,65	14,46
BA	ITAGARE	29	1490	1	3.432.342,99	40.741.147,82	8,42
BA	ITAGUACU DA BAHIA	29	1535	3	1.390.431,07	23.087.329,75	5,44
BA	ITAMARAJU	29	1560	1	0,00	8.878.049,42	0,00
BA	ITAMBE	29	1580	9	11.131,57	32.279.599,55	0,03
BA	ITAPICURU	29	1650	0	183.769,28	50.978.143,97	0,36
BA	ITIRUCU	29	1690	6	20.204.927,49	19.235.008,44	105,04
BA	ITUACU	29	1720	1	3.875.318,00	23.775.521,20	16,30
BA	JAGUARARI	29	1770	6	(2.221.810,28)	62.501.248,15	-
BA	JEREMOABO	29	1810	0	21.546.185,33	64.126.986,49	33,60
BA	JOURICA	29	1820	9	0,00	2.758.416,31	0,00
BA	JOAO DOURADO	29	1835	7	10.171.619,25	33.808.523,64	30,09
BA	JUAZEIRO	29	1840	0	0,00	29.363.704,20	0,00
BA	JUSSARA	29	1850	6	2.561.261,35	25.118.525,72	10,16
BA	LAGOA REAL	29	1875	3	16.487.877,86	29.043.570,21	56,23
BA	LAJEDAO	29	1890	2	2.371.345,78	50.315.110,63	4,71
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	29	1955	3	8.904.283,36	184.164.290,69	4,21
BA	MACARANI	29	1970	2	(1.438.139,97)	26.675.138,30	-
BA	MACURURE	29	1980	0	5.791.920,86	14.998.962,13	38,48
BA	MADRE DE DEUS	29	1992	5	18.758.831,81	134.001.774,78	13,51
BA	MANSIDAO	29	2045	2	4.982.054,83	21.766.020,43	22,89
BA	MARAGOGIPE	29	2060	1	46.813.216,74	87.222.617,16	53,16
BA	MATINA	29	2160	4	4.794.805,91	20.863.199,14	22,77

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	MEDEIROS NETO	29	2110	4	41.384.697,14	41.550.215,33	99,60
BA	MIRANGABA	29	2140	1	3.235.198,03	31.449.533,25	10,29
BA	MORTUGABA	29	2160	7	(3.315.678,81)	18.548.097,50	-
BA	MUCURI	29	2200	3	60.268.582,13	104.436.478,54	57,74
BA	MUNIZ FERREIRA	29	2220	1	686.254,48	11.941.343,46	5,75
BA	MURITIBA	29	2230	9	0,00	33.776.644,15	0,00
BA	NOVA IBIA	29	2275	5	0,00	13.747.541,22	0,00
BA	NOVA ITARANA	29	2280	8	5.511.351,58	12.951.148,97	42,55
BA	NOVO HORIZONTE	29	2303	5	18.590.432,35	2.244.410,73	672,85
BA	PARIPIRANGA	29	2380	3	12.591.346,13	36.938.678,96	34,09
BA	PAULO AFONSO	29	2400	9	(22.412.072,51)	201.183.751,53	-
BA	PEDRO ALEXANDRE	29	2420	7	0,00	27.163.014,14	0,00
BA	PIATA	29	2430	6	4.817.983,20	30.073.842,69	16,36
BA	PINDAI	29	2450	4	15.487.334,70	25.829.387,25	59,95
BA	PINDOBACU	29	2460	3	(1.740.868,88)	40.133.121,08	-
BA	PINTADAS	29	2465	2	726.417,83	12.458.988,11	5,87
BA	REMANSO	29	2500	4	1.822.901,14	82.349.282,23	2,61
BA	RIACHAO DAS NEVES	29	2520	2	4.553.790,02	41.609.700,91	10,94
BA	RIACHO DE SANTANA	29	2540	0	11.004.582,75	48.577.415,45	22,65
BA	RIO DE CONTAS	29	2570	7	(468.656,84)	16.904.197,16	-
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.148.623.908,40	4.058.531.152,35	28,29
BA	SANTA RITA DE CASSIA	29	2840	6	5.340.794,92	40.188.968,53	13,84
BA	SANTA TERESINHA	29	2850	5	0,00	17.571.103,13	0,00
BA	SANTALUZ	29	2800	0	0,00	6.788.403,12	0,00
BA	SANTO AMARO	29	2900	4	16.060.957,01	76.032.186,79	21,28
BA	SAO DESIDERIO	29	2890	1	(174.201,10)	100.456.286,10	-
BA	SAO GABRIEL	29	2925	5	(2.003.308,97)	33.764.460,00	-
BA	SAPEACU	29	2960	2	8.279.234,40	27.139.026,66	30,47
BA	SAUDE	29	2980	0	6.415.508,69	18.835.180,52	33,35
BA	SEBASTIAO LARANJEIRAS	29	3000	6	9.736.555,57	19.273.131,98	50,52
BA	SENHOR DO BONFIM	29	3010	5	(2.099.687,95)	66.983.435,23	-
BA	SERRINHA	29	3050	1	30.261.459,15	108.068.982,12	28,01
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	29	3135	0	(47.870.049,82)	223.951.598,71	-
BA	UBAIRA	29	3210	1	0,00	3.766.128,95	0,00
BA	UBAI	29	3240	8	(636.119,14)	20.542.888,23	-
BA	VALENCA	29	3290	3	26.412.869,83	116.965.442,39	22,58
BA	VALENTE	29	3300	0	3.470.778,47	34.635.073,02	10,02
BA	VARZEA DA ROCA	29	3305	9	4.871.394,09	22.544.987,78	21,61
BA	VARZEA NOVA	29	3315	8	0,00	20.119.281,76	0,00
BA	VEREDA	29	3325	7	1.207.902,60	14.764.538,80	8,18
BA	VITORIA DA CONQUISTA	29	3330	7	96.976.451,28	456.619.508,53	21,24
BA	WANDERLEY	29	3345	3	(360.659,60)	21.315.549,49	-
CE	ACOPIARA	23	30	9	27.545.303,87	67.989.008,10	40,51
CE	ARACATI	23	110	9	18.102.569,92	104.327.979,53	17,43
CE	ARATUBA	23	140	6	9.218.995,40	21.919.005,56	42,06
CE	BARBALHA	23	160	1	940.752,46	126.618.802,46	0,74
CE	CAMOCIM	23	280	0	45.321.017,08	121.894.508,07	37,18
CE	CAUCAIA	23	370	9	(17.040.979,12)	431.594.131,36	-
CE	CRATO	23	420	2	23.517.779,04	161.157.174,75	14,59
CE	FORTALEZA	23	440	0	387.780.210,16	3.860.689.146,47	10,48
CE	FORTIM	23	445	9	4.342.957,44	26.708.638,74	16,26
CE	HORIZONTE	23	523	3	14.000.484,64	120.658.917,82	11,60
CE	ICAPUI	23	535	7	17.517.071,18	38.154.552,67	45,91
CE	IGUATU	23	550	6	56.648.984,54	140.748.598,84	39,68
CE	JUAZEIRO	23	590	2	8.114.011,96	59.091.231,37	5,96
CE	MACAEMA	23	800	9	4.928.232,13	27.820.202,58	17,84
CE	MARACANAU	23	810	8	13.919.832,03	38.459.120,15	36,19
CE	MARACANAU	23	820	7	7.973.432,54	14.075.239,04	56,65
CE	MARANGUAPE	23	840	5	(27.509.360,31)	161.990.589,26	-
CE	PACAJUS	23	855	3	(6.242.727,07)	64.160.051,80	-
CE	PACATUBA	23	700	7	(16.504.832,78)	49.872.179,40	-
CE	SANTA QUITERIA	23	780	2	20.332.648,34	44.481.669,87	45,71
CE	SOBRAL	23	940	1	31.478.437,09	83.958.261,42	37,49
CE	TAUA	23	965	0	(37.279.843,69)	437.270.518,09	-
CE	TIANGUA	23	850	0	33.299.228,78	50.614.708,91	65,80
CE	VICOSA DO CEARA	23	930	0	800.350,77	44.009.649,59	1,80
CE	PACAJUS	23	980	7	10.147.169,61	86.215.629,49	11,77
CE	PACUJA	23	990	4	4.326.289,89	14.270.111,12	30,32
CE	PARACURU	23	1020	9	28.179.758,84	65.083.288,38	44,92
CE	PENTECOSTE	23	1070	4	9.789.456,74	52.498.595,34	18,64
CE	PIQUET CARNEIRO	23	1080	2	8.095.884,80	23.408.786,09	26,05
CE	SAO LUIS DO CURU	23	1260	1	0,00	20.071.812,29	0,00
CE	SOBRAL	23	1280	8	(9.889.928,42)	409.881.254,81	-
CE	TIANGUA	23	1310	1	3.316.984,06	101.635.691,10	3,27
CE	VARZEA ALEGRE	23	1400	3	18.124.180,18	54.858.813,14	29,37
ES	ALTO RIO NOVO	32	30	9	0,00	20.124.979,85	0,00
ES	ATILIO VIVACQUA	32	70	8	(4.145.667,00)	27.009.354,00	-
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(120.219.243,00)	301.440.252,00	-
ES	GUARAPARI	32	240	5	757.303,48	216.479.163,63	0,35
ES	LINHARES	32	320	5	(38.841.814,96)	451.183.841,58	-
ES	MUNIZ FREIRE	32	370	0	(4.455.128,63)	44.648.581,09	-
ES	NOVA VENECIA	32	390	8	(11.279.895,86)	95.293.045,80	-
ES	VILA VELHA	32	520	9	78.378.563,34	688.527.361,78	11,53
ES	VITORIA	32	530	1	80.329.930,66	1.329.103.540,38	6,01
GO	ACREUNA	52	13	4	(2.328.148,40)	44.856.920,63	-
GO	ALEXANIA	52	30	8	(5.174.311,48)	47.505.630,74	-
GO	ANAPOLIS	52	110	8	33.949.252,31	699.440.260,36	5,07
GO	ANICUNS	52	130	5	41.668.061,26	37.498.170,24	111,12
GO	APARECIDA DE GOIANIA	52	140	5	(80.755.947,76)	599.801.164,36	-
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	52	145	4	(444.835,12)	12.715.748,26	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

GO	AURILANDIA	52	280	1	0,00	80.772.256,50	0,00
GO	BOMPOLIS	52	357	5	(2.837.483,93)	18.598.038,87	-
GO	BURITI ALEGRE	52	390	8	(3.341.788,84)	19.871.807,95	-
GO	CAIAPONIA	52	440	7	(6.619.125,18)	35.493.948,67	-
GO	CAMPOS BELOS	52	490	4	37.335.731,85	34.662.858,50	107,71
GO	CERES	52	540	5	(9.217.762,24)	69.864.758,93	-
GO	EDEIA	52	740	2	(3.067.360,03)	30.451.858,45	-
GO	FIRMINOPOLIS	52	780	8	(889.428,76)	18.050.863,31	-
GO	GOIANESIA	52	860	8	(17.358.149,22)	97.442.823,13	-
GO	GOIANIRA	52	880	5	(5.722.174,84)	53.529.391,27	-
GO	GUAPO	52	920	3	16.484.931,45	21.691.553,86	76,00
GO	IPIRANGA DE GOIAS	52	1015	8	248.577,33	9.241.463,24	2,69
GO	IPORA	52	1020	8	(9.577.090,21)	42.069.363,80	-
GO	ISRAELANDIA	52	1030	7	6.905.218,03	8.880.551,73	85,84
GO	ITUMBIARA	52	1150	3	83.794.831,57	200.628.653,02	36,81
GO	JARAGUA	52	1180	2	(2.220.763,87)	55.390.290,78	-
GO	JATAI	52	1190	8	8.143.118,84	200.206.834,04	4,07
GO	JAUPACI	52	1200	6	2.186.463,30	9.869.190,13	22,13
GO	LAGOA SANTA	52	1225	3	(295.299,59)	8.625.842,45	-
GO	LUZIANIA	52	1250	1	(52.348.585,17)	255.797.605,22	-
GO	MARA ROSA	53	1280	8	2.232.553,79	18.471.150,75	12,08
GO	MINEIROS	52	1310	3	7.073.456,85	127.060.709,25	5,57
GO	MONTIVIDIU DO NORTE	52	1377	2	126.965,00	12.037.861,00	1,05
GO	NAZARIO	52	1440	8	(1.107.862,76)	13.783.145,80	-
GO	NOVA GLORIA	52	1486	1	1.184.452,96	11.381.009,86	10,79
GO	PALMEIRAS DE GOIAS	52	1570	2	26.870.534,85	48.169.143,70	64,25
GO	PALMINOPOLIS	52	1590	0	(40.863,82)	8.268.524,31	-
GO	PANAMA	52	1600	7	0,00	10.230.376,03	0,00
GO	PIRACANJUBA	52	1710	4	17.862.492,11	44.277.101,73	40,39
GO	QUIRINOPOLIS	52	1850	8	1.333.087,21	109.571.059,96	1,53
GO	RUBIATABA	52	1890	4	2.910.029,70	33.934.260,02	8,58
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	52	1940	7	(1.387.728,64)	13.458.495,09	-
GO	SAO JOAO DA PARAUNA	52	2005	6	(849.345,71)	10.782.498,80	-
GO	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	52	2020	7	39.210.042,80	45.005.098,55	87,12
GO	SAO SIMAO	52	2343	6	(9.021.247,74)	68.419.130,87	
GO	TRINDADE	52	2140	3	50.393.943,45	119.512.980,23	42,17
GO	TROMBAS	52	2145	2	380.668,73	8.557.298,84	4,05
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	51.707.140,85	421.372.351,30	14,64
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	2.399.252,35	180.911.538,35	1,36
MA	SAO LUIS	21	1130	0	403.976.429,30	1.941.248.668,98	20,81
MG	ALFENAS	31	160	7	42.985.336,04	154.801.213,23	27,70
MG	ALPINOPOLIS	31	190	4	1.933.119,83	26.598.436,54	8,76
MG	ARAGUARI	31	350	4	9.105.037,53	188.188.284,11	4,84
MG	ARAUJOS	31	390	0	(828.819,94)	13.979.703,84	-
MG	ARAXA	31	400	7	81.575.488,98	89.121.765,37	89,08
MG	ARICANDUVA	31	445	2	836.656,54	10.089.366,23	9,26
MG	BARBACENA	31	560	8	37.434.290,94	224.524.767,56	15,07
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	2.784.871.904,56	6.617.300.702,30	41,78
MG	BETIM	31	670	5	274.857.355,74	1.203.777.377,77	22,62
MG	BOA ESPERANCA	31	710	9	20.683.256,55	60.508.094,78	34,18
MG	BUENOPOLIS	31	920	4	1.821.287,81	18.841.891,91	11,54
MG	CABO VERDE	31	950	1	5.825.354,80	19.741.487,66	29,51
MG	CALDAS	31	1030	1	745.774,09	21.863.184,21	3,41
MG	CAMPESTRE	31	1100	2	6.532.786,67	27.060.443,86	24,51
MG	CAMPO BELO	31	1110	0	11.900.095,40	85.087.184,93	13,86
MG	CAMPO DO MEIO	31	1130	9	(202.480,56)	23.959.014,88	-
MG	CAMPOS GERAIS	31	1160	6	(890.041,02)	37.395.254,26	-
MG	CANA VERDE	31	1190	3	2.068.893,01	10.808.137,92	19,14
MG	CANAPOLIS	31	1180	4	7.861.115,30	23.625.695,75	33,27
MG	CAPELINHA	31	1230	7	1.080.017,71	43.470.811,47	2,51
MG	CARMO DA CACHOEIRA	31	1290	9	(742.542,38)	20.725.682,19	-
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	(145.337,48)	25.323.109,84	-
MG	CATAGUASES	31	1530	0	8.114.063,07	85.795.551,06	9,47
MG	CAXAMBU	31	1650	8	(760.371,87)	30.803.954,61	-
MG	CENTRALINA	31	1680	5	2.335.633,39	16.847.381,87	14,00
MG	CLAUDIO	31	1860	5	(2.578.132,84)	41.840.958,04	-
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	31	1830	4	0,00	148.899.051,98	0,00
MG	CONTAGEM	31	1880	1	466.868.475,69	1.106.444.904,13	42,18
MG	COQUEIRAL	31	1870	0	4.152.734,53	14.047.429,44	29,63
MG	CORONEL FABRICIANO	31	1940	1	(9.261.512,41)	123.673.861,81	-
MG	CRISTAIS	31	2020	1	506.282,84	19.028.236,21	2,66
MG	CURVELO	31	2080	4	(4.990.632,50)	107.246.893,57	-
MG	DELFINOPOLIS	31	2120	8	8.184.843,47	22.220.985,37	3,83
MG	ERVALIA	31	2400	5	6.380.856,90	24.849.591,41	25,68
MG	ESMERALDAS	31	2410	4	(590.664,36)	78.073.032,88	-
MG	FORMIGA	31	2610	9	8.971.121,36	97.796.212,20	7,13
MG	FORTALEZA DE MINAS	31	2630	2	1.636.962,04	13.836.079,18	11,83
MG	FREI GASPAR	31	2680	2	2.733.010,89	11.445.082,74	23,79
MG	FRUTAL	31	2710	2	12.760.955,90	97.920.584,14	13,03
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	94.065.218,84	508.493.852,78	18,51
MG	GUANHAES	31	2800	8	(28.079.002,75)	47.176.058,76	-
MG	GUAPE	31	2810	5	1.760.611,27	27.008.488,90	6,52
MG	GUARACIABA	31	2820	4	1.662.376,06	14.644.754,77	11,49
MG	IBIRITE	31	2980	6	0,00	224.843.895,34	0,00
MG	INGAI	31	3080	4	(695.048,58)	8.742.164,54	-
MG	IPATINGA	31	3130	2	62.621.652,62	521.198.331,54	12,05
MG	ITABIRA	31	3170	3	(67.476.134,38)	473.193.540,12	-
MG	ITAMBACURI	31	3270	1	7.378.269,93	33.465.817,39	22,05
MG	ITAMARANDIBA	31	3310	5	(1.693.048,87)	26.139.259,77	-
MG	ITAUNA	31	3380	6	16.527.154,38	159.165.753,68	10,38

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	ITURUTABA	31	3429	2	4.364.111,00	182.885.084,00	2,39
MG	JACUI	31	3480	5	(747.691,53)	13.344.934,37	-
MG	JOÃO MONLEVADE	31	3620	7	4.833.258,00	148.286.400,00	3,33
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(80.578.123,15)	978.772.912,96	-
MG	LEOPOLDINA	31	3840	1	(9.015.336,98)	83.433.455,29	-
MG	LUISLANDIA	31	3905	2	514.552,96	10.702.252,38	4,81
MG	MACHADO	31	3960	3	(8.316.539,63)	98.156.153,30	-
MG	MANHUACU	31	3980	9	3.247.485,50	110.472.920,49	2,79
MG	MARIANA	31	4000	1	(93.202.292,02)	307.871.585,69	-
MG	MIRADOURO	31	4210	8	(2.398.292,09)	16.805.189,27	-
MG	MOEMA	31	4240	3	(414.391,39)	11.960.393,22	-
MG	MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	5	(2.543.564,58)	32.695.114,22	-
MG	MONTES CLAROS	31	4330	2	19.063.027,90	559.242.951,80	3,41
MG	MURIAE	31	4380	8	(15.821.161,84)	154.832.189,93	-
MG	NANUQUE	31	4430	0	3.909.488,03	52.511.505,55	7,45
MG	NOVA ERA	31	4470	8	(7.999.204,70)	33.725.220,97	-
MG	NOVA LIMA	31	4480	5	(50.577.800,31)	580.998.494,66	-
MG	NOVA SERRANA	31	4520	8	27.865.656,69	106.120.778,37	26,26
MG	OURO BRANCO	31	4560	1	11.289.268,39	98.901.155,93	11,77
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	14.135.270,06	130.218.654,16	10,86
MG	PASSOS	31	4780	7	19.577.078,91	148.974.701,49	11,36
MG	PATROCINIO	31	4810	3	25.113.893,80	162.152.785,01	15,49
MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	8	(93.748,92)	6.784.755,28	-
MG	PEDRO LEOPOLDO	31	4930	9	(19.578.136,57)	115.460.482,25	-
MG	PIAU	31	5010	9	(2.090.528,22)	8.433.686,23	-
MG	PIRAPORA	31	5120	5	2.177.026,06	114.764.950,10	1,90
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	18.426.158,32	257.696.527,45	7,15
MG	POUSO ALTO	31	5260	0	(841.095,74)	12.713.858,30	-
MG	PRATINHA	31	5300	4	552.301,50	9.858.905,62	5,60
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	31	5430	6	98.742.279,66	264.905.283,70	37,27
MG	RIBEIRAO VERMELHO	31	5470	5	591.441,84	9.447.783,79	6,26
MG	SABARA	31	5570	0	(51.147.379,92)	197.053.378,26	-
MG	SANTA LUZIA	31	5780	7	(51.881.883,14)	250.123.936,16	-
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5860	5	(5.439.586,26)	58.294.632,84	-
MG	SANTOS DUMONT	31	6070	2	(3.910.198,40)	52.868.917,95	-
MG	SAO BENTO ABADE	31	6080	1	(187.520,07)	10.716.211,28	-
MG	SAO FRANCISCO	31	6110	6	0,00	87.806.158,65	0,00
MG	SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	31	6190	8	(95.355.407,18)	216.795.085,00	-
MG	SAO JOAO DEL REI	31	6230	0	11.868.556,35	130.750.884,88	9,08
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	31	6470	4	9.696.109,83	114.326.914,97	8,48
MG	SAPUCAI-MIRIM	31	6540	4	(2.708.487,74)	12.376.018,82	-
MG	SERRA AZUL DE MINAS	31	6650	1	1.136.667,89	9.662.433,91	11,76
MG	SERRA DOS AIMORES	31	6670	9	272.868,81	13.163.481,04	2,07
MG	SETE LAGOAS	31	6720	2	121.958.179,07	438.932.344,99	27,79
MG	TEOFILO OTONI	31	6960	6	(28.447.227,28)	207.708.986,57	-
MG	TIMOTEO	31	6870	5	129.778.066,14	144.535.653,92	89,79
MG	TIROS	31	6890	3	(1.185.219,22)	13.813.731,10	-
MG	TRES CORACOES	31	6930	7	19.007.547,12	109.258.074,55	17,48
MG	TRES PONTAS	31	6940	8	(14.372.712,70)	85.361.356,63	
MG	TUPACIGUARA	31	6960	4	8.703.340,99	49.027.625,26	17,75
MG	TURMALINA	31	6970	3	3.741.812,45	28.575.782,24	13,33
MG	UBA	31	6990	1	(84.978.443,45)	827.840.468,24	-
MG	UBERABA	31	7010	7	114.440.903,84	637.431.085,96	17,95
MG	UBERLANDIA	31	7020	8	(32.145.854,52)	1.201.698.019,75	-
MG	UNAI	31	7040	4	(8.451.845,26)	135.814.775,91	-
MG	VARGINHA	31	7070	1	(12.542.969,46)	228.914.527,50	-
MG	VARZEA DA PALMA	31	7080	0	10.433.852,24	53.798.197,36	19,39
MG	VESPASIANO	31	7120	4	8.590.774,47	187.110.980,78	3,94
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	(91.797.843,73)	2.150.046.843,04	-
MS	CORUMBA	50	320	7	(121.973.587,74)	930.300.845,22	-
MS	COSTA RICA	50	325	6	(7.351.602,54)	66.326.807,18	-
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	4.205.283,29	309.010.878,73	1,36
MT	AGUA BOA	51	20	1	(15.665.828,39)	90.128.779,79	-
MT	ALTA FLORESTA	51	28	0	(29.869.213,67)	75.436.436,79	-
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	0	0,00	59.473.393,64	0,00
MT	ALTO TAQUARI	51	60	7	(1.880.678,82)	36.108.991,09	-
MT	APIACAS	51	80	5	(5.743.883,05)	10.380.090,83	-
MT	ARAGUAIANA	51	100	1	(804.513,58)	10.040.190,83	-
MT	ARAPUTANGA	51	125	8	(15.965.488,04)	28.679.892,76	-
MT	ARIPUANA	51	140	7	(17.786.489,45)	41.578.033,67	-
MT	BARRA DO BUGRES	51	170	4	(5.685.159,74)	57.117.884,68	-
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	(53.834.157,81)	101.824.374,97	-
MT	BRASNORTE	51	190	2	(4.723.505,87)	36.508.885,83	-
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	51	263	7	(39.500.524,09)	81.554.375,21	-
MT	CAMPO VERDE	51	267	8	(10.211.242,80)	73.100.838,18	-
MT	CAMPOS DE JULIO	51	268	5	0,00	30.690.996,50	0,00
MT	CANARANA	51	270	2	(11.376.065,58)	41.931.942,62	-
MT	CARLINDA	51	278	3	(12.496.023,84)	18.849.912,35	-
MT	CLAUDIA	51	305	8	(1.959.499,14)	20.864.357,43	-
MT	COLNIZA	51	305	3	3.253.878,36	25.035.177,48	8,80
MT	COMODORO	51	335	1	(7.817.812,56)	12.903.597,68	-
MT	CUIABA	51	340	3	576.474.647,96	1.243.450.401,58	46,36
MT	DENISE	51	345	2	(1.816.963,03)	13.853.099,56	-
MT	DIAMANTINO	51	350	2	15.126.980,44	48.713.902,19	31,05
MT	FELIZ NATAL	51	370	0	(5.080.457,78)	24.320.460,15	-
MT	GAUCHA DO NORTE	51	385	8	(4.857.374,52)	19.450.923,31	-
MT	GUARANTA DO NORTE	51	410	4	(3.273.196,10)	49.737.396,41	-
MT	JURUENA	51	420	3	(6.894.866,28)	22.740.885,18	-
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	51	452	6	(6.527.219,97)	19.672.152,29	-
MT	TANGARA	51	464	2	(1.843.080,03)	13.081.865,11	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	535	9	(59.712.021,07)	127.993.198,23	-
MT	MARCELANDIA	51	558	0	(12.906.673,98)	21.317.343,54	-
MT	MATUPA	51	560	6	(12.360.227,18)	32.018.663,14	-
MT	NOVA BANDEIRANTES	51	615	8	(1.584.688,87)	21.568.674,46	-
MT	NOVA BRASILANDIA	51	620	6	(5.940.492,75)	12.886.268,09	-
MT	NOVA CANAA DO NORTE	51	621	6	(6.732.088,89)	28.228.917,09	-
MT	NOVA GUARITA	51	590	9	(2.804.178,75)	10.692.178,86	-
MT	NOVA MARINGA	51	590	7	(1.394.082,89)	17.285.729,77	-
MT	NOVA MONTE VERDE	51	606	6	(4.361.863,03)	16.382.004,09	-
MT	NOVA SANTA HELENA	51	619	0	(3.808.619,70)	11.136.375,03	-
MT	NOVA XAVANTINA	51	625	7	(7.842.621,02)	30.855.766,08	-
MT	PARANAITA	51	629	9	(11.739.663,47)	36.447.499,00	-
MT	PARANATINGA	51	630	7	(2.835.438,69)	44.190.180,28	-
MT	PEDRA PRETA	51	637	2	(148.770,20)	31.651.179,26	-
MT	PLANALTO DA SERRA	51	645	5	(5.110.493,07)	9.235.078,75	-
MT	PORTO ESPERIDIAO	51	662	8	(8.569.321,01)	23.159.563,54	-
MT	QUERENCIA	51	708	5	(3.541.325,83)	40.674.532,34	-
MT	RONDONOPOLIS	51	760	2	(141.423.559,00)	407.981.305,00	-
MT	SALTO DO CEU	51	775	0	(1.337.607,17)	10.769.635,80	-
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	(201.754,21)	13.700.587,40	-
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	51	778	8	(5.845.178,89)	34.762.857,82	-
MT	SAPEZAL	51	787	5	(5.694.131,82)	57.845.589,40	-
MT	SINOP	51	790	9	(15.054.314,78)	218.579.813,14	-
MT	SORRISO	51	792	5	(53.136.073,01)	158.672.147,92	-
MT	TABAPORA	51	794	1	(6.662.860,78)	18.689.107,03	-
MT	TANGARA DA SERRA	51	795	8	(13.056.473,66)	143.958.048,72	-
MT	TAPURAH	51	800	8	(10.356.796,58)	29.601.295,36	-
MT	TESOURO	51	810	5	(634.426,16)	8.447.455,14	-
MT	UNIAO DO SUL	51	830	3	(1.332.469,46)	11.197.922,58	-
MT	VALE DE SAO DOMINGOS	51	835	2	(1.336.256,00)	10.382.275,68	-
MT	VARZEA GRANDE	51	840	2	100.212.684,28	380.482.104,66	26,60
MT	VERA	51	850	1	(82.017.265,85)	21.824.506,18	-
MT	VILA RICA	51	860	0	(18.492.866,33)	33.845.280,06	-
PA	BELEM	15	140	2	179.286.464,00	1.944.638.819,00	9,22
PA	DOM ELISEU	15	293	9	(2.311.301,94)	71.948.705,28	-
PA	IPIXUNA DO PARA	15	345	7	5.505.000,94	83.465.725,35	6,63
PA	MARABA	15	420	8	(33.533.498,20)	478.270.156,54	-
PA	PARAGOMINAS	15	550	2	0,00	195.800.751,64	0,00
PA	SANTAREM	15	680	7	(20.349.340,71)	375.151.089,84	-
PB	AGUA BRANCA	25	10	8	0,00	15.729.118,81	0,00
PB	CAMPINA GRANDE	25	400	9	302.988.201,70	541.705.461,17	55,93
PB	JOAO PESSOA	25	750	7	(287.436.516,86)	1.454.925.462,75	-
PB	JUNCO DO SERIDO	25	780	4	(768.751,76)	10.728.238,19	-
PB	PATOS	25	1080	8	34.440.900,99	121.809.474,53	28,32
PE	ABREU E LIMA	26	3	4	28.797.155,44	111.066.132,59	25,97
PE	AFRANIO	26	20	3	(807.768,79)	33.148.107,78	-
PE	AGRESTINA	26	30	2	12.381.878,88	34.133.881,20	35,98
PE	AGUA PRETA	26	40	1	6.025.561,90	49.000.760,93	10,38
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	31.003.999,40	54.803.775,62	56,47
PE	ALAGOINHA	26	60	9	2.669.155,72	23.695.833,04	11,27
PE	ARAIOSA	26	90	6	17.175.516,48	31.017.272,61	55,37
PE	ARACOIABA	26	105	2	(2.699.902,16)	28.443.371,10	-
PE	ARCOVERDE	26	120	1	5.678.597,79	89.438.746,16	6,57
PE	BARRA DE GUABIRABA	26	130	0	(160.895,54)	10.377.640,71	-
PE	BARREIROS	26	140	9	13.245.701,13	53.094.395,03	24,95
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	26	160	7	1.607.112,81	32.962.066,56	5,48
PE	BELO JARDIM	26	170	5	2.527.645,70	103.370.796,19	2,45
PE	BEZERROS	26	180	4	1.047.198,75	74.261.338,41	1,41
PE	BOM CONSELHO	26	200	0	(21.497.493,35)	(21.497.493,35)	100,00
PE	BONITO	26	230	8	11.926.081,07	54.101.957,53	22,04
PE	BREJAO	26	240	7	(793.722,88)	18.767.874,25	-
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	26	260	5	0,00	60.791.721,87	0,00
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	(1.178.562,33)	19.362.364,25	-
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	280	2	(2.836.630,48)	402.334.860,76	-
PE	CABROBO	26	300	9	506.491,17	52.298.472,84	0,97
PE	CACHOEIRINHA	26	310	8	(185.000,00)	28.800.828,75	-
PE	CALUMBI	26	340	5	0,00	12.500.005,08	0,00
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	12.134.742,90	171.217.482,85	7,09
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	26	350	4	3.668.005,38	26.365.526,36	13,90
PE	CAMUTANGA	26	355	3	2.783.179,89	20.845.845,72	13,35
PE	CANHOTINHO	26	370	2	2.774.084,49	34.475.012,10	8,05
PE	CAPOEIRAS	26	380	1	23.849,14	30.587.197,78	0,08
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	26	382	6	(48.799,56)	18.747.879,81	-
PE	CARPINA	26	400	7	(2.203.452,69)	83.861.848,58	-
PE	CARUARU	26	410	6	(478.705,27)	392.003.788,33	-
PE	CEDRO	26	430	4	(845.256,84)	21.562.191,34	-
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	4.540.151,16	20.761.154,43	21,87
PE	CHA GRANDE	26	450	2	5.851.732,07	36.284.093,71	16,13
PE	CONDADO	26	460	1	2.408.161,85	33.922.016,27	7,10
PE	CORTES	26	480	9	(4.443.572,39)	24.264.181,26	-
PE	CUMARU	26	490	8	8.349.443,17	26.108.530,06	31,98
PE	CUSTODIA	26	510	3	10.794.346,77	47.871.007,21	22,55
PE	DORMENTES	26	515	2	7.002.214,05	28.061.236,71	24,95
PE	ESCADA	26	520	2	24.154.482,13	78.425.998,49	30,81
PE	EXU	26	530	1	(3.252.438,06)	46.200.018,09	-
PE	FERREIROS	26	550	8	0,00	18.476.403,26	0,00
PE	FLORESTA	26	570	7	18.479.505,72	57.881.712,15	28,46
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	6.536.511,10	21.035.229,26	25,60
PE	GARANHUNS	26	600	2	(40.257.710,84)	183.934.389,53	-
PE	GOIANA	26	620	0	(9.442.256,58)	130.696.960,36	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	GRAVATA	26	640	6	45.666.491,33	104.022.413,94	44,11
PE	IBIMIRIM	26	660	6	(2.690.094,21)	38.908.055,56	-
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	329.578,58	14.079.512,54	2,34
PE	IGARASSU	26	680	4	0,00	129.517.405,97	0,00
PE	IMBAZEIRA	26	710	9	655.951,05	13.919.213,68	4,71
PE	IPOJUCA	26	720	8	(190.199.193,84)	473.897.921,40	-
PE	IPUBI	26	730	7	(281.624,87)	42.583.017,50	-
PE	ITAIBA	26	750	5	936.592,06	41.074.534,00	2,28
PE	ITAMBE	26	765	3	5.383.134,43	43.321.708,05	12,38
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	0,00	51.719.130,53	0,00
PE	ITAQUITINGA	26	780	2	100.000,00	36.928.917,81	0,27
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	26	790	1	97.204.003,76	795.674.756,46	12,22
PE	JATAUBA	26	800	8	13.466.098,54	27.231.004,73	49,45
PE	JOAO ALFREDO	26	810	7	3.429.862,10	40.890.071,84	8,39
PE	JOAQUIM NABUCO	26	825	6	(1.584.133,79)	28.713.795,03	-
PE	JUCATI	26	825	5	515.758,11	20.230.602,26	2,55
PE	JUPI	26	830	5	(3.457.633,69)	27.088.814,87	-
PE	JUREMA	26	840	4	(4.134.480,88)	23.059.981,03	-
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	9.579.791,90	22.899.327,92	41,83
PE	LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	0,00	34.754.658,32	0,00
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	1.199.385,74	24.945.456,60	4,81
PE	LAJEDO	26	880	0	(5.728.149,75)	54.914.696,65	-
PE	LIMOEIRO	26	890	9	30.081.932,39	71.015.068,84	42,35
PE	MACHADOS	26	910	5	(2.347.434,82)	21.928.611,87	-
PE	MANARI	26	915	4	341.033,33	31.262.217,88	1,09
PE	MARAIAL	26	920	4	(5.716.521,41)	19.819.078,66	-
PE	MIRANDIBA	26	935	3	(3.854.522,55)	23.084.801,36	-
PE	MORELANDIA	26	1430	3	892.139,27	19.972.488,37	4,47
PE	MORENO	26	945	2	0,00	72.621.674,98	0,00
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	31.702.406,59	37.131.916,87	85,38
PE	OLINDA	26	960	0	39.829.264,98	444.035.687,16	8,97
PE	OROCO	26	965	8	2.797.670,19	22.543.657,09	12,41
PE	OURICURI	26	990	7	(572.664,64)	50.663.050,53	-
PE	PALMARES	26	1000	4	0,00	101.656.634,81	0,00
PE	PARANATAMA	26	1003	1	1.715.236,35	23.296.718,50	7,36
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	(3.127.282,52)	33.670.214,61	-
PE	PAUDALHO	26	1060	8	0,00	68.642.389,68	0,00
PE	PAULISTA	26	1070	9	37.258.628,66	281.338.297,47	13,24
PE	PEDRA	26	1080	6	(689.598,10)	30.756.715,34	-
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	9.237.897,27	77.373.521,67	11,94
PE	PETROLANDIA	26	1100	2	(6.033.817,23)	76.537.925,65	-
PE	PETROLINA	26	1110	1	88.180.995,18	389.232.836,97	22,66
PE	POMBOS	26	1130	9	0,00	37.163.606,25	0,00
PE	RECIFE	26	1150	8	391.181.285,83	3.173.812.313,65	12,33
PE	RIBEIRAO	26	1180	4	0,00	55.675.216,46	0,00
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	29.908.000,01	41.819.819,80	58,00
PE	SAIRE	26	1200	0	0,00	20.713.732,04	0,00
PE	SALGADINHO	26	1210	9	4.339.952,06	13.811.569,03	31,86
PE	SALGUEIRO	26	1220	8	2.517.378,57	80.601.990,71	3,13
PE	SANHARO	26	1240	6	6.525.977,83	31.080.943,71	21,00
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	26	1247	1	443.812,43	17.617.095,88	2,52
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	36.797.469,34	101.231.558,87	36,35
PE	SANTA FILOMENA	26	1255	4	(1.867.732,96)	31.169.889,08	
PE	SAO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	6.308.589,25	21.652.318,97	24,52
PE	SAO BENTO DO UMA	26	1300	0	8.878.020,55	66.879.106,19	13,68
PE	SAO CAITANO	26	1310	7	(226.306,97)	42.356.009,21	-
PE	SAO JOAO	26	1320	6	0,00	32.974.770,78	0,00
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	7.023.128,06	31.771.595,56	22,11
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	26	1350	3	(1.113.578,96)	41.411.280,45	-
PE	SAO LOURENCO DA MATA	26	1370	1	15.092.124,08	115.028.276,87	13,09
PE	SERRA TALHADA	26	1390	9	20.975.488,33	105.329.404,97	19,92
PE	SERTANIA	26	1410	5	273.608,58	43.210.930,81	0,63
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	18.902.317,06	53.401.547,97	37,27
PE	SOLIDAO	26	1440	2	1.451.868,32	13.873.031,46	10,47
PE	SURUBIM	26	1450	1	8.412.020,54	69.451.250,51	8,35
PE	TABIRA	26	1460	0	(245.079,48)	33.908.461,36	-
PE	TACAIMBO	26	1470	9	7.753.370,59	18.822.888,62	41,69
PE	TACAMARTINGA DO NORTE	26	1500	3	23.861.852,31	33.943.557,70	84,82
PE	TEREZINHA	26	1510	2	326.225,91	14.566.236,73	2,24
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(376.359,61)	19.190.475,06	-
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	19.209.861,24	43.393.002,79	20,72
PE	TORITAMA	26	1540	8	(3.753.190,27)	45.304.255,46	-
PE	TRACUNHAEM	26	1550	8	0,00	17.481.348,36	0,00
PE	TUPARETAMA	26	1580	4	1.940.021,06	15.861.920,17	12,15
PE	VENTUROSA	26	1600	1	3.580.464,13	25.403.821,80	14,09
PE	VERDEJANTE	26	1615	0	(508.851,90)	17.654.108,35	-
PE	VERTENTES	26	1620	9	(1.730.636,85)	29.168.372,47	-
PE	VICENCIA	26	1630	8	0,00	44.403.104,17	0,00
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	26	1640	7	16.061.971,45	162.954.276,03	9,86
PE	XEXEU	26	1650	6	(999.744,01)	25.007.023,94	-
PR	ABATIA	41	10	3	2.652.225,39	12.920.878,12	20,53
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	41	40	0	20.860.224,76	103.993.748,03	20,06
PR	ALVORADA DO SUL	41	80	6	247.368,92	23.236.335,07	1,06
PR	ANTONINA	41	120	0	2.578.831,92	36.270.837,61	7,21
PR	ARAPONGAS	41	150	7	(8.827.833,96)	190.031.645,40	-
PR	ARAUCARIA	41	180	4	(48.882.685,85)	548.813.883,88	-
PR	CAMPO LARGO	41	420	4	3.582.345,42	168.058.148,41	2,13
PR	CAMPO MOURAO	41	430	3	(18.306.853,66)	178.706.675,72	-
PR	CARAMBEI	41	468	9	(9.115.012,65)	54.296.769,09	-
PR	CASCAVEL	41	480	8	(58.976.042,76)	465.623.877,36	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	CASTRO	41	490	7	(7.936.076,38)	122.847.876,87	
PR	CIANORTE	41	550	8	(15.409.109,45)	142.650.857,12	-
PR	COLOMBO	41	580	5	(52.044.477,66)	262.033.076,98	-
PR	CURITIBA	41	690	2	528.667.702,67	5.979.528.393,92	8,83
PR	FAXINAL	41	780	3	5.387.442,84	26.212.534,92	21,29
PR	FOZ DO IGUACU	41	830	4	89.394.349,85	566.850.593,62	15,06
PR	GUARAPUAVA	41	940	1	(10.448.396,78)	237.333.052,66	-
PR	INDIANOPOLIS	41	1040	9	1.182.055,25	13.101.717,06	9,05
PR	IRATI	41	1070	8	(8.984.732,31)	80.413.729,08	-
PR	LONDRINA	41	1370	0	58.488.878,83	1.020.229.752,59	5,83
PR	LUNARDELLI	41	1378	9	2.722.812,56	13.393.481,12	20,33
PR	MARIALVA	41	1480	7	590.192,84	55.828.130,00	1,06
PR	MARINGA	41	1530	9	189.440.460,51	866.396.730,14	24,73
PR	PARANAGUA	41	1820	4	1.585.376,57	276.378.157,68	0,57
PR	PARANAVAI	41	1840	2	27.474.592,29	126.178.106,23	21,77
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	(13.289.581,50)	170.788.837,62	-
PR	PEROBAL	41	1868	7	(696.790,51)	16.180.024,17	-
PR	PINHAIS	41	1915	2	(30.024.529,25)	235.536.561,63	-
PR	PIRAQUARA	41	1950	9	(2.542.460,22)	139.505.107,03	-
PR	PONTA GROSSA	41	1990	5	211.442.495,12	466.214.929,62	45,37
PR	QUINTA DO SOL	41	2110	8	(1.243.778,77)	12.958.249,48	-
PR	ROLANDIA	41	2240	4	10.185.298,32	97.582.093,77	10,44
PR	SALTO DO ITARARE	41	2290	9	(211.744,63)	10.387.288,67	-
PR	SANTA AMELIA	41	2310	2	864.842,10	9.640.706,07	8,97
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	(2.248.626,11)	31.632.784,06	-
PR	SANTO INACIO	41	2450	3	(2.470.775,57)	17.608.145,63	-
PR	SAO JERONIMO DA SERRA	41	2470	7	(3.181.358,79)	19.230.665,65	-
PR	SARANDI	41	2525	6	(11.940.832,87)	113.068.211,74	-
PR	TOLEDO	41	2770	0	(3.701.492,47)	243.394.340,53	-
PR	UMUARAMA	41	2810	4	37.979.634,49	166.169.017,40	22,86
PR	UNIAO DA VITORIA	41	2820	3	(27.893.349,55)	100.262.069,56	-
PR	VENTANIA	41	2853	4	(3.458.962,36)	20.389.020,18	-
RJ	ANGRA DOS REIS	33	10	0	90.330.780,00	688.208.667,80	13,13
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	7.078.882,00	159.990.638,20	4,44
RJ	BELFORD ROXO	33	45	6	48.010.363,00	512.077.517,60	9,38
RJ	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	33	95	1	11.502.633,00	28.256.420,80	40,71
RJ	DUQUE DE CAXIAS	33	170	2	150.570.696,90	1.612.803.402,10	9,65
RJ	IGUABA GRANDE	33	187	6	(14.886.214,80)	73.605.290,50	-
RJ	ITABORAI	33	190	0	(223.064.686,10)	610.626.071,50	-
RJ	MACAE	33	240	2	(234.340.362,50)	1.979.135.927,30	-
RJ	MANGARATIBA	33	280	1	0,00	282.359.417,70	0,00
RJ	MARICA	33	270	0	(31.263.782,00)	370.109.447,00	-
RJ	NILOPOLIS	33	320	3	(25.388.615,10)	208.260.036,20	-
RJ	NITEROI	33	330	2	110.335.331,10	1.463.958.843,30	7,54
RJ	NOVA IGUACU	33	350	0	43.803.558,80	905.116.264,10	4,83
RJ	PARACAMBI	33	364	9	4.787.133,00	98.599.324,70	4,84
RJ	PETROPOLIS	33	390	6	(46.807.806,70)	883.425.879,75	-
RJ	QUATIS	33	412	8	(10.462.580,30)	45.657.106,10	-
RJ	RESENDE	33	420	1	80.966.310,00	366.486.775,70	22,10
RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	9.522.181.295,28	17.970.301.788,84	47,42
RJ	SAO GONCALO	33	490	4	(20.867.737,70)	876.511.885,50	-
RJ	SAO JOAO DA BARRA	33	500	0	30.501.054,70	364.154.719,00	8,38
RJ	SAO JOAO DE MERITI	33	510	9	5.115.843,20	415.199.861,60	1,23
RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA	33	520	8	(51.741.878,90)	144.903.191,70	-
RJ	SAQUAREMA	33	550	5	(7.361.537,70)	157.841.643,10	-
RJ	TANGUA	33	575	2	(14.572.618,70)	71.464.685,10	-
RJ	TERESOPOLIS	33	580	2	110.599.795,50	343.996.855,50	32,15
RJ	TRES RIOS	33	600	8	18.344.521,30	189.935.895,40	9,45
RJ	VALENCA	33	610	7	2.095.840,80	138.456.689,00	1,94
RJ	VOLTA REDONDA	33	630	5	333.830.500,00	708.248.700,00	47,13
RN	ACU	24	20	8	(4.900.362,09)	73.493.630,24	-
RN	MACAIBA	24	710	4	10.678.085,91	109.009.787,73	9,80
RN	MOSSORO	24	800	3	47.514.656,49	436.838.443,88	10,85
RN	NATAL	24	810	1	(185.563.936,75)	1.444.494.283,12	-
RO	ARIQUEMES	11	2	3	(33.148.362,78)	145.824.631,29	-
RO	CACOAL	11	4	9	18.668.783,98	124.639.923,00	12,97
RO	GUAJARA-MIRIM	11	5	5	(8.381.339,08)	29.342.694,90	-
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	4	(1.421.930,93)	17.113.107,16	-
RO	JARU	11	11	4	22.215.144,93	75.493.737,09	28,43
RO	JI-PARANA	11	12	2	(23.405.601,01)	184.362.838,41	-
RO	NOVA MAMORE	11	33	8	(3.933.317,55)	31.734.014,87	-
RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	(9.601.684,14)	57.451.720,81	-
RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	5.857.710,15	53.527.897,00	10,94
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(25.888.084,77)	686.328.129,55	-
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	1.143.331,64	31.323.840,45	3,65
RO	ROLIM DE MOURA	11	28	8	(7.029.803,49)	88.398.187,89	-
RO	VILHENA	11	30	4	28.368.069,23	155.725.395,47	18,21
RR	BOA VISTA	14	10	0	(245.634.484,72)	894.417.871,98	-
RS	ALEGRETE	43	40	6	(24.835.162,03)	129.081.183,62	-
RS	ALTO ALEGRE	43	55	4	(997.094,77)	11.034.183,32	-
RS	ALVORADA	43	60	4	26.036.271,32	204.876.962,45	12,71
RS	ARARICA	43	87	7	0,00	14.885.627,80	0,00
RS	ARROIO DOS RATOS	43	110	7	(7.023.783,42)	28.901.838,74	-
RS	ARROIO GRANDE	43	130	8	809.823,91	34.984.149,19	2,60
RS	BAGE	43	160	7	1.909.763,29	208.552.243,63	0,92
RS	BENTO GONCALVES	43	210	3	(43.777.803,84)	288.380.499,00	-
RS	BOA VISTA DAS MISSOES	43	215	4	(1.107.497,99)	10.480.467,40	-
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	1.906.128,88	51.079.280,54	3,89
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	(378.965,83)	134.447.730,19	-
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	24.573.566,36	261.253.931,03	9,78

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	CAMAQUA	43	360	8	(911.883,86)	98.171.809,33	-
RS	CAMPO BOM	43	390	8	(4.200.545,72)	148.863.174,31	-
RS	CANGUCU	43	450	7	(9.033.878,93)	84.648.840,16	-
RS	CANOAS	43	460	6	91.799.119,00	830.113.592,89	11,06
RS	CAPAO DO LEAO	43	466	3	873.507,55	40.422.599,56	2,16
RS	CARAZINHO	43	470	5	(11.234.831,11)	111.677.475,80	-
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	30.247.552,57	1.220.711.830,70	2,48
RS	CRISTAL DO SUL	43	607	2	(512.022,54)	8.987.849,16	-
RS	CRUZ ALTA	43	610	6	(9.118.182,44)	102.915.328,50	-
RS	ERECHIM	43	700	5	(21.320.98[illegible],97)	169.854.630,06	-
RS	ESTEIO	43	770	8	(21.242.[illegible],07)	147.[illegible]720,57	-
RS	FARROUPILHA	43	790	6	(11.045.042,52)	137.288.783,45	-
RS	FAXINAL DO SOTURNO	43	800	3	(266.585,59)	12.722.337,15	-
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(17.806.204,82)	84.585.863,03	-
RS	GAURAMA	43	870	8	(8.772.720,46)	13.989.423,83	-
RS	GUAIBA	43	930	9	84.603.429,22	152.336.000,34	16,19
RS	IJUI	43	1020	7	(46.081.672,38)	198.599.025,79	-
RS	IMBE	43	1033	0	47.436.038,23	64.164.116,28	73,93
RS	INHACORA	43	1041	3	8.639.080,85	9.419.486,27	10,34
RS	ITAARA	43	1053	8	(2.180.285,43)	11.923.674,92	-
RS	ITAQUI	43	1060	4	(4.859.831,47)	20.675.172,37	-
RS	LAGOA BONITA DO SUL	43	1123	9	(1.509.941,68)	6.828.720,01	-
RS	LAJEADO	43	1140	3	(43.479.817,01)	171.585.609,80	-
RS	LIBERATO SALZANO	43	1180	1	(2.980.324,07)	13.035.003,13	-
RS	MANPITUBA	43	1173	4	(7.515.953,73)	10.147.324,25	-
RS	MARIELIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(1.209.800,72)	12.610.024,35	-
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	42.408.206,26	118.639.596,00	35,75
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(309.942,56)	6.594.445,55	-
RS	NOVA BRESCIA	43	1320	3	135.900,82	12.161.810,29	1,12
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	(6.343.222,43)	53.510.014,58	-
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	83.537.796,06	560.109.243,58	11,34
RS	PAROBE	43	1405	0	7.642.882,29	84.628.530,36	8,93
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(54.705.103,09)	333.008.139,56	-
RS	PELOTAS	43	1440	7	100.636.061,88	540.395.901,76	18,62
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	216.528,07	31.997.477,40	0,68
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	1	418.691.196,50	4.068.522.869,27	10,30
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	(75.992.025,63)	385.866.680,83	-
RS	RIOZINHO	43	1575	0	(473.382,87)	12.221.010,83	-
RS	ROLANTE	43	1600	6	1.692.400,72	35.875.807,58	4,72
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	44.727,06	27.471.335,56	0,16
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	1.622.149,78	279.863.436,83	0,58
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	5.057,84	10.956.090,78	0,05
RS	SANTA MARIA	43	1690	7	(44.525.113,29)	359.680.008,38	-
RS	SANTA ROSA	43	1720	2	(10.078.910,33)	151.381.246,66	-
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	10.506.698,77	63.077.126,66	16,66
RS	SANT'ANA DA BOA VISTA	43	1700	4	(444.250,93)	15.994.280,00	-
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(9.077.917,97)	107.843.804,84	-
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	43	1770	7	(1.412.955,87)	26.097.185,54	-
RS	SAO BORJA	43	1800	2	(1.271.818,50)	119.315.647,10	-
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	(2.469.262,38)	87.207.180,24	-
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	209.733.505,06	488.287.709,39	42,95
RS	SAO LUIZ GONZAGA	43	1890	3	(1.778.112,48)	83.902.844,95	-
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	43	1930	7	(2.229.286,87)	12.966.680,45	-
RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	43	1936	4	0,00	9.038.710,05	0,00
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(17.209.218,83)	129.578.004,14	-
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	6	4.446.917,49	206.059.158,30	2,17
RS	SERTAO	43	2060	3	(498.762,09)	18.557.351,95	-
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	0,00	8.968.131,78	0,00
RS	SOLEDADE	43	2080	0	4.025.783,37	45.504.706,65	8,85
RS	TAQUARA	43	2120	4	10.328.796,25	81.383.573,72	12,69
RS	TORRES	43	2130	1	(59.209,01)	82.868.367,85	-
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	108.797.319,22	173.877.714,42	62,54
RS	VACARIA	43	2250	9	(5.563.736,61)	120.414.250,08	-
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(6.442.297,70)	112.873.578,77	-
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(2.773.909,21)	55.008.684,38	-
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(1.417.431,47)	19.336.275,30	-
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	22.988,64	17.337.571,24	0,13
SC	ARAQUARI	42	130	7	9.784.159,50	97.060.865,04	7,21
SC	ARARANGUA	42	140	6	(2.258.505,99)	98.554.142,65	-
SC	ATALANTA	42	180	2	24.195,28	9.954.844,85	0,24
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(129.038.213,59)	485.787.156,02	-
SC	BIGUACU	42	230	5	7.341.076,03	807.133.535,66	5,85
SC	BLUMENAU	42	240	4	101.072.998,61	834.005.792,88	12,12
SC	BOMBINHAS	42	245	3	(13.326.283,86)	58.487.564,36	-
SC	BRACO DO NORTE	42	260	0	1.919.959,61	50.365.110,47	3,80
SC	BRUSQUE	42	290	9	21.670.032,10	241.624.445,58	8,97
SC	CACADOR	42	300	8	(870.695,59)	118.015.509,89	-
SC	CALMON	42	315	4	(1.180.118,69)	12.940.758,28	-
SC	CAMBORIU	42	320	4	(14.563.852,82)	121.306.199,91	-
SC	CANELINHA	42	340	9	(1.730.864,68)	20.704.359,98	-
SC	CANOINHAS	42	360	8	(4.658.837,24)	80.871.875,07	-
SC	CocaL DO SUL	42	425	1	(1.046.953,71)	35.010.072,12	-
SC	CONCORDIA	42	430	1	(12.730,[illegible]36,96)	[illegible]86.884.377,12	-
SC	CRICIUMA	42	460	8	78.230.262,37	402.021.300,51	19,46
SC	FAXINAL DOS GUEDES	42	530	8	(587.583,16)	26.925.898,90	-
SC	FLORIANOPOLIS	42	540	7	357.543.831,66	1.054.864.278,49	33,89
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	(574.[illegible]15,46)	9.452.545,30	-
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	(1.150.510,27)	9.184.336,05	-
SC	GALVAO	42	560	5	(485.480,36)	10.744.986,63	-
SC	GASPAR	42	590	2	(16.028.720,00)	124.856.784,71	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	GRAO PARA	42	810	8	2.227.999,87	14.227.766,43	15,66
SC	GUABIRUBA	42	830	6	(3.844.907,86)	40.138.838,17	-
SC	GUARACIABA	42	840	8	(1.861.969,24)	19.470.486,70	-
SC	IMARI	42	870	1	(960.519,52)	9.115.608,71	-
SC	INDAIAL	42	710	2	(1.162.371,36)	119.550.836,66	-
SC	IPIRA	42	760	1	(937.540,37)	12.963.491,09	-
SC	ITAJAI	42	820	3	(44.999.748,81)	769.013.880,19	-
SC	ITAPEMA	42	830	2	(7.462.066,57)	132.286.197,23	-
SC	ITAPOA	42	845	0	(7.209.539,79)	57.236.085,26	-
SC	JAGUARUNA	42	880	7	1.963.894,00	33.672.216,00	5,86
SC	JARAGUA	42	900	3	(12.968.493,76)	87.184.273,70	-
SC	JOINVILLE	42	910	2	642.347.513,67	1.238.269.952,14	51,87
SC	LAGES	42	930	0	55.717.588,43	344.852.581,34	17,37
SC	LAGUNA	42	940	9	(5.625.060,77)	73.063.119,64	-
SC	LEBON REGIS	42	970	6	(1.321.185,22)	20.436.854,18	-
SC	LUZERNA	42	1003	5	(3.167.430,44)	14.774.581,76	-
SC	MARAVILHA	42	1050	6	(27.898,44)	47.221.235,05	-
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	519.959,50	87.260.854,39	3,44
SC	RANCHO QUEIMADO	42	1130	6	(11.038.960,80)	156.198.844,26	-
SC	NOVA VENEZA	42	1150	3	(654.973,73)	30.311.596,46	-
SC	PALHOCA	42	1190	0	(46.646.278,34)	349.737.883,83	-
SC	PETROLANDIA	42	1270	0	(1.737.526,48)	13.249.142,29	-
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	(10.294.386,73)	168.774.298,55	-
SC	RIO NEGRINHO	42	1500	0	6.726.073,32	84.583.832,80	7,95
SC	SALETE	42	1550	7	(482.552,45)	14.255.090,43	-
SC	SANTA CECILIA	42	1650	6	2.139.316.437,83	31.816.384,77	6.724,66
SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	4.931.254,66	172.967.528,23	2,85
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(4.850.703,48)	185.434.682,19	-
SC	SAO JOSE	42	1660	2	(3.017.232,10)	382.745.251,71	-
SC	SAO LUDGERO	42	1700	6	(2.334.288,24)	26.898.402,01	-
SC	SIDEROPOLIS	42	1760	0	1.099.143,86	22.085.398,70	5,38
SC	TAIO	42	1780	8	(4.335.201,00)	36.814.782,16	-
SC	TREZE TILIAS	42	1850	8	0,00	20.450.337,25	0,00
SC	TUBARAO	42	1870	7	2.161.301,13	153.748.233,80	1,41
SC	URUBICI	42	1890	5	(70.048,19)	21.319.590,06	-
SC	VARGEAO	42	1910	1	(2.063.310,19)	12.397.224,70	-
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	(517.963,47)	18.017.581,29	-
SC	XANXERE	42	1960	7	1.881.941,80	80.489.191,00	2,09
SC	XAXIM	42	1970	5	4.876.933,77	56.326.868,26	8,58
SE	ARACAJU	28	30	8	164.918.487,00	1.178.766.391,56	13,99
SE	LAGARTO	28	350	0	3.599.197,00	42.344.839,44	8,44
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	28	480	8	(821.014,63)	187.489.005,81	-
SP	ADAMANTINA	35	10	6	(7.456.228,49)	90.780.049,14	-
SP	ALTO ALEGRE	35	110	3	(1.312.170,66)	13.640.816,20	-
SP	AMPARO	35	190	5	(24.485.855,21)	179.304.476,21	-
SP	ANDRADINA	35	210	1	4.483.352,52	114.030.629,51	3,93
SP	ANGATUBA	35	220	8	1.015.118,00	56.480.039,00	1,80
SP	APIAI	35	270	6	10.822.853,65	50.486.877,71	21,44
SP	ARACATUBA	35	280	4	172.953.819,91	393.715.193,67	43,93
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	696.405,04	63.992.188,50	1,08
SP	ARANDU	35	310	8	1.880.868,69	18.128.641,25	9,15
SP	ARARAQUARA	35	320	8	47.560.250,85	565.964.132,40	8,40
SP	ARARAS	35	330	7	(45.290.665,84)	325.694.083,32	-
SP	ARUJA	35	380	1	(10.382.085,44)	185.404.588,00	-
SP	ATIBAIA	35	410	7	(22.836.855,43)	310.945.589,91	-
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	1.717.885,59	25.783.456,63	6,66
SP	AVARE	35	450	3	37.246.491,00	180.780.134,00	20,62
SP	BARAO DE ANTONINA	35	500	5	0,00	11.724.743,53	0,00
SP	BARRI	35	520	3	44.246,25	70.333.773,19	0,06
SP	BARRA BONITA	35	530	2	(3.879.360,47)	58.456.200,69	-
SP	BARRETOS	35	550	0	42.080.796,09	307.854.919,46	13,66
SP	BASTOS	35	580	7	(1.732.470,13)	41.085.200,16	-
SP	BATATAIS	35	590	6	12.851.415,78	123.158.625,78	10,44
SP	BAURU	35	600	3	150.723.724,44	708.470.776,26	21,33
SP	BEBEDOURO	35	610	2	9.330.053,92	163.401.864,55	5,71
SP	BERTIOGA	35	636	9	37.340.902,07	262.680.626,92	14,21
SP	BIRIGUI	35	650	8	11.094.852,05	229.951.900,81	4,98
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	35	710	0	5.685.534,49	49.033.730,89	13,23
SP	BOM SUCESSO DE ITARARE	35	715	9	1.100.445,90	11.458.751,00	9,60
SP	BORBOREMA	35	740	7	2.230.698,47	38.480.882,68	5,12
SP	BOTUCATU	35	750	0	(50.020.909,03)	283.928.324,75	-
SP	BREJO ALEGRE	35	776	3	(1.536.717,43)	15.882.258,37	-
SP	BROCOWSKI	35	780	3	22.058.265,69	40.233.600,84	55,30
SP	BROTAS	35	790	2	730.239,35	63.589.775,71	1,15
SP	BURITIZAL	35	820	7	0,00	20.901.945,27	0,00
SP	CABREUVA	35	840	5	(7.041.397,60)	118.916.947,23	-
SP	CAFELANDIA	35	880	1	1.756.836,54	37.578.723,92	4,67
SP	CAIABU	35	890	0	349.259,67	11.800.689,28	2,96
SP	CAIEIRAS	35	900	7	(20.410.359,70)	181.498.567,84	-
SP	CAIUA	35	910	8	0,00	15.840.349,08	0,00
SP	CAJAMAR	35	930	6	129.290.088,46	311.781.642,56	40,80
SP	CAJATI	35	925	4	(8.224.472,76)	72.521.793,95	-
SP	CAJOBI	35	930	4	2.891.802,58	22.253.630,89	12,89
SP	CAMPINAS	35	960	2	1.199.136.850,34	3.121.247.487,74	37,89
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	35	860	1	18.011.479,93	143.171.538,52	13,28
SP	CANAS	35	995	7	(54.490,34)	13.886.961,55	-
SP	CAPAO BONITO	35	1020	3	10.250.346,76	89.515.414,20	16,15
SP	CAPELA DO ALTO	35	1030	2	(1.183.456,36)	38.952.331,54	-
SP	CASTILHO	35	1100	3	0,00	73.503.834,11	0,00
SP	CATANDUVA	35	1110	2	(164.802.984,56)	299.348.762,35	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	5	3.873.621,00	43.471.718,00	8,91
SP	CESARIO LANGE	35	1160	7	(843.803,82)	38.310.539,02	-
SP	CHARQUEADA	35	1170	5	(1.894.157,32)	35.748.020,48	-
SP	CHAVANTES	35	1720	4	4.114.096,07	27.388.304,86	15,02
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	(258.564,20)	39.177.420,65	-
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	(341.558,58)	19.238.449,83	-
SP	COSMOPOLIS	35	1280	3	56.471.590,64	132.025.637,71	42,77
SP	COSMORAMA	35	1290	2	(457.321,57)	21.216.818,83	-
SP	COTIA	35	1300	9	37.845.057,31	572.672.511,74	6,61
SP	CRAVINHOS	35	1310	5	2.437.739,58	81.546.145,60	2,99
SP	CRUZALIA	35	1330	5	0,00	12.109.924,48	0,00
SP	CRUZEIRO	35	1340	5	55.417.863,83	139.540.048,05	39,71
SP	DESCALVADO	35	1370	2	(6.447.463,00)	90.616.170,00	-
SP	DIADEMA	35	1390	1	261.858.773,72	807.114.758,09	32,51
SP	DOURADO	35	1430	4	(1.785.179,03)	19.382.581,61	-
SP	ECHAPORA	35	1470	0	(156.110,35)	16.741.784,00	-
SP	ELIAS FAUSTO	35	1480	8	(3.564.318,10)	42.994.406,03	-
SP	EMBU	35	1500	4	37.741.794,59	396.785.514,63	9,51
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	5	(8.765.851,93)	76.812.667,65	-
SP	FERNANDO PRESTES	35	1580	5	(1.311.898,68)	15.782.089,70	-
SP	FERNANDOPOLIS	35	1550	8	8.869.037,19	115.968.887,78	7,65
SP	FRANCA	35	1620	0	(98.787.190,83)	492.335.259,84	-
SP	FRANCO DA ROCHA	35	1640	8	(2.587.429,92)	183.496.741,16	-
SP	GARCA	35	1670	5	(79.184.118,88)	80.804.981,89	-
SP	GENERAL SALGADO	35	1690	3	56.782.604,39	26.471.385,86	214,53
SP	GLICERIO	35	1710	9	(139.359,10)	16.442.383,67	-
SP	GUAIRA	35	1740	8	431.181,80	115.983.595,12	0,37
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(3.726.994,31)	43.954.850,16	-
SP	GUARACI	35	1790	1	4.222.847,15	34.495.131,56	12,24
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(25.207.816,61)	183.957.836,92	-
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	41.200.045,18	227.045.001,00	18,15
SP	GUARUJA	35	1870	1	801.853.770,24	870.899.377,06	91,99
SP	GUARULHOS	35	1880	0	1.588.814.558,15	3.144.293.238,68	50,85
SP	GUZOLANDIA	35	1890	5	(3.808.978,55)	13.507.553,99	-
SP	HOLAMBRA	35	1905	5	(1.735.445,26)	42.755.279,68	-
SP	HORTOLANDIA	35	1907	1	(9.888.498,00)	536.045.445,56	-
SP	IBIRAREMA	35	1950	1	(3.140.283,52)	20.150.445,85	-
SP	IBITINGA	35	1960	0	(5.915.186,12)	94.602.254,88	-
SP	IEPE	35	1980	7	(710.435,99)	23.972.173,33	-
SP	ILHA COMPRIDA	35	2042	5	(23.146.290,09)	78.754.358,75	-
SP	ILHABELA	35	2040	0	(25.749.745,55)	157.912.753,43	-
SP	INDAIATUBA	35	2050	9	(832.974.852,85)	669.173.919,08	-
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	5	(1.901.347,09)	12.245.525,03	-
SP	IPAUSSU	35	2090	5	4.282.151,25	33.660.174,68	12,72
SP	IPERO	35	2100	2	(9.012.813,61)	68.766.984,30	-
SP	IPEUNA	35	2110	1	(2.548.781,75)	23.239.450,11	-
SP	IPIGUA	35	2115	0	0,00	12.855.078,20	0,00
SP	ITABERA	35	2170	9	(2.382.861,48)	34.863.674,18	-
SP	ITAI	35	2180	4	2.181.052,52	59.865.279,58	3,64
SP	ITAJOBI	35	2190	3	(1.890.803,94)	38.056.499,10	-
SP	ITANHAEM	35	2210	9	45.005.124,03	247.078.924,84	18,22
SP	ITAPETININGA	35	2230	7	43.626.095,73	283.963.961,04	15,36
SP	ITAPEVA	35	2240	6	18.394.616,56	205.059.093,65	8,97
SP	ITAPIRA	35	2260	4	33.634.381,75	161.678.637,78	20,80
SP	ITAPOLIS	35	2270	3	8.770.474,96	81.408.422,95	8,32
SP	ITAPORANGA	35	2280	2	(1.478.894,77)	28.884.073,24	-
SP	ITAQUAQUECETUBA	35	2310	7	121.023.236,43	413.141.306,99	29,29
SP	ITARARE	35	2320	8	4.350.279,42	88.344.093,53	4,94
SP	ITATIBA	35	2340	4	(13.405.988,64)	285.524.856,97	-
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	(1.263.285,79)	45.865.430,49	-
SP	ITU	35	2350	9	(74.464.890,17)	416.187.971,89	-
SP	ITUPEVA	35	2400	6	6.058.844,29	158.484.978,75	3,82
SP	JABOTICABAL	35	2430	3	(44.208.741,47)	171.974.749,64	-
SP	JACAREI	35	2440	2	(14.685.472,78)	531.710.568,65	-
SP	JACUPIRANGA	35	2460	0	1.020.688,41	34.582.377,33	2,95
SP	JARDINOPOLIS	35	2510	2	(11.696.512,62)	92.900.439,76	-
SP	JAU	35	2530	0	74.671.035,00	281.114.931,00	26,63
SP	JOANE	35	2870	4	37.417.695,02	203.896.467,17	18,35
SP	LENCOIS PAULISTA	35	2580	3	(14.370.469,51)	167.115.217,72	-
SP	LIMEIRA	35	2690	2	(30.773.572,52)	634.737.386,68	-
SP	LINS	35	2710	6	(648.217,85)	140.289.273,53	-
SP	LOUVEIRA	35	2730	8	(276.075.056,75)	388.211.757,86	-
SP	LUCELIA	35	2740	5	(956.667,79)	40.420.048,76	-
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	0,00	11.109.387,30	0,00
SP	MAIRIPORA	35	2850	2	(9.066.826,14)	157.929.511,08	-
SP	MARACAI	35	2880	9	(1.123.634,69)	34.028.973,47	-
SP	MARIAPOLIS	35	2890	9	(1.467.942,87)	11.331.240,04	-
SP	MARILIA	35	2900	5	169.308.288,88	531.728.751,78	31,78
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	8.209.832,82	54.932.180,13	14,94
SP	MATAO	35	2930	2	60.224.249,85	163.849.584,61	36,76
SP	MAUA	35	2940	1	0,00	753.174.212,69	0,00
SP	MIGUELOPOLIS	35	2970	8	2.828.106,84	59.046.456,74	4,79
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	2.214.281,58	22.946.213,11	9,62
SP	MOGI DAS CRUZES	35	3060	7	19.227.058,31	884.285.576,38	2,17
SP	MOJI MIRIM	35	3040	8	39.711.898,43	273.889.670,55	14,50
SP	MONGAGUA	35	3110	0	14.520.706,64	145.036.887,98	10,01
SP	MONTE AZUL PAULISTA	35	3150	8	(233.260,08)	45.205.284,51	-
SP	MONTE MOR	35	3160	3	(11.381.577,82)	148.979.551,66	-
SP	MORRO AGUDO	35	3180	2	1.987.426,40	88.018.648,54	2,26
SP	NAZARE PAULISTA	35	3240	5	8.824.831,38	33.130.664,74	26,60

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	NHANDEARA	35	3260	5	(1.749.376,58)	75.671.406,05	-
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(13.901,94)	9.424.275,65	-
SP	NOVA LUZITANIA	35	3330	4	(378.110,92)	51.341.313,42	-
SP	NOVA ODESSA	35	3340	8	(11.000.740,08)	131.722.437,34	-
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	(7.184.545,06)	15.734.871,65	-
SP	ORIMBOLIVA	35	3430	3	(3.324.760,33)	23.323.215,46	-
SP	ORLANDIA	35	3430	2	3.351.836,61	107.442.456,32	3,12
SP	OSASCO	35	3440	1	917.796.807,00	1.548.732.530,00	59,34
SP	OSVALDO CRUZ	35	3450	9	(5.811.685,73)	55.507.834,83	-
SP	OURINHOS	35	3470	8	56.095.016,55	238.321.097,50	23,44
SP	PACAEMBU	35	3490	6	(237.099,29)	26.445.099,55	-
SP	PALMEIRA D'OESTE	35	3500	4	(7.317.657,54)	24.857.000,64	-
SP	PARAGUAÇU PAULISTA	35	3510	8	(12.325.765,40)	82.916.253,85	-
SP	PARANAPANEMA	35	3520	1	(1.105.845,80)	11.373.197,11	-
SP	PARAPUÃ	35	3530	9	(1.105.845,80)	11.373.197,11	-
SP	PARDINHO	35	3540	7	11.872.910,53	95.997.116,44	12,37
SP	PARIQUERA-AÇU	35	3550	6	(749.397,81)	22.034.253,00	-
SP	PARISI	35	3560	5	(1.483.292,10	139.877.251,81	29,64
SP	PATROCINIO PAULISTA	35	3570	4	8.102.644,29	71.646.845,29	11,31
SP	PAULICEIA	35	3580	3	0,00	19.023.554,24	0,00
SP	PAULINIA	35	3590	2	(44.309.048,50)	157.716.632,15	-
SP	PAULISTANIA	35	3600	1	(84.820.218,65)	329.581.826,38	-
SP	PAULO DE FARIA	35	3610	9	(147.714,00)	14.046.027,00	-
SP	PEDERNEIRAS	35	3620	8	(1.402.278,12)	21.349.869,04	-
SP	PEDRA BELA	35	3630	7	0,00	52.674.874,92	0,00
SP	PEDRANOPOLIS	35	3640	6	(95.135.368,21)	1.049.881.735,31	-
SP	PEDREGULHO	35	3650	5	(515.516,11)	80.391.154,28	-
SP	PEDREIRA	35	3660	4	(1.397.718,49)	13.081.985,16	-
SP	PEDRINHAS PAULISTA	35	3670	3	(13.034.431,78)	286.296.881,29	-
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3680	2	(41.370.522,91)	136.542.089,45	-
SP	PENAPOLIS	35	3690	1	20.314.341,19	114.726.088,41	17,71
SP	PEREIRA BARRETO	35	3700	0	393.318,82	33.327.967,33	1,18
SP	PEREIRAS	35	3710	9	(4.505.477,66)	52.428.243,43	-
SP	PERUIBE	35	3720	8	(66.421.810,90)	857.862.040,48	-
SP	PIACATU	35	3730	7	(1.421.715,75)	13.985.020,80	-
SP	PIEDADE	35	3740	6	(126.751.783,23)	429.579.015,82	-
SP	PILAR DO SUL	35	3750	5	0,00	72.585.990,06	0,00
SP	PINDAMONHANGABA	35	3760	4	(1.359.748,58)	82.205.594,51	-
SP	PINHALZINHO	35	3770	3	(250.685,70)	18.381.583,78	-
SP	PIQUEROBI	35	3780	2	(6.447.233,80)	116.192.709,58	-
SP	PIQUETE	35	3790	1	100.899,33	29.348.416,36	0,34
SP	PIRACAIA	35	3800	0	(1.017.848,40)	14.932.121,63	-
SP	PIRAJU	35	3810	9	43.853.879,87	206.713.620,28	21,12
SP	PIRAJUI	35	3820	8	644.853.675,43	1.615.864.977,02	33,72
SP	PIRANGI	35	3830	7	186.859.013,40	517.200.786,16	36,91
SP	PIRAPORA DO BOM JESUS	35	3840	6	13.413.184,51	81.174.601,59	16,52
SP	PIRAPOZINHO	35	3850	5	(3.081.815,86)	27.315.183,68	-
SP	PIRASSUNUNGA	35	3860	4	3.957.572,78	18.214.658,72	20,93
SP	PIRATININGA	35	3870	3	10.242.518,48	236.361.341,20	4,30
SP	PITANGUEIRAS	35	3880	2	(14.201.784,69)	87.381.431,44	-
SP	PLANALTO	35	3890	1	3.341.914,58	19.695.747,48	16,97
SP	PLANALTINA	35	3900	0	(1.072.616,54)	18.334.638,16	-
SP	POA	35	3910	9	(58.518,06)	11.691.138,52	-
SP	POLONI	35	3920	8	(2.727.276,44)	81.131.636,14	-
SP	POMPEIA	35	3930	7	(4.393.664,22)	96.504.265,79	-
SP	PONGAI	35	3940	6	3.842.538,32	92.571.581,86	4,13
SP	PONTAL	35	3950	5	(8.848.162,77)	108.780.178,40	-
SP	PONTALINDA	35	3960	4	712.680,57	67.113.126,63	1,06
SP	PONTES GESTAL	35	3970	3	(575.021,01)	48.395.536,75	-
SP	POPULINA	35	3980	2	(19.268.575,13)	544.008.460,96	-
SP	PORANGABA	35	3990	1	0,00	37.851.195,38	0,00
SP	PORTO FELIZ	35	4000	0	583.263.622,82	1.586.329.486,31	41,03
SP	PORTO FERREIRA	35	4010	9	(1.644.232,69)	16.217.513,77	-
SP	POTIM	35	4020	8	(3.108.297,64)	35.380.922,62	-
SP	POTIRENDABA	35	4030	7	59.802.871,83	1.626.832.011,24	3,68
SP	PRACINHA	35	4040	6	903.641,77	21.765.703,45	4,15
SP	PRADOPOLIS	35	4050	5	843.129.816,81	2.729.088.271,90	30,89
SP	PRAIA GRANDE	35	4060	4	182.515.708,13	1.338.485.561,52	15,68
SP	PRATANIA	35	4070	3	(88.685.212,27)	195.895.035,77	-
SP	PRESIDENTE ALVES	35	4080	2	5.996.320,03	91.365.558,32	6,56
SP	PRESIDENTE BERNARDES	35	4090	1	(121.868.088,00)	122.108.887,44	-
SP	PRESIDENTE EPITACIO	35	4100	0	(2.321.789,52)	1.039.356.085,05	-
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4110	9	(106.247.200,63)	1.709.613.668,63	-
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	35	4120	8	(2.037.043,80)	20.684.744,82	-
SP	PROMISSAO	35	4130	7	43.078.181,08	435.202.297,06	10,81
SP	QUADRA	35	4140	6	0,00	30.875.464,01	0,00
SP	QUATA	35	4150	5	300.385,46	42.439.446,67	0,71
SP	QUEIROZ	35	4160	4	414.175.922,46	638.323.490,28	64,90
SP	QUELUZ	35	4170	3	0,00	21.062.917,96	0,00
SP	QUINTANA	35	4180	2	14.726.882,51	66.154.351,83	22,26
SP	RAFARD	35	4190	1	(3.170.699,07)	318.112.407,60	-
SP	RANCHARIA	35	4200	0	9.135.254,83	29.557.704,91	3,09
SP	REDENCAO DA SERRA	35	4210	9	955.436,16	37.181.815,48	2,60
SP	REGENTE FEIJO	35	4220	8	(57.958,20)	20.745.893,66	-
SP	REGINOPOLIS	35	4230	7	64.107.938,84	1.825.202.893,96	3,64
SP	REGISTRO	35	4240	6	(880.556,59)	27.580.062,97	-
SP	RESTINGA	35	4250	5	357.952.468,41	511.492.640,22	69,98
SP	RIBEIRA	35	4260	4	(799.758,04)	17.754.752,29	-
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4270	3	67.323.884,73	480.908.490,86	14,00
SP	RIBEIRAO BRANCO	35	4280	2	50.964.804,09	529.835.210,87	9,62

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	TAGUAI	35	5500	5	(3.383.458,74)	23.589.174,78	-
SP	TAUBA	35	5320	3	849.547,00	14.836.486,00	6,36
SP	TAMBAU	35	5330	2	(2.118.037,69)	52.586.897,94	-
SP	TAPIRAI	35	5350	0	(2.550.873,45)	19.754.897,16	-
SP	TAQUARIVAI	35	5365	6	(1.239.650,97)	7.120.230,93	-
SP	TATUI	35	5400	3	9.125.084,22	221.301.427,20	4,12
SP	TAUBATE	35	5410	2	(58.379.084,54)	721.771.561,83	-
SP	TIETE	35	5450	8	492.711,59	105.267.056,17	0,47
SP	TUPA	35	5500	0	5.020.267,48	113.011.519,11	5,33
SP	UBATUBA	35	5540	6	7.650.631,72	195.787.336,77	3,91
SP	UCHOA	35	5560	4	18.385.901,85	24.808.079,99	61,90
SP	URUPES	35	5600	6	0,00	26.596.426,40	0,00
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	(5.306.016,30)	23.512.232,93	-
SP	VINHEDO	35	5670	1	7.361.718,55	353.282.682,28	2,08
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5680	9	(2.810.441,98)	21.742.112,89	-
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	3.503.291,33	182.196.208,35	1,92
TO	ARAGUAINA	17	210	9	47.721.724,09	223.975.545,94	21,31
TO	GURUPI	17	950	0	(45.964.216,07)	171.048.023,56	-
TO	PALMAS	17	2102	0	(131.593.101,01)	822.520.908,98	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Semestre de 2013
data-base 31/12/2013

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar simplificadamente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN — Posição: 15/04/2014

UF	Município	Cód. IBGE	Cód. STN Município	D/I/B/C	DCL (2º Semestre 2013)	RCL (2º Semestre 2013)	DCL/RCL
AC	RODRIGUES ALVES	12	42	7	(2.282.240,03)	23.116.477,04	-
AP	TARTARUGALZINHO	16	70	B	0,00	14.738.418,04	0,00
BA	ABARE	29	20	7	(1.842.822,40)	37.949.827,49	-
BA	ADUSTINA	29	35	5	(2.251.297,81)	23.061.284,13	-
BA	ANTONIO GONCALVES	29	180	9	(774.766,48)	17.852.324,56	-
BA	BOA VISTA DO TUPIM	29	360	5	2.304.511,85	31.862.270,21	7,21
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	29	590	9	(809.333,77)	41.255.043,44	-
BA	INHAMBUPE	29	1370	5	6.072.248,45	49.316.788,40	12,31
BA	ITIUBA	29	1700	3	1.883.973,48	53.114.016,47	3,55
BA	JUSSARI	29	1855	3	(583.530,83)	15.098.028,12	-
BA	NILO PECANHA	29	2260	7	9.407.627,70	40.288.395,50	23,35
BA	OLIVENCA	29	2330	8	(1.078.723,56)	4.051.207,45	-
BA	PILAO ARCADO	29	2440	5	(1.087.799,77)	54.721.287,86	-
BA	POJUCA	29	2620	4	15.619.357,70	88.234.388,72	17,70
BA	PRES DENTE JANIO QUADROS	29	2570	9	12.189.308,39	21.738.137,94	56,07
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(378.615,27)	24.400.228,73	-
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	29	2960	3	2.334.307,59	77.005.106,55	3,03
CE	ARARENDA	23	125	7	4.641.443,03	20.989.870,97	23,10
CE	BARRO	23	200	8	9.661.611,21	32.505.828,81	30,25
CE	BELA CRUZ	23	230	9	7.701.290,84	41.075.849,10	18,75
CE	GUARIBA	23	495	4	11.786.220,43	38.199.484,17	30,86
CE	JAGUARIBE	23	660	0	13.243.272,96	85.762.544,56	-
CE	MASSAPE	23	800	5	10.641.042,15	47.507.887,49	22,40
CE	MULUNGU	23	810	4	10.883.398,81	66.877.581,48	16,27
CE	MISSAO VELHA	23	840	1	30.934.478,78	46.052.077,69	67,17
CE	MULUNGU	23	910	2	17.748.473,36	19.840.816,85	89,44
CE	PACOTI	23	980	5	4.087.697,24	19.357.077,70	21,12
CE	PARAMBU	23	1030	8	(19.045.071,06)	57.459.920,52	-
CE	POTENGI	23	1120	7	301.935,58	18.050.871,31	1,67
CE	RERIUTABA	23	1170	2	6.369.482,71	32.417.310,58	19,65
CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	23	1250	2	(256.336,78)	14.001.646,18	-
CE	SENADOR POMPEU	23	1270	0	8.061.632,92	38.200.269,59	21,05
CE	SOLONOPOLE	23	1300	5	3.828.212,14	31.739.939,63	12,06
CE	URUOCA	23	1380	6	6.829.022,53	21.825.437,55	31,29
CE	VARJOTA	23	1395	5	1.786.576,52	29.665.878,99	6,02
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(9.013.592,90)	82.721.699,56	-
ES	ANCHIETA	32	40	9	(67.727.068,83)	291.788.050,74	-
ES	BAIXO GUANDU	32	80	5	(10.884.489,23)	52.381.866,64	-
ES	CASTELO	32	140	7	(13.108.757,05)	73.427.927,64	-
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(7.539.737,31)	30.849.714,35	-
ES	ICONHA	32	260	5	0,00	32.495.827,78	0,00
ES	JERONIMO MONTEIRO	32	310	8	(8.873.054,92)	25.180.600,59	-
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	(2.056.488,55)	31.254.717,66	-
ES	MARATAIZES	32	332	0	(60.709.070,00)	148.924.611,00	-
ES	PANCAS	32	400	5	(8.869.598,77)	41.036.801,94	-
ES	PEDRO CANARIO	32	405	4	(7.790.718,12)	44.831.357,44	-
ES	PINHA	32	420	3	(25.100.026,01)	56.252.312,47	-
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	32	466	8	(4.677.175,21)	22.854.993,88	-
ES	SAO JOSE DO CALCADO	32	480	7	0,00	26.056.259,21	0,00
ES	SAO ROQUE DO CANAA	32	499	9	(5.080.383,27)	25.541.447,46	-
ES	VARGEM ALTA	32	503	8	(7.974.586,82)	46.455.251,15	-
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	505	9	(5.818.513,58)	47.443.706,53	-
ES	VILA VALERIO	32	517	8	895.836,25	33.829.907,19	2,65
GO	COCALZINHO DE GOIAS	52	551	0	(511.080,47)	34.456.934,84	-
GO	EDEALINA	52	735	2	(1.615.784,73)	12.940.535,59	-
GO	JANDAIA	52	1170	1	1.884.939,99	19.331.556,58	10,27
GO	JESUPOLIS	52	1205	5	(3.207.934,06)	8.114.756,70	-
GO	PARANAIGUARA	52	1630	4	2.934.213,86	18.371.857,33	15,81
GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	52	2010	8	6.466.181,99	49.789.235,41	12,99
MA	AMARANTE DO MARANHAO	21	60	0	0,00	52.509.328,99	-
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	5.879.455,46	13.820.480,44	41,70
MG	ABRE CAMPO	31	30	2	(245.185,73)	19.443.751,14	-
MG	AGUA COMPRIDA	31	70	6	(120.123,18)	11.923.868,30	-
MG	AGUAS FORMOSAS	31	80	6	(7.106.120,04)	24.226.378,02	-
MG	AGUAS VERMELHAS	31	100	3	3.144.169,29	16.518.710,34	19,04
MG	AIURUOCA	31	120	1	(1.703.548,17)	11.797.484,69	-
MG	ALEM PARAIBA	31	150	8	(9.004.530,36)	48.331.986,32	-
MG	ALMENARA	31	170	6	5.728.152,48	50.760.371,44	11,28
MG	ALPERCATA	31	180	5	1.038.581,12	14.208.726,07	7,30
MG	ALTEROSA	31	200	1	(741.810,18)	22.312.191,06	-
MG	ALTO CAPARAO	31	205	0	160.729,18	11.158.719,50	1,44
MG	ALVINOPOLIS	31	230	8	5.102.589,85	20.273.203,79	25,17
MG	ANDRADAS	31	280	5	3.708.261,44	56.790.739,58	6,54
MG	ANGELANDIA	31	285	2	59.864,45	14.965.440,00	0,40
MG	ARAPONGA	31	370	2	(5.874.836,42)	12.087.764,36	-
MG	ARCEBURGO	31	410	6	(5.087.470,55)	17.713.453,06	-
MG	AREADO	31	430	4	(581.296,83)	20.753.090,50	-
MG	ARGIRITA	31	440	3	0,00	9.496.292,65	0,00
MG	ASTOLFO DUTRA	31	460	1	6.748.005,43	18.407.707,84	36,66
MG	BAEPENDI	31	480	8	869.953,41	29.889.156,11	2,93
MG	BALDIM	31	500	4	4.660.868,31	12.811.280,03	36,38

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	BAMBUI	31	515	3	8.471.696,22	36.089.214,73	23,47
MG	BELA VISTA DE MINAS	31	600	2	0,05	19.849.620,79	0,00
MG	BELO VALE	31	640	8	(3.658.972,15)	25.958.281,57	-
MG	BIQUINHAS	31	700	0	(2.881,69)	6.687.339,92	-
MG	BOCAINA DE MINAS	31	720	8	543.835,17	9.785.537,24	5,57
MG	BOCAIUVA	31	730	7	27.133.974,72	62.952.244,43	43,10
MG	BOM DESPACHO	31	740	6	8.209.843,43	66.602.053,29	12,27
MG	BOM JESUS DA PENHA	31	780	4	(7.584.822,52)	11.624.758,49	-
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	58.350,00	10.691.494,17	0,55
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	1.704.907,65	18.716.730,10	10,20
MG	BONFIM	31	810	7	1.711.084,97	11.875.021,29	14,70
MG	BORDA DA MATA	31	850	5	476.577,98	26.999.255,95	1,77
MG	BOTELHOS	31	840	4	(1.853.903,08)	20.865.003,05	-
MG	BRASILIA DE MINAS	31	860	2	3.321.899,60	50.803.638,20	6,54
MG	BRASOPOLIS	31	880	9	(941.905,31)	19.762.100,77	-
MG	BRUMADINHO	31	900	0	(51.556.584,25)	100.659.420,59	-
MG	BUENO BRANDAO	31	910	6	(2.353.843,93)	14.895.745,50	-
MG	BURITIZEIRO	31	945	7	12.847.472,31	41.573.580,45	30,42
MG	CABECEIRA GRANDE	31	945	1	4.044.074,03	17.371.213,95	23,28
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	8	(2.716.276,67)	17.382.516,70	-
MG	CACHOEIRA DE PAJEU	31	970	4	3.330.391,48	13.737.308,26	24,24
MG	CACHOEIRA DOURADA	31	980	8	2.876.021,37	20.785.720,89	13,84
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	801.130,99	16.125.632,02	5,58
MG	CAETE	31	1000	4	(8.608.180,83)	57.980.823,04	-
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(4.255.948,38)	37.059.915,58	-
MG	CAMBUI	31	1060	8	(27.428.827,53)	44.406.398,42	-
MG	CAMBUQUIRA	31	1070	7	2.424.043,30	18.259.054,66	13,28
MG	CAMPANARIO	31	1080	0	1.942.330,88	9.715.665,97	19,99
MG	CAMPANHA	31	1090	5	1.456.825,86	24.737.946,27	5,93
MG	CAMPO FLORIDO	31	1140	8	377.393,27	23.192.958,18	1,63
MG	CAPARAO	31	1210	9	0,00	10.647.703,00	0,00
MG	CAPIM BRANCO	31	1250	5	2.748.310,56	13.423.717,07	20,47
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	5.818.689,30	29.212.408,58	19,92
MG	CAPITAO ANDRADE	31	1265	3	823.676,21	10.589.353,40	7,69
MG	CAPITOLIO	31	1280	2	(1.529.664,38)	21.881.698,87	-
MG	CAPUTIRA	31	1290	1	(1.707.052,39)	14.990.434,15	-
MG	CARANAIBA	31	1310	7	148.934,07	10.114.879,16	0,39
MG	CARANDAI	31	1320	6	3.259.166,30	36.170.738,17	9,01
MG	CARBONITA	31	1350	3	819.856,36	14.256.415,28	3,65
MG	CAREACU	31	1360	2	821.807,27	12.238.386,50	7,53
MG	CARMO DO CAJURU	31	1420	4	(15.829.071,46)	30.622.989,34	-
MG	CARMO DO PARANAIBA	31	1430	3	(1.098.581,96)	44.080.757,10	-
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	2.357.846,90	38.585.380,62	6,17
MG	CARNEIRINHO	31	1458	0	3.193.347,80	37.196.400,20	8,38
MG	CARRANCAS	31	1460	0	(1.126.910,83)	13.041.392,68	-
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(3.444.569,80)	10.299.727,82	-
MG	CASCALHO RICO	31	1500	3	(615.752,84)	13.254.923,55	-
MG	CATAS ALTAS	31	1535	9	(4.075.563,89)	26.248.832,17	-
MG	CATUJI	31	1545	8	813.578,07	12.771.629,13	6,89
MG	CATUTI	31	1547	4	(1.042.337,74)	10.557.301,33	-
MG	CEDRO DO ABAETE	31	1560	7	(637.947,36)	8.008.057,98	-
MG	CHACARA	31	1590	4	(242.871,43)	9.110.927,30	-
MG	COLUNA	31	1680	3	0,00	12.477.669,83	0,00
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	0,00	11.455.452,10	0,00
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	2.793.818,84	16.702.183,34	17,79
MG	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	31	1570	1	178.212,08	8.792.329,53	2,04
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	31	1730	6	17.126.465,43	60.819.371,14	28,12
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	(122.081,73)	8.235.473,54	-
MG	CONCEICAO DO PARA	31	1700	3	(572.282,87)	14.843.448,13	-
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	31	1770	2	(910.651,49)	17.837.855,89	-
MG	CONCEICAO DOS OUROS	31	1780	1	(984.839,27)	17.212.571,49	-
MG	CONGONHAL	31	1790	0	(402.584,28)	18.534.978,73	-
MG	CONGONHAS	31	1800	7	(27.474.145,53)	274.208.776,80	-
MG	CONGONHAS DO NORTE	31	1810	6	2.288.498,00	9.466.327,64	24,13
MG	CONSOLACAO	31	1550	2	(706.003,06)	7.960.840,90	-
MG	CORACAO DE JESUS	31	1660	9	14.342.952,40	31.721.276,89	45,04
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	0,00	12.177.330,24	0,00
MG	CORONACI	31	1920	3	(2.118.852,69)	18.475.160,08	-
MG	CORONANDEL	31	1930	2	(4.316.053,74)	43.333.528,96	-
MG	CORREGO FUNDO	31	1995	5	(1.285.973,51)	14.765.875,00	-
MG	CRISOLITA	31	2015	1	(1.952.306,32)	11.871.418,80	-
MG	CRISTALIA	31	2030	0	2.790.278,41	12.380.975,47	22,54
MG	CRISTINA	31	2050	8	40.040,75	15.819.876,28	0,26
MG	CRUCILANDIA	31	2060	7	960.409,85	10.061.801,50	9,55
MG	CRUZILIA	31	2080	6	(318.356,95)	21.234.280,01	-
MG	CUPARAQUE	31	2083	9	547.655,63	10.004.904,05	5,47
MG	CURRAL DE DENTRO	31	2087	0	0,00	12.208.775,84	0,00
MG	DELFIM MOREIRA	31	2130	0	(743.482,86)	12.843.329,21	-
MG	DELTA	31	2125	8	5.553.449,47	24.794.905,23	22,40
MG	DESTERRO DE ENTRE RIOS	31	2140	7	(1.940.118,21)	10.795.491,84	-
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	8	(142.253,98)	9.850.586,66	-
MG	DIAMANTINA	31	2180	5	(6.568.103,19)	56.420.851,64	-
MG	DIVINO	31	2200	9	4.148.030,92	23.881.711,97	17,52
MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	31	2210	8	852.832,87	10.400.605,56	8,20
MG	DIVISA ALEGRE	31	2235	3	(2.176.024,55)	13.652.706,40	-
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(640.772,12)	10.895.667,55	-
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	168.987,14	8.052.887,16	2,10
MG	DONA EUSEBIA	31	2290	0	1.808.256,13	10.820.619,41	16,71
MG	DORES DE GUANHAES	31	2310	5	(1.294.379,60)	14.752.498,72	-
MG	DORES DO INDAIA	31	2320	5	11.644.271,37	21.234.484,53	54,84

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	2.155.320,14	9.775.702,58	22,05
MG	ENGENHEIRO CALDAS	31	2370	0	438.017,71	18.256.002,84	2,39
MG	ENTRE FOLHAS	31	2385	8	274.169,44	10.504.753,13	2,61
MG	ESPERA FELIZ	31	2420	3	1.903.311,74	30.909.324,24	6,16
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	617.156,33	9.459.372,73	6,52
MG	ESTIVA	31	2450	0	(604.064,97)	15.649.902,81	-
MG	EXTREMA	31	2510	1	(2.106.819,51)	92.101.392,34	-
MG	FARIA LEMOS	31	2530	8	0,00	8.430.343,65	0,00
MG	FERVEDOURO	31	2585	2	1.736.968,16	16.216.053,92	10,71
MG	FORTUNA DE MINAS	31	2640	8	563.590,86	10.024.259,03	5,62
MG	FRANCISCO BADARO	31	2650	5	145.254,30	13.877.336,40	1,06
MG	FRANCISCO DUMONT	31	2660	4	(1.270.775,26)	11.137.658,67	-
MG	FRANCISCO SA	31	2670	3	10.705.820,80	33.596.874,02	31,87
MG	FREI LAGONEGRO	31	2695	0	143.383,25	9.432.704,82	1,52
MG	FRONTEIRA	31	2700	8	10.386.957,27	34.214.672,30	30,36
MG	GALILEIA	31	2730	5	1.340.545,92	12.881.186,11	10,69
MG	GONCALVES	31	2740	4	417.865,13	10.180.369,36	4,10
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(3.266.220,82)	30.989.988,32	-
MG	GUARANI	31	2840	2	(3.816.522,43)	15.471.756,42	-
MG	GUARDA-MOR	31	2850	0	(708.956,22)	17.566.236,23	-
MG	IBIAI	31	2960	8	1.367.573,85	12.772.721,02	10,67
MG	IBIRACATU	31	2965	7	0,00	12.151.744,47	0,00
MG	IBIRACI	31	2970	7	(4.386.281,95)	24.573.678,23	-
MG	IBITURA DE MINAS	31	2990	8	1.629.082,93	8.899.488,00	18,31
MG	IGARAPE	31	3010	1	13.432.191,86	60.612.574,84	20,61
MG	IGUATAMA	31	3030	8	3.797.890,32	17.693.744,38	21,41
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	(974.345,65)	12.185.395,63	-
MG	INDAIAS RA	31	3065	5	2.202.540,05	13.685.343,07	16,10
MG	INDIANOPOLIS	31	3070	5	1.712.460,82	24.838.816,87	6,89
MG	IPABA	31	3118	8	1.851.812,61	20.743.042,13	8,10
MG	IPANEMA	31	3120	6	5.110.783,46	25.677.560,87	19,90
MG	IPUNINA	31	3150	3	2.895.584,90	14.613.433,73	18,46
MG	IRAI DE MINAS	31	3160	4	2.431.509,10	15.370.787,14	15,82
MG	ITABIRITO	31	3190	1	(21.854.240,33)	205.684.184,10	-
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	9	2.861.911,35	43.474.915,82	6,58
MG	ITAMOGI	31	3270	0	1.680.908,77	16.484.283,87	9,11
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	7.630.704,56	32.152.225,58	23,73
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	(5.004.082,29)	26.856.943,11	-
MG	ITAPEVA	31	3360	0	3.857.217,35	18.573.894,41	19,89
MG	ITUMIRIM	31	3430	1	(1.059.439,91)	8.632.258,16	-
MG	ITURAMA	31	3440	0	31.500.978,07	90.670.999,53	34,78
MG	ITUTINGA	31	3460	9	(253.838,66)	11.105.598,60	-
MG	JABOTICATUBAS	31	3480	8	(2.499.174,06)	29.301.150,28	-
MG	JACUTINGA	31	3490	5	1.336.119,47	44.109.243,46	3,03
MG	JAGUARACU	31	3500	1	(915.493,58)	9.456.874,61	-
MG	JAPARAIBA	31	3530	6	(662.088,77)	9.834.459,00	-
MG	JAPONVAR	31	3535	7	2.037.429,31	13.707.450,86	14,89
MG	JECEABA	31	3540	7	(563.522,78)	26.461.618,70	-
MG	JEQUERI	31	3550	6	4.556.989,40	18.808.238,99	24,24
MG	JEQUITAIBA	31	3580	3	13.983.462,05	34.803.999,02	38,85
MG	JESUANIA	31	3590	2	825.286,59	10.655.789,92	7,74
MG	JOSE RAYDAN	31	3655	3	139.328,33	10.016.260,76	1,39
MG	JURUAIA	31	3680	0	1.929.192,01	15.041.359,44	12,83
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	5	65.820.749,25)	88.868.708,23	-
MG	LAGOA FORMOSA	31	3760	2	2.826.461,01	34.006.784,48	8,31
MG	LAMBARI	31	3780	9	(2.441.982,14)	30.331.979,90	-
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	319.222,09	10.951.684,12	2,91
MG	LIMA DUARTE	31	3860	0	1.307.455,56	24.270.098,33	5,39
MG	LONTRA	31	3865	8	5.401.198,13	11.904.185,35	45,37
MG	LUMINARIAS	31	3870	8	(1.437.814,36)	10.324.787,64	-
MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	31	3910	2	(1.161.352,53)	10.218.247,23	-
MG	MANTENA	31	3950	7	8.063.098,49	44.178.866,89	18,25
MG	MARIA CAFE	31	3990	4	(1.203.981,21)	21.435.846,60	-
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	0,00	20.753.078,23	0,00
MG	MARTINS SOARES	31	4053	0	135.988,73	12.133.358,68	1,12
MG	MATERLANDIA	31	4060	5	101.692,80	10.302.116,65	0,98
MG	MATIAS BARBOSA	31	4080	3	(5.671.473,03)	38.118.498,65	-
MG	MATIPO	31	4090	2	2.756.816,99	28.835.984,00	9,53
MG	MATO VERDE	31	4100	9	6.120.168,90	16.328.328,45	37,49
MG	MATUTINA	31	4120	7	(661.948,40)	10.881.859,46	-
MG	MEDINA	31	4140	5	7.922.745,74	27.445.361,53	28,87
MG	MESQUITA	31	4170	2	3.250.689,95	10.386.499,74	31,87
MG	MINDURI	31	4190	0	2.249.824,89	9.819.566,07	22,39
MG	MIRABELA	31	4200	7	(511.139,35)	18.298.429,71	-
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(1.180.419,75)	18.439.278,51	-
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	1.682.080,80	60.676.508,51	2,82
MG	MONTE BELO	31	4300	8	77.853,79	18.168.648,87	0,43
MG	MONTE CARMELO	31	4310	4	15.085.762,15	71.000.503,36	21,26
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	(2.483.951,55)	25.622.380,99	-
MG	MUNHOZ	31	4380	7	2.211.961,92	10.272.409,28	21,53
MG	MUTUM	31	4400	3	(238.799,96)	31.182.026,36	-
MG	MUZAMBINHO	31	4410	2	0,00	29.501.476,33	0,00
MG	NACIP RAYDAN	31	4420	1	187.923,98	9.182.681,51	1,82
MG	NATERCIA	31	4440	9	860.128,27	9.033.534,75	9,58
MG	NEPOMUCENO	31	4480	7	1.027.187,31	33.260.313,81	3,09
MG	NINHEIRA	31	4485	6	(2.057.994,76)	14.785.594,40	-
MG	NOVA PONTE	31	4500	0	757.782,33	36.967.849,11	2,05
MG	NOVA UNIAO	31	3660	3	(1.322.441,27)	10.159.181,31	-
MG	NOVO CRUZEIRO	31	4530	7	(3.278.512,47)	35.949.845,42	-
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4660	9	43.886,89	9.906.107,17	0,44

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	PAINS	31	4680	3	1.997.384,62	20.470.843,56	9,76
MG	PAPAGAIOS	31	4580	9	1.795.640,94	23.447.250,28	7,66
MG	PARAGUAÇU	31	4720	4	(2.856.846,66)	30.844.282,44	-
MG	PARAISOPOLIS	31	4730	3	(742.256,99)	32.485.395,28	-
MG	PARAOPEBA	31	4740	2	3.205.376,42	33.348.253,39	9,61
MG	PASSA QUATRO	31	4760	0	614.086,77	22.961.241,85	2,67
MG	PASSA TEMPO	31	4779	8	(270.016,73)	14.278.436,89	-
MG	PASSABEM	31	4750	1	(717.317,64)	8.414.633,13	-
MG	PECANHA	31	4860	8	798.097,67	23.943.395,26	3,33
MG	PEDRA AZUL	31	4870	7	1.043.329,19	34.643.031,35	3,01
MG	PEDRA BONITA	31	4875	6	15.044,91	15.225.284,39	0,10
MG	PEDRALVA	31	4910	1	(756.875,77)	16.105.583,62	-
MG	PEDRINOS	31	4980	4	6.051.694,40	37.789.542,45	21,31
MG	PEDROSO	31	4990	3	4.549.908,41	31.994.726,25	14,53
MG	PERIQUITO	31	4995	2	(152.425,38)	13.718.890,56	-
MG	PIEDADE DOS GERAIS	31	5040	8	1.307.892,69	10.152.350,44	12,87
MG	PIMENTA	31	5050	5	2.814.989,25	16.427.909,00	17,14
MG	PIRACEMA	31	5060	4	376.647,80	10.852.475,44	3,47
MG	PIRAJUBA	31	5070	3	1.351.525,19	17.936.791,84	7,53
MG	PIRANGUCU	31	5080	1	(931.618,92)	9.554.386,93	-
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	635.514,78	13.349.851,82	4,76
MG	PITANGUI	31	5140	4	7.573.080,80	33.863.231,82	24,68
MG	PIUMHI	31	5150	3	(2.934.248,69)	57.136.556,60	-
MG	PLANURA	31	5160	2	(186.393,58)	23.713.152,34	-
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(263.656,48)	23.342.227,95	-
MG	POMPEU	31	5200	8	21.550.305,53	47.406.893,41	45,46
MG	PONTO CHIQUE	31	5213	1	(982.656,55)	10.085.429,82	-
MG	PONTO DOS VOLANTES	31	5217	0	0,00	22.137.269,77	0,00
MG	PORTO FIRME	31	5230	3	755.286,15	12.749.464,29	5,92
MG	PRATA	31	5280	8	(42.887,76)	65.386.503,89	-
MG	PRESIDENTE BERNARDES	31	5310	3	0,00	8.985.276,83	0,00
MG	PRESIDENTE KUBITSCHEK	31	5330	1	2.714.387,04	9.226.430,58	29,42
MG	PRUDENTE DE MORAIS	31	5360	8	3.849.275,86	14.441.684,58	26,65
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(2.089.176,33)	16.039.207,87	-
MG	RESPLENDOR	31	5430	8	2.304.286,38	30.850.258,85	7,47
MG	RIO CASCA	31	5500	9	(440.946,10)	8.737.147,99	-
MG	RIO PARANAIBA	31	5650	4	11.482.813,00	26.244.958,00	43,79
MG	RIO PARDO DE MINAS	31	5660	3	5.756.029,77	38.974.043,25	14,77
MG	RIO PIRACICABA	31	5670	2	(508.992,45)	31.328.433,51	-
MG	RODEIRO	31	5630	4	0,00	12.833.312,49	0,00
MG	ROSARIO DA LIMEIRA	31	5645	2	0,00	8.257.407,57	0,00
MG	RUBIM	31	5660	1	5.597.875,32	15.068.287,13	37,15
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	1.718.502,87	69.728.156,25	2,46
MG	SANTA BARBARA DO TUGURIO	31	5730	2	(120.868,82)	10.456.470,31	-
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	31	5735	5	(1.539.203,94)	9.944.189,92	-
MG	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	31	5740	1	(1.260.999,54)	12.680.470,94	-
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	0,00	18.615.790,46	0,00
MG	SANTA MARIA DO SUACUI	31	5820	1	1.694.793,83	18.637.517,77	9,61
MG	SANTA RITA DE CALDAS	31	5920	8	1.132.051,91	14.125.000,05	8,01
MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	31	5930	5	(1.815.586,03)	10.798.328,58	-
MG	SANTA RITA DO ITUETO	31	5950	5	235.041,83	10.826.946,41	2,17
MG	SANTA VITORIA	31	5980	3	23.248.685,22	71.326.212,52	32,59
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	31	5850	8	3.050.865,25	11.868.908,80	25,73
MG	SANTANA DO MANHUACU	31	5890	4	1.719.061,15	10.362.015,80	16,59
MG	SANTANA DO PARAISO	31	5895	3	(1.853.911,03)	38.379.627,81	-
MG	SANTO ANTONIO DO AMPARO	31	5990	2	4.159.378,99	41.479.564,12	10,03
MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	31	5920	7	2.983.558,93	10.230.189,92	29,16
MG	SAO BRAS DO SUACUI	31	5090	0	(1.367.138,12)	15.027.842,97	-
MG	SAO DOMINGOS DO PRATA	31	6100	7	10.623.537,22	27.756.674,86	38,71
MG	SAO FELIX DE MINAS	31	6105	6	1.132.600,64	10.242.854,00	11,06
MG	SAO FRANCISCO DE SALES	31	6130	4	8.451.076,83	13.487.787,18	38,71
MG	SAO GERALDO DO BAIXIO	31	6185	0	(533.947,55)	8.923.562,80	-
MG	SAO GONCALO DO ABAETE	31	6170	0	925.941,36	15.252.387,80	6,07
MG	SAO GONCALO DO RIO PRETO	31	6150	7	3.554.375,14	8.940.466,69	26,60
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	8	884.288,46	33.102.995,10	2,67
MG	SAO GOTARDO	31	6210	4	6.350.342,68	45.711.943,09	13,61
MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	31	6220	3	(3.454.568,50)	20.614.011,35	-
MG	SAO JOAO DA LAGOA	31	6225	2	(108.378,08)	10.485.008,57	-
MG	SAO JOAO DO MANHUACU	31	6255	9	1.844.990,26	17.027.879,83	10,86
MG	SAO JOAO DO MANTENINHA	31	6257	5	(903.865,85)	11.333.480,93	-
MG	SAO JOAO DO PACUI	31	6265	8	152.615,91	9.811.574,14	1,56
MG	SAO JOAO NEPOMUCENO	31	6290	6	(1.854.558,25)	35.056.692,94	-
MG	SAO JOAQUIM DE BICAS	31	6292	2	1.436.251,16	51.253.971,08	2,81
MG	SAO JOSE DO ALEGRE	31	6320	1	0,00	8.816.858,67	0,00
MG	SAO JOSE DO JACURI	31	6340	9	(773.770,36)	10.780.972,75	-
MG	SAO JOSE DO MANTIMENTO	31	6350	8	(181.604,54)	11.334.823,02	-
MG	SAO JOSE DO MANTIMENTO	31	6360	7	234.953,86	8.434.991,38	2,79
MG	SAO LOURENCO	31	6370	5	9.254.808,21	82.664.300,50	11,20
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	42.233,13	11.284.393,44	0,37
MG	SAO PEDRO DO SUACUI	31	6410	0	2.376.391,70	10.787.350,83	22,03
MG	SAO ROMAO	31	6420	9	476.347,14	18.567.600,59	2,56
MG	SAO ROQUE DE MINAS	31	6430	8	4.858.863,86	14.862.863,78	32,47
MG	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	237.184,88	10.869.480,65	2,18
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	6480	2	29.482,24	8.433.860,83	0,35
MG	SAO THOME DAS LETRAS	31	6520	6	1.050.287,02	11.409.865,39	9,20
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	31	6910	7	1.788.093,72	14.054.530,41	12,73
MG	SARZEDO	31	6553	7	4.065.503,86	71.024.916,11	5,72
MG	SETE LAGOAS	31	6556	0	298.377,15	10.383.320,70	-
MG	SENADOR JOSE BENTO	31	6580	0	240.244,47	8.199.284,92	2,94
MG	SENADOR MODESTINO GONCALVES	31	6590	9	2.566.486,06	11.148.261,00	22,82

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	8600	6	(730.535,03)	10.365.535,14	-
MG	SENHORA DO PORTO	31	8610	5	1.079.066,94	10.189.806,26	10,59
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	8620	4	554.519,80	12.700.774,93	4,37
MG	SERICITA	31	8630	3	258.310,30	11.769.747,65	2,20
MG	SERITINGA	31	8640	2	239.433,46	8.227.413,45	2,91
MG	SERRANIA	31	8650	7	(877.313,75)	13.698.102,29	-
MG	SERRANOS	31	8700	4	25.941,60	8.054.416,08	0,32
MG	SERRO	31	8710	3	(3.362.002,46)	31.511.836,83	-
MG	SILVEIRANIA	31	8730	1	433.641,57	8.151.105,84	5,32
MG	SIMONESIA	31	8760	8	1.580.899,75	24.715.089,21	6,40
MG	SOLEDADE DE MINAS	31	8780	6	138.256,06	10.364.674,51	1,33
MG	TAPARUBA	31	8805	1	(2.584,64)	8.582.843,42	-
MG	TAPIRAI	31	8820	0	83.001,56	8.350.456,32	0,99
MG	TAQUARACU DE MINAS	31	8830	9	2.699.773,50	11.918.141,30	22,13
MG	TIRADENTES	31	8860	4	(2.084.285,58)	14.748.327,53	-
MG	TOLEDO	31	8910	9	(1.045.970,57)	11.726.884,98	-
MG	TOMBOS	31	8920	8	(1.288.473,78)	46.118.567,66	-
MG	TURVOLANDIA	31	8960	2	(180.706,12)	10.371.582,18	-
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	2.995.334,19	13.152.839,75	22,78
MG	URUCANIA	31	7050	3	3.536.289,14	17.875.337,30	19,78
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	2.001.476,75	8.445.451,66	2',18
MG	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	31	7085	1	1.383.661,73	10.086.550,47	13,72
MG	VARZELANDIA	31	7090	0	(38.580,99)	27.464.523,99	-
MG	VIRGOLANDIA	31	7180	7	0,00	11.118.353,18	0,00
MS	ALCINOPOLIS	50	25	2	(2.899.037,56)	27.090.344,80	-
MS	ANAURILANDIA	50	80	7	2.945.512,64	26.136.206,83	11,72
MS	ANTONIO JOAO	50	90	8	(7.948.126,14)	20.479.087,25	-
MS	APARECIDA DO TABOADO	50	100	3	(4.069.965,45)	62.986.409,55	-
MS	ARAL MOREIRA	50	124	3	(710.125,51)	29.448.137,04	-
MS	BONITO	50	220	9	3.906.061,53	48.573.952,78	8,10
MS	CAARAPO	50	240	7	(3.790.993,90)	65.411.668,77	-
MS	CAMAPUA	50	260	5	(6.243.457,21)	35.264.399,29	-
MS	CASSILANDIA	50	280	2	0,00	44.793.867,90	0,00
MS	COXIM	50	330	5	289.708,31	62.665.640,41	0,46
MS	FIGUEIRAO	50	380	0	(2.239.332,44)	14.348.268,08	-
MS	IGUATEMI	50	430	4	(3.458.760,43)	34.632.793,28	-
MS	INOCENCIA	50	440	3	(5.131.023,37)	28.325.285,66	-
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	(50.773,42)	36.641.582,14	-
MS	JAPORA	50	480	9	(194.143,90)	18.838.060,77	-
MS	JATEI	50	510	3	(5.022.816,50)	0,00	-
MS	LAGUNA CARAPA	50	525	1	(904.662,01)	25.398.259,52	-
MS	MARACAJU	50	540	0	(20.024.540,58)	99.2[illegible]3.887,17	-
MS	MIRANDA	50	560	6	9.554.281,89	48.590.484,36	19,66
MS	NAVIRAI	50	570	7	915.728,09	113.065.9[illegible]8,62	0,81
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	(6.292.766,94)	49.513.6[illegible]8,85	-
MS	NOVA ANDRADINA	50	620	0	(4.112.470,00)	98.288.331,00	-
MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	50	625	9	(597.627,99)	18.184.179,82	-
MS	PARAISO DAS AGUAS	50	627	5	(862.938,22)	17.835.883,95	-
MS	PARANAIBA	50	710	9	1.133.138,35	66.837.915,63	1,72
MS	RIO BRILHANTE	50	720	6	(7.672.303,50)	98.227.919,59	-
MS	RIO NEGRO	50	730	7	12.474.140,45	13.917.998,66	89,58
MS	ROCHEDO	50	750	5	(10.843.132,29)	16.731.952,96	-
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	755	4	(1.158.636,18)	22.728.006,02	-
MS	SIDROLANDIA	50	790	1	0,39	100.153.501,00	0,00
MS	SONORA	50	793	8	(3.394.236,18)	38.892.398,00	-
MS	TERENOS	50	800	8	(21.287.894,24)	40.446.466,15	-
MT	ARAGUAINHA	51	120	8	5.052.383,42	7.264.728,37	69,55
MT	NOVA UBIRATA	51	824	0	(4.884.119,66)	79.598.470,21	-
MT	PONTES E LACERDA	51	875	2	(3.803.364,25)	60.512.290,52	-
MT	SERRA NOVA DOURADA	51	752	3	(294.507,28)	7.896.288,84	-
MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	51	550	7	(14.015.942,04)	41.879.241,04	-
PA	JURUTI	15	390	3	2.266.217,36	93.472.155,44	2,42
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	(239.714.899,92)	51.589.355,13	-
PE	BODOCO	26	200	1	6.011.112,64	51.287.605,94	11,72
PE	BOM JARDIM	26	220	9	2.462.978,12	45.029.828,42	5,47
PE	BREJINHO	26	250	5	(1.853.385,01)	14.521.988,53	-
PE	CARNAUBA	26	390	0	3.813.121,10	32.204.984,97	11,84
PE	CASINHAS	26	415	5	5.515.485,40	24.211.730,91	22,78
PE	GLORIA DO GOITA	26	510	1	6.132.382,22	33.924.454,66	18,08
PE	GRANITO	26	530	9	(1.339.737,33)	13.684.100,91	-
PE	IGUARACI	26	690	3	(1.371.273,56)	17.406.815,40	-
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	0,00	40.067.734,29	0,00
PE	ITACURUBA	26	740	6	6.512.898,74	28.187.915,55	28,11
PE	ITAPETIM	26	770	3	(2.228.298,57)	26.361.743,07	-
PE	MACAPARANA	26	900	8	8.713.801,55	33.896.233,65	17,32
PE	OROBO	26	970	9	22.947.045,56	36.042.671,17	93,97
PE	PASSIRA	26	1050	9	10.987.277,02	37.890.611,84	38,87
PE	PRIMAVERA	26	1145	8	0,00	22.021.971,56	0,00
PE	QUIXABA	26	1153	3	2.479.172,14	14.192.800,44	17,47
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	0,00	26.948.477,24	0,00
PE	SANTA TEREZINHA	26	1260	2	2.499.680,31	18.244.966,19	13,70
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	283.953,49	43.658.367,78	0,65
PE	SAO VICENTE FERRER	26	1380	0	3.220.113,67	25.749.416,26	12,51
PE	TACARATU	26	1480	8	(4.123.227,48)	31.328.840,87	-
PE	TAMANDARE	26	1485	7	23.471.088,97	43.665.565,53	53,75
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(4.917.587,04)	22.757.241,81	-
PR	ADRIANOPOLIS	41	20	2	147.401,13	19.426.382,98	0,76
PR	AGUDOS DO SUL	41	30	1	241.274,74	14.054.676,72	1,72
PR	ALTAMIRA DO PARANA	41	45	8	90.896,30	11.348.367,63	0,80
PR	ALTONIA	41	50	9	3.513.853,64	35.180.132,98	10,18

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	AMPERE	41	100	2	786.037,69	39 004 342,87	2,83
PR	ARARUNA	41	170	4	5.705.279,81	23.130.063,32	24,67
PR	ARIRANHA DO IVAI	41	185	3	(263.279,20)	9.782.831,04	-
PR	ASSAI	41	190	3	4.744.813,81	32.489.385,06	14,60
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	(3.108.008,13)	59.638.974,20	-
PR	BALSA NOVA	41	230	7	(7.611.006,97)	32.312.347,39	-
PR	BARBOSA FERRAZ	41	250	5	1.250 528,14	21.000 436,81	6,00
PR	BOA ESPERANÇA	41	300	8	360.318,86	14.180 936,30	2,54
PR	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	41	302	4	(51.430,04)	11.226.973,29	-
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	833.108,64	19.569.456,01	4,26
PR	BOM SUCESSO	41	229	8	2.614.886,80	13.494.879,81	19,38
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	0,00	12.060.288,02	0,00
PR	BRASILÂNDIA DO SUL	41	337	0	489.018,14	11.682.740,93	4,18
PR	CAFELÂNDIA	41	345	3	(4.812.472,75)	36.224.757,25	-
PR	CAFEZAL DO SUL	41	347	9	178 564,14	11.429.165,00	1,56
PR	CAMBIRA	41	360	0	2.084.300,20	15.770.476,02	13,22
PR	CAMPO BONITO	41	405	6	(58 260,07)	7 187 153,55	-
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	(1.721.900,75)	45 323.460,71	-
PR	CANDIDO DE ABREU	41	440	2	(12.904.842,85)	25 352.456,10	-
PR	CANDÓI	41	442	8	(12.345.929,03)	39.424.685,87	-
PR	CAPANEMA	41	460	1	(2.117.775,82)	37 79: 473,30	-
PR	CARLÓPOLIS	41	470	9	1.332.511,13	24 617.552,04	5,41
PR	CENTENÁRIO DO SUL	41	510	2	(9.852.330,81)	17 722.177,43	-
PR	CEU AZUL	41	500	0	(4.879.850,23)	29 987.877,80	-
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	(1.389.265,49)	62 318.612,09	-
PR	CLEVELÂNDIA	41	570	6	(731.864,06)	28 243 439,89	-
PR	CONTENDA	41	620	9	1.451.955,55	27.527 788,39	5,27
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	41	645	8	(3.825,137,08)	18.701.227,83	-
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	(1.211 294,50)	14 738 892,56	-
PR	CRUZEIRO DO SUL	41	670	4	(1.788.385,07)	12 860 630,20	-
PR	CRUZMALTINA	41	685	2	(1.004.328,00)	10.140 277,59	-
PR	DIAMANTE D'OESTE	41	715	7	(4.366.142,50)	13.424 981,87	-
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	9.695 097,31	70 307 420,36	14,07
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	(1.366.962,88)	16.329 978,17	-
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	8	(1 248 373,80)	20.044 800,15	-
PR	ESPERANÇA NOVA	41	752	0	(371.560,61)	6.869.29 .90	-
PR	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	41	754	8	1.333.208,88	12.809.876,97	10,57
PR	FAROL	41	755	3	1,164 249,80	11.789.215,17	9,37
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	(1 378 183,86)	14.255.526,16	-
PR	FLORAI	41	780	1	(135 262,75)	12.386 273,17	-
PR	FLORESTA	41	790	0	(1 539 702,48)	13.818 420,50	-
PR	FLORESTÓPOLIS	41	800	7	9.397.722,86	20 720 674,04	44,87
PR	FRANCISCO ALVES	41	832	0	0,00	14.453.601,28	0,00
PR	GENERAL CARNEIRO	41	850	2	2 229 026,28	24.969.346,48	9,33
PR	GODOY MOREIRA	41	555	1	(518.454,92)	9.787.885,09	-
PR	GOIOXIM	41	865	9	(3 539 498,70)	18.103.080,28	-
PR	GUAIRAÇA	41	890	8	4.329.711,46	13.735 881,54	31,57
PR	GUAMIRANGA	41	895	7	(5.481.707,40)	16.922.417,52	-
PR	GUAPOREMA	41	910	4	10 442,30	9 337.239,46	0,11
PR	GUARANIAÇU	41	930	2	(2.118.325,42)	39 308.799,33	-
PR	GUARAPUAVA	41	960	9	(3.181 733,38)	78 436.307,58	-
PR	GUAPORA	41	980	7	(16 750 884,50)	93 940.452,68	-
PR	IGUATU	41	1005	2	(368.060,64)	8.750.859,22	-
PR	IPIRANGA	41	1050	6	(2.235.789,16)	27.781,814,77	-
PR	IRETAMA	41	1080	5	2.710 344,94	20 667.368,85	13,11
PR	ITAMBARACA	41	1100	1	(1.879.529,73)	17 915.825,85	-
PR	ITAPEJARA D'OESTE	41	1120	9	1.279 338,59	21.785.785,02	5,88
PR	ITAPERUÇU	41	1125	8	278.414,84	33.549.332,85	0,82
PR	ITAUNA DO SUL	41	1130	8	(2.518.342,27)	9.493.416,50	-
PR	IVAIPORA	41	1150	6	2.833 068,80	44 919 248,83	5,86
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	(620.251,74)	64 510.789,56	-
PR	JAGUARIAIVA	41	1200	9	(7.915.438,81)	83.354 535,97	-
PR	JAPIRA	41	1230	6	(913.264,47)	11.776.128,51	-
PR	JARDIM ALEGRE	41	1250	4	(6.870.995,23)	20.387 448,13	-
PR	JOAQUIM TAVORA	41	1280	1	428.891,06	21.289 475,00	2,02
PR	JUSSARA	41	1300	7	(277 348,00)	19.558 088,79	-
PR	LIDIANOPOLIS	41	1342	8	(907 735,45)	9.940 397,87	-
PR	LOANDA	41	1350	2	(7.028.495,12)	35.861 915,89	-
PR	MALLET	41	1390	8	8.001.006,99	23.141.711,88	34,57
PR	MAMBORÊ	41	1400	5	(2.140 879,00)	31.370.644,94	-
PR	MANDIRITUBA	41	1430	7	4 137.286,78	40 611 540,60	10,19
PR	MARILUZ	41	1510	1	2.197 794,34	20 862 511,64	10,53
PR	MARIÓPOLIS	41	1530	9	(657.737,39)	16.088.540 78	-
PR	MARUMBI	41	1550	7	1.242.931,34	11.178.886 21	11,12
PR	MATINHOS	41	1570	5	(5.901 938,50)	75.810.783 11	-
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	11.950 504,19	74.397.835 73	16,06
PR	MERCEDES	41	1585	3	(1.601 078,34)	18 731.387 71	-
PR	MISSAL	41	1605	9	1 744 835,48	31.153.402 66	-
PR	MOREIRA SALES	41	1610	9	645 025,09	21 009.804,31	2,96
PR	MUNHOZ DE MELO	41	1630	7	124 191,27	11.198.364,92	1,11
PR	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	41	1640	0	2.328 681,15	92.010.447,00	33,76
PR	NOVA AURORA	41	1670	3	348 625,67	26 040 800,38	1,34
PR	NOVA CANTU	41	1680	2	(411 668,21)	13 070.614,42	-
PR	NOVA ESPERANÇA	41	1690	1	4.355 202,24	42.769 815,94	10,18
PR	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	41	1695	0	(228 766,40)	13 039.815,17	-
PR	NOVA LONDRINA	41	1710	7	6.997 554,18	22.886 327,63	30,58
PR	NOVA PRATA DO IGUAÇU	41	1725	5	1.774 433,11	23.656.035,18	7,50
PR	NOVA SANTA BARBARA	41	1721	4	(375.310,89)	10.568.042,40	-
PR	NOVA SANTA ROSA	41	1722	2	85 210,54	19 263.871,65	0,44
PR	ORTIGUEIRA	41	1730	5	(8.529.883,30)	46.306.338,20	-

Relação Dív da Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(3.424.569,36)	15.184.218,67	-
PR	PALMEIRA	41	1770	1	(4.184.009,85)	57.068.155,78	-
PR	PALMITAL	41	1780	0	(110.707,67)	23.797.699,55	-
PR	PARAISO DO NORTE	41	1800	8	(2.228.944,72)	21.114.498,84	-
PR	PEABIRU	41	1860	8	2.140.450,42	22.839.173,44	9,38
PR	PEROLA D'OESTE	41	1890	4	825.226,88	19.871.474,18	4,57
PR	PIEN	41	1910	3	(3.987.671,54)	25.490.047,88	-
PR	PINHAO	41	1930	1	(12.485.574,48)	53.845.429,11	-
PR	PLANALTINA DO PARANA	41	1970	2	(1.359.700,25)	13.895.125,22	-
PR	PLANALTO	41	1980	6	(6.018.853,52)	23.009.695,84	-
PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	(1.826.331,58)	11.478.901,87	-
PR	PORTO RICO	41	2020	0	(1.399.099,89)	11.374.723,21	-
PR	PRADO FERREIRA	41	2033	3	(3.282.709,61)	10.518.728,57	-
PR	PRIMEIRO DE MAIO	41	2050	7	(1.232.151,70)	22.700.990,51	-
PR	QUARTO CENTENARIO	41	2055	5	(929.446,27)	14.379.946,52	-
PR	QUEDAS DO IGUACU	41	2060	3	2.837.910,38	49.863.845,62	5,69
PR	QUERENCIA DO NORTE	41	2100	0	1.280.265,57	21.891.152,65	5,85
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	(2.200.387,32)	29.922.378,28	-
PR	RANCHO ALEGRE D'OESTE	41	2135	8	(506.859,75)	10.506.808,00	-
PR	RENASCENCA	41	2160	4	(2.395.870,14)	18.757.876,62	-
PR	RIBEIRAO CLARO	41	2180	2	(10.320.624,84)	27.105.267,75	-
PR	RIO AZUL	41	2200	8	(2.940.131,63)	28.246.886,38	-
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(1.836.358,91)	55.492.554,70	-
PR	RONDON	41	2280	2	4.649,55	19.841.874,85	0,02
PR	ROSARIO DO IVAI	41	2266	1	(347.048,93)	12.341.263,15	-
PR	SALTO DO LONTRA	41	2300	6	1.587.467,42	25.264.376,37	6,28
PR	SANTA FE	41	2340	2	(941.879,71)	18.456.155,60	-
PR	SANTA HELENA	41	2350	1	(31.690.788,81)	98.960.014,61	-
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	229.462,85	22.132.844,93	1,04
PR	SANTA LUCIA	41	2382	4	(128.897,93)	10.870.405,49	-
PR	SANTA MARIA DO OESTE	41	2385	7	(502.016,71)	19.010.862,26	-
PR	SANTA MARIANA	41	2390	7	440.740,09	20.661.352,84	2,13
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	17.028.059,34	80.722.738,83	28,04
PR	SAO CARLOS DO IVAI	41	2450	8	(1.438.949,16)	17.523.849,08	-
PR	SAO JOAO	41	2460	6	(2.283.391,36)	22.019.211,56	-
PR	SAO JOAO DO IVAI	41	2500	1	312.628,57	29.375.561,44	1,58
PR	SAO JOAO DO TRIUNFO	41	2510	0	(3.748.519,41)	24.157.137,43	-
PR	SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	(2.260.987,98)	31.932.484,33	-
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	41	2535	7	(834.435,98)	20.218.564,03	-
PR	SAO MATEUS DO SUL	41	2560	5	(34.486.445,64)	77.279.874,23	-
PR	SAO PEDRO DO PARANA	41	2590	2	(1.182.083,10)	10.507.488,33	-
PR	SAUDADE DO IGUACU	41	2627	2	(816.695,78)	26.041.930,28	-
PR	SENGES	41	2630	6	(16.201.832,40)	33.032.506,49	-
PR	SERRANOPOLIS DO IGUACU	41	2635	5	119.875,10	17.473.856,33	0,69
PR	SERTANEJA	41	2640	5	(1.898.522,50)	19.005.433,76	-
PR	SIQUEIRA CAMPOS	41	2660	3	169.787,38	31.861.560,22	0,53
PR	SULINA	41	2665	2	607.034,74	11.525.788,07	4,40
PR	TAPEJARA	41	2680	1	2.763.739,86	28.427.769,14	9,72
PR	TAPIRA	41	2690	0	92.265,13	13.306.373,58	0,69
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	256.483,93	21.316.923,70	1,20
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	0,00	34.842.368,37	0,00
PR	TOLEDO	41	2760	1	5.303.336,41	28.474.087,50	18,63
PR	TUNAS DO SUL	41	2765	7	(2.458.757,16)	19.695.570,44	-
PR	TUPASSI	41	2780	5	36.369.816.800,51	41.953.830,45	86.622,69
PR	UBIRATA	41	2800	9	(473.720,59)	16.040.535,07	-
PR	VERE	41	2860	8	(2.150.233,48)	15.748.030,19	-
PR	VITORINO	41	2870	0	5.242.564,99	28.889.839,64	18,18
PR	WENCESLAU BRAZ	41	2850	0	0,00	256.525.828,80	0,00
RJ	CASIMIRO DE ABREU	33	130	6	(891.789,10)	50.103.155,60	-
RJ	CORDEIRO	33	160	4	(1.912.221,80)	40.180.941,30	-
RJ	ITALVA	33	205	8	7.587.367,40	118.008.018,70	6,36
RJ	ITATIAIA	33	225	4	19.095.974,00	49.760.050,20	38,38
RJ	NATIVIDADE	33	310	4	38.017.457,20	88.430.517,50	43,00
RJ	PARAIBA DO SUL	33	370	8	0,00	63.808.770,10	0,00
RJ	PATY DO ALFERES	33	365	6	(22.059.160,70)	207.393.354,60	-
RJ	PORTO REAL	33	411	0	(5.890.247,10)	41.286.467,40	-
RJ	RIO DAS FLORES	33	450	8	580.697,20	48.227.164,60	1,20
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	480	7	5.830.387,80	72.210.098,20	8,03
RJ	SAO FIDELIS	33	490	5	(12.372.814,40)	88.509.471,00	-
RJ	VASSOURAS	33	520	6	53.256,08	82.008.781,41	4,41
RN	EQUADOR	24	340	0	(1.431.103,43)	136.068.254,45	-
RN	GUAMARE	24	450	7	(660.517,09)	16.254.992,48	-
RN	JARDIM DO SERIDO	24	570	2	13.653.814,78	40.207.524,20	33,96
RN	NISIA FLORESTA	24	820	1	1.292.812,22	27.828.287,36	4,88
RN	PARELHAS	24	890	4	(38.129,80)	8.531.537,85	-
RN	SANTANA DO SERIDO	24	1142	9	(2.373.173,13)	38.518.540,92	-
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	3	(7.302.436,62)	29.561.456,31	-
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(3.377.135,92)	28.619.566,92	-
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(1.214.905,94)	26.973.060,68	-
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	(3.844.512,81)	48.430.677,34	-
RO	BURITIS	11	45	2	(2.701.620,21)	14.908.195,11	-
RO	CACAULANDIA	11	60	1	(9.433.913,58)	26.081.265,91	-
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(3.204.178,38)	20.765.039,08	-
RO	CORUMBIARA	11	7	2	(4.350.918,46)	43.765.186,81	-
RO	ESPIGAO D'OESTE	11	9	8	(582.606,80)	17.387.514,72	-
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	0,00	14.970.126,58	0,00
RO	SANTA LUZIA D'OESTE	11	75	6	(10.876.680,66)	31.601.928,86	-
RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	11	149	3	(2.101.470,81)	23.564.307,37	-
RO	SERINGUEIRAS	11	150	0	(1.705.723,39)	14.631.717,31	-
RO	VALE DO ANARI	11	175	7	(2.848.285,43)	17.366.081,51	-
RO	VALE DO PARAISO	11	180	7			

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	ACEGUA	43	3	4	(4.874.877,53)	18.470.500,87	-
RS	AGUA SANTA	43	5	8	(502.525,45)	13.500.018,28	-
RS	AJURICABA	43	20	8	0,00	18.878.811,10	0,00
RS	ALECRIM	43	30	7	(2.808.080,36)	12.629.333,31	-
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	(1.803.213,10)	8.949.078,45	-
RS	ALPESTRE	43	50	5	(3.811.149,22)	19.701.134,31	-
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(1.802.919,44)	10.263.108,00	-
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	998.267,60	19.104.661,50	5,23
RS	AMETISTA DO SUL	43	84	6	(13.187.078,00)	16.367.331,00	-
RS	ANDRE DA ROCHA	43	86	1	(1.013.241,56)	8.466.806,39	-
RS	ANTA GORDA	43	70	3	(828.851,92)	13.870.863,31	-
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	(1.358.834,57)	27.203.191,13	-
RS	ARAMBARE	43	85	1	(70.318.450,56)	13.817.000,12	-
RS	ARATIBA	43	90	1	(8.361.513,76)	34.785.234,61	-
RS	ARVOREZINHA	43	140	4	0,00	18.025.659,57	0,00
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(3.478.938,65)	17.383.127,68	-
RS	BALNEARIO PINHAL	43	163	6	(133.937,06)	31.742.127,95	-
RS	BARAO	43	168	1	966.241,72	14.497.369,12	6,66
RS	BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(1.095.314,00)	14.928.273,00	-
RS	BARRA DO GUARITA	43	187	5	(1.972.269,87)	14.580.947,12	-
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	6	0,00	8.501.191,99	0,00
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(416.125,26)	10.240.671,59	-
RS	BARRACAO	43	180	0	(499.090,54)	15.335.546,27	-
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	(16.273.564,02)	23.410.861,61	-
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	9	(1.722.648,57)	8.662.595,11	-
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	(2.813.462,14)	15.108.529,84	-
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	0,00	13.280.135,00	0,00
RS	BOA VISTA DO INCRA	43	223	6	(1.453.387,98)	12.814.140,85	-
RS	BOM JESUS	43	230	3	11.935.277,89	26.389.088,34	45,26
RS	BOM PRINCIPIO	43	235	3	0,00	32.665.754,48	0,00
RS	BOM PROGRESSO	43	237	8	(870.825,79)	8.753.780,92	-
RS	BOM RETIRO DO SUL	43	240	2	1.278.977,85	12.162.336,98	10,51
RS	BOQUEIRAO DO LEAO	43	245	1	(15.822.410,96)	15.151.992,85	-
RS	BOSSOROCA	43	250	1	(396.740,44)	18.114.356,29	-
RS	BOZANO	43	256	4	(585.294,63)	8.672.329,89	-
RS	BRAGA	43	260	0	5.570,86	10.260.711,13	0,05
RS	BROCHIER	43	265	9	0,00	12.624.473,04	0,00
RS	BUTIA	43	270	9	7.486.715,32	34.175.314,65	21,88
RS	CACEQUI	43	290	7	2.495.801,38	24.480.334,79	10,20
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	305	3	(219.247,01)	10.977.714,47	-
RS	CAIBATE	43	330	1	(1.529.992,17)	12.109.845,58	-
RS	CANGUCU	43	340	0	245.026,71	11.910.613,58	2,06
RS	CAMARGO	43	355	8	0,00	12.019.319,23	0,00
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	307	3	(458.960,71)	12.666.078,52	-
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(2.387.316,54)	13.117.605,25	-
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	(4.854.862,11)	15.606.358,43	-
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	(180.475,56)	12.974.457,14	-
RS	CAMPOS BORGES	43	410	1	(870.127,11)	10.218.131,65	-
RS	CANDELARIA	43	420	0	(3.558.898,48)	49.894.587,65	-
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	(1.286.505,57)	13.914.478,19	-
RS	CANDIOTA	43	435	8	1.874.549,39	45.877.053,48	4,10
RS	CANELA	43	440	8	(14.057.829,59)	84.585.296,11	-
RS	CANUDOS DO VALE	43	441	4	(643.391,90)	8.869.178,72	-
RS	CAPAO DO CIPO	43	485	5	(4.152.208,85)	13.682.113,90	-
RS	CAPELA DE SANTANA	43	468	9	(1.816.056,29)	18.059.743,98	-
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(6.937.980,28)	14.292.325,23	-
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(832.962,46)	65.746.728,92	-
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	163.363,20	7.851.528,77	2,08
RS	CASCA	43	490	3	(3.001.315,90)	19.936.075,21	-
RS	CASEIROS	43	495	2	(2.455.252,46)	10.427.883,85	-
RS	CATUIPE	43	500	9	(3.171.494,49)	19.266.068,81	-
RS	CENTENARIO	43	511	8	(1.258.828,48)	10.227.390,07	-
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(9.378.929,00)	10.213.829,20	-
RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	(10.556.192,97)	16.909.492,71	-
RS	CHAPADA	43	530	6	(830.214,66)	21.648.644,50	-
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	119.570,00	28.822.541,38	0,16
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.760.133,08)	9.235.687,28	-
RS	CHIAPETTA	43	540	6	249.948,26	13.966.478,73	1,79
RS	CHUVISCA	43	544	7	(864.285,78)	11.771.208,74	-
RS	COLINAS	43	558	7	(301.830,40)	10.495.913,07	-
RS	COLORADO	43	560	3	(8.955.078,81)	12.254.384,13	-
RS	CONDOR	43	570	2	(1.174.899,51)	17.099.611,26	-
RS	CONSTANTINA	43	580	1	353.858,24	20.235.812,70	1,74
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	(881.438,85)	8.470.887,11	-
RS	COQUEIROS DO SUL	43	585	0	(1.699.873,11)	10.235.974,82	-
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(2.390.625,13)	11.424.826,98	-
RS	CORONEL PILAR	43	589	4	(2.397.265,31)	8.548.150,50	-
RS	COTIPORA	43	595	9	(1.548.083,00)	13.050.906,00	-
RS	CRISSIUMAL	43	600	7	(2.134.541,44)	26.869.536,29	-
RS	CRISTAL	43	605	6	(7.999.101,28)	14.786.473,84	-
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	8	0,00	22.635.483,15	0,00
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(949.631,71)	12.822.303,80	-
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(13.695.283,95)	58.765.858,07	-
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(3.933.057,04)	26.255.822,52	-
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(8.413.858,51)	84.764.210,30	-
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	22.994,55	8.178.741,17	0,28
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	43	673	4	(1.657.385,00)	15.200.747,00	-
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(353.309,15)	8.894.671,46	-
RS	ELDORADO DO SUL	43	678	7	(8.834.646,55)	27.281.350,92	-
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(3.233.842,23)	14.492.749,18	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	ENTRE-IJUIS	43	893	2	(1.051.985,58)	18.218.429,04	-
RS	ERNESTINA	43	706	4	(896.981,39)	11.881.782,56	-
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(918.574,71)	12.741.534,65	-
RS	ERVAL SECO	43	730	2	(727.538,04)	14.238.743,60	-
RS	ESMERALDA	43	740	1	0,00	13.365.502,00	0,00
RS	ESTANCIA VELHA	43	750	0	2.707.441,66	82.708.312,98	3,38
RS	ESTRELA	43	760	7	(8.061.975,82)	65.746.007,88	-
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	(1.016.630,03)	11.584.808,34	-
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(1.219.674,20)	11.843.869,92	-
RS	FARROUPILHA	43	800	2	(1.145.256,92)	10.042.488,56	-
RS	FAZENDA MUNHOZ	43	807	8	184.716,00	13.363.211,00	1,38
RS	FELIZ	43	810	2	(3.538.530,58)	29.344.233,06	-
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	(8.337.950,83)	7.793.927,72	-
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	452.108,78	18.861.333,48	2,40
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(1.990.336,20)	9.260.830,82	-
RS	GARIBALDI	43	850	7	(13.208.713,80)	78.665.392,04	-
RS	GARRUCHOS	43	865	8	(1.537.560,10)	14.532.415,25	-
RS	GENTIL	43	886	4	(760.944,59)	8.381.823,80	-
RS	GIRUA	43	900	1	(1.248.973,27)	39.844.170,65	-
RS	GRAMADO	43	910	0	(18.635.528,95)	135.822.741,06	-
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	913	6	878.176,84	9.210.097,84	9,53
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(28.893,42)	10.825.415,06	-
RS	GUABIJU	43	925	8	(1.868.471,89)	8.537.338,63	-
RS	GUAPORE	43	940	7	(4.346.519,45)	50.360.322,87	-
RS	HARMONIA	43	956	5	(2.189.533,27)	18.158.106,33	-
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.010.026,61)	9.004.301,36	-
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(3.138.827,11)	48.595.063,38	-
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(3.545.280,90)	15.749.889,35	-
RS	HUMAITA	43	970	4	(8.147.727,25)	13.386.625,23	-
RS	IBARAMA	43	975	3	(358.337,25)	12.154.131,60	-
RS	IBIRUBA	43	980	3	(4.650.778,82)	14.005.871,99	-
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	(731.589,97)	15.645.577,20	-
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	0,00	12.218.118,04	0,00
RS	IBIRUBA	43	6000	9	(846.130,36)	41.802.447,90	-
RS	IGREJINHA	43	1010	8	9.651.035,85	68.990.388,44	13,99
RS	IJUI	43	1020	0	(1.537.275,51)	19.360.090,46	-
RS	IMIGRANTE	43	1030	3	(1.032.804,32)	14.467.269,19	-
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	(1.444.594,77)	14.515.228,79	-
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1045	2	(2.501.010,83)	10.475.481,57	-
RS	IRAI	43	1050	4	(279.433,09)	13.230.372,27	-
RS	ITACURUBI	43	1055	3	0,00	12.091.245,40	0,00
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	(343.368,77)	11.400.751,84	-
RS	IVORA	43	1075	1	(1.739.830,80)	9.271.921,09	-
RS	IVOTI	43	1080	1	(4.734.421,25)	43.338.057,40	-
RS	JACUIZINHO	43	1087	8	48.363,40	5.807.393,91	0,83
RS	JAGUARI	43	1110	6	440.103,09	22.417.281,06	1,96
RS	JARI	43	1113	0	(1.511.776,78)	11.815.503,15	-
RS	JOIA	43	1115	5	(1.580.369,81)	21.116.506,26	-
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	(3.211.885,86)	42.677.665,50	-
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	(915.998,13)	9.351.719,58	-
RS	LAGOA VERMELHA	43	1130	4	(3.765.590,92)	49.020.738,97	-
RS	LAGOAO	43	1125	4	(1.083.642,96)	12.705.105,28	-
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	(537.217,85)	8.853.842,32	-
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(1.844.574,21)	19.573.856,60	-
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	1	79.875,34	12.810.164,66	0,62
RS	LINHA NOVA	43	1164	3	(2.025.803,15)	7.778.452,39	-
RS	MACAMBARA	43	1171	8	(408.889,56)	15.529.907,60	-
RS	MACHADINHO	43	1179	0	(4.134.045,67)	14.573.475,42	-
RS	MARATA	43	1178	1	(3.151.678,25)	10.323.673,18	-
RS	MARAU	43	1180	9	(8.719.424,90)	82.413.167,80	-
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	6	0,00	12.934.043,78	0,00
RS	MARIANO MORO	43	1200	6	(1.873.731,80)	10.816.363,64	-
RS	MATA	43	1210	4	255.393,02	11.382.723,73	2,24
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	0	(311.673,26)	10.907.490,20	-
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(3.419.692,54)	12.727.848,02	-
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(1.434.900,15)	10.112.122,37	-
RS	MINAS DO LEAO	43	1225	2	(3.567.184,17)	18.006.288,95	-
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	0,00	10.746.321,64	0,00
RS	MONTAURI	43	1235	1	(1.912.805,56)	9.801.261,90	-
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	(1.043.279,64)	11.252.070,98	-
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1236	8	(2.389.810,33)	11.153.853,54	-
RS	MORMACO	43	1247	7	(1.323.407,50)	8.791.951,34	-
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(5.230.032,94)	12.817.345,20	-
RS	MORRO REUTER	43	1247	8	(330.372,21)	13.454.830,33	-
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	487.398,36	28.450.745,22	1,84
RS	MUCUM	43	1260	8	(516.021,73)	13.260.460,37	-
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	0,00	14.303.604,02	0,00
RS	MULITERNO	43	1262	5	(710.995,05)	8.711.436,45	-
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	6	(4.760.373,84)	41.163.391,86	-
RS	NOVA ALVORADA	43	1276	7	(1.208.612,54)	12.514.896,81	-
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(2.625.993,16)	13.564.107,79	-
RS	NOVA BOA VISTA	43	1285	8	(719.017,12)	9.575.182,45	-
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(1.700.143,38)	10.729.970,49	-
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	(262.291,65)	11.255.584,23	-
RS	NOVA HARTZ	43	1305	0	(190.337,52)	38.208.522,70	-
RS	NOVA PADUA	43	1308	6	(1.048.048,50)	10.241.611,50	-
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(1.783.150,59)	15.118.677,32	-
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(12.353.435,45)	45.456.712,56	-
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(7.209.733,32)	52.468.516,19	-
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(3.149.033,30)	10.694.079,80	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	0,00	13.889.708,48	0,00
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(2.930.754,47)	13.416.593,97	-
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	(1.791.442,88)	12.060.184,81	-
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(897.978,62)	9.463.795,02	-
RS	OSORIO	43	1350	8	(48.177.581,28)	170.063.149,48	-
RS	PAIM FILHO	43	1380	7	(1.033.769,83)	11.730.896,84	-
RS	PALMARES DO SUL	43	1385	6	(1.908.777,22)	26.577.768,98	-
RS	PANAMBI	43	1390	4	(10.156.951,72)	69.192.085,92	-
RS	PANTANO GRANDE	43	1395	3	3.228.890,63	18.426.802,20	18,82
RS	PARAI	43	1400	1	0,00	18.718.357,89	0,00
RS	PARAISO DO SUL	43	1402	7	513.305,49	64.398.440,13	0,79
RS	PASSA SETE	43	1408	8	(2.117.828,01)	12.552.162,65	-
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(2.581.648,61)	14.395.178,54	-
RS	PAULO BENTO	43	1413	4	(940.988,33)	8.828.112,50	-
RS	PAVERAMA	43	1415	9	125.080,51	13.178.880,48	0,93
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(3.832.375,40)	12.217.124,19	-
RS	PEJUCARA	43	1430	8	(140.291,20)	14.759.014,78	-
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	0,00	17.850.689,50	0,00
RS	PINHAL DA SERRA	43	1446	4	(2.578.832,34)	17.288.178,46	-
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(2.495.353,66)	18.564.530,05	-
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(965.825,31)	12.317.185,39	-
RS	PINTO BANDEIRA	43	1453	0	0,00	8.254.499,19	0,00
RS	PIRAPO	43	1455	5	(1.375.728,97)	9.427.187,00	-
RS	PLANALTO	43	1470	4	(715.991,02)	17.613.345,86	-
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(1.832.848,60)	9.747.387,18	-
RS	PORTAO	43	1480	3	4.668.168,82	58.985.731,55	7,85
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	(1.971.449,21)	9.060.302,90	-
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(532.977,85)	20.450.551,62	-
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(1.811.813,36)	9.736.000,31	-
RS	PROGRESSO	43	1515	6	(271.897,27)	15.926.372,94	-
RS	PROTASIO ALVES	43	1517	2	(1.231.370,98)	8.287.395,16	-
RS	PUTINGA	43	1520	6	(3.104.989,76)	12.685.765,33	-
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(1.436.753,00)	8.954.036,41	-
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1533	4	(1.094.842,34)	13.783.532,36	-
RS	REDENTORA	43	1540	4	(7.222.852,05)	17.109.196,09	-
RS	RELVADO	43	1543	3	(890.868,57)	8.320.928,32	-
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(1.494.024,85)	27.799.469,03	-
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	(37.181,64)	11.499.745,22	-
RS	RIO PARDO	43	1570	1	8.850.241,15	54.821.327,15	13,51
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(1.412.615,18)	20.985.533,30	-
RS	ROLADOR	43	1595	8	(4.218.818,47)	11.251.244,93	-
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	101.284,78	20.699.668,66	0,49
RS	RONDINHA	43	1620	4	(758.402,97)	12.192.679,66	-
RS	ROSARIO DO SUL	43	1640	2	29.013.207,32	57.198.940,60	50,72
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(1.614.754,72)	11.795.225,78	-
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	948.571,51	17.702.873,52	5,36
RS	SANANDUVA	43	1660	0	(2.276.947,73)	29.843.138,41	-
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	3.130.588,75	23.450.810,75	13,35
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	(686.901,70)	13.018.866,08	-
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(2.319.204,70)	8.377.447,13	-
RS	SANTIAGO	43	1740	0	6.437.410,35	73.187.945,65	8,80
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(6.277.897,78)	66.690.022,86	-
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(1.473.568,02)	10.565.927,44	-
RS	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	43	1775	6	(874.765,36)	10.773.350,36	-
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1785	4	(156.627,98)	9.906.453,99	-
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(2.378.817,30)	10.454.344,87	-
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	737.556,77	36.837.232,21	2,00
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(7.797.803,86)	38.091.849,44	-
RS	SAO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	0,00	11.836.589,93	0,00
RS	SAO JORGE	43	1844	0	(1.548.037,78)	9.486.759,62	-
RS	SAO JOSE DO HERVAL	43	1846	5	(759.608,65)	9.537.005,97	-
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1845	1	(4.349.916,45)	11.545.183,81	-
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1848	9	(761.974,24)	9.822.176,90	-
RS	SAO JOSE DO NORTE	43	1850	7	(14.345.108,73)	41.759.067,32	-
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1800	6	(855.394,32)	14.409.014,15	-
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(900.821,04)	11.842.137,12	-
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(14.069.924,07)	72.514.819,21	-
RS	SAO MARCOS	43	1900	0	(1.509.811,09)	44.824.018,92	-
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	5.388,07	13.369.396,36	0,04
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	(833.670,99)	9.785.807,17	-
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	0	(4.630.130,94)	31.964.320,30	-
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	5	(1.361.567,25)	11.668.948,34	-
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	(1.200.237,30)	10.860.201,65	-
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	43	1900	8	3.850.237,58	42.670.387,61	8,55
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	(2.243.336,48)	11.418.999,65	-
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.781.649,39)	8.187.704,14	-
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	(305.363,12)	8.332.929,78	-
RS	SAO VENDELINO	43	1975	3	(739.724,65)	10.264.318,19	-
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	3	(2.511.183,37)	17.359.738,18	-
RS	SARANDI	43	2010	7	(5.496.109,48)	39.946.850,17	-
RS	SEBERI	43	2020	6	(4.788.940,48)	21.667.573,07	-
RS	SEDE NOVA	43	2023	8	(1.897.573,18)	19.710.305,91	-
RS	SELBACH	43	2030	3	(604.598,68)	12.452.082,65	-
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(859.535,14)	9.715.417,35	-
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	(1.436.558,39)	36.416.924,95	-
RS	SERIO	43	2045	3	(1.470.702,86)	9.314.346,10	-
RS	SERTAO SANTANA	43	2055	2	(7.212.197,17)	18.156.905,84	-
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(1.562.077,15)	11.987.187,94	-
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(1.116.841,88)	8.875.799,06	-
RS	SINIMBU	43	2067	7	(5.795.429,64)	18.341.080,29	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	SOBRADINHO	43	2070	1	565.251,14	27.730.934,56	2,00
RS	TAIAI	43	2085	9	(1.915.284,73)	11.229.694,46	-
RS	TAPEJARA	43	2090	8	(4.335.874,86)	39.521.544,00	-
RS	TAPERA	43	2100	6	281.956,53	22.071.041,35	1,28
RS	TAPES	43	2110	6	(1.881.771,66)	30.350.613,38	-
RS	TAQUARI	43	2130	3	1.721.434,80	38.935.897,64	4,42
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(668.442,82)	10.295.472,83	-
RS	TAVARES	43	2135	2	364.965,80	12.547.276,59	2,91
RS	TEUTONIA	43	2145	1	(5.160.262,16)	69.324.964,70	-
RS	TIO HUGO	43	2146	9	888.479,05	10.548.226,34	8,42
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(2.920.669,70)	12.385.704,87	-
RS	TOROPI	43	2149	3	(1.828.665,83)	8.296.565,00	-
RS	TRAMANDAI	43	2150	0	(9.609.669,00)	626.385.578,87	-
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(373.025,20)	10.824.837,43	-
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(5.695.312,39)	19.062.316,32	-
RS	TRES CORUAS	43	2170	5	(9.405.411,07)	30.560.703,87	-
RS	TRES DE MAIO	43	2180	6	(1.039.725,55)	36.265.373,83	-
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(887.981,06)	12.830.452,66	-
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(5.149.207,45)	44.715.838,20	-
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	1.650.286,80	13.230.524,47	12,66
RS	TRIUNFO	43	2200	4	23.611.427,77	148.708.730,41	15,68
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	125.133,27	10.893.997,23	1,15
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(692.398,74)	8.062.026,99	-
RS	TUPANDI	43	2225	1	(1.411.304,88)	21.476.154,85	-
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(1.181.537,58)	17.538.329,01	-
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	(2.498.838,03)	6.874.112,95	-
RS	UNIAO DA SERRA	43	2235	0	490.000,00	8.747.608,90	5,60
RS	VALE DO SOL	43	2253	3	(2.268.755,91)	20.440.787,42	-
RS	VALE REAL	43	2254	1	(709.094,53)	12.153.849,54	-
RS	VALE VERDE	43	2257	5	(780.104,54)	10.198.497,54	-
RS	VANINI	43	2255	8	(675.441,14)	9.374.487,82	-
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(2.582.052,54)	45.100.767,29	-
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(1.876.900,38)	9.725.027,95	-
RS	VIADUTOS	43	2290	5	(360.811,96)	12.273.486,54	-
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(1.512.785,18)	11.810.377,43	-
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	(866.411,89)	12.222.813,97	-
RS	VILA FLORES	43	2330	9	(501.469,09)	12.892.443,04	-
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	353.858,13	10.519.388,64	3,36
RS	VILA MARIA	43	2340	6	(1.171.213,86)	15.475.676,72	-
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(1.745.856,07)	11.218.588,52	-
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(1.521.045,75)	10.158.540,22	-
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	(583.356,38)	10.876.017,38	-
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	83.469,47	10.816.340,26	0,79
RS	VITORIA DAS MISSOES	43	2375	4	(104.022,61)	10.755.485,97	-
RS	WESTFALIA	43	2377	0	(875.466,59)	14.106.734,14	-
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	(1.449.801,09)	43.321.632,68	-
SC	AGROLANDIA	42	20	0	(880.315,04)	18.592.330,93	-
SC	AGRONOMICA	42	30	9	(702.242,68)	12.337.086,15	-
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(820.273,41)	12.350.455,46	-
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(1.894.894,62)	9.950.833,28	-
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	(394.424,18)	12.564.411,06	-
SC	ANCHIETA	42	80	4	(2.100.483,31)	12.994.904,58	-
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(2.187.174,30)	20.803.923,91	-
SC	APIUNA	42	125	7	170.268,36	24.056.275,47	0,71
SC	ARABUTA	42	127	3	(613.157,25)	13.817.885,15	-
SC	ARROIO TRINTA	42	160	4	(445.537,50)	11.446.609,24	-
SC	ASCURRA	42	170	3	(1.294.330,20)	14.475.477,29	-
SC	AURORA	42	190	1	(49.085,40)	13.451.171,57	-
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(1.902.629,27)	19.573.078,28	-
SC	BALNEARIO GAROPABA	42	207	3	(1.993.598,32)	19.875.135,01	-
SC	BALNEARIO RINCAO	42	20000	0	(1.895.744,78)	15.740.007,73	-
SC	BARRA VELHA	42	210	7	(4.551.827,40)	51.705.344,28	-
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	0,00	14.284.316,29	0,00
SC	BELMONTE	42	215	6	(751.438,33)	9.561.663,21	-
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(2.316.335,52)	18.138.868,23	-
SC	BOCAINA DO SUL	42	240	8	(589.580,53)	10.526.798,62	-
SC	BOM JARDIM DA SERRA	42	250	3	(3.848.306,66)	11.229.259,93	-
SC	BOM JESUS	42	253	7	(1.358.070,54)	10.416.810,81	-
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	(733.920,42)	8.334.316,86	-
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(185.227,28)	16.022.430,90	-
SC	BOTUVERA	42	270	1	(3.331.708,18)	11.785.869,16	-
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(1.342.112,29)	13.047.582,04	-
SC	BRUNOPOLIS	42	287	5	(2.012.888,50)	9.458.521,60	-
SC	CAIBI	42	310	5	(870.330,89)	14.991.999,07	-
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(1.689.872,03)	24.931.844,90	-
SC	CAMPO BELO DO SUL	42	340	2	(1.491.268,44)	16.087.963,26	-
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(871.873,89)	18.035.500,36	-
SC	CAMPOS NOVOS	42	360	0	2.032.872,18	90.374.036,21	2,25
SC	CAPAO ALTO	42	375	3	(418.893,27)	12.737.659,90	-
SC	CAPIVARI DE BAIXO	42	395	8	630.768,69	56.446.715,84	1,12
SC	CATANDUVAS	42	400	4	(883.444,34)	21.919.290,83	-
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	1.153.819,71	13.589.417,95	8,48
SC	CELSO RAMOS	42	415	2	826.542,21	11.937.952,63	5,28
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	(723.324,27)	11.081.313,36	-
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(1.797.312,98)	15.083.092,20	-
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(9.865.956,20)	20.629.528,12	-
SC	CORONEL MARTINS	42	445	9	(143.506,87)	9.434.695,80	-
SC	CORUPA	42	450	8	2.462.903,95	32.534.964,38	7,57
SC	CRICIUMA	42	470	7	(1.360.127,00)	21.475.585,53	-
SC	CUNHATAI	42	475	8	(849.844,34)	9.474.676,87	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	CURITIBANOS	42	480	0	(9.122.131,26)	81.954.490,38	-
SC	DESCANSO	42	490	8	(1.751.824,38)	16.171.108,75	-
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	(6.443.872,83)	28.342.848,86	-
SC	DONA EMMA	42	510	0	(1.051.105,40)	10.541.504,70	-
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(186.629,45)	10.206.249,57	-
SC	ENTRE RIOS	42	517	9	(1.084.319,64)	9.378.512,59	-
SC	ERMO	42	519	5	(125.855,31)	8.968.403,13	-
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(2.148.071,69)	12.972.498,54	-
SC	FLOR DO SERTAO	42	535	7	0,00	9.033.087,89	0,00
SC	FORQUILHINHA	42	545	6	(1.817.433,11)	48.884.441,72	-
SC	FRAIBURGO	42	550	8	(1.984.720,21)	72.489.984,55	-
SC	GAROPABA	42	570	4	(3.386.714,56)	40.050.399,70	-
SC	GARUVA	42	580	3	(5.041.499,84)	41.807.191,36	-
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	42	600	9	(4.169.430,86)	31.823.409,84	-
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	89.586,88	89.194.364,38	0,11
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(1.087.388,24)	11.395.506,51	-
SC	IBIRAMA	42	690	0	(2.512.852,51)	37.319.299,01	-
SC	ICARA	42	700	7	20.645.098,88	108.186.588,01	19,44
SC	IMBITA	42	710	6	3.743.810,93	25.326.566,22	14,78
SC	IMARUI	42	720	5	2.016.456,77	17.648.487,84	11,43
SC	IMBUIA	42	740	3	0,00	13.336.847,89	0,00
SC	IOMERE	42	757	7	410.186,93	12.158.631,26	3,37
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(348.319,66)	18.207.560,85	-
SC	IPUACU	42	768	4	550.252,27	17.386.692,51	3,16
SC	IPUMIRIM	42	770	0	(1.080.020,66)	20.621.702,68	-
SC	IRACEMINHA	42	775	8	(862.051,90)	10.811.502,87	-
SC	IRANI	42	780	9	(525.722,80)	19.412.625,89	-
SC	IRINEOPOLIS	42	790	4	(385.730,78)	22.218.360,68	-
SC	ITA	42	800	6	3.803.909,54	29.872.709,96	12,73
SC	ITAIOPOLIS	42	830	4	(3.896.348,66)	37.987.293,72	-
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(356.605,53)	38.343.902,85	-
SC	ITUPORANGA	42	850	0	465.928,24	42.081.855,93	1,09
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	27.196,88	19.037.107,74	0,14
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	187.467,19	8.661.182,58	1,93
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	625.131,40	11.806.595,05	5,29
SC	JUPIA	42	917	7	(712.300,19)	9.095.381,07	-
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(406.390,03)	9.091.587,30	-
SC	LAURENTINO	42	950	8	(216.468,23)	13.898.906,60	-
SC	LEOBERTO LEAL	42	960	5	(794.757,26)	9.647.047,70	-
SC	LINDOIA DO SUL	42	965	4	(1.402.361,63)	13.033.939,67	-
SC	LONTRAS	42	980	4	(34.310,56)	20.932.520,15	-
SC	LUIZ EMA	42	1005	0	(816.842,77)	9.611.288,39	-
SC	MARACAJA	42	1040	7	(763.166,11)	13.905.883,40	-
SC	MAREMA	42	1055	9	(298.006,70)	10.098.963,36	-
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	925.957,07	31.359.202,78	2,95
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	(387.487,44)	10.317.361,65	-
SC	MELEIRO	42	1080	3	209.194,98	13.105.165,50	1,72
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	(567.596,98)	9.885.958,25	-
SC	MONDAI	42	1100	9	(1.642.274,54)	23.914.490,03	-
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(123.001,31)	34.194.548,89	-
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	387.443,49	12.080.796,90	2,86
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	(153.380,43)	13.383.827,23	-
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(763.209,30)	12.702.715,18	-
SC	NOVA TRENTO	42	1150	4	(313.086,81)	26.580.983,39	-
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(883.875,15)	8.912.643,77	-
SC	ORLEANS	42	1170	2	(527.831,58)	48.486.287,21	-
SC	OURO	42	1180	1	(577.051,48)	14.642.727,89	-
SC	OURO VERDE	42	1185	0	0,00	10.469.314,45	0,00
SC	PAIAL	42	1187	8	(905.723,74)	9.144.757,68	-
SC	PALMA SOLA	42	1200	7	(835.061,31)	16.210.833,10	-
SC	PALMITOS	42	1210	6	(4.870.569,98)	30.615.437,95	-
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	1.904.821,81	33.043.356,87	5,46
SC	PARAISO	42	1223	9	(724.969,06)	10.796.195,72	-
SC	PASSO DE TORRES	42	1225	4	(1.543.188,90)	15.193.271,18	-
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(2.971.414,34)	14.146.962,32	-
SC	PAULO LOPES	42	1230	6	301.087,15	14.177.106,60	2,12
SC	PENHA	42	1250	2	(3.852.823,92)	57.916.544,57	-
SC	PERITIBA	42	1260	1	(466.240,27)	10.079.048,58	-
SC	PESCARIA BRAVA	42	1265	0	(1.896.773,06)	8.919.382,37	-
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(1.565.401,79)	37.913.170,83	-
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	599.086,03	11.302.277,32	5,89
SC	PIRATUBA	42	1310	4	(4.607.035,60)	27.518.148,06	-
SC	PLANALTO ALEGRE	42	1315	3	(379.921,87)	8.485.131,25	-
SC	POMERODE	42	1320	3	(7.699.280,80)	78.044.836,10	-
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	8	(1.778.709,03)	31.199.906,11	-
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(3.600.331,25)	22.940.797,24	-
SC	PORTO BELO	42	1350	0	(9.673.044,48)	48.581.048,66	-
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	(1.168.072,53)	54.550.803,53	-
SC	POUSO REDONDO	42	1370	6	(447.443,06)	28.576.407,99	-
SC	PRAIA GRANDE	42	1380	7	343.680,51	13.540.583,15	2,54
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	(309.532,24)	10.093.847,12	-
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	903.811,68	32.892.264,70	2,75
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	0,00	8.044.692,11	0,00
SC	PRINCESA	42	1415	1	0,00	9.649.278,80	0,00
SC	QUILOMBO	42	1430	1	(784.544,35)	20.671.171,95	-
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.131.400,63)	19.268.733,39	-
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	412.207,70	13.249.532,31	3,11
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	0,00	19.195.162,90	0,00
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	8	(2.740.391,54)	21.128.884,70	-
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(330.632,67)	11.342.648,74	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	RIC RUFINO	42	1505	9	477.475,07	8.698.068,25	5,55
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(2.098.721,34)	11.548.840,58	-
SC	RODEIO	42	1510	9	(170.176,08)	18.213.267,82	-
SC	ROMELANDIA	42	1520	8	427.987,00	11.376.126,43	3,76
SC	SANGAO	42	1545	1	167.379,27	19.667.547,69	0,85
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(781.185,68)	8.565.623,72	-
SC	SANTA ROSA DO SUL	42	1549	3	98.076,97	13.459.521,48	0,73
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1558	7	50.646,07	8.995.085,22	0,56
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(1.461.311,97)	8.360.639,59	-
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	1.690.444,91	37.986.507,38	4,65
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(664.212,62)	9.000.970,46	-
SC	SAO BONIFACIO	42	1580	1	(993.521,78)	9.351.598,92	-
SC	SAO CARLOS	42	1500	8	1.196.648,12	21.513.720,71	5,57
SC	SAO DOMINGOS	42	1510	7	(3.071.902,06)	19.560.528,23	-
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1530	1	(8.527.047,82)	82.114.147,81	-
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	42	1535	4	64.148,23	10.429.613,95	0,62
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1540	4	578.196,74	14.017.785,10	4,12
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1570	1	(2.547.245,50)	25.589.106,65	-
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1580	0	(791.264,21)	16.149.144,40	-
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	42	1690	9	(3.331.721,77)	50.198.782,86	-
SC	SAO MARTINHO	42	1710	5	(550.065,49)	9.543.261,33	-
SC	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	42	1715	4	(969.523,22)	8.341.063,03	-
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	8.815.324,12	66.947.804,30	13,17
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(5.223.614,78)	11.588.784,88	-
SC	SAUDADES	43	1730	3	585.588,84	17.600.232,60	3,17
SC	SCHROEDER	42	1740	2	(1.994.599,30)	32.580.529,42	-
SC	SEARA	43	1750	1	(836.248,71)	38.190.520,01	-
SC	SERRA ALTA	42	1755	0	357.731,83	10.581.814,32	5,27
SC	SOMBRIO	43	1770	9	7.830.867,97	46.552.321,16	17,19
SC	SUL BRASIL	42	1775	5	(1.765.683,12)	9.501.729,45	-
SC	TANGARA	42	1790	7	419.445,65	23.245.388,01	1,80
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(806.633,11)	8.384.569,12	-
SC	TIJUCAS	42	1800	4	9.489.281,75	74.307.357,09	12,77
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	398.188,83	11.922.867,88	3,34
SC	TIMBO	47	1820	2	(13.479.820,96)	91.162.813,68	-
SC	TRES BARRAS	42	1800	1	5.038.667,51	47.512.071,13	10,61
SC	TREVISO	42	1805	0	(512.480,83)	17.044.548,00	-
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	(1.784.890,10)	13.112.807,49	-
SC	TUNAPOLIS	42	1875	5	(1.356.398,18)	13.947.475,19	-
SC	TURVO	42	1880	5	(1.939.990,64)	29.682.089,13	-
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	58.322,71	10.151.623,55	0,58
SC	URUPEMA	42	1895	4	(919.569,96)	8.559.772,72	-
SC	URUSSANGA	42	1900	2	(1.139.778,57)	44.721.832,25	-
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(1.787.235,32)	17.254.347,05	-
SC	VIDEIRA	42	1930	9	(9.057.584,75)	107.084.056,31	-
SC	VITOR MEIRELES	43	1935	8	(218.541,80)	82.138.156,71	-
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(1.853.681,16)	10.970.019,86	-
SC	XAVANTINA	42	1950	6	(656.548,14)	14.601.527,02	-
SC	ZORTEA	42	1965	3	(990.121,00)	12.508.445,83	-
SE	INDIAROBA	28	260	9	(870.027,22)	28.199.269,89	-
SE	ITABAIANINHA	28	300	8	(4.186.335,67)	89.563.908,33	-
SE	JAPOATA	28	340	1	(2.770.945,31)	21.337.995,55	-
SE	LARANJEIRAS	28	360	9	(10.611.694,63)	35.500.467,02	-
SE	MACAMBIRA	28	370	8	(449.237,29)	13.448.435,20	-
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	28	450	8	(2.504.480,00)	48.672.091,85	-
SE	RIBEIROPOLIS	28	600	8	(1.899.247,53)	27.538.106,39	-
SE	SANTA ROSA DE LIMA	28	650	3	(1.230.380,60)	4.768.978,22	-
SP	ADOLFO	35	20	4	(1.534.500,61)	15.284.143,81	-
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	35	60	0	3.891.226,97	16.876.493,17	23,06
SP	AGUDOS	35	70	9	5.360.466,20	111.004.600,70	4,83
SP	ALTAIR	35	80	7	(297.787,35)	14.736.678,34	-
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(1.566.453,32)	14.280.636,28	-
SP	AMERICO BRASILIENSE	36	170	7	0,00	72.492.715,01	0,00
SP	ANALANDIA	35	200	2	(1.109.504,50)	20.011.292,72	-
SP	ANHEMBI	35	230	8	0,00	25.515.089,61	0,00
SP	ARCO-IRIS	35	335	6	0,00	9.840.920,35	0,00
SP	ARIRANHA	35	370	3	(66.284,33)	38.497.804,15	-
SP	ASPASIA	35	395	0	909.305,12	9.779.048,20	9,29
SP	AVAI	35	430	5	(713.090,94)	16.709.842,08	-
SP	BADY BASSITT	35	460	2	3.847.004,91	33.922.207,78	11,34
SP	BARRA DO TURVO	35	540	1	4.433.249,22	24.123.346,27	18,38
SP	BARRINHA	35	560	9	0,00	58.777.348,72	0,00
SP	BOCAINA	35	590	8	(2.871.893,43)	29.156.764,26	-
SP	CAMPOS DO JORDAO	35	670	0	63.451.486,07	138.776.991,41	45,72
SP	CLEMENTINA	36	1100	4	(1.314.237,79)	29.013.280,18	-
SP	COCHINAS	35	1230	6	106.087,00	38.598.430,88	0,28
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	550.033,35	20.744.965,40	2,65
SP	CUNHA	35	1360	3	(2.857.804,51)	38.604.320,11	-
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(1.104.663,73)	8.675.618,54	-
SP	DRACENA	35	1440	3	0,00	94.690.201,83	0,00
SP	EUCLIDES	35	1492	4	(1.124.638,68)	11.999.398,93	-
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	9	(523.670,76)	20.257.793,22	-
SP	FLORFAL	35	1580	5	(13.120.177,90)	13.078.547,22	-
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	161.432,55	10.243.932,41	1,58
SP	GAVIAO PEIXOTO	58	1665	3	0,00	29.099.992,02	0,00
SP	GUAICARA	35	1720	8	(1.832.525,67)	24.284.708,45	-
SP	GUARACAI	35	1760	2	(270.348,28)	22.530.600,18	-
SP	GUATAPARA	35	1885	8	436.707,32	23.289.140,04	1,88
SP	IACANGA	35	1910	5	(3.457.983,58)	35.411.721,39	-
SP	IACRI	35	1920	4	(6.178.087,29)	18.034.361,48	-

22/04/2014 Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN até 15/04/2014 25 de 28

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	IBIRA	35	1940	3	3.374.900,00	27.349.109,00	11,97
SP	ICEM	35	1980	8	(459.758,58)	34.820.059,73	-
SP	INDIAPORA	35	2070	7	528.306,90	14.236.994,85	3,71
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	6	2.821.731,07	48.300.121,39	5,84
SP	IRAPUA	35	2160	7	(486.811,21)	16.449.833,78	-
SP	ITAJU	35	2200	0	0,00	13.140.544,16	0,00
SP	ITOBI	35	2280	0	607.997,44	12.268.648,77	4,96
SP	JARINU	35	2520	1	189.987,77	74.954.548,55	0,25
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	(2.356.022,39)	15.969.073,32	-
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(8.501.425,14)	72.172.987,15	-
SP	JUMIRIM	35	2365	4	(1.230.078,99)	11.999.448,87	-
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	1.995.893,47	46.044.345,35	2,89
SP	LARANJAL PAULISTA	35	2640	7	(1.748.705,34)	83.091.504,26	-
SP	LINDOIA	35	2700	9	(648.547,27)	19.606.975,53	-
SP	MACATUBA	35	2800	7	(3.612.737,71)	45.029.553,85	-
SP	MACAUBAL	35	2810	6	3.178.148,69	16.683.353,29	19,05
SP	MACEDONIA	35	2820	5	(1.187.136,79)	12.409.434,12	-
SP	MARAPOAMA	35	2885	8	(319.846,33)	12.171.411,15	-
SP	MERIDIANO	35	2960	9	8.062.850,10	16.047.158,59	31,85
SP	MONTE ALEGRE DO SUL	35	3120	9	(535.682,82)	20.371.955,94	-
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	(1.884.726,15)	98.870.960,40	-
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	(3.627.529,85)	14.941.243,99	-
SP	MORUNGABA	35	3200	9	(3.174.927,71)	30.946.831,34	-
SP	NIPOA	35	3270	2	489.043,00	12.068.128,00	4,05
SP	NOVA ALIANCA	35	3290	1	(259.336,05)	18.466.480,18	-
SP	NOVA CAMPINA	35	3282	7	(2.710.089,56)	23.429.944,25	-
SP	NOVAIS	35	3325	4	313.177,51	13.434.500,98	2,38
SP	NOVO HORIZONTE	35	3350	2	(7.043.987,27)	87.605.078,53	-
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	682.260,90	18.606.560,38	3,67
SP	PARANAPANEMA	35	3580	4	0,00	53.777.002,15	0,00
SP	PARAPUA	35	3600	0	(881.175,04)	24.421.442,44	-
SP	PARIBI	35	3625	7	(15.978,03)	10.880.812,67	-
SP	PILAR DO SUL	35	3790	9	(5.446.253,59)	48.885.282,28	-
SP	PLANALTO	35	3960	8	0,00	11.044.631,78	0,00
SP	POTIRENDABA	35	4060	4	1.183.353,09	42.991.331,00	2,75
SP	QUATA	35	4170	3	(726.965,77)	31.980.951,90	-
SP	RAFARD	35	4210	7	(1.343.351,66)	23.852.949,71	-
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	(1.595.856,13)	22.707.381,18	-
SP	RIFAINA	35	4360	0	(2.040.018,12)	20.546.039,83	-
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(1.259.789,47)	19.746.043,77	-
SP	RUBIACEA	35	4440	0	(456.963,65)	18.574.702,28	-
SP	SALES	35	4480	8	(350.200,96)	18.083.256,10	-
SP	SALMOURAO	35	4510	0	797.805,80	11.447.185,07	6,97
SP	SALTINHO	35	4515	8	(348.240,17)	19.508.343,38	-
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	(1.939.369,40)	34.087.434,73	-
SP	SANTA ALBERTINA	35	4570	4	(1.215.828,76)	18.929.219,83	-
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	446.526,84	12.441.837,15	3,59
SP	SANTA ERMESTINA	35	4660	4	0,00	13.068.560,12	0,00
SP	SANTA LUCIA	35	4680	0	1.882.102,72	15.531.011,94	8,26
SP	SANTA MARIA DA SERRA	35	4700	7	(686.050,53)	16.033.084,62	-
SP	SANTA SALETE	35	4765	0	(543.805,51)	9.552.754,63	-
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	(2.791.751,52)	99.133.767,12	-
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	(1.726.502,45)	51.773.166,80	-
SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	35	4920	1	(410.635,74)	9.881.560,77	-
SP	SAO PEDRO	35	5040	7	(12.458.018,89)	73.489.509,74	-
SP	SOCORRO	35	5210	6	1.229.256,89	85.854.725,84	1,67
SP	TABATINGA	35	5270	0	(13.417.887,47)	30.284.847,11	-
SP	TORRINHA	35	5470	0	(781.575,15)	20.220.387,79	-
SP	UBARANA	35	5535	8	340.980,85	18.529.731,78	1,80
SP	VALPARAISO	35	5830	5	(2.283.306,00)	93.067.360,00	-
SP	VIRADOURO	35	5880	0	1.032.528,43	36.773.519,51	2,81
SP	VITORIA BRASIL	35	5895	8	(1.357.165,89)	9.137.557,92	-
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	109.573,22	7.034.871,00	1,56
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	1.307.883,02	15.951.389,48	8,39
TO	OLIVEIRA DE FATIMA	17	1560	7	1.324.577,78	6.448.112,98	18,08
TO	TUPIRATINS	17	2130	7	(1.396.956,91)	7.195.379,53	-

ANEXO 3

Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, art. 41 da RSF nº 43/2001.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000301201490	Ente: Prefeitura Municipal de Colombo	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 8.000.000,00	Juros Efetivos: 4,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 06/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000552201476	Ente: Prefeitura Municipal de Itambacuri	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 1.040.000,00	Juros Efetivos: 8% a.a acrescidos do IPCA
	Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 06/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000742201319	Ente: Governo do Estado de Minas Gerais	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna (com garantia)	Prazo: 288 meses	Valor: 452.642.005,82	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos da TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 07/03/2014	Status: AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 –		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001962201351	Ente: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 900.000,00	Juros Efetivos: 3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 07/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944001963201304	**Ente:** Prefeitura Municipal de Bom Sucesso — **UF:** PR **Credor:** Agência de Fomento do Paraná S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna — **Prazo:** 60 meses — **Valor:** 600.000,00 — **Juros Efetivos:** TJLP, devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL **Data:** 07/03/2014 — **Status:** AUTORIZADO
17944001278201381	**Ente:** Prefeitura Municipal de Cabrália — **UF:** SP **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna — **Prazo:** 54 meses — **Valor:** 1.250.000,00 — **Juros Efetivos:** 4,0% a.a. acrescidos de TJLP **Data:** 07/03/2014 — **Status:** AUTORIZADO
17944001275201336	**Ente:** Prefeitura Municipal de Cabrália — **UF:** SP **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna — **Prazo:** 244 meses — **Valor:** 7.745.335,10 — **Juros Efetivos:** 5,0% a.a. acrescidos de TR **Data:** 07/03/2014 — **Status:** AUTORIZADO
17944000030201472	**Ente:** Prefeitura Municipal de Itambacuri — **UF:** MG **Credor:** Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna — **Prazo:** 72 meses — **Valor:** 685.000,00 — **Juros Efetivos:** 2% a.a. acrescidos da TJLP **Data:** 07/03/2014 — **Status:** AUTORIZADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944001722201357	**Ente:** Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo **UF:** SP **Credor:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 96 meses **Valor:** 47.487.513,90 **Juros Efetivos:** 1,9 % a.a. acrescidos da TJLP **Data:** 07/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001862201325	**Ente:** Prefeitura Municipal de Arapongas **UF:** PR **Credor:** Banco do Brasil S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 72 meses **Valor:** 3.607.503,00 **Juros Efetivos:** 2% a.a. acrescidos de TJLP **Data:** 10/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001961201315	**Ente:** Prefeitura Municipal de Bom Sucesso **UF:** PR **Credor:** Agência de Fomento do Paraná S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 60 meses **Valor:** 250.000,00 **Juros Efetivos:** 3,5% a.a. acrescidos de TJLP **Data:** 10/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001511200938	**Ente:** Prefeitura Municipal de Campo Florido **UF:** MG **Credor:** Companhia de Saneamento de Minas Gerais	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 311 meses **Valor:** 397.547,66 **Juros Efetivos:** 0,63% a.m. **Data:** 10/03/2014 **Status:** ARQUIVADO - REGULARIZADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944001875201302	Ente: Prefeitura Municipal de Campo Florido — UF: MG Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 80 meses — Valor: 500.000,00 — Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de IPCA Data: 10/03/2014 — Status: AUTORIZADO
17944001714201319	Ente: Prefeitura Municipal de Campo Grande — UF: MS Credor: Caixa Econômica Federal	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 267 meses — Valor: 110.102.500,00 — Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos da TR Data: 10/03/2014 — Status: AUTORIZADO
17944001717201344	Ente: Prefeitura Municipal de Campo Grande — UF: MS Credor: Caixa Econômica Federal	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 276 meses — Valor: 265.000.000,00 — Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos da TR Data: 10/03/2014 — Status: AUTORIZADO
17944001721201311	Ente: Prefeitura Municipal de Campo Grande — UF: MS Credor: Caixa Econômica Federal	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna — Prazo: 250 meses — Valor: 2.897.500,00 — Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos da TR Data: 10/03/2014 — Status: AUTORIZADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001290201364	Ente: Prefeitura Municipal de Canela — UF: RS Credor: Caixa Econômica Federal	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Data: 10/03/2014 — Status: AUTORIZADO	Prazo: 252 meses	Valor: 9.582.508,81	Juros Efetivos: 6% a a., acrescidos da TR.
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001289201350	Ente: Prefeitura Municipal de Canela — UF: RS Credor: Caixa Econômica Federal	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Data: 10/03/2014 — Status: AUTORIZADO	Prazo: 252 meses	Valor: 9.363.401,73	Juros Efetivos: 6% a a., acrescidos da TR.
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001550201311	Ente: Prefeitura Municipal de Castro — UF: PR Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Data: 10/03/2014 — Status: AUTORIZADO	Prazo: 96 meses	Valor: 5.650.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000098201451	Ente: Prefeitura Municipal de Itutinga — UF: MG Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Data: 10/03/2014 — Status: AUTORIZADO	Prazo: 84 meses	Valor: 425.000,00	Juros Efetivos: 7% a.a. acrescidos de IPCA

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944000089201404	**Ente:** Prefeitura Municipal de Itutinga **UF:** MG **Credor:** Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 72 meses **Valor:** 520.000,00 **Juros Efetivos:** 8% a.a. acrescidos de IPCA **Data:** 10/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001612201385	**Ente:** Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto **UF:** SP **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna (com garantia) **Prazo:** 264 meses **Valor:** 8.338.366,19 **Juros Efetivos:** 6,00% a.a. acrescidos de atualização monetária igual às contas do FGTS (atualmente a TR) **Data:** 10/03/2014 **Status:** AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001468201308	**Ente:** Prefeitura Municipal de Torres **UF:** RS **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 258 meses **Valor:** 7.462.613,62 **Juros Efetivos:** 6% a.a., acrescidos da TR **Data:** 10/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000314201469	**Ente:** Prefeitura Municipal de Turmalina **UF:** MG **Credor:** Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 54 meses **Valor:** 500.000,00 **Juros Efetivos:** 8% a.a. acrescidos do IPCA **Data:** 10/03/2014 **Status:** AUTORIZADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001549201397	Ente: Prefeitura Municipal de Castro	UF: PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 1.600.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos da TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 11/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000102201481	Ente: Prefeitura Municipal de Francisco Dumont	UF: MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 72 meses	Valor: 800.000,00	Juros Efetivos: 8% a.a., acrescidos do IPCA
	Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 11/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000309201456	Ente: Prefeitura Municipal de Jóia	UF: RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 700.000,00	Juros Efetivos: até 4% a.a., acrescidos de SELIC
	Credor: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		Data: 11/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001739201312	Ente: Prefeitura Municipal de Mecianeira	UF: PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 4.000.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a acrescidas da TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 11/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000319201491	Ente: Prefeitura Municipal de Missal	UF: PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 1.860.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 11/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000320201416	Ente: Prefeitura Municipal de Missal	UF: PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 540.000,00	Juros Efetivos: TJLP, devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 11/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000965201378	Ente: Prefeitura Municipal de Pitangueiras	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 252 meses	Valor: 6.060.161,82	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de 2% a.a. de taxa de administração, de 0,5% a.a. de taxa de risco e do indexador das contas do FGTS (TR)
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 11/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000325201449	Ente: Prefeitura Municipal de Boa Esperança	UF: MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 500.000,00	Juros Efetivos: 8% a.a. acrescidos de IPCA
	Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 12/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001538201315	Ente: Prefeitura Municipal de Manilva	UF: PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 3.300.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 12/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001079201381	Ente: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde	UF: MT	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 1.250.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos da TJLP
	Credor: Banco do Brasil S/A		Data: 12/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000322201413	Ente: Prefeitura Municipal de Peabiru	UF: PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 380.000,00	Juros Efetivos: TJLP, devido à subvenção de 130% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 12/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000323201450	Ente: Prefeitura Municipal de Peabiru	UF: PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 1.000.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos da TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 12/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944001029201384	**Ente:** Prefeitura Municipal de Rio do Sul **UF:** SC **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 274 meses **Valor:** 8.017.787,38 **Juros Efetivos:** 6% a.a. acrescidos de TR **Data:** 12/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000337201473	**Ente:** Prefeitura Municipal de Itaperuçu **UF:** PR **Credor:** Agência de Fomento do Paraná S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 60 meses **Valor:** 850.000,00 **Juros Efetivos:** Pelas regras do PROMAP II, o Ente faz jus à subvenção de 100% da TJLP e da margem prevista de 4% a.a., através do FDE. **Data:** 13/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000334201430	**Ente:** Prefeitura Municipal de Itaperuçu **UF:** PR **Credor:** Agência de Fomento do Paraná S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 96 meses **Valor:** 1.650.000,00 **Juros Efetivos:** 4% a.a. acrescidos de TJLP **Data:** 13/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944002029201300	**Ente:** Prefeitura Municipal da Lagoa dos Três Cantos **UF:** RS **Credor:** BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 60 meses **Valor:** 700.000,00 **Juros Efetivos:** até 4% a.a., acrescido da SELIC **Data:** 13/03/2014 **Status:** AUTORIZADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000335201484	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal da Querência do Norte	PR	Operação Contratual Interna	60 meses	330.000,00	TJLP, devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL
	Credor:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		13/03/2014	AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000338201429	Ente:	UF:	Tipo da Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Querência do Norte	PR	Operação Contratual Interna	96 meses	1.170.000,00	4% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		13/03/2014	AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001924201307	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Vassouras	RJ	Operação Contratual Interna	44 meses	1.087.080,79	Juros 1% am
	Credor:		Data:	Status:		
	Light - Serviços de Eletricidade S/A		13/03/2014	ARQUIVADO - REGULARIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000333201495	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Vista Alegre	RS	Operação Contratual Interna	84 meses	700.000,00	4% a.a acrescidos da SELIC
	Credor:		Data:	Status:		
	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		13/03/2014	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2044 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001944201370	Ente: Prefeitura Municipal de Campo Bom	RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 257 meses	Valor: 3.000.000,00	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos da TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 14/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001742201328	Ente: Prefeitura Municipal de Faxinal	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 2.100.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 14/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001605201393	Ente: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna (com garantia)	Prazo: 246 meses	Valor: 3.044.764,48	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de atualização monetária igual às contas do FGTS (atualmente a TR)
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 14/03/2014	Status: AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 –		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001860201336	Ente: Prefeitura Municipal de Prado Ferreira	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 800.000,00	Juros Efetivos: 3,5% a.a acrescidos da TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 17/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001858201378	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Prado Ferreira	PR	Operação Contratual Interna	120 meses	400.000,00	3,5%a a. acrescidos dE TJLP
	Credor:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		17/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000088201416	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba	PR	Operação Contratual Interna	250 meses	5.344.560,90	0% a.a., acresc dos da TR
	Credor:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		17/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001452201384	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Astolfo Dutra	MG	Operação Contratual Interna	54 meses	500.000,00	8% a.a. acrescidos do IPCA
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		18/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000053201487	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	650.000,00	5,0% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		18/03/2014	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944000356201408	**Ente:** Prefeitura Municipal de Goioy Morsira **UF:** PR **Credor:** Agência de Fomento do Paraná S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 96 meses **Valor:** 600.000,00 **Juros Efetivos:** juros de 3,5% a.a. acrescidos de TJLP **Data:** 18/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000359201433	**Ente:** Prefeitura Municipal de Imigrante **UF:** RS **Credor:** BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 60 meses **Valor:** 700.000,00 **Juros Efetivos:** Selic acrescido de 4% a.a **Data:** 18/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001923201354	**Ente:** Prefeitura Municipal de Monte Belo **UF:** MG **Credor:** Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 54 meses **Valor:** 1.250.000,00 **Juros Efetivos:** 4% a.a. acrescidos da TJLP **Data:** 18/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000358201499	**Ente:** Prefeitura Municipal de Planalto Alegre **UF:** SC **Credor:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 48 meses **Valor:** 650.000,00 **Juros Efetivos:** 5% a.a. acrescidos do TJLP **Data:** 18/03/2014 **Status:** AUTORIZADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001811201341	Ente: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna (com garantia)	Prazo: 258 meses	Valor: 20.432.557,22	Juros Efetivos: 5% a.a. acrescidos de TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 18/03/2014	Status: AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 –		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000349201406	Ente: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista	SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 72 meses	Valor: 8.000.000,00	Juros Efetivos: 8%a.a. acrescidos do IPC-FIPE
	Credor: Agência de Fomento do Estado de São Paulo		Data: 18/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000184201464	Ente: Prefeitura Municipal de Volta Redonda	RJ	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 240 meses	Valor: 58.054.500,00	Juros Efetivos: 6% a.a acrescido de TR
	Credor: Caixa Econômica Federa		Data: 18/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000179201451	Ente: Prefeitura Municipal de Volta Redonda	RJ	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 240 meses	Valor: 2.851.305,24	Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos de TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 18/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944000338201418	**Ente:** Prefeitura Municipal de Fraiburgo **UF:** SC **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 253 meses **Valor:** 4.843.036,00 **Juros Efetivos:** 6% a.a. acrescidos de TR **Data:** 19/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001666201351	**Ente:** Prefeitura Municipal de Romelândia **UF:** SC **Credor:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 48 meses **Valor:** 1.000.000,00 **Juros Efetivos:** 5% a.a. acrescidos da TJLP **Data:** 19/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000357201444	**Ente:** Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste **UF:** PR **Credor:** Agência de Fomento do Paraná S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 60 meses **Valor:** 600.000,00 **Juros Efetivos:** TJLP; devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL. **Data:** 19/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001542201375	**Ente:** Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul **UF:** SC **Credor:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 48 meses **Valor:** 700.000,00 **Juros Efetivos:** 5% a.a., acrescidos de TJLP **Data:** 19/03/2014 **Status:** AUTORIZADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001760201316	Ente: Prefeitura Municipal de Santarém	UF: PA	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 264 meses	Valor: 19.163.438,81	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 19/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000153201411	Ente: Prefeitura Municipal de São Carlos	UF: SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 900.000,00	Juros Efetivos: 5,0% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 19/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001477201388	Ente: Prefeitura Municipal de Agrolândia	UF: SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 36 meses	Valor: 1.000.000,00	Juros Efetivos: Juros de 5% a.a. acrescidos de TJLP.
	Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 20/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001848201321	Ente: Prefeitura Municipal de Lins	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 3.000.000,00	Juros Efetivos: 4,0% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor: Banco do Brasil S/A		Data: 20/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000186201453	Ente: Prefeitura Municipal de Rio Branco	UF: AC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 14.022.000,00	Juros Efetivos: 1,9% a.a. acrescidos da TJLP
	Credor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		Data: 20/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001112201353	Ente: Prefeitura Municipal de Ibirecatu	UF: MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 72 meses	Valor: 1.888.706,40	Juros Efetivos: 8% a.a. acrescidos de IPCA
	Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 21/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000375201426	Ente: Prefeitura Municipal de Palmas	UF: TO	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 240 meses	Valor: 16.931.770,71	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 21/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000376201460	Ente: Prefeitura Municipal de Palmas	UF: TO	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 240 meses	Valor: 12.787.111,30	Juros Efetivos: 6% acrescidos da TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 21/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000011201448	Ente: Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul	SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 45 meses	Valor: 1.200.000,00	Juros Efetivos: 5% a a. acrescidos da TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 24/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000368201424	Ente: Prefeitura Municipal de Matos Costa	SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 500.000,00	Juros Efetivos: 5%a.a. acrescidos de TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 24/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000104201471	Ente: Prefeitura Municipal de Planura	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 1.500.000,00	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de IPCA
	Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 24/03/2014	Status: ARQUIVADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000371201448	Ente: Prefeitura Municipal de Agrolândia	SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 1.000.000,00	Juros Efetivos: 5% a a. acrescidos de TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 25/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001876201349	Ente:	UF:	Tipo da Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Campo Florido	MG	Operação Contratual Interna	72 meses	2.600.000,00	6% a.a. acrescidos de IPCA
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		25/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001891201387	Ente:	UF:	Tipo da Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Camelinho	MG	Operação Contratual Interna	84 meses	1.530.000,00	6% a.a. acrescidos de IPCA
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		25/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001898201373	Ente:	UF:	Tipo da Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Camelinho	MG	Operação Contratual Interna	72 meses	1.470.000,00	6% a.a. acrescidos de IPCA
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		25/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001667201303	Ente:	UF:	Tipo da Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Itanhaém	SP	Operação Contratual Interna	265 meses	22.260.763,47	6% a.a. acrescidos de TR
	Credor:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		25/03/2014	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001320201352	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Jaguariaíva	PR	Operação Contratual Interna	252 meses	6.483.678,79	6% a.a. acrescidos de TR
	Credor:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		25/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000028201401	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Peçanha	MG	Operação Contratual Interna	54 meses	500.000,00	8% a.a acrescidos do IPCA
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		25/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000029201448	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Peçanha	MG	Operação Contratual Interna	84 meses	1.500.000,00	7% a.a acrescidos do IPCA
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		25/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000031201417	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Peçanha	MG	Operação Contratual Interna	72 meses	1.000.000,00	8% a.a acrescidos do IPCA
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		25/03/2014	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944001850201309	**Ente:** Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio **UF:** SC **Credor:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 48 meses **Valor:** 1.300.000,00 **Juros Efetivos:** 5% a.a. acrescidos de TJPL **Data:** 25/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000077201436	**Ente:** Prefeitura Municipal de São Gonçalo **UF:** RJ **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 270 meses **Valor:** 162.911.198,16 **Juros Efetivos:** 6% a.a. acrescidos de TR **Data:** 25/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000026201412	**Ente:** Prefeitura Municipal de Simonésia **UF:** MG **Credor:** Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 72 meses **Valor:** 1.500.000,00 **Juros Efetivos:** 8% a.a.acrescidos de IPCA **Data:** 25/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000372201492	**Ente:** Prefeitura Municipal de Tarvo **UF:** SC **Credor:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 48 meses **Valor:** 2.000.000,00 **Juros Efetivos:** 5% a.a. acrescidos de TJLP **Data:** 25/03/2014 **Status:** AUTORIZADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001479201377	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Umuarama	PR	Operação Contratual Interna	96 meses	4.860.000,00	4,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		25/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001483201335	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Umuarama	PR	Operação Contratual Interna	120 meses	2.000.000,00	4,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		25/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001776231312	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de União da Vitória	PR	Operação Contratual Interna	54 meses	3.000.000,00	4% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		25/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001865201369	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Vitor Meireles	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	500.000,00	5% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		25/03/2014	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944001009201311	**Ente:** Prefeitura Municipal de Coronel Martins **UF:** SC **Credor:** Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 48 meses **Valor:** 500.000,00 **Juros Efetivos:** 5% a.a acrescidos da TJLP **Data:** 26/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001384201353	**Ente:** Prefeitura Municipal de Igrejinha **UF:** RS **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 254 meses **Valor:** 6.000.000,00 **Juros Efetivos:** 6% a a. acrescidos de variação da TR **Data:** 26/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000212201443	**Ente:** Prefeitura Municipal de Londrina **UF:** PR **Credor:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 96 meses **Valor:** 19.992.000,00 **Juros Efetivos:** 1,9% a.a. acrescidos de TJLP **Data:** 26/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001534201329	**Ente:** Prefeitura Municipal de Marialva **UF:** PR **Credor:** Banco do Brasil S/A	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 72 meses **Valor:** 556.000,00 **Juros Efetivos:** 2%a.a. acrescidos da TJLP **Data:** 26/03/2014 **Status:** AUTORIZADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000412201404	Ente: Prefeitura Municipal de Nova Hartz — UF: RS Credor: Caixa Econômica Federal	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Data: 26/03/2014 — Status: AUTORIZADO	Prazo: 265 meses	Valor: 7.836.499,30	Juros Efetivos: 6,00 % a.a. acrescidos de TR
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001304201289	Ente: Prefeitura Municipal de Theobroma — UF: RO Credor: Centrais Elétricas de Rondônia S/A	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Data: 26/03/2014 — Status: ARQUIVADO - REGULARIZADO	Prazo: 60 meses	Valor: 677.248,03	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de IGP-M
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001947201311	Ente: Governo do Estado de São Paulo — UF: SP Credor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Data: 27/03/2014 — Status: AUTORIZADO	Prazo: 240 meses	Valor: 307.000.000,00	Juros Efetivos: 1,9% a.a. acrescidos de TJLP
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000413201441	Ente: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul — UF: RS Credor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna Data: 27/03/2014 — Status: AUTORIZADO	Prazo: 144 meses	Valor: 23.724.802,09	Juros Efetivos: 1,8% a.a. acrescidos de TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001887201329	Ente: Prefeitura Municipal de Dom Eliseu	PA	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 256 meses	Valor: 18.000.000,00	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 27/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001854201388	Ente: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes	SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 1.500.000,00	Juros Efetivos: 5% a.a., acrescido da TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 27/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001231201314	Ente: Prefeitura Municipal de Igarapé	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 72 meses	Valor: 3.000.000,00	Juros Efetivos: 8% a.a. acrescidos do IPCA
	Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 27/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000127201485	Ente: Prefeitura Municipal de Igarapé	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 72 meses	Valor: 12.000.000,00	Juros Efetivos: 8% a.a. acrescidos de IPCA
	Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 27/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944031915201318	Ente: Prefeitura Municipal de Rio Brilhante	UF: MS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 240 meses	Valor: 7.588.056,88	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 27/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001942201381	Ente: Prefeitura Municipal de Tramandaí	UF: RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 240 meses	Valor: 4.612.855,93	Juros Efetivos: 8,5% a.a acrescidos da TR
	Credor: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica		Data: 27/03/2014	Status: ARQUIVADO - REGULARIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001941201336	Ente: Prefeitura Municipal de Tramandaí	UF: RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 2.000.000,00	Juros Efetivos: 4% a.a acrescidos do selic
	Credor: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		Data: 27/03/2014	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001484201380	Ente: Prefeitura Municipal de Vargeão	UF: SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 45 meses	Valor: 700.000,00	Juros Efetivos: 5% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 27/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944000842201337	**Ente:** Governo do Estado do Acre **UF:** AC **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 257 meses **Valor:** 55.119.000,00 **Juros Efetivos:** 6% atualização monetária igual à da atualização das contas do FGTS (atualmente, a Taxa Referencial-TR) **Data:** 28/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000841201382	**Ente:** Governo do Estado do Acre **UF:** AC **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 274 meses **Valor:** 34.150.000,00 **Juros Efetivos:** 6% a.a. e atualização monetária das contas do FGTS(atualmente a taxa referencial-TR) **Data:** 28/03/2014 **Status:** AUTORIZADO
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944000421201497	**Ente:** Prefeitura Municipal de Barra **UF:** BA **Credor:** Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 24 meses **Valor:** 158.935,04 **Juros Efetivos:** 1% **Data:** 28/03/2014 **Status:** ARQUIVADO - REGULARIZADO.
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
17944001846201332	**Ente:** Prefeitura Municipal do Blumenau **UF:** SC **Credor:** Caixa Econômica Federal	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna **Prazo:** 54 meses **Valor:** 3.000.000,00 **Juros Efetivos:** 4% a.a. acrescidos da TJLP **Data:** 28/03/2014 **Status:** AUTORIZADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001936201312	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Blumenau	SC	Operação Contratual Interna	288 meses	61.788.000,00	6% a.a. acrescidos de TR
	Credor:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		28/03/2014	AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001892201331	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Carmo de Minas	MG	Operação Contratual Interna	72 meses	1.400.000,00	8% a.a. acrescidos do IPCA
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		28/03/2014	AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001893201386	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Carmo de Minas	MG	Operação Contratual Interna	54 meses	200.000,00	8% a.a. acrescidos do IPCA
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		28/03/2014	AUTORIZADO		

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001880201342	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Carmo de Minas	MG	Operação Contratual Interna	60 meses	1.400.000,00	8% a.a. acrescidos do IPCA
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		28/03/2014	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001837201341	Ente: Prefeitura Municipal de Guarulhos	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 268 meses	Valor: 120.859.420,84	Juros Efetivos: 6,0% a.a. acrescidos de TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 26/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001842201354	Ente: Prefeitura Municipal de Guarulhos	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 268 meses	Valor: 66.296.270,30	Juros Efetivos: 6,0% a.a. acrescidos de TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 26/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001838201396	Ente: Prefeitura Municipal de Guarulhos	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 268 meses	Valor: 76.160.873,50	Juros Efetivos: 6,0% a.a. acrescidos de TR
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 26/03/2014	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001865201314	Ente: Prefeitura Municipal de Itanhaém	UF: SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 72 meses	Valor: 7.600.000,00	Juros Efetivos: 8% a.a. acrescidos de IPC-FIPE
	Credor: Agência de Fomento do Estado de São Paulo		Data: 26/03/2014	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000395201405	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Muriaé	MG	Operação Contratual Interna	96 meses	8.000.000,00	4% a.a. acrescidos de TJLP.
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		28/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001059201391	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Palmeira	PR	Operação Contratual Interna	264 meses	6.715.078,17	6% a.a. acrescidos de TR
	Credor:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		28/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000414201495	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul	RS	Operação Contratual Interna	60 meses	700.000,00	4% a.a. acrescidos da SELIC
	Credor:		Data:	Status:		
	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		28/03/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	**ENTE / CREDOR**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000608200878	Ente:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Itajaí	SC	Operação Contratual Externa (com garantia)	300 meses	22.734.360,00	Variação Cambial, LIBOR de 3 meses + spread de 0,3%
	Credor:		Data:	Status:		
	Banco Interamericano de Desenvolvimento		31/03/2014	ARQUIVADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001796201393	Ente: Prefeitura Municipal de Porto Amazonas	UF: PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 1.140.080,00	Juros Efetivos: 3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 31/03/2014	Status: AUTORIZADO		

Página: 32 de 34

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

ARQUIVADO

TIPO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	1	1.500.000,00
Município	Banco Interamericano de Desenvolvimento	1	22.734.360,00
	Total de operações - Municípios	**2**	**24.234.360,00**
	Total de operações	**2**	**24.234.360,00**

ARQUIVADO - REGULARIZADO

TIPO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Município	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	1	677.246,03
Município	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	1	159.935,04
Município	Companhia de Saneamento de Minas Gerais	1	397.647,66
Município	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	1	4.612.855,93
Município	Light - Serviços de Eletricidade S/A	1	1.087.080,79
	Total de operações - Municípios	**5**	**6.934.667,45**
	Total de operações	**5**	**6.934.667,45**

AUTORIZADO

TIPO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Estado	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1	307.000.000,00
Estado	Caixa Econômica Federal	2	89.269.000,00
	Total de operações - Estados	**3**	**396.269.000,00**

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

Município	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	15	14.100.000,00
Município	Agência de Fomento do Estado de São Paulo	2	15.600.000,00
Município	Agência de Fomento do Paraná S/A	24	42.600.000,00
Município	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	6	5.500.000,00
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	24	42.426.706,40
Município	Banco do Brasil S/A	4	8.413.500,00
Município	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	4	104.206.315,99
Município	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1	3.000.000,00
Município	Caixa Econômica Federal	31	1.137.191.367,03
	Total de operações - Municípios	111	1.373.039.889,42
	Total de operações	114	1.768.306.889,42

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 – OPERAÇÃO CONTRATUAL INTERNA (COM GARANTIA):

TIPO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Estado	Caixa Econômica Federal	1	452.642.005,82
	Total de operações - Estados	1	452.642.005,82
Município	Caixa Econômica Federal	3	31.815.687,89
	Total de operações - Municípios	3	31.815.687,89
	Total de operações	4	484.457.693,71

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

ANEXO 4

Tabela contendo informações sobre as irregularidades constatadas de que trata o § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS – complemento (Anexo 4)

OPERAÇÕES INTERNAS - informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Barra – BA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	1	159.935,04
	Total de operações	1	159.935,04

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 4)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

ANEXO 5

Tabela contendo informações sobre a situação das análises de irregularidades concluídas no período, passíveis de regularização (artigo 24 da RSF nº 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF).

Período de 01/03/2014 a 31/03/2014

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS (Anexo 5)

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF)

Arquivados - a Regularizar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$) (*)	Data	Observações
		Total de operações				

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

Arquivados – Regularizado						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$) (*)	Data	Observações
17944.001511/2009-38	Campo Florido – MG	Companhia de Saneamento de Minas Gerais	1	397.547,66	10/03/2014	
17944.001924/2013-07	Vassouras – RJ	Light - Serviços de Eletricidade S/A	1	1.087.080,79	13/03/2014	
17944.001304/2012-89	Theobroma – RO	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	1	677.248,03	26/03/2014	
17944.001942/2013-81	Tramandaí – RS	Cia. Est. de Distribuição de Energia Elétrica	1	4.612.855,93	27/03/2014	
17944.000421/2014-97	Barra – BA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	1	159.935,04	28/03/2014	
		Total de operações	5	6.934.667,45		

Passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF)

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$) (*)
	Total de operações	0	

(*) Os valores apresentados referem-se aos montantes originais das dívidas. Eventuais consultas sobre os saldos devedores atuais dessas dívidas poderão ser feitas junto aos respectivos entes.

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 5)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Publicado no DSF, de 6/5/2014.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O **Aviso n° 29, de 2014**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu o **Aviso n° 30, de 2014** (n° 27/2014, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao primeiro trimestre de 2014, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 30, DE 2014

Aviso 27/2014–BCB

Brasília, 25 de abril de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao primeiro trimestre de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Atenciosamente,

Alexandre Antônio Tombini
Presidente

Anexo: 1.

Anexo ao Aviso nº 27/2014–BCB, de 25 de abril de 2014.

A - Demonstrativo das emissões do real – Primeiro trimestre de 2014

I. A base monetária restrita e a emissão

II. A base monetária ampliada

III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador

IV. Os meios de pagamento amplos

V. Anexos

B - Relatório de execução da programação monetária - Primeiro trimestre de 2014

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária situou-se em R$223,1 bilhões em março, refletindo redução de 2,1% no mês, decorrente dos recuos de 7,3% nas reservas bancárias e de 0,8% no papel-moeda emitido, e aumento de 8,5% em doze meses.

Demonstrativo de emissões do real

1º Trimestre - 2014

Discriminação	R$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 1º trimestre/2014[1/] (Voto CMN nº 145/2013)	259,20
B - Emissão monetária realizada[2/]	223,14
b.1 - Usos[2/]	223,14
b.1.1 Papel-moeda emitido	183,73
b.1.2 Reservas bancárias	39,42
b.2 - Fontes	223,14
b.2.1 Saldos em 28.02.2014	224,67
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	189,75
b.2.1.2 Reservas bancárias	34,92
b.2.2 Fluxos em março/2014[3/]	-1,53
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	25,64
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-28,88
b.2.2.3 Operações com o setor externo	2,85
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-1,17
C - Saldo de emissão (A - B)	36,06
D - Reservas internacionais disponíveis	823,54
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	259,20
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	564,34

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.

2/ Média dos saldos nos dias úteis.

3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes

Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual Mês	Variação percentual 12 meses	Reservas bancárias	Variação percentual Mês	Variação percentual 12 meses	Base monetária	Variação percentual Mês	Variação percentual 12 meses
2012 Jan	153 970	-3,9	8,1	46 614	1,7	-6,1	200 585	-2,6	4,4
Fev	151 623	-1,5	10,2	42 930	-7,9	-7,3	194 553	-3,0	5,8
Mar	147 901	-2,5	9,1	42 503	-1,0	-6,0	190 404	-2,1	5,3
Abr	147 515	-0,3	6,9	42 063	-1,0	-5,3	189 578	-0,4	5,4
Mai	148 008	0,3	10,8	42 076	0,0	-4,3	190 084	0,3	7,0
Jun	150 075	1,4	10,9	42 452	0,9	-5,1	192 526	1,3	6,9
Jul	153 473	2,3	12,5	44 009	3,7	1,1	197 482	2,6	9,7
Ago	154 185	0,5	12,3	42 803	-2,7	0,8	196 988	-0,2	9,6
Set	160 846	4,3	13,4	44 709	4,5	5,6	205 555	4,3	11,5
Out	161 891	0,6	12,6	44 134	-1,3	5,7	206 025	0,2	11,1
Nov	161 783	-0,1	11,7	44 744	1,4	5,4	206 508	0,2	10,3
Dez	180 419	11,5	12,6	50 450	12,8	10,1	230 869	11,8	12,1
2013 Jan	172 617	-4,3	12,1	54 144	7,3	16,2	226 760	-1,8	13,0
Fev	169 064	-2,1	11,5	45 883	-15,3	6,9	214 947	-5,2	10,5
Mar	166 095	-1,8	12,3	39 547	-13,8	-7,0	205 642	-4,3	8,0
Abr	164 464	-1,0	11,5	41 584	5,2	-1,1	206 048	0,2	8,7
Mai	165 310	0,5	11,7	42 598	2,4	1,2	207 908	0,9	9,4
Jun	166 860	0,9	11,2	37 293	-12,5	-12,2	204 153	-1,8	6,0
Jul	169 295	1,5	10,3	42 249	13,3	-4,0	211 544	3,6	7,1
Ago	170 533	0,7	10,6	42 445	0,5	-0,8	212 978	0,7	8,1
Set	176 115	3,3	9,5	38 850	-8,5	-13,1	214 965	0,9	4,6
Out	176 672	0,3	9,1	40 347	3,9	-8,6	217 019	1,0	5,3
Nov	179 575	1,6	11,0	41 973	4,0	-6,2	221 547	2,1	7,3
Dez	196 436	10,5	10,0	41 911	-0,1	-16,9	240 347	8,5	4,1
2014 Jan	189 960	-4,3	10,0	45 666	9,0	-15,7	235 625	-2,0	3,9
Fev	185 298	-2,5	9,6	42 528	-6,9	-7,3	227 827	-3,3	6,0
Mar	183 727	-0,8	10,6	39 415	-7,3	0,3	223 142	-2,1	8,5

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da emissão monetária, destacaram-se as operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste da liquidez do mercado monetário, e as compras líquidas de divisas no mercado interbancário, com impactos expansionistas respectivos de R$7,7 bilhões e R$3,1 bilhões. Em sentido oposto os ajustes nas operações com derivativos provocaram contração de R$6,2 bilhões. O impacto relativo a títulos públicos correspondeu a resgates líquidos de R$6,6 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R$1,1 bilhão no mercado secundário.

Fatores condicionantes da base monetária
Fluxos acumulados no mês

R$ milhões

Período	Operações com o Tesouro Nacional 1/	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2012 Jan	6 232	- 22 620	193	13 911	185	- 2 099
Fev	- 23 613	- 16 425	1 576	17 730	84	- 20 647
Mar	- 9 071	- 14 681	17 719	16 844	- 344	10 467
Abr	- 10 291	- 16 142	13 467	4 325	- 132	- 8 772
Mai	- 14 994	13 738	2 224	- 1 963	- 526	- 1 521
Jun	- 4 226	12 447	422	- 1 701	253	7 195
Jul	- 3 624	- 5 773	215	14 233	- 281	4 769
Ago	- 9 905	8 966	274	553	60	- 52
Set	- 1 016	- 12 865	180	12 431	- 105	- 1 375
Out	- 6 109	- 6 641	291	14 972	44	2 557
Nov	- 5 652	999	313	8 887	- 279	4 268
Dez	- 39 381	64 649	- 10 975	10 114	- 60	24 347
2013 Jan	5 991	- 21 321	2 442	- 3 884	- 136	- 16 908
Fev	- 19 052	3 762	3 564	337	- 53	- 11 441
Mar	- 4 777	1 692	6 118	- 293	- 45	2 695
Abr	- 1 932	3 551	258	30	- 3	1 904
Mai	- 17 283	11 878	265	- 3 436	0	- 8 575
Jun	- 5 758	29 186	- 3 709	- 8 235	33	13 518
Jul	- 3 324	3 495	210	- 6 199	1 722	- 4 096
Ago	- 11 830	19 768	- 8 371	- 2 809	2 379	- 863
Set	4 222	24 172	- 3 240	754	- 5 941	19 967
Out	2 276	- 3 546	- 10 358	- 2 135	- 4 677	- 18 440
Nov	- 32 989	36 035	- 2 634	- 3 986	7 986	4 412
Dez	- 43 099	89 655	- 6 974	- 5 668	49	33 963
2014 Jan	22 752	- 48 977	6 172	- 10 430	3 920	- 26 563
Fev	- 18 764	32 242	59	- 3 476	- 8 336	1 724
Mar	2 859	7 744	3 090	- 4 144	- 6 206	3 343

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada atingiu R$3.208 bilhões, apresentando elevação de 0,9% no mês e de 9% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária subiu 0,8% no mês, totalizando R$2.636 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada
Saldos em final de período

R$ milhões

Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais[1/]			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
		Remunerados[2/]	Não remunerados[3/]	Posição de carteira	Financiamento[4/]	Total			
2012 Jan	212 136	356 993	3 910	1719 941	424 504	2144 445	2717 485	1,3	11,1
Fev	191 489	341 760	4 058	1755 365	428 364	2183 729	2721 036	0,1	10,2
Mar	201 956	325 975	4 001	1766 095	451 119	2217 214	2749 146	1,0	10,1
Abr	193 184	323 157	3 958	1777 694	467 673	2245 367	2765 666	0,6	9,6
Mai	191 663	324 920	4 053	1816 478	439 544	2256 022	2776 658	0,4	9,3
Jun	198 858	322 419	4 095	1865 971	414 665	2280 636	2806 008	1,1	8,3
Jul	203 626	308 505	3 950	1761 486	534 258	2295 744	2811 825	0,2	7,4
Ago	203 575	308 632	2 169	1752 297	554 300	2306 597	2820 974	0,3	7,5
Set	202 200	297 080	2 212	1791 004	566 540	2357 544	2859 036	1,3	8,4
Out	204 757	282 463	2 145	1825 576	575 800	2401 376	2890 741	1,1	8,9
Nov	209 025	274 113	1 860	1837 182	578 400	2415 582	2900 680	0,3	9,0
Dez	233 371	271 993	2 094	1890 138	497 400	2387 538	2894 997	-0,2	7,9
2013 Jan	216 464	276 530	1 881	1797 259	620 300	2417 559	2912 434	0,6	7,2
Fev	205 023	276 799	1 963	1828 488	610 600	2439 088	2922 873	0,4	7,4
Mar	207 717	277 824	1 884	1812 745	641 900	2454 645	2942 071	0,7	7,0
Abr	209 622	276 777	1 896	1805 758	562 020	2467 778	2956 072	0,5	6,9
Mai	201 046	278 909	1 954	1802 764	686 589	2489 347	2971 257	0,5	7,0
Jun	214 568	286 463	1 124	1866 044	638 857	2504 901	3007 055	1,2	7,2
Jul	210 471	292 202	1 086	1849 891	689 722	2539 613	3043 373	1,2	8,2
Ago	209 608	303 797	4 614	1876 902	659 243	2536 145	3054 164	0,4	8,3
Set	229 575	302 343	4 353	1893 467	659 144	2552 611	3088 882	1,1	8,0
Out	211 135	304 286	4 324	1930 487	654 803	2585 290	3105 035	0,5	7,4
Nov	215 547	310 125	4 348	1978 938	603 182	2582 120	3112 139	0,2	7,3
Dez	249 510	319 317	4 269	2032 940	506 541	2541 481	3114 577	0,1	7,6
2014 Jan	222 947	330 668	4 067	1965 001	663 583	2628 584	3186 268	2,3	9,4
Fev	224 671	336 006	4 029	1988 311	626 879	2615 190	3179 896	-0,2	8,8
Mar	228 014	339 970	4 017	2004 771	631 000	2635 771	3207 772	0,9	9,0

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.
2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a.+ TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC, recursos de poupança não direcionados ao financiamento imobiliário e rural: 80% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.)
3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévios para compensação e, a partir de agosto/2004, os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.
4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia do BCB/DEMAB (-) oversold (+) undersold, e posições da Res. nº 2308, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) alcançou R$310,3 bilhões em março, após declínio mensal de 0,5%, decorrente de recuo de 1% no papel-moeda em poder do público e estabilidade nos depósitos à vista. Nos últimos doze meses, o M1 registrou crescimento acumulado de 7%.

Meios de pagamento (M1) e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2012 Jan	124 375	-3,6	7,8	144 973	-4,3	-5,2	269 348	-4,0	0,4
Fev	121 778	-2,1	9,3	139 572	-3,7	-4,3	261 350	-3,0	1,6
Mar	119 740	-1,7	9,9	137 584	-1,4	-4,2	257 324	-1,5	1,8
Abr	119 363	-0,3	9,7	138 788	0,9	-2,6	258 151	0,3	2,7
Mai	119 790	0,4	10,9	139 104	0,2	-1,9	258 894	0,3	3,6
Jun	121 719	1,6	11,3	140 992	1,4	-0,7	262 711	1,5	4,5
Jul	124 241	2,1	12,4	144 314	2,4	1,0	268 555	2,2	6,0
Ago	125 076	0,7	12,7	140 952	-2,3	1,0	266 027	-0,9	6,2
Set	130 159	4,1	14,3	144 380	2,4	3,5	274 539	3,2	8,4
Out	131 124	0,7	14,2	144 631	0,2	2,7	275 756	0,4	7,8
Nov	130 943	-0,1	12,9	147 187	1,8	5,7	278 130	0,9	9,0
Dez	145 642	11,2	12,9	167 439	13,8	10,6	313 081	12,6	11,5
2013 Jan	139 832	-4,0	12,4	160 661	-4,0	10,8	300 493	-4,0	11,6
Fev	135 768	-2,9	11,5	154 750	-3,7	10,9	290 518	-3,3	11,2
Mar	135 548	-0,2	13,2	154 458	-0,2	12,3	290 006	-0,2	12,7
Abr	134 434	-0,8	12,6	155 775	0,9	12,2	290 209	0,1	12,4
Mai	135 447	0,8	13,1	155 170	-0,4	11,5	290 617	0,1	12,3
Jun	136 619	0,9	12,2	159 603	2,9	13,2	296 222	1,9	12,8
Jul	138 932	1,7	11,8	161 988	1,5	12,2	300 920	1,6	12,1
Ago	140 257	1,0	12,1	157 462	-2,8	11,7	297 719	-1,1	11,9
Set	145 038	3,4	11,4	158 411	0,6	9,7	303 450	1,9	10,5
Out	144 932	-0,1	10,5	157 633	-0,5	9,0	302 565	-0,3	9,7
Nov	146 490	1,1	11,9	159 958	1,5	8,7	306 448	1,3	10,2
Dez	162 201	10,7	11,4	176 781	10,5	5,6	338 982	10,6	8,3
2014 Jan*	156 015	-3,8	11,6	167 190	-5,4	4,1	323 205	-4,7	7,6
Fev*	152 293	-2,4	12,2	159 526	-4,6	3,1	311 819	-3,5	7,3
Mar*	150 731	-1,0	11,2	159 598	0,0	3,3	310 329	-0,5	7,0

* Dados preliminares.

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, apresentou crescimento no mês de março, aumentando de 1,37 para 1,39.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário[1/]

Média dos saldos nos dias úteis

Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2012 Jan	0,46	0,54	0,20	0,32	1,34
Fev	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Mar	0,47	0,53	0,20	0,31	1,35
Abr	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Mai	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Jun	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Jul	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Ago	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
Set	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Out	0,48	0,52	0,21	0,31	1,34
Nov	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
Dez	0,47	0,53	0,21	0,30	1,36
2013 Jan	0,47	0,53	0,20	0,34	1,33
Fev	0,47	0,53	0,22	0,30	1,35
Mar	0,47	0,53	0,20	0,26	1,41
Abr	0,46	0,54	0,19	0,27	1,41
Mai	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40
Jun	0,46	0,54	0,19	0,23	1,45
Jul	0,46	0,54	0,19	0,26	1,42
Ago	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40
Set	0,48	0,52	0,20	0,25	1,41
Out	0,48	0,52	0,20	0,26	1,39
Nov	0,48	0,52	0,21	0,26	1,38
Dez	0,48	0,52	0,20	0,24	1,41
2014 Jan	0,48	0,52	0,20	0,27	1,37
Fev	0,49	0,51	0,21	0,27	1,37
Mar	0,49	0,51	0,21	0,25	1,39

1/ Onde :

C - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista
R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
CX - Encaixe de moeda corrente
R2 - Taxa de reservas bancárias
RB - Reservas bancárias
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos de poupança e títulos privados, recuou 0,1% em março, situando-se em R$2 trilhões. Essa evolução refletiu, sobretudo, a retração de 2% no M1 e a estabilidade no saldo de títulos privados, que atingiu R$1 trilhão, apesar dos resgates líquidos de R$6,6 bilhões em depósitos a prazo. O saldo de depósitos de poupança avançou 0,8%, atingindo R$612,9 bilhões, após captação líquida de R$1,8 bilhão.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, expandiu-se 0,3% no mês, totalizando R$ 3,9 trilhões, reflexo do crescimento de 1,6% no saldo das quotas de fundos de renda fixa, que alcançou R$1,8 trilhão. O M4, que agrega o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, cresceu 0,6% em março e 7,9% nos últimos doze meses, totalizando R$4,5 trilhões.

Meios de pagamento ampliados
Saldos em final de período

(R$ milhões)

Período	M1	Depósitos para investimento	Depósitos de poupança	Títulos privados 1/	M2	Quotas de fundos de renda fixa	Operações compromissadas com títulos federais 2/	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual No mês	Variação percentual Em 12 meses
2012 Jan	259 833	2	423 262	908 705	1 591 803	1 365 115	128 650	3 085 568	514 019	3 599 587	1,4	18,2
Fev	258 909	3	425 054	917 683	1 599 649	1 397 552	134 724	3 121 925	523 199	3 645 124	1,3	17,3
Mar	257 523	3	429 861	926 960	1 614 347	1 448 610	124 280	3 187 247	532 115	3 719 362	2,0	18,4
Abr	258 845	6	434 077	917 930	1 610 857	1 484 024	125 366	3 220 247	531 733	3 751 980	0,9	18,5
Mai	259 530	0	442 527	935 054	1 637 111	1 491 542	126 287	3 254 940	550 737	3 805 677	1,4	18,5
Jun	265 317	0	449 802	945 221	1 660 340	1 506 771	125 299	3 292 410	546 714	3 839 123	0,9	18,3
Jul	265 536	0	460 242	942 728	1 668 505	1 527 190	148 558	3 344 253	544 157	3 888 410	1,3	18,5
Ago	267 209	0	465 932	952 408	1 685 549	1 551 571	157 686	3 394 806	550 529	3 945 335	1,5	17,9
Set	274 835	0	474 053	953 390	1 702 277	1 561 490	159 124	3 421 891	553 685	3 975 576	0,8	17,6
Out	278 105	0	479 471	954 322	1 706 898	1 592 417	167 043	3 466 358	579 333	4 045 691	1,8	18,4
Nov	288 091	0	485 717	950 829	1 724 637	1 614 095	168 212	3 504 944	564 557	4 069 501	0,6	17,6
Dez	325 045	0	497 139	942 460	1 764 645	1 600 912	153 542	3 519 099	584 664	4 103 763	0,8	15,6
2013 Jan	287 516	0	501 670	932 634	1 721 819	1 668 059	160 157	3 550 035	579 269	4 129 304	0,6	14,7
Fev	287 025	0	506 418	928 789	1 722 233	1 690 214	152 105	3 564 552	573 975	4 138 527	0,2	13,5
Mar	293 277	0	514 655	948 055	1 755 986	1 698 682	156 512	3 611 180	562 212	4 173 372	0,8	12,2
Abr	287 763	0	518 549	945 048	1 752 360	1 715 468	164 815	3 632 643	573 372	4 206 016	0,8	12,1
Mai	293 595	0	527 860	956 808	1 780 263	1 721 292	177 665	3 679 221	567 933	4 247 154	1,0	11,6
Jun	300 811	0	539 315	977 050	1 817 186	1 703 483	172 127	3 692 796	569 354	4 262 150	0,4	11,0
Jul	294 992	0	551 159	976 808	1 822 959	1 728 128	160 791	3 711 878	567 077	4 278 956	0,4	10,0
Ago	299 262	0	558 449	987 660	1 844 372	1 731 692	157 901	3 733 964	572 041	4 306 005	0,6	9,1
Set	301 269	0	567 882	991 935	1 861 086	1 737 615	157 264	3 755 966	610 516	4 366 481	1,4	9,8
Out	297 832	0	575 369	998 425	1 871 626	1 740 445	155 514	3 767 585	624 133	4 391 718	0,6	8,6
Nov	314 868	0	584 791	1 008 453	1 909 102	1 731 768	146 538	3 787 408	618 431	4 405 839	0,3	8,3
Dez	344 508	0	599 826	1 012 504	1 956 838	1 735 064	130 057	3 821 960	634 912	4 456 871	1,2	8,6
2014 Jan*	312 969	0	604 825	1 023 555	1 941 349	1 740 251	145 955	3 827 555	619 014	4 446 569	-0,2	7,7
Fev*	315 426	0	608 213	1 029 614	1 953 252	1 758 400	134 133	3 845 785	630 836	4 476 621	0,7	8,2
Mar*	309 269	0	612 885	1 030 085	1 952 238	1 786 095	119 400	3 857 733	645 569	4 503 302	0,6	7,9

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras do câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.

2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* Dados preliminares

V – Anexo

Gráfico 1

Base monetária e M1

(média dos saldos diários)

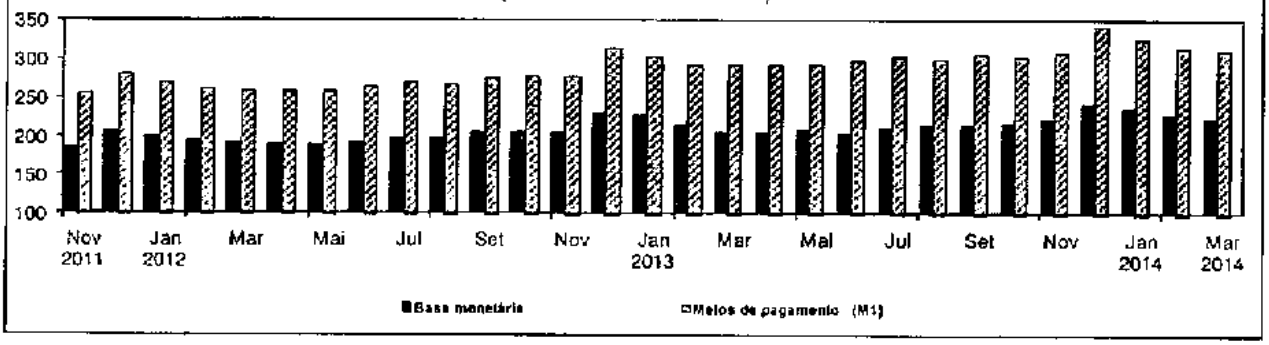


Gráfico 2

Base monetária e M1

(variação acumulada em 12 meses da média dos saldos diários)

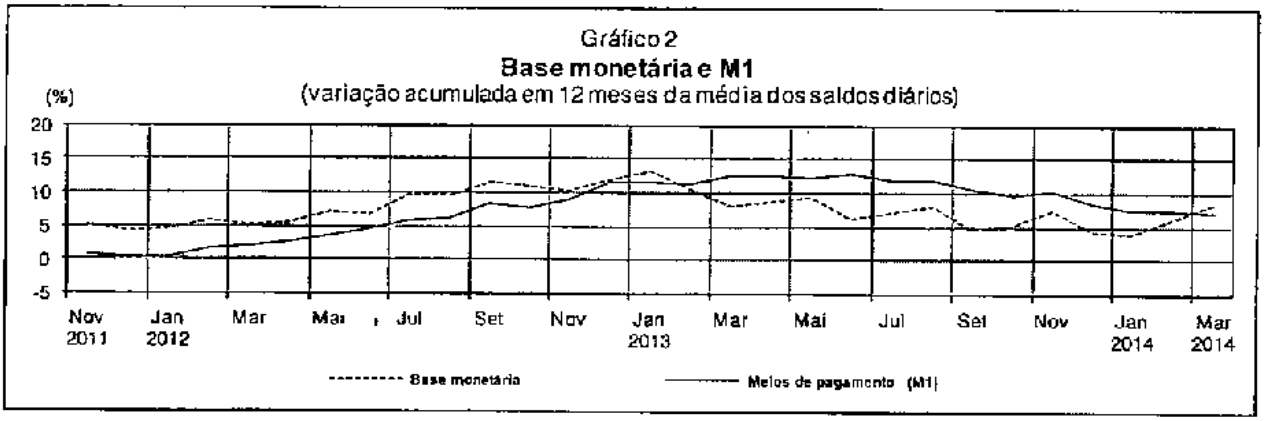


Gráfico 3

Base monetária ampliada e M4

(saldos em final de período)

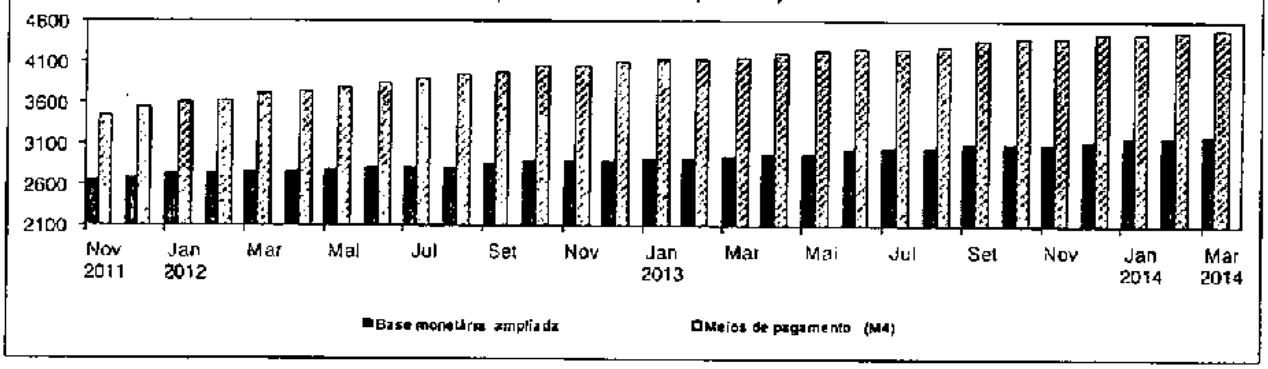
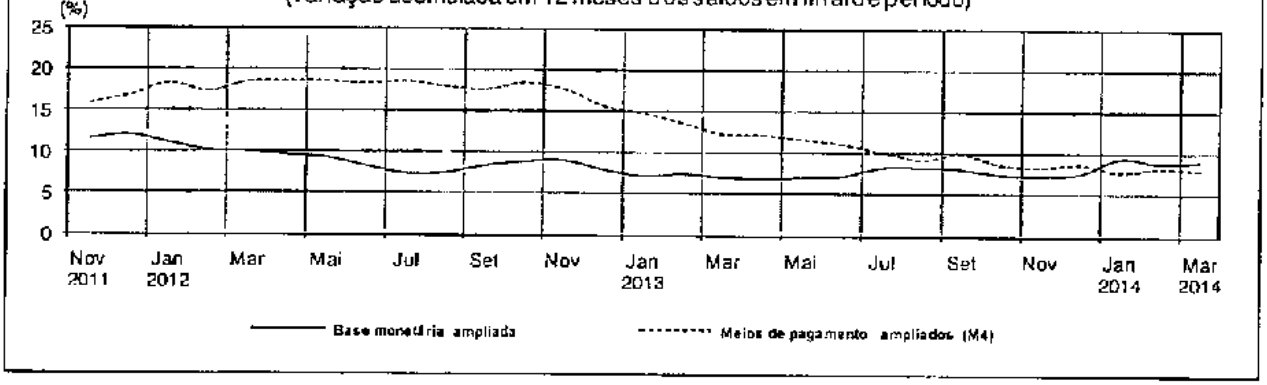


Gráfico 4

Base monetária ampliada e M4

(variação acumulada em 12 meses dos saldos em final de período)



B – Relatório de execução da programação monetária

As metas estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas no primeiro trimestre de 2014.

Programação monetária

Discriminação	2014			
	Primeiro trimestre			
	Previsto		Ocorrido	
	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses[1/]	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1[2/]	288,0 - 338,1	8,0	310,3	7,0
Base restrita[2/]	191,6 - 259,2	9,6	223,1	8,5
Base ampliada[3/]	2971,2 - 3487,9	9,8	3207,8	9,0
M4[3/]	3866,9 - 5231,7	9,0	4503,3	7,9

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.

3/ Saldos em fim de período.

Em reunião de 26.3.2014, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a programação monetária para o segundo trimestre de 2014, contemplando estimativas para os principais agregados monetários, conforme a tabela abaixo. As projeções são consistentes com cenário de crescimento da renda e trajetória de taxas de juros compatíveis com a política econômica em curso.

Programação monetária

Discriminação	2014 Previsto			
	Segundo trimestre		Ano	
	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses 1/	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses 1/
M1 2/	263,9 - 333,3	4,2	327,7 - 384,6	5,1
Base restrita 2/	190,4 - 257,6	9,7	219,7 - 297,3	7,6
Base ampliada 3/	3008,3 - 3531,4	8,7	3116,1 - 3656,1	8,8
M4 3/	3906,3 - 5285,0	7,8	4090,2 - 5533,8	7,9

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.

3/ Saldos em fim de período.

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de

exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O **Aviso n° 30, de 2014**, vai a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

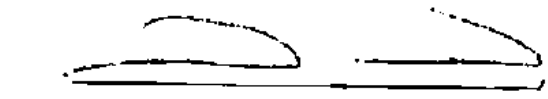
São lidos os seguintes:

PARECER
Nº 339, DE 2014

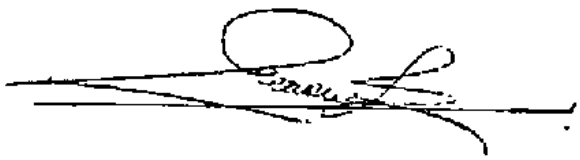
Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre a Mensagem nº 22, de 2014 (nº 46/ 2014, na origem), de iniciativa da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta realizada em 30 de abril de 2014, ao apreciar o Relatório apresentado pela Senadora ANA AMÉLIA sobre a Mensagem (SF) nº 22, de 2014, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor ***JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA*** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em. conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, por 18 (dezoito) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção (ões).

Sala da Comissão, 30 de abril de 2014



Presidente



Relatora

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 18ª REUNIÃO, DE 30/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR WALDEMIR MOKA

RELATOR: SENADORA ANA AMÉLIA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Ana Rita (PT)	4. Wellington Dias (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP) RELATORA	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	3. VAGO

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

Com base no art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, e de conformidade com o disposto no art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 22, de 19 de março de 2014 (Mensagem nº 46, de 2014, na origem), juntamente com o *curriculun vitae* do indicado.

Jaime César de Moura Oliveira é advogado, graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), em 1999. Detém dois títulos de mestrado: em Saúde Pública, pela USP; e em *Biotechnology Law and Ethics*, pela Universidade de Sheffield, na Inglaterra. Especializou-se em Direito Ambiental, também pela USP, e em Biossegurança, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

A carreira profissional do indicado abrange experiências nos setores público e privado. Entre 1999 e 2007, atuou, sucessivamente, como advogado da Unilever Brasil e do escritório Tozzini, Freire, Teixeira e Silva

Advogados. Ainda em 2007, transferiu-se para a Casa Civil da Presidência da República, onde foi nomeado Subchefe-Adjunto para Assuntos Jurídicos. Atuou também como Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Biossegurança e corno representante titular da Casa Civil da Presidência da República no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual e no Comitê Nacional de Biotecnologia.

Em 2011, foi conduzido ao cargo de Diretor da Anvisa, sendo atualmente o responsável pela Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cumulando a Diretoria de Monitoramento e Controle. Durante esse período, foi representante titular da Agência no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

Por fim, cumpre destacar a autoria de diversas publicações nas áreas de Bioética, Direito Sanitário, Direito Ambiental e Biossegurança, relacionadas em seu currículo.

Em face do histórico acadêmico e profissional apresentado, e aqui resumido, resta demonstrada a experiência do indicado nas áreas de vigilância sanitária e gestão pública, o que o credencia ao exercício de função diretiva na ANVISA.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação de JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Sala da Comissão, 30 de abril de 2014.

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relatora

PARECER
Nº 340, DE 2014

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre a Mensagem nº 23, de 2014 (nº 47/2014, na origem), de iniciativa da Presidência da República, que submete à aprovação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta realizada em 30 de abril de 2014, ao apreciar o Relatório apresentado pelo Senador HUMBERTO COSTA sobre a Mensagem (SF) nº 23, de 2014, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, por 18 (dezoito) votos favoráveis, 1 (um) contrários e nenhuma abstenção(ões).

Sala da Comissão, 30 de abril de 2014.

_____, PRESIDENTE

_____, RELATOR

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 18ª REUNIÃO, DE 30/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: Senador Humberto Costa

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Ana Rita (PT)	4. Wellington Dias (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	3. VAGO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **HUMBERTO COSTA**

Com base no art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Presidenta da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 23, de 19 de março de 2014 (Mensagem nº 47, de 2014, na origem), juntamente com o *curriculum vitae* do indicado.

O Senhor José Carlos de Souza Abrahão é brasileiro, médico, graduado pela Faculdade Souza Marques em 1977. Possui Pós-Graduação em Administração Hospitalar, pelo Instituto Thomas Father, e MBA Executivo, pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Do *curriculum vitae* apresentado, constata-se que, ao longo de mais de trinta anos de experiência profissional, o Senhor José Carlos de Souza Abrahão ocupou cargos que envolveram a direção clínica de serviços médicos pediátricos, atividade de docência em pediatria, gestão hospitalar, direção de entidades associativas de hospitais privados e de saúde suplementar, a exemplo do cargo de Diretor Presidente do Grupo Hospitalar Assim Assistência Médica Integrada e Presidente da Associação de Hospitais e Clínicas da Cidade do Rio de Janeiro.

Apresentou carta em que renuncia aos cargos que atualmente exercia, de Presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e Presidente da Confederação Nacional de Saúde – entidade que representa todos os estabelecimentos privados de saúde do País –, e solicita completo desligamento dessas instituições.

O indicado tem vários artigos publicados em jornais, congressos e eventos da área de saúde, nacionais e internacionais, dedicados principalmente à análise da saúde suplementar e do mercado de saúde no Brasil.

O Senhor José Carlos de Souza Abrahão foi agraciado, ao longo de sua carreira profissional, com diversas homenagens, entre elas a Medalha Mérito Legislativo, concedida pela Câmara dos Deputados, em 2010, e o Prêmio "Hospitalium Causa", concedido pela Federação Brasileira de Administradores Hospitalares, em 2011.

Em face do histórico profissional apresentado e aqui resumido, resta demonstrada a vasta experiência do indicado nas áreas de gestão de serviços de saúde, o que o credencia ao exercício de função diretiva na agência reguladora da saúde suplementar.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Sala da Comissão, 30 de abril de 2014.

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relator

PARECER Nº 341, DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2013 (nº 2.200/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União, e dá outras providências.

RELATOR: Senador **PEDRO TAQUES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 123, de 2013 (nº 2.200, de 2011, na Casa de origem), de iniciativa do Procurador-Geral da República, que *dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União, e dá outras providências*.

Mediante o *caput* do art. 1º o projeto cria o quadro de pessoal da Escola Superior do Ministério Público, sendo que o seu parágrafo único prevê, para compor o referido quadro, a criação de 86 cargos efetivos na carreira de Analista e de 117 na de Técnico do Ministério Público da União (MPU), totalizando 203 cargos; e, ainda, 36 cargos em comissão (um Diretor-Geral, um Diretor-Geral Adjunto, quatro de nível 5, quatro de nível 4 e 26 de nível 2) e 47 funções comissionadas (34 de nível 3, quatro de nível 2 e nove de nível 1), somando 83 cargos em comissão e funções comissionadas, conforme consta do Anexo I.

O *caput* do art. 2º autoriza a redistribuição dos cargos dos servidores efetivos do Ministério Público da União em exercício na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), na data da publicação da Lei que decorrer do projeto em exame, prevendo o seu § 1º que os servidores referidos no *caput* poderão optar, no prazo de trinta dias, contados da publicação de edital específico, por permanecer lotados na Escola Superior do Ministério Público da União; já os seus §§ 2º e 3º preveem que caberá ao Procurador-Geral da República, mediante ato, fazer a redistribuição de que trata o seu *caput* e que a Escola Superior do Ministério Público da União restituirá aos quadros de pessoal do Ministério Público da União, mediante redistribuição e por ato do Procurador-Geral da República, os cargos vagos correspondentes, em número equivalente ao dos servidores que manifestarem a opção prevista no *caput*.

Por sua vez, o art. 3º do PLC estabelece que ficam preservados os cargos em comissão e as funções de confiança criados pelo art. 12 da Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998, que *dispõe sobre a criação da Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências*.

O art. 4º prevê que as despesas resultantes da aplicação da Lei que decorrer do PLC em exame correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público da União.

Por sua vez, o art. 5º, que proveio de emenda de adequação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, estabelece em seu *caput* que o provimento dos cargos criados pela Lei decorrente deste projeto fica condicionado à expressa autorização, em anexo próprio, da Lei orçamentária anual, da qual deverá constar dotação específica e suficiente para os provimentos autorizados, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal,

Ademais, o parágrafo único do art. 5º determina que *se a autorização e os recursos orçamentários correspondentes forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, os saldos da autorização e das respectivas dotações para o provimento posterior deverão constar de autorização específica da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem providos*.

O art. 6º prevê que a implementação do disposto na Lei que decorrer do projeto em análise observará o previsto no art. 169 da

Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O art. 7º veicula a usual cláusula de vigência na data de publicação da Lei decorrente do PLC examinado, enquanto o art. 8º revoga o art. 7º da citada Lei nº 9.628, de 1998, que estabelece que os serviços administrativos da Escola ficarão a cargo de funcionários dos ramos do Ministério Público da União.

Consta da justificação que *a ESMPU*, criada por meio da referida Lei nº 9.628, de 1998, *exerce papel relevante no desenvolvimento da política de capacitação de membros e de servidores do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, impondo-se a necessidade da aprovação do projeto em análise em face da falta de servidores para a realização de suas atividades.

Na Câmara dos Deputados, o PLC ora examinado recebeu parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), pela aprovação quanto ao mérito; da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária com a emenda que resultou no art. 5º; acima comentado, e da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), pela constitucionalidade juridicidade e técnica legislativa do projeto e da emenda da CFT.

Consta do processado do PLC em exame, cópia da Certidão do Julgamento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que decidiu, por unanimidade, pela emissão de parecer favorável ao projeto sob exame, cumprindo, assim, o que determina o disposto no art. 77 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012).

O projeto veio à revisão desta Casa, onde não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

O Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2013, atende o requisito da iniciativa das leis por parte do Procurador-Geral da República para propor ao Poder Legislativo a criação dos cargos na Escola Superior do Ministério

Público da União, a teor do *caput* do art. 61, combinado com o disposto no § 2º do art. 127, ambos da Constituição Federal.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC em exame e também quanto ao seu mérito, a teor do inciso II, alínea "f" do mesmo art. 101.

Quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto, já existe, para o exercício de 2014, a previsão da criação dos referidos 286 cargos e funções, conforme consta no item 3.1.3 do Anexo V da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014 (Lei Orçamentária Anual – LOA-2014), em que são relacionadas as autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, relativas a despesas de pessoal e encargos sociais. No entanto, não estão previstos os recursos orçamentários para atender a despesa decorrente da aprovação do projeto para o exercício de 2014.

Todavia, isso não constituirá problema para o citado exercício e para os seguintes, haja vista o disposto no art. 5º do projeto, que condiciona a criação dos cargos e funções decorrentes de sua aprovação à *expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal.*

Assim, não há reparos a fazer quanto à conformação do PLC nº 123, de 2013, à Lei Maior e à ordem jurídica, estando, também, observados os aspectos regimentais e os atinentes à técnica de redação legislativa.

Quanto ao mérito, o projeto vem ao encontro do fortalecimento do Ministério Público da União, especificamente da sua Escola Superior, vinculada diretamente ao Procurador-Geral da República, pois o *Parquet* deve ser dotado de pessoal em quantitativo e qualidade adequados às suas necessidades de instituição essencial *à função jurisdicional do Estado, à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis,* nos termos preconizados pelo constituinte no *caput* do art. 127 da Carta de 1988.

O PLC nº 123, de 2013, cumpre, assim, o objetivo de dotar a ESMPU de pessoal adequado ao seu desiderato de propiciar o aperfeiçoamento técnico-profissional dos membros e servidores do MPU, fortalecendo, em conseqüência, o Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2013, no mérito e quanto aos aspectos de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala da Comissão, 30 de abril de 2014

Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 23ª REUNIÃO, DE 30/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo

RELATOR: Senador Aloysio Nunes

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	4. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunicio Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Cidinho Santos (PR)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

.....

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou

contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

LEI Nº 9.628, DE 14 DE ABRIL DE 1998

Dispõe sobre a criação da Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências.

.....

Art. 7º Os serviços administrativos da Escola ficarão a cargo de funcionários dos ramos do Ministério Público da União.

.....

Art. 12. Ficam criados os cargos em comissão e as funções gratificadas constantes do Anexo, destinados à estrutura administrativa da Escola Superior do Ministério Público da União.

.....

LEI Nº 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

.....

Art. 77. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da LRF;

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos, inativos e pensionistas;

III - manifestação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro; e

IV - parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do MPU.

.....

LEI Nº 12.952, DE 20 JANEIRO DE 2014.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.

.....

PARECER
Nº 342, DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2003, da Senadora Serys Slhessarenko, que define o crime de discriminação dos portadores do vírus HIV e doentes de AIDS.

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno, a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (ECD) nº 51, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que define crimes resultantes de discriminação a pessoas portadoras de HIV ou doentes de AIDS.

A Câmara dos Deputados, como casa revisora, decidiu pela supressão do inciso III do artigo 1º do PLS nº 51, de 2003, que prevê como crime a hipótese de exoneração ou demissão de cargo ou emprego do portador do vírus HIV.

II – ANÁLISE

Nos termos do Projeto aprovado no Senado Federal em outubro de 2005, constitui crime de discriminação ao portador de HIV ou doente de AIDS: 1) recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou permanência de aluno em creche ou estabelecimento de ensino; 2) negar emprego ou trabalho; 3) exonerar ou demitir de seu cargo ou emprego; 4) segregar no ambiente de trabalho ou escolar; 5) divulgar a condição de portador do vírus ou doente com o intuito de ofensa; e 6) recusar ou retardar atendimento de saúde.

A Câmara dos Deputados decidiu pela supressão da terceira hipótese. Neste sentido apresentei inicialmente parecer acatando a votação da Câmara dos Deputados.

Entretanto no dia 10 de maio, do corrente, recebi informações complementares da Secretaria de Saúde do Estado de São Pulo que apresentaram argumentos, que os acatei, e mudei minha opinião sobre a matéria.

Na documentação há recomendação da Organização Internacional do Trabalho, nos Princípios Gerais da Recomendação Sobre HIV e AIDS, item III-c. aprovada pela Conferência Geral de 17/06/2010: "*não deveria haver discriminação ou estigmatização dos trabalhadores, em particular as pessoas que buscam e as que se candidatam a um emprego, em razão do seu estado sorológico relativo ao HIV, real ou suposto, ou do fato de pertencerem a regiões do mundo ou a segmentos da população considerados sob maior risco ou maior vulnerabilidade à infecção pelo HIV*"

A demissão ou exoneração de profissionais que são portadores di HIV deve ser baseada nos mesmos critérios utilizados para todos trabalhadores.

Atualmente, os portadores de HIV/AIDS tem plenas condições de exercer suas atividades laborais, em qualquer campo de trabalho e viver com qualidade e responsabilidade social.

Com esses argumentos, considero que a alteração feita na Câmara dos Deputados retrocesso na forma com a sociedade contemporânea tem encarado os portadores do HIV/AIDS.

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela **rejeição** da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2003.

Sala da Comissão, 30 de abril de 2014.

Senador Vital do Rêgo, Presidente

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2003

ASSINAM O PARECER, NA 23ª REUNIÃO, DE 30/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo

RELATOR: (Senador Aloysio Nunes Ferreira)

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	4. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Cidinho Santos (PR)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno, a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (ECD) nº 51, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que define crimes resultantes de discriminação a pessoas portadoras de HIV ou doentes de AIDS.

A Câmara dos Deputados, como casa revisora, decidiu pela supressão do inciso III do artigo 1º do PLS nº 51, de 2005, que prevê como crime a hipótese de exoneração ou demissão de cargo ou emprego do portador do vírus HIV.

II – ANÁLISE

Nos termos do Projeto aprovado no Senado Federal em outubro de 2005, constitui crime de discriminação ao portador de HIV ou doente de AIDS: 1) recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou permanência de aluno em creche ou estabelecimento de ensino; 2) negar emprego ou trabalho; 3) exonerar ou demitir de seu cargo ou emprego; 4) segregar no ambiente de trabalho ou escolar; 5) divulgar a condição de portador do vírus ou doente com o intuito de ofensa; e 6) recusar ou retardar atendimento de saúde.

A Câmara dos Deputados decidiu pela supressão da terceira hipótese. Reputamos razoável a supressão. Apenas para ficar em um exemplo: constituiria hipótese de crime a demissão de emprega doméstica ou babá quando o empregador descobrisse sua condição de saúde e quisesse preservar do risco de contágio os filhos pequenos dentro dc casa. Há atividades profissionais, que, pela sua natureza, de fato expõem pessoas a risco. Basta o manuseio de instrumentos que furam ou cortam para tornar o contágio um risco bastante concreto. Seria excessiva e estaria de fora do

campo valorativo da discriminação a criminalização da conduta de empregadores que quisessem se precaver desse risco.

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela **aprovação** da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2005.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 341, de 2014**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2013**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer n° 342, de 2014**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo contrariamente à **Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado n° 51, de 2003**.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 743, de 2014**, do Presidente da Câmara dos Deputados, por meio do qual envia o **Projeto de Lei Complementar 302, de 2013**, do Senado Federal (PLS 224, de 2013 – Complementar, na Casa de origem) com as emendas apresentadas naquela Casa, para os fins do disposto na alínea "c" do art. 143 do Regimento Comum.

A matéria será encaminhada à Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2013.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 743/2014/SGM-P

Brasília, 30 de abril de 2014

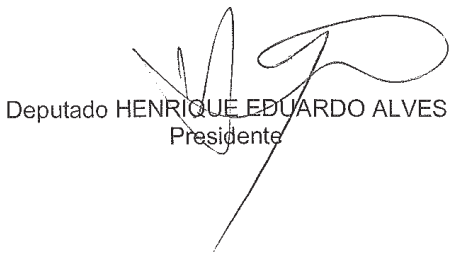
Assunto: Envio de Projeto de Lei Complementar para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração da Comissão Mista, nos termos da alínea *c* do art. 143 do Regimento Comum, o Projeto de Lei Complementar nº 302, de 2013, do Senado Federal (PLS nº 224, de 2013 – Complementar, na Casa de origem) que "Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências", com as emendas apresentadas nesta Casa.

Remeto, em anexo, o processado do referido Projeto com todos os originais da matéria.

Atenciosamente,



O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem n° 37, de 2014** (n° 91/2014, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do General-de-Exército ODILSON SAMPAIO BENZI para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.

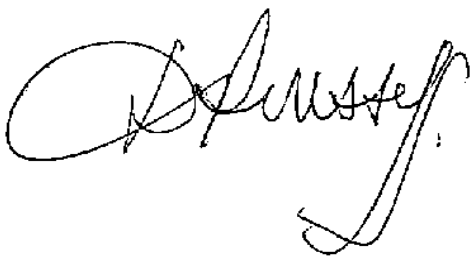
É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM
Nº 37, DE 2014
(nº 91/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 123 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do General-de-Exército ODILSON SAMPAIO BENZI, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.

Brasília, 2 de maio de 2014.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

Nome: ODILSON SAMPAIO BENZI
Posto: General de Exército
Data de Nascimento: 20/11/1950
Local de Nacimento: Bela Vista-MS
Filiação: ODILSON ELIAS BENZI e ENA SAMPAIO BENZI
Data de Praça: 28 Fev 66
Estado Civil: Casado com a Drª DAYSE DE MELLO BENZI
Identidade: 023180411-3 – MD/EX
CPF: 224521257-68

2. PROMOÇÕES

POSTOS:	Data da Promoção	Critério
- Aspirante-a-Oficial	16/12/1972	Declaração
- 2º Tenente	31/08/1973	Antiguidade
- 1º Tenente	31/08/1975	Antiguidade
- Capitão	31/08/1978	Antiguidade
- Major	25/12/1985	Merecimento
- Tenente Coronel	31/08/1990	Merecimento
- Coronel	31/08/1995	Merecimento
- General de Brigada	31/03/2003	Escolha
- General de Divisão	25/11/2006	Escolha
- General de Exército	31/03/2011	Escolha

3. CURSOS

a. Curso Superior – Graduação

- Curso da Arma de Cavalaria (Bacharel em Ciências Militares) na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), concluído em 1972.

b. Cursos e Estágios no Brasil

1) Instrutor de Equitação, realizado na Escola de Equitação do Exército, em 1975.
2) Estágio de Comunicação Social, realizado no Centro de Comunicação Social do Exército, em 1993.

c. Curso de Pós-Graduação – Lato Sensu no Brasil.

- MBA Executivo – Administração de Negócios na Fundação Getúlio Vargas, realizado em 1999.

d. Curso de Pós-Graduação – Mestrado no Brasil

- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, realizado em 1981, requisito indispensável para o acesso ao posto de Oficial Superior.

e. Curso de Pós-Graduação – Doutorado no Brasil

1) Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, realizado nos anos de 1987 e 1988, requisitos indispensáveis para concorrer ao Generalato e integrar os estados-maiores de Grandes Unidades e Grandes Comandos da Força Terrestre.
2) Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, realizado no ano de 1999, que também habilita à ascensão ao Generalato.

4. FUNÇÕES DESEMPENHADAS

a. Nos postos de Oficial Subalterno e Intermediário

1) 19º Regimento de Cavalaria (Escola): Comandante de Pelotão.
2) Escola de Equitação do Exército: Aluno.
3) 10º Regimento de Cavalaria: Comandante de Pelotão, Comandante de Esquadrão.
4) 1º Regimento de Cavalaria de Guardas: Comandante de Esquadrão.
5) Escola de Sargentos das Armas: Instrutor.
6) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais: Aluno.
7) 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado: Comandante de Esquadrão e Chefe da 3ª Seção.
8) Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai: Instrutor

b. Nos postos de Oficial Superior

1) Escola de Equitação do Exército: Fiscal Administrativo e Instrutor-Chefe.
2) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: Aluno e posteriormente Instrutor.
4) 1ª Divisão de Exército: Chefe da 3ª Seção.
5) Gabinete do Ministro do Exército: Chefe de Seção do Centro de Comunicação Social do Exército.
6) 1º Regimento de Cavalaria de Guardas: Comandante
7) Estado Maior do Exército: Chefe de Seção e Assistente da 1ª Subchefia - Pessoal.

c. Nos postos de Oficial-General

1) 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada: Comandante.
2) Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentações: Diretor.
3) Estado-Maior do Exército: 2º Subchefe - Inteligência.
4) 3ª Região Militar: Comandante.
5) Comando Militar do Nordeste: Comandante.

d. **Funções desempenhadas na área da Justiça Militar (diversos postos)**

1) Encarregado de Inquérito Policiais Militares e Sindicâncias em diversas Organizações Militares de Corpo de Tropa.
2) Integrante de Conselho de Justiça de Corpo de Tropa
3) Integrante de Conselho de Justiça da CJM do Distrito Federal

5. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES RELEVANTES

a. Coordenador do Planejamento da Evacuação da População de Angra dos Reis no caso de acidente nuclear, no ano de 1989.
b. Representante do Exército Brasileiro para assuntos de pessoal, na Conferência dos Exércitos Americanos, no ano de 2002.
c. Coordenador, na área sul do Estado de Mato Grosso do Sul, das Operações interagências de repressão a ilícitos fronteiriços, nos anos de 2003 e 2004.
d. Coordenador do emprego do Exército em Operações de Garantia da Lei e da Ordem nos Estados do Maranhão, Ceará e Bahia, por ocasião das paralizações dos Órgãos de Segurança Pública, de outubro de 2011 a Fevereiro de 2012.
e. Coordenador da Operação Carro-Pipa do Governo Federal em apoio às comunidades afetadas pela estiagem nos Estados Nordestinos e Norte de Minas Gerais, nos anos de 2011 a 2014.

6. MEDALHAS E CONDECORAÇÕES

a. **Nacionais**

- Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial
- Ordem do Mérito Militar - Grã-Cruz
- Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial
- Ordem do Mérito Judiciário Militar – Alta Distinção
- Medalha Militar Ouro com Passador de Platina
- Medalha do Pacificador
- Medalha Mérito Santos Dumont
- Medalha Mérito Tamandaré
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Oficial
- Medalha da Ordem do Mérito da Defesa - Grande Oficial
- Medalha Comandante Pedro Rufino
- Medalha da Ordem do Mérito Conselheiro Thomaz Coelho
- Medalha da Vitória
- Distintivo de Comando Dourado
- Medalha Marechal Osório - O Legendário
- Medalha Marechal Trompowsky
- Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar
- Medalha Pernambucana do Mérito Bombeiro Militar
- Medalha da Secretaria da Casa Militar de Pernambuco

- Medalha Heróis da Casa Forte
- Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado - Colar de Alta Distinção
- Medalha Comemorativa do Sexagenário da Criação da Polícia do Exército no Brasil
- Medalha da Ordem do Mérito do Instituto dos Docentes do Magistério Militar

b. Estrangeiras

- Medalha Honorífica Cavalaria (Paraguai)
- Distintivo da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais das Forças Armadas (Paraguai)
- Medalha da Ordem do Mérito Militar (Paraguai)

Recife, PE, 25 de fevereiro de 2014.

General de Exército ODILSON SAMPAIO BENZI

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO NORDESTE

DECLARAÇÃO DO GENERAL-DE-EXÉRCITO ODILSON SAMPAIO BENZI

a) De que existem parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos:

NÃO existem parentes meus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional.

b) De que participa ou participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos:

NÃO participo e nunca participei como sócio, proprietário ou gerente, de qualquer empresa ou entidade não governamental.

c) De regularização fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal:

NÃO possuo débitos no âmbito federal, estadual e municipal, conforme Certidões Negativas de Débitos anexas.

d) De ações judiciais, seja como autor, seja como réu, com indicação atualizada de tramitação processual:

NÃO possuo qualquer ação judicial, seja como autor, seja como réu.

d) De ações judiciais existentes, seja como autor, seja como réu, com indicação atualizada de tramitação processual:

NÃO possuo qualquer ação judicial, seja como autor, seja como réu.

e) De juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras nos quais tenha atuado:

NÃO atuei nos últimos cinco anos em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

General de Exército ODILSON SAMPAIO BENZI
Comandante Militar do Nordeste

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ODILSON SAMPAIO BENZI
CPF: 224.521.257-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 11:21:35 do dia 25/03/2014 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/09/2014.
Código de controle da certidão: **BEC8.E0D4.95C9.97A3**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

GDF

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº	: 140-00.518.510/2014
NOME	: ODILSON SAMPAIO BENZI
ENDEREÇO	: QRO 1RCG Q B C 232
CIDADE	: SMU
CPF	: 224.521.257-68
CNPJ	:
CF/DF	:
FINALIDADE	: JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 22 de Julho de 2014.

Brasília, 23 de Abril de 2014.

Certidão emitida via internet às 16:59:25 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: **2014.000002151751-27** Data de Emissão: **23/04/2014**

DADOS DO REQUERENTE

CPF: **224.521.257-68**

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **21/07/2014**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

Aviso nº 140 - C. Civil.

Em 2 de maio de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do General-de-Exército ODILSON SAMPAIO BENZI, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.

Atenciosamente,

VALDIR MOYSÉS SIMÃO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Substituto

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu os **Ofícios n°s 38 a 40, de 2014**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos **Avisos n°s 16, 17 e 19, de 2014**, respectivamente, e recomendando os seus arquivamentos.

São os seguintes os Ofícios:

OF. Nº 38/2014/CAE

Brasília, 1º de abril de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 1º de abril de 2014, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 16, de 2014 (Aviso nº 20/2014-BCB-Presi), de 25 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento

ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, o demonstrativo das emissões referentes ao mês de fevereiro de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

OF. Nº 39/2014/CAE

Brasília, 8 de abril de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 8 de abril de 2014, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 17, de 2014 (Aviso nº 87/GMF/MF-DF), de 26 de março de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de fevereiro de 2014 e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

OF. Nº 40/2014/CAE

Brasília, 8 de abril de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 8 de abril de 2014, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 19, de 2014 (Aviso nº 280-Seses-TCU-Plenário), de 19 de março de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 032.882/2013-0, na Sessão Ordinária de 19 de março de 2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os **Avisos n°s 16, 17 e 19, de 2014**, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Convidamos, para fazer uso da palavra como primeiro orador inscrito, o Senador Ruben Figueiró, do PSDB do Mato Grosso do Sul.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria /PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores que nos honram neste plenário, meus ilustres colegas sabem, pelos pronunciamentos que tenho feito desta tribuna, que estou entre aqueles admiradores da extraordinária empreitada da Embrapa nacional, em benefício da economia rural em nosso País.

Tive a oportunidade de me manifestar por ocasião dos 40 anos da empresa, destacando o que ela significou e significa para o desenvolvimento de nossa economia rural, mercê de seu intenso e laborioso trabalho de pesquisa em diferentes campos da experimentação, além de lançamentos e modelos que têm o condão de transformar o nada de ontem na fartura de hoje em nossos campos. E a saúdo agora na passagem de seu 41º ano de existência.

A Embrapa é "ilha de excelência estatal". A expressão capital é do jornal *O Globo*, em edição de 6 de abril de 2014, e, desde já, Sr. Presidente, peço que seja juntada e faça parte deste pronunciamento aquela edição. Na reportagem está lançada a dúvida de que a estatal estaria sob o controle político do PT, em razão da presença nela de técnicos ligados a ele.

Sinceramente, Sr. Presidente, não creio que tal aconteça, simplesmente em razão da idoneidade com que, acima das opiniões pessoais, se comportam seus servidores no exercício precípuo de suas missões funcionais.

Não descarto a existência de indicações partidárias, como não acredito em subordinação de seus servidores aos caprichos de quem os indica. Essa não é a formação que sempre ilustrou os servidores da Embrapa.

É por esta razão que volto à tribuna nesta data para reiterar uma homenagem àqueles que, longe dos gabinetes e bem próximo das salas de estudo e pesquisa desenvolvidas no campo, numa contribuição inestimável para nossa economia, desejam debater e aprofundar a governança da instituição para que ela possa continuar contribuindo para o processo de desenvolvimento sustentável. E, atrevendo-me a falar em nome desses abnegados pesquisadores, faço algumas considerações, até com o intuito de despertar as autoridades de nossa República para a responsabilidade que têm para com o progresso da pesquisa, da ciência e da tecnologia do setor agropecuário, cujas respostas, em termos de produtividade, têm surpreendido o mundo.

Tenho recebido, Sr. Presidente, inúmeros reclamos de pesquisadores da empresa no sentido de introduzir uma discussão no rumo de modernizar a Embrapa, propondo que se desenvolva um projeto de revitalização da empresa, no sentido de valorizar aqueles que tantos benefícios têm oferecido ao País.d

Srªs e Srs. Senadores, no início dos anos de 1970, a Embrapa tinha dependência total de recursos públicos, recursos esses sempre escassos, com uma burocracia paquidérmica, pessoal técnico desatualizado e desmotivado, num período em que começara haver um tremendo êxodo rural, um desabastecimento intenso, fome, dependência externa de alimentos.

Foi assim que o Governo extinguiu o Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agrícola (DNPEA), órgão do Ministério da Agricultura da Administração Direta, e criou a Embrapa, com os seguintes objetivos: autonomia, agilidade e flexibilidade administrativa ante a urgência das mudanças a serem promovidas.

Montou-se, assim, uma estratégia bem-sucedida: criaram-se unidades centrais (administrativas) e descentralizadas, centros nacionais de produtos, serviços e unidades de pesquisa de âmbito estadual, atendendo às mais diversas regiões do País.

E assim devemos afirmar que tudo funcionou muito bem durante os anos de 1973 a 1985. Depois disso, a empresa começou, pouco a pouco, a enfrentar dificuldades decorrentes do período inflacionário e com as restrições impostas pela Constituição de 1988, no tocante ao Orçamento Geral da União, à Lei de Licitações e Contratos, à Lei de Responsabilidade Fiscal, com o contingenciamento de recursos, controle rígido de gastos, etc.

Durante o último mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002, já se anunciava a necessidade de mudança da figura jurídica da Embrapa. O Ministro Bresser Pereira iniciou estudos nesse sentido, para a transformação da empresa em agência, instituto, fundação ou organização social, com o intuito da dar mais agilidade à estrutura organizacional da empresa. Nenhuma dessas alternativas prosperou.

Nesse contexto, a empresa vai perdendo as características originais de autonomia, agilidade e flexibilidade.

Além disso, a abertura do mercado brasileiro a empresas multinacionais vai-se tornando outro fator complicador. Nessas condições, a Embrapa, com missão de natureza pública, mas com personalidade jurídica de direito privado, vem perdendo desenvoltura, a exemplo da expressiva queda de sua participação no mercado de sementes.

Atualmente, recursos provenientes dessa operação e que ingressam na Fonte 250 representam apenas 0,016% de todo orçamento da empresa. Uma vez que o formato empresarial remete, necessariamente, para o lucro econômico e financeiro, tal fato mostra que a Instituição Embrapa está equivocadamente posicionada como empresa.

Ao longo da última década, a sede da empresa em Brasília passa a centralizar, cada vez mais, a administração e o planejamento da pesquisa; as unidades descentralizadas continuam a perder autonomia administrativa e de estabelecimento de suas prioridades de pesquisa.

Na expectativa de se priorizarem recursos para a pesquisa, chegou-se ao ponto de se suprimir o orçamento de custeio. Essa providência, no entanto, prejudica drasticamente a contrapartida da empresa na manutenção das unidades, uma vez que a parte do orçamento dos projetos de pesquisa prevista para essa finalidade é in-

suficiente, gerando conflitos entre a pesquisa e a administração. Aumenta-se a burocracia e o controle administrativo de etapas intermediárias do processo da gestão em detrimento da atividade fim, que é a pesquisa.

Com 47 unidades descentralizadas, a unidade centralizada da Embrapa, em Brasília, chega a absorver praticamente metade dos recursos da empresa, consumindo ainda renda gerada nas unidades, que, obrigatoriamente, são recolhidas para sua administração. Dou como exemplo *royalties* e novas variedades e recursos com a venda de subprodutos e pesquisa.

Com isso, Senadora Ana Amélia e Srs. Senadores, os pesquisadores e funcionários estão perdendo a motivação, sofrem cada vez mais com a burocratização do sistema de gestão, com a falta de aderência das atividades desenvolvidas com os grandes desafios nacionais.

Srª Senadora Ana Amélia, honro-me muito com o seu aparte.

A Srª. Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Ruben Figueiró, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, porque V. Exª, nesta Casa, tem sido, eu diria, um porta-voz na defesa dessa empresa que orgulha a todos os brasileiros. Ela tem, desde sua criação, um compromisso inarredável com a pesquisa, com o investimento, com as novas tecnologias. E, graças à Embrapa e ao empenho de todos os seus servidores, mas sobretudo de seus cientistas e pesquisadores, nós, nos últimos 40 anos, tivemos um aumento da produtividade ou da produção agrícola de 248%, enquanto o aumento da área utilizada para a agricultura, para esse mesmo extraordinário crescimento, foi de apenas 48%. Ou seja, tecnologia aplicada ao campo, dando maior sustentabilidade, maior preservação ambiental – com os manejos que a Embrapa ensina aos agricultores, o conhecimento que ela transmite. Agora mesmo, o Governo está criando uma empresa nacional, a Anater, para fazer a extensão rural, que é a ponte entre o centro de excelência e pesquisa que é a Embrapa e a pesquisa levada ao campo na sua aplicação. Nós nos preocupamos muito, primeiro, com a não execução orçamentária como deveria ser para a Embrapa. Segundo, nós precisamos muito de dar a essa empresa o valor que ela merece, sem nenhuma contaminação de qualquer natureza, seja ela ideológica, seja ela de partido político. Ela tem que estar a serviço da agricultura sustentável de qualquer tamanho, Senador Ruben Figueiró. V. Exª, que é do Mato Grosso do Sul, eu, que sou do Rio Grande do Sul, e todos os Estados que são o celeiro do Brasil precisam se orgulhar dessas pessoas, não só dos pesquisadores da Embrapa, mas sobretudo daqueles trabalhadores, dos produtores rurais que usam essas tecnologias para produzir cada vez mais e com qualidade. Então, eu queria cumprimentá-lo e dizer que endosso suas palavras em gênero, número e grau. Mais ainda: tenho enorme preocupação com o risco de um desmantelo da Embrapa Cerrado, aqui no Distrito Federal, pois existe a possibilidade de a área ocupada pela Embrapa ser ocupada pelo Distrito Federal para fazer moradia popular. Existem muitas áreas, mais próximas até do que essa, na região de Sobradinho, de que o Distrito Federal poderá valer-se para fazer os projetos de habitação popular dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida. Por que exatamente desalojar a Embrapa de onde ela está, na BR-020, para fazer ali um projeto habitacional?! Não é compreensível, Senador Ruben Figueiró. Ali estão as instalações. Ali estão os campos de pesquisa com pastagens, com linhagens de pecuária de qualidade, que servem para a agricultura familiar, para o pequeno e para o médio agricultor. Então, não é possível que a gente aceite esse – eu diria assim – equívoco de gestão política, que é contrário ao interesse do País, em relação a essa grande empresa, Embrapa, que nos orgulha muito de ser genuinamente brasileira e está levando conhecimento para a África, para a América Latina e para outros países. Precisamos, cada vez mais, defender esse patrimônio. Muito obrigada. Parabéns mais uma vez, Senador Ruben Figueiró!

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eminente Senadora Ana Amélia, V. Exª sabe do apreço e admiração que tenho por V. Exª, porque sempre esteve na primeira fila daqueles que defendem as instituições que mais têm contribuído para o desenvolvimento do nosso País, sobretudo na área rural. Desde que cheguei aqui, eu tenho participado de muitas reuniões em que a palavra de V. Exª esteve sempre presente, exaltando, com conhecimento profundo da questão, os propósitos da Embrapa.

No meu Estado, temos três unidades: uma no Pantanal, na qual eu tenho um filho como pesquisador e me honro muito disso; a Embrapa Gado de Corte, na capital do Estado, Campo Grande; a outra é a Embrapa Oeste, em Dourados. Todas elas fazem um trabalho extraordinário de pesquisa, que tem efetivamente contribuído, e muito, para o desenvolvimento da área rural.

E o que estranho, Srª Senadora Ana Amélia, é que os recursos produzidos naquela região são transferidos para Brasília e, por razões de ordem burocrática e dizem que até orçamentária, não voltam para lá, o que desestimula os pesquisadores e impede que essas unidades desenvolvam ainda mais as suas tecnologias.

E V. Exª aponta muito bem outro desastre que está premente de acontecer, que é com relação à Embrapa Cerrado. V. Exª já tinha levantado a questão aqui, como também, por várias vezes, o Senador Rodrigo Rollemberg. Juntei-me a eles, junto-me a V. Exª e a todos aqueles que reclamam uma posição mais firme do Ministério da Agricultura e do Governo da República, para impedir que se cometa essa ofensa a uma instituição que tem sido motivo de orgulho para todo o nosso País.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Novamente, ouço V. Exª.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Queria apenas, Senador – como V. Exª mencionou as três unidades da Embrapa no seu Estado, e como sou gaúcha e tenho muito orgulho da Embrapa que está lá prestando um grande serviço –, mencionar que temos quatro unidades, que mostram toda a diversidade da produção agropecuária: a Embrapa Clima Temperado, de frutas de clima temperado, de Pelotas; a Embrapa Uva e Vinho, em Bento Gonçalves; a Embrapa Trigo e Soja, em Passo Fundo, que foi uma das primeiras, de grande trabalho; e também a Embrapa Pecuária de Corte, que é em Bagé. Então, nós temos o orgulho também de dispor de quatro unidades da Embrapa que fazem um trabalho extraordinário, recuperando raças antigas, recuperando variedades de uvas que já haviam se perdido no tempo, e também recuperando o setor da produção de frutas de clima temperado – um trabalho extraordinário que a Embrapa conseguiu. Então, realmente, não podemos deixar de tratar disso. Na questão do trigo e soja em Passo Fundo, da mesma forma, há trabalhos extraordinários em relação a novas variedades de trigo mais resistentes, em relação à soja também. Não podemos deixar de enfatizar, de defender essa grande empresa e seus colaboradores, seus pesquisadores, seus cientistas. Seria um crime de lesa-pátria não fazer o que nós estamos fazendo, Senador!

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senadora Ana Amélia, se me permite, quero dizer que sinto inveja de V. Exª. Nós temos apenas três, e o Rio Grande tem quatro. Mas, como sou considerado um "matucho", uma cruza de gaúcho com mato-grossense do sul, espero que, um dia, nós empatemos, porque quem vai ganhar é o Brasil. Fico muito grato a V. Exª pelo seu aparte.

Sr. Presidente, permita-me continuar.

Ao contrário do que ocorria no contexto da fundação, existem, atualmente, recursos e pessoal técnico altamente preparado. Apesar das dificuldades, de uma situação de penúria e de fome, há 40 anos, o País passou a desempenhar papel de liderança na produção de alimentos, tornando-se um dos maiores produtores e exportadores mundiais. Para um novo ciclo, no entanto, a empresa precisa, urgentemente, de ajustes.

Nesse sentido, há um intenso debate interno na Embrapa para transformá-la em empresa pública de direito privado para agência executiva, em regime de autarquia especial, personalidade jurídica de direito público. Essa transformação é profundamente coerente com o novo papel do Estado brasileiro, que, nos termos do art. 174 da Constituição Federal de 1988, emergiu da condição de Estado Provedor para a de Estado Regulador.

Muitos pesquisadores e funcionários enumeram inúmeras vantagens nessas mudanças, entre elas, primeiro, a valorização da missão da empresa, que passaria a exercer, de fato, papel de Estado na articulação de políticas públicas com vistas à segurança alimentar e à geração de divisas. Em segundo lugar, a Embrapa passaria a integrar o Núcleo Estratégico, defendendo os interesses do Estado Brasileiro, quer internamente, para a execução de políticas de desenvolvimento regional e nacional, quer externamente, no campo das relações internacionais. A terceira vantagem seria a independência administrativa, a ausência de subordinação hierárquica e o mandato fixo dos seus dirigentes.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Exª permite que eu conclua? (*Pausa.*)

Muito obrigado por sua generosidade.

A quarta seria a flexibilidade de gestão – independência técnica, normativa, orçamentária e financeira e autonomia funcional – mediante a condição especial dada pela lei à autarquia especial; a quinta, a possibilidade de reaplicação dos recursos gerados nas próprias unidades; a sexta, a valorização do corpo de funcionários com forte atrativo às novas gerações, haja vista a possibilidade de aumento dos salários sem aumento da despesa pública. A sétima vantagem é que a alteração do modelo de previdência do servidor público atualmente em vigor facilita a transição da mudança pela economia da despesa pública em função da redução dos encargos trabalhistas. A oitava vantagem seria o ganho de eficiência na aplicação dos recursos ante as exigências das normas tributárias e de gestão de recursos humanos que incidem sobre a empresa pública atual e que acarreta conflito entre a legislação pública e a Lei das S.A..

Alerto ainda que não há impedimento legal para a migração do corpo de empregados do regime CLT para o de servidor público e que a alteração da personalidade jurídica não implica a perda do nome. Pode-se, inclusive, manter o nome consagrado nacional e internacionalmente: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Efetuadas essas mudanças, Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, haveria espaço para ações adicionais para se promover uma reestruturação do plano de carreira e para promover alterações profundas na gerência dos recursos humanos com foco no cumprimento de sua missão: viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, reiterando minha admiração pelo trabalho da Embrapa. Acredito que devemos empreender este debate com coragem e com espírito público. Precisamos apostar em coisas novas, mudar para melhorar. Esse é o caminho do futuro.

Ouvi muito, sobretudo daqueles que partiram pelos caminhos pioneiros da Embrapa, naqueles tempos de tantas adversidades a enfrentar, com o ânimo indomável, que poderiam ser retiradas do campo suas imensas potencialidades, desde que a ele se aliasse a pesquisa científica e com esta uma orientação técnica adequada. Assim se fez. Assim, ergueu-se a Embrapa.

A Embrapa sonha com novas aventuras para estar *pari passu* com a movimentação científica e tecnológica como se posta a iniciativa privada. Esta, no passado, observando o empreendedorismo da Embrapa, propôs-se a cotejar com ela e hoje a ultrapassou e se avantajou com a adição de modelos de avançada tecnologia, mercê o impulso de recursos apostos aos seus laboratórios de pesquisa.

A Embrapa precisa reagir. Tem títulos e recursos humanos do mais alto gabarito, que reclamam uma reação.

As sugestões que colhi no sentido de transformar a Embrapa em empresa de direito privado para agência executiva, em regime de autarquia especial, personalidade jurídica de direito público, como permite a Carta Magna, devem ser consideradas como oportuna contribuição ao debate para o futuro, que se deseja venturoso para a instituição.

Nesta Casa, Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, enquanto aqui estiver, ouvirei personalidades técnicas e científicas especializadas no campo das atividades da Embrapa, seu presidente e diretores, que podem oferecer luzes e abastecer-me de ideias para a consecução de um único objetivo: dar fôlego para que a instituição ainda mais seja orgulho de quem labuta nos campos do nosso Brasil.

Para finalizar, Sr. Presidente, estou ciente de que essa empreitada será longa pelas circunstâncias que a cercam. Há interesses, nada obstante honestos, que indicam outro caminho para a Embrapa, inclusive pela sua privatização, proposta que jamais terá meu apoio. Essa luta será vitoriosa quando as alvíssaras das mudanças reclamadas pela Nação forem consagradas a 05 de outubro deste ano. Há também proposta para que ela tenha uma subsidiária, que, fundamentalmente, encontra óbices maiores de ordem constitucional e que, portanto, é de difícil trânsito no Congresso Nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, rogo a V. Exª que considere como parte integrante do meu pronunciamento, como já afirmei no início do meu discurso, a publicação de *O Globo* de 6 de abril último, intitulada "Ilha de Excelência Estatal. A Embrapa sob risco".

Fico muito grato a V. Exª por ter estendido o meu tempo para esta minha palavra.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Sem apanhamento Taquigráfico.)–

Discurso Tema: Embrapa

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meus ilustres colegas sabem pelos pronunciamentos que tenho feito da tribuna que estou entre aqueles admiradores da extraordinária empreitada da Embrapa Nacional.

Tive oportunidade de me manifestar por ocasião dos 40 anos da Empresa, destacando o que ela significou e significa para o desenvolvimento da economia rural, mercê de seu intenso a laborioso trabalho de pesquisa em diferentes campos da experimentação, além de lançamentos de modelos que tem o condão de transformar o nada de ontem na fartura de hoje em nossos campos.

A Embrapa é "ilha de excelência estatal". A expressão capital é do Jornal O Globo, em edição de 06 de abril de 2014, e desde já, senhor Presidente, seja juntado e faça parte deste pronunciamento, Na reportagem está lançada a dúvida de que a estatal estaria sob o controle político do PT, em razão da presença nela de técnicos ligados a ele. Sinceramente, não creio que tal aconteça, simplesmente em razão da idoneidade com que acima de opiniões pessoais se comportam seus servidores no exercício precípuo de suas missões funcionais.

Não descarto a existência de indicações partidárias, como não acredito em subordinação de seus servidores aos caprichos de quem as indica. Essa não é da formação que sempre ilustrou os servidores da Embrapa,

É por esta razão que volto à tribuna nesta data para reiterar uma homenagem àqueles que longe dos gabinetes e bem próximo das salas de estudo e pesquisa desenvolvidas no campo, numa con-

tribuição inestimável para nossa economia, desejam debater e aprofundar a governança da instituição para que ela possa continuar contribuindo para o processo de desenvolvimento sustentável.
Em homenagem a esses abnegados pesquisadores, em nome dos quais me atrevo a fazer algumas considerações, até com o intuito de despertar as autoridades de nossa República, para a responsabilidade que tem para com o progresso da pesquisa, da ciência e da tecnologia do setor agropecuário, cujas respostas, em termos de produtividade, têm surpreendido o mundo.
Tenho recebido inúmeros reclamos de pesquisadores da empresa no sentido de introduzir uma discussão no rumo de modernizar a Embrapa, propondo que se desenvolva um Projeto de Revitalização da Empresa, no sentido de valorizar aqueles que tantos benefícios têm oferecido ao País.
Srªs e Srs. Senadores, no início dos anos de 1970 a Embrapa tinha dependência total de recursos públicos, recursos estes sempre escassos, com uma burocracia paquidérmica, pessoal técnico desatualizado e desmotivado, num período em que começara haver um tremendo êxodo rural, um desabastecimento intenso, fome, dependência externa de alimentos.
Foi assim que o Governo extinguiu o Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agrícola, DNPEA (órgão do Ministério da Agricultura da administração direta) e criou a Embrapa, com o seguintes objetivos: autonomia, agilidade e flexibilidade administrativa ante a urgência das mudanças a serem promovidas.
Montou-se assim uma estratégia exitosa: criou-se unidades centrais (administrativas) e descentralizadas, centros nacionais de produtos, serviços e unidades de pesquisa de âmbito estadual, atendendo as mais diversas regiões do país.
E assim devemos afirmar que tudo funcionou muito bem durante os anos de 1973 a 1985. Depois disso, a Empresa começou pouco a pouco a enfrentar dificuldades decorrentes do período inflacionário e com as restrições impostas pela Constituição de 1988 no tocante ao Orçamento Geral da União, à Lei de Licitações e Contratos, à Lei de Responsabilidade Fiscal, com o contingenciamento de recursos, controle rígido de gastos etc.
Durante o último mandato do presidente FHC , em 2002, já se anunciava a necessidade de mudança da figura jurídica da Embrapa. O Ministro Bresser Pereira iniciou estudos neste sentido para a transformação da Empresa em Agência, Instituto, Fundação ou Organização Social, com o intuito da dar mais agilidade à estrutura organizacional da Empresa. Nenhuma destas alternativas prosperou.
Neste contexto, a empresa vai perdendo as características originais de autonomia, agilidade e flexibilidade.
Além disto, a abertura do mercado brasileiro a empresas multinacionais vai se tornando outro fator complicador. Nestas condições a Embrapa, com missão de natureza pública, mas com personalidade jurídica de direito privado, vem perdendo desenvoltura, a exemplo da expressiva queda de sua participação no mercado de sementes.
Atualmente, recursos provenientes desta operação e que ingressam na Fonte 250, representam apenas 0,016% de todo orçamento da empresa. Uma vez que o formato empresarial remete, necessariamente, para o lucro econômico e financeiro, tal fato mostra que a Instituição Embrapa está equivocadamente posicionada como empresa.
Ao longo da ultima década, a Sede da Embrapa em Brasília passa a centralizar, cada vez mais, a administração e o planejamento da pesquisa; as unidades descentralizadas continuam a perder autonomia administrativa e de estabelecimento de suas prioridades de pesquisa.
Na expectativa de se priorizar recursos para a pesquisa, chegou-se ao ponto de se suprimir o orçamento de custeio. Esta providência, no entanto, prejudica drasticamente a contrapartida da empresa na manutenção das Unidades uma vez que a parte do orçamento dos projetos de pesquisa prevista para esta finalidade é insuficiente, gerando conflitos entre a pesquisa e a administração.
Aumenta-se a burocracia e o controle administrativo de etapas intermediárias do processo da gestão em detrimento da atividade-fim que é a pesquisa,
Com 47 unidades descentralizadas, a unidade centralizada da Embrapa em Brasília chega a absorver, praticamente, metade dos recursos da empresa consumindo, ainda, rendas geradas nas unidades que, obrigatoriamente, são recolhidas para a sua administração (exemplos: royalties de novas variedades e recursos com a venda de subprodutos da pesquisa).
Com isso, Srs. Senadores, os pesquisadores e funcionários estão perdendo a motivação, e sofrem cada vez mais com a burocratização do sistema de gestão, falta de aderência das atividades desenvolvidas com os grandes desafios nacionais.

Ao contrário do que ocorria no contexto da fundação existem, atualmente, recursos e pessoal técnico altamente preparado. Apesar das dificuldades, de uma situação de penúria e fome, há 40 anos, o país passou a desempenhar papel de liderança na produção de alimentos, tornando-se um dos maiores produtores e exportadores mundiais. Para um novo ciclo, no entanto, a empresa precisa, urgentemente, de ajustes.

Neste sentido há um intenso debate interno na Embrapa para transformá-la em empresa pública de direito privado para Agência Executiva, em regime de autarquia especial, personalidade jurídica de direito público.

Esta transformação é profundamente coerente com o novo papel do Estado Brasileiro que, nos termos do Artigo 174 da Constituição Federal de 1988, emergiu da condição do Estado-Provedor para a de Estado-Regulador.

Muitos pesquisadores e funcionários enumeram inúmeras vantagens nesta mudanças. São elas

1-) Valorização da missão da empresa que passaria a exercer, de fato, papel de Estado na articulação de políticas públicas com vistas à segurança alimentar e à geração de divisas;

2-) A Embrapa passaria a integrar o Núcleo Estratégico , defendendo os interesses do Estado Brasileiro, quer internamente, para a execução de políticas de desenvolvimento regional e nacional, quer externamente, no campo das relações internacionais;

3-) Independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo dos seus dirigentes;

4-) Flexibilidade de gestão (independência técnica, normativa, orçamentária e financeira; autonomia funcional), mediante a condição especial dada pela lei à autarquia especial;

5-) Possibilidade de reaplicação dos recursos gerados nas próprias unidades;

6-) Valorização do corpo de funcionários com forte atrativo às novas gerações, haja vista a possibilidade de aumento dos salários sem aumento da despesa pública;

7-) Alteração do modelo de previdência do servidor público atualmente em vigor facilita a transição da mudança pela economia da despesa pública em função da redução dos encargos trabalhistas;

8-) Ganho de eficiência na aplicação dos recursos ante as exigências das normas tributárias e de gestão de recursos humanos que incidem sobre a empresa publica atual e que acarreta conflito entre a legislação pública e a lei das S.A.;

9-) Alerto ainda: não há impedimento legal para a migração do corpo de empregados do regime CLT para o de servidor público;

10-) A alteração da personalidade jurídica não implica na perda do nome; pode-se inclusive manter o nome consagrado nacional e internacionalmente: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa.

Efetuadas estas mudanças, haveria espaço para ações adicionais para se promover uma reestruturação do plano de carreira e promover alterações profundas na gerência dos recursos humanos com foco no cumprimento de sua missão: viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

Encerro as minhas palavras reiterando a minha admiração pelo trabalho da Embrapa. Acredito que devemos empreender este debate com coragem e espírito público. Precisamos apostar em coisas novas. Mudar para melhorar. Esse é o caminho do futuro.

Ouvi muito, sobretudo daqueles que partiram pelos caminhos pioneiros da Embrapa, naqueles tempos de tantas adversidades a enfrentar, com o ânimo indomável de que poder-se-ia retirar do campo suas imensas potencialidades desde que a ele se aliasse a pesquisa científica e com esta uma orientação técnica adequada. Assim se fez. Assim ergueu-se a Embrapa.

A Embrapa sonha com novas aventuras para estar pare-passo com a movimentação científica e tecnológica como se posta a iniciativa privada. Esta no passado observando o empreendedorismo da Embrapa, propôs-se cotejar com ela a, hoje a ultrapassou e a avantajou-se com a adição de modelos de avançada tecnologia, mercê o impulso de recursos apostos aos seus laboratórios de pesquisa.

A Embrapa precisa reagir. Tem títulos, recursos humanos do mais alto gabarito que reclamam uma reação.

As sugestões que colhi no sentido de transformar a Embrapa em Empresa de direito privado para Agência Executiva, em regime de autarquia especial, pessoalidade jurídica de direito público, como permite a Carta Magna, devem ser considerados como oportuna contribuição ao debate para o futuro que deseja venturoso para a instituição.

Nesta Casa, enquanto aqui estiver, ouvindo personalidades técnicas e científicas especializadas no campo das atividades da Embrapa, de seu presidente, e diretores que possam oferecer luzes, abastecer-me de idéias a consecução de um único objetivo: dar fôlego para que a instituição ainda mais seja orgulho de quem labuta nos campos do nosso Brasil.

Para finalizar, senhor presidente, estou ciente que esta empreitada será longa pelas circunstâncias que a cercam. Há interesses, nada obstante honestos, que indicam outro caminho para a Embrapa, inclusive pela sua privatização, proposta que jamais terá meu apoio. Essa luta será vitoriosa quando as alvíssaras das mudanças reclamadas pela Nação forem consagradas a 05 de outubro deste ano. Há também proposta para que ela tenha uma subsidiária que fundamentalmente encontra óbices maiores de ordem constitucional.

É minha opinião.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– "Ilha de Excelência Estatal. A Embrapa sob risco", matéria publicada em *O Globo* de 6 de abril último.

O Globo, 06/04/2014

ILHA DE EXCELÊNCIA ESTATAL

A Embrapa sob risco

Reestruturação na Empresa dá mais poder a Aéreas controladas por técnicos ligados ao PT

Vinicius Sassine

BRASÍLIA - A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sempre foi considerada uma ilha de excelência técnica, tanto na condução de pesquisas decisivas para o setor quanto na escolha dos profissionais de carreira que ocupam os cargos de chefia da estatal. O atual momento do órgão vem redesenhando essa impressão. A empresa vive uma fase de aparelhamento e apadrinhamento partidário num de seus setores mais estratégicos, afrouxamento das regras para a escolha dos diretores executivos - com a predominância do critério de indicação política - desmantelamento da capacitação internacional, e forte disputa interna. Além disso, uma investigação em curso apura supostas irregularidades cometidas por sete servidores na criação da Embrapa Internacional, com sede nos EUA.

Documentos obtidos pelo GLOBO mostram que já está definida a extinção da Embrapa Estudos e Capacitação, também chamada de Centro de Estudos Estratégicos e Capacitação em Agricultura Tropical (Cecat), um projeto pessoal do então presidente Lula, inaugurado em maio de 2010. Lula pediu a criação da unidade para capacitar profissionais de outros países que atuam no campo da agropecuária, principalmente nações da África e da América Latina. Um bloco de quatro andares foi construído ao lado da sede da Embrapa em Brasília - os dois prédios estão conectados por um corredor - e os gastos somaram R$ 9,4 milhões.

A inauguração contou com a presença de Lula. Menos de quatro anos depois, a unidade sumirá do organograma da Embrapa. Uma nova secretaria será criada para abrigar a área de estudos estratégicos. A capacitação será assimilada pela área de transferência de tecnologia, cujo diretor-executivo foi indicado ao cargo por deputados federais do PT. Também o Departamento de Transferência de Tecnologia, subordinado à Presidência e a essa diretoria-executiva, é chefiado por um militante do PT, avalizado por uma das correntes - o Movimento PT.

O Cecat é uma unidade descentralizada, com maior autonomia de gestão. Com a transferência da capacitação para um departamento, os gestores com indicação política terão mais controle das atividades desenvolvidas.

No último dia 12, o presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, reuniu servidores vinculados ao Cecat para tratar da "reestruturação". A decisão já havia sido submetida à diretoria executiva e ao Conselho de Administração da estatal, que ratificaram as mudanças. Conforme registros da fala do presidente na ata da reunião, o objetivo da extinção da unidade é "fortalecer a capacitação através do DTT". Uma nova unidade será criada para abrigar a área de estudos estratégicos. "Não sabemos ainda se terá um formato de assessoria, departamento ou secretaria", disse o presidente na reunião. Um servidor falou sobre a possibilidade de "liquidação" do Cecat. "Temos de dar tempo ao tempo, este é um processo importante, que está sendo feito com cuidado e profissionalismo", respondeu Lopes.

Em entrevista ao GLOBO, o presidente da Embrapa confirmou que o Cecat ficará fora do organograma da empresa. Isso deve ocorrer em um mês. Mas, segundo Lopes, o prédio construído e inaugurado por Lula, com diversas salas equipadas com material multimídia, continuará a ser usado e todas as atividades de capacitação

serão desenvolvidas - e até mesmo ampliadas. Ofícios da diretoria mostram a constituição de uma força-tarefa para alterar o regimento interno do DTT, de forma que possa abrigar a capacitação tocada hoje pelo Cecat. Só no ano passado, a unidade descentralizada capacitou 10,5 mil pessoas, 1,5 mil delas de fora da Embrapa.

O chefe do DTT é Fernando do Amaral Pereira, servidor de carreira da Embrapa e filiado ao PT desde 1997, conforme registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele contou com forte indicação política para ocupar cargos de chefia: de deputados federais do Movimento PT, como Geraldo Magela (PT-DF), e do senador Humberto Costa (PT-PE).

- Diretores com compromisso com o partido podem ajudar a levar mais recursos para a pesquisa - diz Magela.

- O Fernando é militante do PT, casado com uma funcionária que trabalhou comigo no Ministério da Saúde, quando fui ministro. Foi uma indicação do partido e por essa questão (do parentesco) - afirma o senador.

Já o diretor-executivo de Transferência e Tecnologia, Waldyr Stumpf Junior, contou com a indicação política de deputados federais gaúchos.

- Eu o conheci como diretor da Embrapa Clima Temperado, em Pelotas (RS). Ele me procurou, dizendo que estava disposto a ser diretor, e dei meu apoio - afirma o deputado Ronaldo Zulke (PT-RS), um dos responsáveis pela indicação.

DUAS DE TRÊS DIRETORIAS SOB INFLUÊNCIA PETISTA

A Embrapa tem três diretores-executivos, além do presidente. A diretora de Administração e Finanças, Vania Beatriz Castiglioni, tem ligação com o PT. A pesquisadora de carreira é filiada ao PT do Paraná, especificamente o de Londrina, desde 1990, segundo o TSE. Das três diretorias-executivas, duas são comandadas por petistas ou indicados pela sigla.

É praxe no órgão a nomeação de servidores do quadro de profissionais para as funções de confiança. Para se ter uma ideia da diferenciação da Embrapa em relação aos demais órgãos do governo federal, apenas dez servidores - de um universo de 9.870 empregados - são comissionados sem integrar o quadro efetivo do órgão.

Em abril de 2011, a atual diretoria foi escolhida por meio de um processo de seleção interna, com rigorosos critérios de escolha, análise do currículo e classificação das melhores posições, para posterior indicação dos nomes pelo Conselho de Administração e pelo Ministério da Agricultura. Isso não impediu que alguns deles contassem com indicação política. Essa seleção interna foi extinta. Os mandatos dos diretores termina neste mês e vai prevalecer, para a nova composição, a indicação política. O atual presidente, que assumiu em outubro de 2012, já chegou à função por nomeação do Planalto, sem seleção interna. Ele é pesquisador de carreira.

EX-PRESIDENTE SOFRE INVESTIGAÇÃO

O presidente que o antecedeu, Pedro Antonio Arraes, e mais seis servidores do órgão passaram a ser investigados pela Controladoria-Geral da União (CGU) em razão de supostas irregularidades na criação da Embrapa Internacional, sediada no Estado de Delaware, nos Estados Unidos. Primeiro, o Ministério da Agricultura, ainda na gestão de Mendes Ribeiro, instaurou uma sindicância investigativa para apurar a criação da unidade. O ministro considerou que Arraes criou a Embrapa Internacional sem comunicar à pasta e ao próprio Conselho de Administração. Ele abortou a ideia, afastou o pesquisador do cargo e instaurou uma comissão de sindicância, que concluiu pela "materialidade da denúncia". A sindicância punitiva da CGU ainda avalia provas e deve ser concluída nesta semana. Procurados, nem Arraes nem o Ministério da Agricultura comentaram a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Como a Senadora Vanessa Grazziotin não se encontra em plenário, concedo a palavra imediatamente à Senadora Ana Amélia.

Peço ao Senador Ruben Figueiró que, se tiver possibilidade, assuma a Presidência, pois, logo em seguida, serei eu a me pronunciar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Anibal Diniz, e Senador Ruben Figueiró, já antecipadamente, vou guardar-me para o seu pronunciamento, Senador Anibal, porque, certamente, V. Exª tratará de uma emenda muito importante que interessa às nós mulheres. Então, vou aguardar seu pronunciamento para aparteá-lo na hora oportuna.

Ocupo a tribuna nesta tarde, caro amigo Senador Ruben Figueiró, para falar de uma data muito significativa não só para o Rio Grande do Sul, como também para a área da comunicação e da liberdade de expressão e para a minha própria vida profissional.

Antes de chegar ao Senado, fui jornalista durante quatro décadas. Durante mais de três décadas, trabalhei numa empresa integrada, entre outros veículos, pelo jornal *Zero Hora*, com sede em Porto Alegre, cujas

páginas ajudei a escrever por mais de 30 anos, ao longo da minha carreira como jornalista, e que completou, nesse domingo, 04 de maio, 50 anos.

Para marcar esse primeiro meio século de vida, esse importante veículo de comunicação, muito ligado à cultura e ao cotidiano dos gaúchos, está com nova identidade visual em todas as plataformas, tanto nas edições impressas, quanto na versão digital.

Aproveito a visita dessas jovens estudantes para saudá-las e para dizer que estou falando de uma coisa que interessa muito a vocês. Obrigada pela visita ao Senado Federal. Muito sucesso! Nunca se esqueçam de que a educação é fundamental para quem quer, na vida, ser uma pessoa útil à sociedade. O estudo é a coisa mais importante. O maior legado que a família de vocês pode lhes dar e que vocês podem obter por meio do seu esforço é a educação.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Permita-me, Srª Senadora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Fala aqui uma ex-bolsista. Eu estudei em escola pública e só pude continuar os estudos porque ganhei bolsa de estudos do ex-Governador Leonel Brizola, no internato na minha terra, em Lagoa Vermelha, e, depois, na universidade. Do contrário, eu não teria conseguido concluir os estudos. Então, o estudo é, realmente, muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Srª Senadora, permita-me também, desta Presidência, saudar os jovens. Aos 83 anos de idade, eu me considero ainda jovem. Minhas homenagens a vocês!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, Sr. Presidente, dizer que esses acontecimentos que celebram os 50 anos do jornal *Zero Hora*, todos eles, vão prosseguir até o final deste ano, com toda a justiça, porque 50 anos não são 50 semanas, não são 50 meses. São 50 anos, meio século de vida!

O público leitor é superior, hoje, a um milhão de pessoas. No caso dos conteúdos da internet, o jornal *Zero Hora* já conta com mais de oito milhões de usuários, de seguidores únicos e cadastrados.

É, portanto, um movimento novo de modernização desse veículo, o que tem ocorrido em várias partes do mundo com outras empresas de comunicação e que tem um importante objetivo: aproximar ainda mais o leitor e o público dos fatos e das novas tecnologias. Afinal, é missão da imprensa e dos veículos de comunicação informar as pessoas sobre o que acontece no interior do Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, sobretudo no atual cenário de circulação livre e rápida das informações.

Estas são, sem dúvida, as grandes contribuições dos jornais: análise, profundidade, pluralidade, transparência e responsabilidade. Vale lembrar que, no último dia 3 de maio, comemoramos exatamente o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Como disse o Vice-Presidente de Jornais, Rádio e Digital do Grupo RBS, Eduardo Smith, informação é mais que texto: é um vídeo na *web*, uma mensagem no celular ou um áudio de um aplicativo. Estamos mais interativos, e informações confiáveis, transparentes e independentes são sempre, cada vez mais, necessárias e fundamentais, tanto quanto o ar que nós respiramos. É a liberdade.

Por isso, a importância dessa transformação, dessa reorganização, dessa repaginação, já que estamos falando em jornal. No caso do *Zero Hora*, a premiada documentarista Flávia Moraes iniciou, antes desses ajustes e modernizações, um profundo estudo sobre o mercado das comunicações. Foram ouvidos historiadores, antropólogos e formadores de opinião ao redor do mundo por cinco meses. Mais de 150 entrevistas foram feitas para ajudar a entender melhor como o consumidor moderno está consumindo as informações.

No evento de comemoração dos 50 anos do jornal *Zero Hora*, a Diretora de Redação, Marta Gleich, lembrou que os veículos de comunicação precisam ser curadores da informação. O que é um curador? Quando a gente se lembra das exposições de artes plásticas, a gente lembra que ele é o que cuida. O curador da informação seleciona o melhor e aponta o que é mais importante e prioritário ao leitor. Isso deve ser feito sempre com transparência, com independência e com responsabilidade, como tem sido feito por esse importante jornal gaúcho, que, desde o dia 1º de maio, já conta com nova marca e com novos projetos gráficos e editoriais.

Como disseram Eduardo Sirotsky Melzer, Presidente-Executivo do Grupo RBS, e Nelson Sirotsky, Presidente do Conselho de Administração do Grupo RBS, esse é – abro aspas – "um bom momento para projetar os próximos 50 anos e reforçar a credibilidade e a dedicação de todos que, de algum modo, colaboraram para a manutenção e o desenvolvimento da imprensa e da liberdade de expressão, importante conquista da democracia brasileira" – fecho aspas.

Vale lembrar também que a liberdade de imprensa, lamentavelmente, caiu para o nível mais baixo, Senador Ruben Figueiró, nos últimos dez anos, em todo o mundo, segundo a organização Freedom House. Na avaliação dessa entidade, a lamentável deterioração do ambiente dos meios de comunicação tem sido apontada como um dos motivos dessa barreira à livre expressão e ao livre e responsável trabalho dos profissionais de imprensa.

Segundo o relatório, divulgado recentemente pela entidade, sediada em Washington, dos 197 países e territórios avaliados pela Freedom House em 2013, 32% ficaram na categoria de "livres", 35% na de "parcialmente livres" e 33% na de países "sem liberdade".

A imprensa é mais livre em países como Austrália, Canadá, Costa Rica, Estados Unidos, na maior parte dos países europeus, em Israel, no Japão e no Uruguai. No nosso vizinho Uruguai, há um grande Presidente, José Mujica, que está dando lições por ser um estadista ousado, um estadista revolucionário, no bom sentido, um homem com a visão antecipada do seu tempo, um homem que é capaz de dizer: "Vamos tentar. Se der errado, nós mudamos o projeto." Ele fala em relação a todas as coisas, inclusive à liberação da maconha no Uruguai. Ou seja, estamos diante de um verdadeiro e grande estadista. Por isso, é o homem do ano em várias publicações do mundo.

Lamentavelmente, Senador Ruben Figueiró, na maior parte dos países da América do Sul, porém, incluindo o Brasil, a liberdade de expressão tem enfrentado algumas resistências. Basta lembrarmos os crescentes episódios de violência contra os profissionais de imprensa, que resultaram, por exemplo, na lamentável morte do cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Andrade, durante manifestação ocorrida no Rio de Janeiro. Também são incontáveis os assassinatos de jornalistas em nosso País.

Na América Latina, a liberdade de imprensa caiu para o nível mais baixo nos últimos cinco anos. Somente 2% da população latino-americana vivem em ambiente com liberdade de imprensa.

Aliás, o Conselho de Comunicação Social do Congresso promove, na tarde de hoje, audiência para debater a violência contra jornalistas, radialistas e comunicadores. O público pode participar por meio do Alô Senado, na internet, da conversa com representantes do Governo Federal, das empresas de rádio e televisão e de entidades sindicais de trabalhadores da área.

É relevante oportunidade para reforçar os atributos democráticos, dos quais não devemos, jamais, abrir mão.

Amanhã, terça-feira, também o 6º Fórum Liberdade de Imprensa e Democracia reunirá aqui, em Brasília, especialistas nesse assunto. O objetivo é aprofundar o debate sobre a importância do fortalecimento das instituições democráticas no País e do necessário respeito à atuação independente da imprensa.

Agora, Senador, quero lhe fazer um registro que me deixa extremamente feliz como jornalista que fui e como Parlamentar que sou hoje, desde 1º de fevereiro de 2011. Eu queria compartilhar esta alegria com V. Exª, com os Senadores, com as Senadoras, e compartilhar, sobretudo, com os agentes que fazem a TV Senado chegar aos quatro cantos do País. Chega aos quatro cantos do meu Estado. Vou lhe dizer, Senador Ruben Figueiró: a relevância dessa comunicação é inacreditável.

Eu estava no interior do Rio Grande do Sul, visitando uma feira, a Feicomel, no Município de Constantina, no norte do Estado. Constantina tem 10 mil habitantes, e o meu correligionário, Luiz Zanchete, me pega no carro – desci lá de helicóptero, porque tinha uma agenda muito corrida – e me leva até o evento do qual eu ia participar, um grande evento, mais de 700 pequenos produtores, que discutiam, num seminário da produção de leite, melhorar a qualidade, melhorar a renda e a diversificação da produção. Todos eles associados à Cotrisal, uma grande cooperativa, que orgulha os gaúchos, com sede no Município de Sarandi, também no norte do meu Estado.

O Luiz Zanchete, ou Luizinho, como é mais conhecido no Município, me disse o seguinte: "Senadora, eu ouço e assisto a todos os seus pronunciamentos na TV Senado. Quando eu não consigo fazê-lo à tarde, na hora da sessão, eu assisto à noite, porque à noite é reproduzido." Até isso ele sabia. Ele não foi o primeiro e não será o último.

Eu fiz um pronunciamento aqui sobre o bárbaro assassinato do menino Bernardo e recebi um telefonema de Belo Horizonte de uma pessoa que estava acompanhando a TV Senado. O ouvinte ligou para falar sobre o que eu havia dito e sobre como ele havia se sentido em relação àquele pronunciamento. O mesmo ocorre do Rio de Janeiro, do Acre.

Fui ao Acre. Estava caminhando por uma rua de Rio Branco – terra do Senador Anibal Diniz, do nosso Senador Jorge Viana, do Senador Petecão – com o meu coordenador político Marco Aurélio, e alguém grita: "Senadora Ana Amélia!" Eu fui até essa pessoa, numa distribuidora de bebidas, e perguntei: "O senhor é gaúcho?" Para minha surpresa, ele disse: "Não, não sou gaúcho. Nunca saí do Acre. Eu sou acriano." "E como você me conhece?" "Eu lhe acompanho pela TV Senado".

Estou dando este depoimento apenas para mostrar a relevância da cobertura da TV Senado ao mostrar ao País o nosso trabalho. E, como jornalista, mais avalio como relevante esse serviço.

Como eu estava dizendo, eu estava nessa feira e queria agradecer aqui publicamente a atenção e a oportunidade que tive e que me foi dada pelo Walter Vontobel, Presidente da Cotrisal, ao falar aos 700 produtores, homens e mulheres, que têm no máximo áreas de até 20 hectares, Senador Ruben Figueiró, ou seja, agricul-

tura tipicamente familiar. Estavam lá discutindo melhorias na qualidade da produção de leite daquela região, que é extremamente importante.

Aliás, vale lembrar também a força do cooperativismo para a economia do Rio Grande do Sul – imagino que do seu Estado também e do Brasil. Foi um destaque essa questão da importância do cooperativismo.

Sou autora, aliás, do PLS nº 40, de 2011, que autoriza o acesso dos bancos de crédito cooperativo aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural. O objetivo era baratear o crédito especialmente para a agricultura familiar e para os médios e pequenos agricultores. A proposta foi aprovada pelo Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados. Aqui, na Casa, teve a competente relatoria do Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina, um Estado onde o cooperativismo também é muito forte.

Lembrei também do trabalho em defesa da suinocultura. Fui uma das articuladoras para que a crise do setor, em 2012, pudesse ter sido mitigada. Atualmente defendo que o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda adotem a Política de Garantia de Preço Mínimo para dar segurança aos produtores de carne suína, atendendo à demanda da Associação dos Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, do seu Presidente, Valdecir Folador, e do Marcelo Lopes, que preside a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos.

Essa importante feira, que reflete o sucesso da agricultura familiar na região, é reflexo do esforço realçado pela Prefeitura e pelo Prefeito, Leomar Behm, e pelo Presidente da Cotrisal, Walter Vontobel.

Prestigiaram esse encontro não só o próprio Prefeito, mas também o Prefeito de Sarandi, Paulo Kasper, o Prefeito de Frederico Westphalen, o Betinho, Roberto Felin Júnior, e o do Rio dos Índios, Salmo Dias de Oliveira.

A Expofred 2014 foi outra feira de que participei, a Feira Comercial de Frederico Westphalen, num parque do Município. Visitei estandes da 18ª edição dessa exposição e, durante a feira, conheci o pavilhão da agricultura familiar. Existe um programa, feito pela Prefeitura com apoio da Emater, uma empresa de extensão gaúcha, ameaçada. Começou com as 50 famílias mais pobres do Município, que receberam assistência da Prefeitura e da Emater para produção de alimentos – milho, mandioca, abóbora e batata doce –, além de produzir equipamentos de uso doméstico, como vassouras, usando a matéria-prima de lá, tapetes e outros objetos que estão sendo vendidos nessa feira.

Ainda nesse pavilhão, experimentei o suco de butiá. Não sei se o senhor sabe o que é, mas, para quem é gaúcho, essa palavra é muito comum. Butiá é uma fruta típica do Rio Grande do Sul. Parece um coqueiro, só que, diferentemente do coquinho, que é doce, o butiá é muito mais ácido e tem uma grande concentração de Vitamina C. Fiquei muito feliz ao ver lá um estande fazendo um concentrado, uma polpa do butiá e vendendo-a como um produto típico da região. Acho que essa valorização tem muito a ver com a realidade que estamos vivendo.

Na feira do parque, recebi do Sr. Nelson Pigatto, 93 anos, um bonito livro que ele escreveu contando a história da emancipação de Frederico Westphalen e também daquele parque.

O Prefeito Betinho tem todas as razões para estar muito orgulhoso.

Também visitei a Catedral de Frederico Westphalen, que é muito bonita, dedicada a Santo Antônio. É uma catedral visitada por muita gente.

Antes, estive em Venâncio Aires, na Fenachim, Feira Nacional do Chimarrão, onde aprendi a fazer chimarrão – só que consegui fazer mais rápido do que o professor. É claro, gosto de chimarrão. Então, quando fazemos bem o que gostamos, ficamos mais rápidos, não é, Senador Ruben Figueiró?

Também fui recebida pelo Prefeito Airton Artus, que foi sempre muito cavalheiro. Ele é do PDT, mas é um estadista. É um Prefeito da melhor qualidade, de Venâncio Aires.

Também estive na 14ª Exposol, Exposição Feira de Soledade – feira de pedras preciosas em Soledade. Trata-se de um Município muito conhecido, porque o Teixeirinha, aquele famoso cantor, fez uma música para Soledade, falando da bravura dos homens de Soledade e das mulheres também. Lá fui recebida pelo Presidente da feira, Olavo Valendorff, e pelo Prefeito Paulo Cattaneo, que é do PMDB, junto com Ireneu Orth, que é do meu Partido, do Município de Tapera.

Eles estavam muito preocupados. Eles têm um projeto de 30 Municípios daquela região para criar um sistema de monitoramento com câmeras, para maior segurança dos moradores dessa cidade. Só que o projeto empacou, faltando recursos, o empenho dos recursos, que é Governo Federal, Governo do Estado e uma parte dos Municípios.

Eu desejo que, se alguma gestão for possível eu fazer aqui, eu farei, com muito agrado, para que os prefeitos da região possam resolver a situação, porque a sociedade hoje teme pela falta de segurança.

Finalmente, e não menos importante, uma visita à Fenasoja, à 20ª Fenasoja. A Presidente, Ângela Maraschin, esteve aqui, subiu inclusive à tribuna com o Prefeito Alcides Vicini. Estava presidindo o Senador Paulo

Paim. Fizemos o acolhimento, a saudação e o convite que a Ângela e o Prefeito Alcides Vicini fizeram nessa 20ª Fenasoja, em Santa Rosa.

Santa Rosa é uma terra muito conhecida não só por ser o centro e o celeiro do início da produção de soja no Brasil, mas é também conhecida como a terra onde nasceu nossa famosa Xuxa. A Xuxa Meneghel é nascida em Santa Rosa.

Essa feira, Senador Ruben Figueiró, é de máquinas agrícolas, bacia leiteira muito forte.

Tive a honra de entregar ao jovem estudante de Agronomia André Luiz Goral o prêmio por ter ele sido campeão em uso tecnológico. E uma planta de soja, uma muda de soja que ele colheu produziu 9.492 grãos, graças ao uso da tecnologia. É aquilo que nós falávamos da Embrapa, Senador Figueiró.

Então, eu queria trazer esse testemunho para dizer que os chineses têm toda a razão quando dizem que "ver uma vez vale mais do que ler mil vezes". Assim, se eu lesse todos os folhetos dessas feiras, eu não teria a ideia do que está acontecendo lá. Uma realidade que mostra a coragem de vencer dificuldades e a coragem de continuar trabalhando muito pela grandeza de um Estado tão rico como o Rio Grande do Sul.

Muito obrigada, Presidente.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu me permito cumprimentá-la, Srª Senadora Ana Amélia. V. Exª fez um *pout pourri* de tantos assuntos interessantes! Eu a saúdo por todos eles, pela excelência e pela profundidade com que os abordou.

Antes de passar a palavra ao eminente Líder do DEM, Senador José Agripino, que falará pelo tempo regimental, eu gostaria de saudar os estudantes do Colégio Naval de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

Sejam os Srs. e as Srªs muito bem-vindos a esta Casa. As nossas homenagens.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje é dia 5 de maio, primeiro dia útil em que o Senado tem atividades normais depois do dia 1º de maio, Dia do Trabalhador.

No dia 1º de maio a Excelentíssima Senhora Presidente da República convocou uma cadeia de rádio e televisão e fez um demorado pronunciamento, de mais de dez minutos, que, na minha opinião, não foi voltado apenas aos trabalhadores, mas à sua própria campanha à reeleição.

Já fui por duas vezes governador, Senador Figueiró, e jurei, ao assumir por duas vezes o Governo do meu Estado, respeitar a Constituição e as leis vigentes no meu Estado. É claro que ninguém é obrigado a conhecer, *ipsis litteris*, todos os artigos, todos os itens da sua Constituição. Agora, quando fui governador, por dois períodos, sancionei diversas leis, diversas, sobre as quais a Assembleia Legislativa debatia, apreciava e votava – rejeitava ou aprovava –, e eu sancionava ou vetava. Eu tenho a consciência absoluta de que todas as leis que eu sancionei eu o fiz com total convicção, até porque se assim não fosse, eu usaria o democrático direito do veto e o remeteria à Assembleia Legislativa, para que ela o apreciasse. Eu tinha, portanto, convicção absoluta das matérias que sancionava. E, se eu as sancionava é porque concordava.

Muito bem. Digo isso porque Sua Excelência a Presidente da República sancionou a Lei nº 12.891, de 2013, que acresceu à Lei das Eleições, Lei nº 9.504, de 1997, o art. 36-B.

Senador Aloysio, V. Exª se lembra da minirreforma política, eleitoral, que votamos ano passado? Um dos itens que foi incorporado à Lei Eleitoral e que foi sancionado pela Presidente da República é o art. 36-B, que é claríssimo e fala:

Art. 36-B. Será considerada propaganda eleitoral antecipada a convocação, por parte do Presidente da República, dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, de redes de radiodifusão para divulgação de atos que denotem propaganda política ou ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições.

É um artigo claríssimo. Ele fala sobre a convocação de cadeias de rádio e televisão por parte de Presidente da República, Presidente do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal que denotem propaganda política ou ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições.

Muito bem. Essa lei, Senadora Ana Amélia, foi sancionada pela Presidente da República. Votada por nós e sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, que, na minha opinião,...

E ficou claríssimo no noticiário da imprensa, nos dias que se seguiram, que Sua Excelência tinha claramente ferido a legislação vigente pela ofensa a um artigo da lei, porque havia feito, sim, propaganda eleitoral antecipada, usando a convocação de cadeia de rádio e televisão, que não é de graça, não. Quem imagina que cadeia de rádio e televisão é gratuita, que gratuita!

V. Exª, Senadora Ana Amélia, é oriunda da imprensa e sabe que, a cada final de ano, os custos da propaganda eleitoral "gratuita" – entre aspas – ou de cadeias de rádio e televisão, o espaço usado pelas autoridades em rádio e televisão e em meios de comunicação é quantificado em valor e é abatido do imposto de renda que essas empresas deveriam pagar. Portanto, o contribuinte paga por aquilo. E Sua Excelência a Presidente da República usou essa prerrogativa, usou dinheiro público para fazer...

E aqui, Senador Aloysio, permito-me fazer algumas observações.

Lá pelas tantas da fala da Presidente, ela diz:

> *Continuar com as mudanças significa também continuar lutando contra todo tipo de dificuldades e incompreensões, porque mudar não é fácil, e um governo de mudança encontra todo tipo de adversários, que querem manter seus privilégios e as injustiças do passado, mas nós não nos intimidamos.*

A quem ela se refere? À oposição? Ela está se confrontando com a oposição. Em uma fala em que deveria se voltar para o trabalhador, ela está colocando um confronto claro com a oposição, usando dinheiro público do contribuinte.

Mais para frente: "Anuncio ainda que assumo o compromisso de continuar a política de valorização do salário-mínimo."

Senador Aloysio, ela, neste 1º de maio, fez o seu último pronunciamento como Presidente da República para os trabalhadores. Ela está dizendo que assume o compromisso de continuar. Se ela quer continuar, ela vai ser reeleita; então, ela está fazendo a campanha da reeleição.

Eu estou repetindo as palavras de Sua Excelência a Presidente: "Anuncio ainda que assumo o compromisso de continuar a política de valorização do salário-mínimo."

Isso é discurso de candidato à reeleição; ela está dizendo que vai continuar no próximo ano. No próximo ano, ninguém sabe quem vai ser o Presidente da República. Ela está dizendo que assume o compromisso. Ela está, portanto, usando a prerrogativa, paga com recurso público, infringindo um artigo da legislação eleitoral, para fazer campanha política antecipada.

Não é só por aí. Lá para as tantas, ela fala: "Posso garantir a vocês que a inflação continuará rigorosamente sob controle, mas não podemos aceitar o uso político da inflação por aqueles que defendem 'o quanto pior, melhor'".

Em primeiro lugar, quem disse – gostaria muito de não dizer o que vou dizer, mas tenho que dizer – que a inflação está sobre controle? Ela está dizendo. Não está. Infelizmente, não está.

E, além de dizer uma coisa que não é verdadeira, Sua Excelência diz: "Mas não podemos aceitar o uso político da inflação por aqueles que defendem 'o quanto pior, melhor'". Quem defende a inflação, entre nós da oposição, a que ela está se referindo?

Quem está indignado com a volta da inflação é o povo brasileiro, que não consegue mais fazer duas feiras seguidas pelo mesmo valor. Quem está indignado é o povo brasileiro, a quem ela agrediu com essa afirmação – e se dirigiu à oposição, confrontando, claramente, com aquilo que a lei diz.

A Lei nº 12.891 diz:

> *Será considerada propaganda eleitoral antecipada a convocação, por parte* [tal, tal, tal, tal] […] *para divulgação de atos que denotem propaganda política ou ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições.*

É evidente que ela está agredindo, está se confrontando com a oposição. É evidente!

Por essa e outras razões, estou vindo à tribuna para comunicar à Casa que o meu Partido está entrando, hoje, com uma representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral, arguindo o infringimento da lei que citei, pela prática de campanha antecipada praticada por Sua Excelência a Presidente da República, e comunicando, desde já, que, de comum acordo com o PSDB, encaminharemos ao Ministério Público Federal uma ação de improbidade administrativa pelo fato do tempo de rádio e televisão ter custo para o Erário, uma ação de improbidade administrativa pelas mesmas razões.

Eu ouço com muito prazer o Senador Aloysio Nunes.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Senador Agripino, mais uma vez estamos juntos numa iniciativa que visa a instaurar o mínimo indispensável de lealdade na disputa política eleitoral. Além dos argumentos que V. Exª enumerou muito bem, que mostram que a Senhora Presidente da República utilizou-se de recursos públicos representados pela cadeia de rádio e televisão para propaganda, eu lembraria outra passagem do discurso de Sua Excelência, a passagem em que ela repete uma velha cantilena puramente eleitoral, a cantilena que já foi utilizada pelo Presidente Lula em duas campanhas, e que foi utilizada por ela também na eleição de 2010: a calúnia contra a oposição, ou injúria contra a oposição, a quem ela atribui o in-

tuito de privatizar a Petrobras. Está no discurso da Senhora Presidente da República. Ela vai se opor, com unhas e dentes, com todas as suas forças, àqueles que querem privatizar a Petrobras. Ou seja, ela repete, *ipsis litteris*, o mesmo mote, o mesmo refrão utilizado em campanhas eleitorais anteriores, antecipando algo que será dito na campanha eleitoral vindoura, de modo que esse é, se V. Exª me permite, mais um argumento para ilustrar a tese tão bem defendida por V. Exª de que a Presidente da República cometeu uma gravíssima infração à lei, que deverá ser sancionada pelo Tribunal Superior Eleitoral e também pelo Ministério Público, mediante uma ação de improbidade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Eu agradeço a intervenção, Senador Aloysio, concordando inteiramente. Essa cantilena, a campanha eleitoral passada, foi ponteada por posicionamentos seguidos do Presidente Lula em um momento, da Presidenta Dilma em outro momento, com a historinha curiosa da privatização da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Petrobras. Deram aquele famoso abraço em torno da Petrobras.

O que está em jogo hoje, na verdade, é a preservação do patrimônio da Petrobras. Nós estamos cuidando da preservação do patrimônio da Petrobras, que tem acionistas privados, mas a maior parte das ações é da União. E se a Petrobras continuar a ser administrada como vem sendo, a alternativa que restará a este Governo será entregar a gestão da Petrobras para a iniciativa privada, o que nós não queremos.

Nós queremos é fazer a passagem a limpo, queremos passar a limpo a Petrobras, devolver a Petrobras a uma gestão competente, como ela sempre teve. Foi ela a empresa que produziu a autossuficiência de petróleo no Brasil, ela tem todas as condições. Cesteiro que faz um cesto faz um cento. Ela é uma empresa excepcional, com 85 mil funcionários de qualidade. Ela está sendo é mal gerida por alguns, que têm que ser extirpados e penalizados à altura dos crimes que praticaram, crimes contra a empresa e crimes contra o Erário. Isso sim! O que nós queremos é garantir que a Petrobras seja efetivamente nossa.

Com essas palavras, Sr. Presidente, quero comunicar que estaremos hoje ingressando no Tribunal Superior Eleitoral com o recurso que acabei de mencionar, associando-nos ao PSDB e a outros partidos que o queiram, e entrando no Ministério Público com uma ação de improbidade administrativa, pelos fatos que aqui expus.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meus cumprimentos a V. Exª pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa*.)

A pedido do Senador Aloysio Nunes, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 1º de maio, o Brasil celebrou, os trabalhadores brasileiros celebraram, em praça pública, o seu dia, o Dia do Trabalho, com vaias e aplausos, revelando a contradição desse momento vivido em nosso País.

A propósito, faço referência a uma ação que o Ministério Público Federal ingressou, na Justiça Federal, contra a decisão da direção do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de suspender a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Reproduzo trecho... Já abordamos a questão desta tribuna, a suspensão inspirada por motivação política exatamente para não se revelar a realidade do desemprego no nosso País em ano eleitoral. E o Ministério Público aciona a Justiça Federal.

O Procurador da República Ailton Benedito afirma:

> *A decisão de suspensão das divulgações dos resultados da Pnad Contínua teve unicamente a finalidade de impedir que a população tivesse conhecimento da real conjuntura brasileira no que se refere ao nível de desemprego em contradição com a propaganda do Governo Federal.*
> *A conduta do IBGE caracteriza flagrante desrespeito aos preceitos constitucionais e legais da publicidade, impessoalidade, moralidade e acesso à informação.*

A pesquisa ampliada do IBGE sobre o mercado de trabalho, sem dúvida, tem o potencial de derrubar mitos disseminados pelo Governo da Presidente Dilma sobre o emprego no País. A retórica presidencial sofreu mudanças nos últimos tempos. Vejamos algumas dessas mudanças:

No dia 29/01/2013, a Presidente Dilma afirmava: "Nós hoje, no Brasil, vivemos uma situação especial. Nós vivemos uma situação de pleno emprego."

O mito revisto, no dia 17/07/2013, a mesma Presidente Dilma: "Nós chegamos próximos do pleno emprego."

Então, não estávamos em pleno emprego.

Depois, no dia 14/06/2013: "O Brasil, hoje, é um país que, em meio à crise econômica das mais graves, talvez a mais grave desde 1929, é um país que tem a menor taxa de desemprego do mundo".

Depois, o mito revisto: "Hoje nós temos uma das menores taxas de desemprego do mundo." Isso, no mesmo discurso. Ou seja, a contradição exposta no mesmo discurso.

A pesquisa ampliada que começou a ser divulgada neste ano mostra taxa mais alta, de 7,1% na média de 2013, e, sobretudo, desigualdades regionais: no Nordeste, o desemprego médio do ano ficou em 9;5%.

Em comparação com o resto do mundo, não há nada excepcional na taxa brasileira. É semelhante, por exemplo, à dos Estados Unidos (6,7% em março), que ainda se recuperam de uma das mais graves crises de sua história.

O desemprego no Brasil é menor que o de alguns países europeus, mas supera o de emergentes como Coreia do Sul (3,9%), China, (4,1%,), México (4,7%) e Rússia (5,6%), além de ricos, como o Japão (3,6%), Noruega (3,5%) e Suíça (3,2%).

Dados do Ipea mostram que o desemprego atual é semelhante, por exemplo, ao medido na primeira metade dos anos 90.

"Temos o menor desemprego da história", disse Dilma, no dia 23/12/2012. O mito não foi revisto.

Se nós considerarmos aqueles que não procuram emprego, mas se encontram desempregados, chegamos a 38%. São 38% de brasileiros, já na faixa etária destinada à busca do emprego, sem ocupação definida; não possuem ocupação, não procuram emprego e, por isso, não constam das estatísticas do desemprego, que são anunciadas pelo Governo.

É por isso, que nós nos lembramos, Senador Ruben Figueiró, de Disraeli, que dizia: "Existem mentiras, mentiras deslavadas e as estatísticas." Nós constatamos isso hoje.

Nesse discurso em que nós nos reportamos a pronunciamentos da Presidente Dilma, nós poderíamos identificar as mentiras, as mentiras deslavadas e, agora, a estatística escondida, já que o nosso IBGE, recebendo ordens de natureza política, suspende a divulgação desta pesquisa, a Pnad Contínua.

Vamos abordar ainda outra faceta deste tema: o desemprego cai – cai segundo as estatísticas – e os gastos reais com seguro pago a desempregados crescem.

Por conta do seguro-desemprego, foram pagos recursos da ordem de R$27,6 bilhões, em 2012.

Por conta do seguro-desemprego, foram pagos recursos da ordem de R$31,3 bilhões, em 2013.

Portanto, de 2012 para 2013, tivemos um acréscimo de cerca de R$4 bilhões.

Por conta do seguro-desemprego, foram pagos recursos da ordem de R$9,7 bilhões, até 17 de abril deste ano. Portanto, no início deste ano, R$9,7 bilhões.

Aí há uma contradição gritante: a estatística oficial fala em redução do desemprego, mas os valores aplicados mediante o seguro-desemprego crescem – e crescem significativamente.

Qual é o mistério do seguro-desemprego no Brasil?

Nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro tem mostrado um saldo líquido de contratações e uma diminuição da taxa de desemprego, conforme as estatísticas oficiais. Esse fenômeno causa perplexidade até mesmo entre os especialistas. Ao se deparar com o questionamento, como explicar esse padrão de crescimento do seguro-desemprego no Brasil, que cresce com a queda da taxa de desemprego e com os recordes sucessivos de formalização?

O competente economista Mansueto Almeida responde que isso não é uma pergunta simples de responder, mas explicita duas hipóteses:

> *Primeiro, os dados de contratação da mão de obra do Caged mostram, de forma clara, que há um aumento não apenas das admissões, mas também das demissões; apesar de o saldo líquido ser positivo e crescente. Assim, como a taxa de rotatividade da forca de trabalho no Brasil é elevada, quanto maior a formalização maior será os desembolsos do seguro-desemprego meramente em virtude da elevada rotatividade da força de trabalho.*
>
> *Segundo, deve-se reconhecer que mais de 80% dos trabalhadores contratados no Brasil, segundo dados do Caged do MTE, ganham até dois salários mínimos e esses trabalhadores recebem pouco ou nenhum treinamento das empresas. Assim, quando o mercado de trabalho está aquecido, pode ser vantajoso para alguns desses trabalhadores forçarem sua demissão, receberem seguro-desemprego, FGTS, aviso prévio e proporcional de férias e depois voltar novamente para o mercado formal. Essa hipótese foi originalmente levantada pelo Professor José Márcio Camargo da PUC do Rio de Janeiro.*

E complementa o economista Mansueto:

> *Não há perspectiva de que os gastos com seguro-desemprego e abono salarial sejam reduzidos nos próximos anos. A única maneira de o governo reduzir a despesa com o seguro-desemprego é aumentando os controles sobre o programa e exigindo que os trabalhadores que recebem o seguro participem de*

cursos de treinamento ministrados, por exemplo, pelo Senai. No mais, há que se pensar em mecanismos que reduzam a elevada rotatividade da mão de obra brasileira.

Relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional, com o Resultado Fiscal do Governo, igualmente atribuem o aumento dos gastos com seguro-desemprego no Brasil à alta rotatividade do emprego nas faixas salariais mais baixas. Ressalto as fraudes no seguro-desemprego como um fator preocupante. Em apenas três operações da Polícia Federal sobre fraudes no seguro-desemprego, entre novembro de 2012 e setembro de 2013, foi identificado o desvio de R$56 milhões em pagamento de auxílios indevidos.

A propósito, este é um tema que merece ser objeto de debate entre os candidatos à Presidência da República. Longe dos mitos e com os pés na realidade.

Aproveito, Sr. Presidente, para complementar com mais uma história da contabilidade criativa, que é a forma de obscurecer a real situação do emprego no País e também das contas públicas, e essa contabilidade criativa ganha contornos cada vez mais ousados.

O Governo da Presidente vem adotando procedimentos para esconder a expansão da despesa pública, do déficit e da dívida governamental. A sociedade brasileira, grande vítima dos descaminhos da gestão econômica, já amarga no dia a dia o retorno da inflação.

Em face da contabilidade criativa, os agentes econômicos, empresas, investidores, trabalhadores, perdem confiança nos números exibidos pelo Governo e passam a ter maior incerteza quanto à real situação das finanças públicas. A frase de Disraeli se aplica, com oportunidade, neste momento de contabilidade criativa no Brasil.

O novo malabarismo fiscal – expressão que emoldura editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, nesta segunda-feira – consiste no adiamento dos repasses e pagamentos devidos, inclusive da área social, "para evitar que os números comprovem a persistente deterioração da política fiscal e ampliem a desconfiança com relação ao governo da presidente, que busca avidamente a reeleição".

Nós não podemos esquecer que o Governo da Presidente Dilma já havia se utilizado desse estratagema nefasto no final de 2013, quando postergou os repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) para Estados e Municípios, vitais para o custeio da assistência médica à população.

Agora, pasmem, Srs. Senadores: o Governo estendeu a prática para a Previdência Social, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Bolsa Família e o programa Minha Casa, Minha Vida.

Segundo levantamento realizado pelo jornal *O Globo*, na esfera da Previdência, "o governo negociou com o Conselho Nacional de Justiça o adiamento para novembro dos pagamentos de precatórios, normalmente feitos em abril. O resultado só aparecerá em dezembro, depois da eleição presidencial". Portanto, é a estratégia de dourar a pílula em razão do pleito eleitoral que se avizinha.

Estão sendo igualmente adiados os repasses para os bancos de aposentadorias de até um salário mínimo e para pagamento do Minha Casa Minha Vida. Tudo em nome da eleição de outubro.

Os pagamentos devidos, mas adiados, já somam R$10 bilhões! Vale tudo – todos os malabarismos possíveis e imagináveis – para alcançar a meta de superávit primário, que, em fevereiro, foi revista para R$91,3 bilhões, ou 1,9% do PIB projetado para 2014 (era de 2,1% do PIB).

A propósito, a meta de superávit primário fica a cada dia mais distante.

E há outro tormento, Sr. Presidente, este ainda mais grave porque, certamente, assalta as famílias brasileiras de baixa renda: a inflação.

Nesse contexto, o Governo da Presidente Dilma vem sendo leniente com a inflação, que já se projeta em mais de 9% no setor de serviços; alimento subiu em média, de 2011 para cá, no geral, 9,2%. A alta acumulada dos serviços no 1º trimestre em educação (cursos regulares) foi de 8,52% (para 7,53 em 2013). A taxa acumulada em 12 meses da inflação de 6;15%, variação prevista para meses à frente e que se apresentou no mês de março, já é um dado muito preocupante. Como alerta o especialista, devemos considerar também que, na composição da inflação, existem partes muito altas – mais da metade acima de 8%.

Não é alentador o cenário de um Governo que resiste aos cortes de despesas, faz projeções superdimensionadas das receitas e subdimensionadas dos gastos e, por fim, negligencia com a inflação.

Sem dúvida, o Governo deve reformas essenciais ao povo brasileiro. Essas reformas foram ignoradas ao longo do tempo em razão do imediatismo governamental ou da incapacidade de gestão, que é consequência do modelo adotado, de composição, que atende aos interesses da imensa base aliada, num verdadeiro balcão de negócios. É evidente que, além de aumentar despesas com a criação de paralelismos dispensáveis, de superposição de ações, gastos crescentes de custeio, comprometendo a capacidade financeira de investir em setores fundamentais para o povo brasileiro, além dessa questão de conteúdo –, que é a consequência do modelo, modelo que tem de ser combatido, modelo que tem de ser substituído –, há também, como consequên-

cia do modelo, a incompetência de gestão. Sem dúvida, um dos mais fracos governos, em matéria de gestão administrativa, que tivemos na história deste País. Talvez o mais fraco de todos.

O povo brasileiro não merece um ministério composto partidariamente, atendendo a interesses partidários, que muitas vezes não se compatibilizam com a necessidade da eficiência de gestão e, sobretudo, com o comportamento ético na administração da coisa pública.

As consequências estão aí.

O desemprego, é evidente, não é aquele apontado pelo Governo – e não quero nem fazer referência, Senador Ruben Figueiró, a esses desocupados que não constam das estatísticas, que chegam a 38% da força de trabalho nacional, ou seja, mais de 60 milhões de trabalhadores; eu não me refiro a esses; estou me referindo apenas aos números estatísticos que estão sendo confrontados neste momento ou estão sendo colocados na clandestinidade, com a suspensão do anúncio da pesquisa PNAD Contínua.

A inflação é um tormento para a vida dos brasileiros, mas está aí presente e está sendo também, de certa forma, fraudada nos seus números aflitivos através desse malabarismo da contabilidade criativa, de um lado, e, de outro lado, através do malabarismo fiscal em relação ao déficit público, em relação às contas públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meus cumprimentos a V. Exª, Senador Alvaro Dias, pelo seu pronunciamento.

Esta Presidência anuncia que o próximo orador inscrito é o Senador Anibal Diniz; logo a seguir, pela Liderança do PDT, o Senador Acir Gurgacz; seguindo a ele, o Senador João Capiberibe; e, após o Senador João Capiberibe, pela Liderança do PSDB, o Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna neste momento para destacar um artigo que trata de um tema extremamente relevante e que defendo firmemente: a importância de ampliarmos a participação política das mulheres no Parlamento brasileiro.

O artigo, escrito pelo doutor em demografia e professor titular do Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENDE/IBGE), Dr. José Eustáquio Diniz Alves, trata do tema com maestria e nos revela um dado preocupante: as mulheres brasileiras estão perdendo posição relativa na política mundial.

Essa realidade requer uma mudança de estratégia no suporte às candidaturas femininas, e o professor me faz a honra de elogiar o projeto que apresentei neste Senado para ampliar a participação política das mulheres. O Projeto 132, de minha autoria, propõe que, nas eleições em que houver duas vagas em disputa para o Senado, o que ocorre a cada oito anos – é o único caso de mandato majoritário que tem a exceção de, a cada oito anos, ter uma eleição com duas vagas –, uma vaga seria destinada às candidaturas femininas, e outra vaga, às candidaturas masculinas.

Ouvi, ainda hoje, do eminente Senador Figueiró, que conheceu o meu projeto, que até estava pensando em emendá-lo no sentido de fazer com que a abrangência desse projeto também se estendesse à Câmara dos Deputados e certamente às assembleias legislativas, assembleias estaduais, câmaras municipais e câmaras distritais.

Eu devo informar também que há um estudo sendo feito no que diz respeito à Câmara, que é um pouco mais complexo do que o do Senado, por se tratar de uma proporcionalidade um pouco mais difícil de ser contabilizada, mas, com certeza, a consultoria legislativa do Senado vai encontrar uma boa solução. E nós iremos também apresentar um projeto para que a garantia que existe hoje na legislação eleitoral, de no mínimo 30% das candidaturas serem asseguradas a cada gênero, seja considerada não em termos de candidaturas, mas em termos de vagas efetivas no Parlamento brasileiro. Isso certamente daria uma resposta muito importante, porque o Brasil hoje está assumindo uma posição vergonhosa no plano mundial, no que diz respeito à representação feminina no seu Parlamento.

Por isso o artigo do Prof. José Eustáquio é tão importante e precisa ser estudado a fundo pelos Srs. Senadores, pelos parlamentares todos do Parlamento brasileiro, para que a gente tome uma atitude no sentido de contribuir para que o Brasil saia dessa posição vexatória.

Passo agora à leitura da íntegra do artigo, que considero da máxima importância:

> *O ano de 2014 marca o aniversário dos 82 anos do direito de voto feminino no Brasil. Desde a conquista de 1932, as mulheres brasileiras obtiveram diversas vitórias: tornaram-se maioria da população e do eleitorado; conquistaram maior esperança de vida e menores taxas de mortalidade; adquiriram níveis crescentes de educação, ultrapassando os homens em todos os níveis de ensino; elevaram as taxas de*

participação no mercado de trabalho, reduzindo os diferenciais de gênero nos rendimentos totais; são maioria dos beneficiários da Previdência e do Programa Bolsa Família; trouxeram duas das três medalhas de ouro nas duas últimas Olimpíadas (Pequim e Londres); e conquistaram diversas vitórias na legislação nacional.

Porém, na política parlamentar, as mulheres brasileiras estão praticamente estagnadas e perdendo posição em relação ao resto do mundo. A luta contra a exclusão feminina da política tem crescido desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Entre 1945 e 1995, a participação feminina cresceu, mas se manteve baixa no Brasil e no mundo.

Em 1995, houve a 4ª Conferência Mundial de Mulheres, em Beijing, que propôs a adoção de políticas de cotas para aumentar o empoderamento feminino. Nesse ano, a participação feminina na Câmara dos Deputados estava em torno de 12% no mundo e 6% no Brasil. [No ano de 1995, a participação feminina no parlamento mundial estava em torno de 12%, e, no Brasil, 6%.]

Nos 19 anos depois da Conferência de Beijing, os avanços das mulheres nos parlamentos do mundo foram maiores do que nos 50 anos anteriores. Segundo a União Parlamentar Internacional, as mulheres mundiais ultrapassaram 22% de participação na Câmara dos Deputados ou em Parlamentos Unicamerais (Lower ou Single House).

Todavia, a participação feminina no Brasil permaneceu abaixo de 10%, e a diferença entre as taxas brasileiras e mundiais nunca foi tão alta (13,5%) como em 2014. [Hoje a diferença está em 13,5%. Nunca esteve tão alta essa diferença entre a participação da mulher no Parlamento brasileiro e no parlamento mundial como agora: 13,5%, ou seja, enquanto nos parlamentos a média mundial de participação feminina é da ordem de 22%, no Brasil está na ordem de 8%.] *Isso quer dizer que as mulheres brasileiras estão perdendo posição relativa em relação às demais mulheres dos diversos países.*

No ranking da União Internacional dos Parlamentos, os países que possuem a mesma taxa de participação feminina aparecem empatados com o mesmo número de classificação.

Dessa forma, o Brasil estava em 71º lugar em 1º de janeiro de 1997 e em 125º lugar em 1º de fevereiro de 2014. Contudo, no ranking global (considerando quantos países estavam na frente), o Brasil aparecia em 103º lugar em janeiro de 1997 e em 158º lugar em fevereiro de 2014 [ou seja, o País ocupa hoje a vergonhosa colocação de 158º lugar no ranking dos países com menor participação de mulher no Parlamento]. *Portanto, o Brasil perdeu participação relativa, e as mulheres brasileiras possuem uma das taxas de participação no Parlamento mais baixas do mundo.*

Em 1997, em termos de equidade de gênero na política parlamentar, o Brasil perdia para todas as regiões, menos para os países árabes.

Mas, em 2014, perde inclusive para os países árabes, que passaram de 3,3% em 01/01/1997 para 17,8% em 01/02/2014, enquanto o Brasil passou de apenas 6,6% em 01/01/1997 para 8,6% em 01/02/2014. [Ou seja, os países árabes tiveram um salto de 3,3% para 17%, e o Brasil, que estava em 6,6%, subiu tão somente para 8,6%, e hoje nós estamos atrás inclusive dos países árabes, que são países que pouco valorizam as mulheres. Então, vejam o quanto essa situação é complicada.]

Ruanda é o único país com maioria feminina (atualmente com 63,8%), e Andorra possui paridade com 50% de Deputados para cada sexo.

Como explicar essa situação em que as mulheres brasileiras avançam na maioria das áreas de atividades na sociedade, mas ficam para trás na política parlamentar?

Como explicar que, nas eleições de 2010, as mulheres que disputavam a Presidência da República tiveram mais de dois terços dos votos (Dilma Rousseff com 47.651.434 votos, 46,9%, e Marina Silva com 19.636.359 votos, 19,3%) [uma soma superior a 67% do eleitorado brasileiro], *mas foram eleitas apenas 8,6% de Deputadas Federais* [no Brasil]*?*

Como explicar que o Brasil tenha uma mulher na Presidência da República – e esteja na frente dos Estados Unidos e da França, que possuem longa tradição democrática, mas nunca tiveram mulheres na chefia do Executivo –, porém fique em 158° lugar no ranking mundial de participação feminina parlamentar?

Os diversos institutos de pesquisa do País já mostraram que o eleitorado não só não discrimina as mulheres, como tem uma visão positiva da participação feminina na política.

A prova mais cabal de que o problema da baixa participação feminina na política não está no eleitorado é que, como mostrado acima, nas eleições de 2010, havia 9 candidatos à Presidência (7 homens e 2 mulheres), e o resultado do primeiro turno mostrou que [mais de] *dois terços (67%) dos votos foram para as mulheres* [Dilma e Marina].

Portanto, o problema da desigualdade de gênero na política não pode ser imputado ao eleitorado. Tudo indica que a razão do problema está nos partidos políticos que não conseguem abandonar suas práticas misóginas.

São os políticos do sexo masculino que controlam os principais cargos dentro dos partidos e os espaços públicos de poder. Controlam também os recursos financeiros e o processo de escolha de candidaturas. Diversos estudos mostram que a principal barreira da participação feminina na política está na máquina partidária e no processo de definição das listas eleitorais e de organização das campanhas.

Para aumentar a participação feminina na política no Brasil, é preciso alterar a participação das mulheres na estrutura de poder dos partidos políticos. No dia 10 de maio de 2011, militantes (de ambos os sexos) dos partidos progressistas e de movimentos sociais estiveram reunidos, em Brasília, no auditório Petrônio Portella, no Senado, no seminário "As mulheres e a reforma política". Na ocasião, definiram, dentre outros pontos, a necessidade de participação paritária de homens e mulheres em todos os cargos de representação partidária, nos níveis nacional, estadual e municipal.

A participação com paridade de gênero na política é fundamental. Não só na estrutura partidária, a paridade precisa ser instituída nas secretarias municipais e estaduais e no Ministério federal. A equidade de gênero precisa ser implementada também nos altos Tribunais do Poder Legislativo e até nas diretorias das empresas privadas. No processo eleitoral, é preciso garantir a paridade nas listas eleitorais e a paridade no acesso aos recursos da campanha eleitoral.

Tem crescido a parcela da opinião pública que defende uma maior presença pública feminina. Pesquisa Ibope, que faz parte de um levantamento global de opinião pública realizado em 65 países pela rede WIN, mostrou que 41% dos brasileiros acreditam que o mundo seria um lugar melhor se as mulheres fossem maioria no mundo político. Assim, é possível se atingir a igualdade de oportunidade entre os sexos na família, na sociedade e na política.

Se os partidos quiserem, podem oferecer igualdade de disputa para homens e mulheres nas eleições gerais de 2014. Para 2018, existe uma proposta do Senador Anibal Diniz (PT – AC) de garantir paridade de gênero quando houver eleição para renovação de dois terços do Senado Federal, reservando uma vaga para as candidatas mulheres. A proposta é excelente do ponto de vista da equidade de gênero, pois garantiria, de imediato, uma representação feminina no Senado Federal de, pelo menos, 33% dos assentos. Caso aprovada, poderia mitigar uma desigualdade histórica e garantir maior justiça na representação de gênero no Poder Legislativo. Porém, esse tipo de ação afirmativa deveria ser estabelecido por um tempo limitado, por exemplo, durante duas ou três eleições, até que as mulheres conseguissem maior igualdade de oportunidade na disputa eleitoral. Do contrário, do ponto de vista da representação democrática, reduziríamos a autonomia e a soberania dos eleitores.

Mas tudo pode mudar já nas eleições de 2014, quando se comemoram os 82 anos do direito de voto feminino do Brasil. Se os partidos derem espaço e apoio para as candidaturas femininas para Deputados Federais e Estaduais e para Senadores e Governadores, o Brasil pode dar um salto no ranking mundial, deixando de ficar na lanterninha da América do Sul e deixando de perder posição para países como Iraque, Afeganistão, Moçambique, Sudão e outros com menores níveis de desenvolvimento e maiores índices de desigualdade social de gênero.

No dia 5 de outubro de 2014 (data do primeiro turno das eleições de 2014), o Brasil pode dar um salto no ranking mundial de participação feminina na política. Mas, para tanto, é preciso que as convenções partidárias, que devem ocorrer de 10 a 30 de junho (período definido no art. 8º da Lei das Eleições – Lei nº 9.504/1997 – e seguindo as regras da Lei nº 12.034/2009), garantam uma boa participação das mulheres nas listas partidárias e que haja apoio total para as candidaturas femininas durante a campanha eleitoral.

Srªs e Srs. Senadores, para concluir, eu gostaria de reforçar minha confiança no apoio dos Srs. Senadores, para que nós consigamos a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2014, de minha autoria, que pretende alterar o Código Eleitoral e reservar, na renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidatos homens e outra vaga para candidatas mulheres. Eu tenho a certeza de que isso pode muito bem tirar o Brasil dessa situação vexatória em que se encontra no que diz respeito à representação feminina no Parlamento brasileiro.

Quero fazer um apelo direcionado a todos os homens deste Parlamento, porque, se não houver um convencimento dos homens parlamentares de que eles devem abraçar essa causa, o número de mulheres não será suficiente para reverter essa situação tanto no Senado, onde há apenas 13% de participação feminina, como na Câmara, onde essa participação é de apenas 8%. Se não houver o convencimento e o entendimento dos

homens no sentido de que devem contribuir para aumentar o equilíbrio de gênero, aprovando essa matéria, será muito difícil conseguirmos esse resultado.

Tenho a certeza de que a Senadora Ana Amélia, que está ali pronta para me apartear, concorda com isso e, certamente, vai adotar esse tema como um dos assuntos a serem trabalhados durante o seu mandato no Senado Federal.

Ouço, com muita atenção, a Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Anibal Diniz, fiquei aguardando o seu pronunciamento porque, antes do início da sessão, o senhor tinha feito o comentário de que trataria dessa matéria. Então, fiquei com o objetivo exatamente de aparteá-lo nesse assunto, que, para mim, como Senadora mulher, é muito caro. Sou de um Estado politizado, mas que, em toda a sua história política, teve apenas duas Senadoras. Em toda a sua história política, o Estado contou apenas com duas Senadoras mulheres: a primeira foi a Senadora Emilia Fernandes, eleita pelo PTB, e, agora, em 2010, deu-se a minha eleição para o Senado pelo Partido Progressista. Penso que a sua iniciativa é extremamente oportuna. V. Exª lembrou o caso de Moçambique. Tive a honra, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, representando o nosso Presidente Ricardo Ferraço, de receber uma comitiva de Moçambique, liderada pela Deputada Antónia Charre. A primeira observação que fiz foi exatamente esta: havia apenas um parlamentar homem. Eram 11 representantes do Parlamento da Câmara Nacional de Moçambique, e todas eram mulheres. Mais de 30% da composição da Câmara de Moçambique são mulheres, como disse bem V. Exª. Tenho viajado muito. Participei nos Estados Unidos de um encontro com mulheres e, recentemente, estive no México, onde, para as próximas eleições que deverão acontecer, já criaram o estabelecimento de quotas de 50% para participação feminina no parlamento mexicano. E acontece isso em vários países. No caso da América do Sul, a eleição no Brasil da Presidente Dilma Rousseff, sem dúvida, é um divisor de águas nesse empoderamento das mulheres no processo político, como também a de Michelle Bachelet, no Chile, que voltou à Presidência, e a da própria Cristina Kirchner, na Argentina. Temos a revelação de que o eleitorado feminino, sim, ajuda, porque, no Brasil, o maior número de eleitores é de mulheres. O paradigma de que mulher não vota em mulher já foi quebrado há muito tempo. Pelo contrário, as mulheres votam, sim, em mulheres.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sessenta e sete por cento do eleitorado votaram em mulheres em 2010.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Isso é muito relevante. A presença da mulher oxigena a política brasileira. A mulher tem muita disciplina, muito compromisso, muito planejamento, muita seriedade, muita responsabilidade. Muitas foram eleitas prefeitas e vice-prefeitas. No meu Estado, o meu Partido é que tem o maior número de mulheres prefeitas, vereadoras e vice-prefeitas. Na campanha de mobilização de novas filiações partidárias, trabalhei intensamente. Dos quase 20 mil novos filiados, a maior parte é composta de mulheres, Senador Anibal Diniz. Acho que há essa busca das mulheres pela participação na política, mas tudo vem com o exemplo. O caso da Presidente Dilma estimulou muitas mulheres. E, no caso do Rio Grande do Sul, o meu Partido, composto por uma Senadora, estimulou as mulheres a entrarem na atividade política, estimulou a participação feminina. Agora, também na Presidência da Fundação Milton Campos, do meu Partido, tenho estimulado muito a realização de encontros de mulheres para ativar o protagonismo feminino no processo político-eleitoral. E a sua iniciativa traz um grande benefício, que é o de estabelecer a discussão e o debate em torno desse tema muito oportuno. Eu queria cumprimentá-lo. Fiquei muito feliz quando V. Exª me procurou, imaginando que eu fosse da Comissão de Constituição e Justiça, para ter a honra de ser a relatora de sua iniciativa. Lamentavelmente, não faço parte da CCJ, mas vou colaborar o quanto possível no debate desse tema, com audiências públicas, com outras iniciativas que venham a enriquecer o processo. Inclusive, a Fundação Milton Campos está à disposição nesse processo, caro Senador Anibal Diniz. Cumprimento-o, mais uma vez, pela iniciativa. Vejam só, Senador Ruben Figueiró, Senador Capiberibe, meu caro colega Acir Gurgacz: é de um homem que vem a iniciativa de prestigiar as mulheres. Isso é muito bom. Eu também sou a autora da lei que trata da saúde do homem, buscando fazer aqui o Novembro Azul. Portanto, é assim que convivemos democraticamente, ajudando uns aos outros na melhoria da qualidade política de nosso País. Muito obrigada. Parabéns, Senador Anibal Diniz!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Reforçando o meu projeto, para tirar a dúvida de algumas pessoas, quero dizer que já ouvi uma observação deste tipo: "Ah, mas isso não é antidemocrático? Vai ficar antidemocrático, porque se está impondo que tem de ser uma candidatura de mulher." Não! Há duas eleições diferenciadas para o Senado: uma de um terço e outra de dois terços. Quando é eleição de um terço, podemos fazer a disputa consorciada de homens e de mulheres para a mesma vaga. Agora, quando houver duas vagas, a disputa dos dois terços com duas vagas, podemos direcionar uma vaga para as candidaturas das mulheres e outra vaga para as candidaturas masculi-

nas. Tenho a certeza de que, dessa maneira, nós vamos dar uma contribuição paradigmática para a melhoria da *performance* do Brasil no que diz respeito à representação feminina no Parlamento, a começar pelo Senado.

Também há outro aspecto interessante. Há uma matéria, uma proposição da Senadora Gleisi Hoffmann tramitando na Câmara dos Deputados, que propõe 50% de cada gênero das vagas para a Câmara dos Deputados. Essa matéria continua lá paralisada e, provavelmente, não vai ganhar agilidade de tramitação por conta da absoluta maioria masculina naquela Casa. Mas acho que temos de quebrar esse tipo de situação. Pelo fato de haver maioria masculina, não podemos deixar de colocar em debate algo que vai fazer bem para a democracia, que vai fazer bem para a política, que vai fazer bem para o Parlamento e que, certamente, inclusive, vai abrir um pouco melhor as nossas mentes, porque a presença feminina confere muito mais qualidade ao Parlamento brasileiro.

Eu concedo um aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Senador Anibal Diniz, V. Exª tem inteira razão. É necessário equilibrar o poder, porque hoje o poder é masculino. E é evidente que o poder é político. Quem organiza o Estado é o poder político. Quem nomeia ministros e desembargadores para comandarem o Judiciário brasileiro é o poder político. E é necessário que as mulheres participem no mesmo pé de igualdade que os homens. Quero antecipar meu voto. Eu, na verdade, tomei conhecimento do seu projeto antes que V. Exª o tivesse apresentado aqui. Eu estava ao lado da minha companheira, a Deputada Janete. Quando nos encontramos, V. Exª falou do projeto e, de imediato, contou com nosso integral apoio. Eu tenho a convicção de que essa sociedade nossa, que é uma sociedade que resiste em avançar, com a contribuição feminina, certamente tornaríamos mais justas as relações sociais no nosso País. Eu morei em Moçambique. Moçambique era um país sob julgo colonial português até 1975, e a poligamia, em Moçambique, era uma instituição, mas a guerra terminou. A guerra se prolongou por muitos e muitos anos. Primeiro a guerra colonial, depois a guerra pós-colonial. Eu acredito que, ainda hoje, Moçambique se ressinta da ausência de homens. Eles perderam uma boa parte dos homens na guerra, e talvez isso tenha influenciado essa composição majoritária das mulheres. Não que eu deseje uma guerra para o Brasil, para equilibrarmos essa disputa de gênero. Não é isso, mas eu acho que Moçambique tem esse fator, Senadora Ana Amélia, da guerra prolongada. Você vê que a luta dos povos africanos pela independência é algo que foi concluído no final do século XX. Portanto, acho que V. Exª tem inteira razão. Eu não sou da CCJ também, mas é importante, sim, que aprovemos, não para esta eleição, mas que na próxima eleição já consigamos avançar e equilibrar a relação de gênero na constituição do poder. Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Capiberibe. O aparte de V. Exª confere qualidade e importância ainda maior ao meu pronunciamento.

Devo dizer que o esforço para que nós aprovemos essa matéria neste ano de 2014 é justamente para que ela possa valer para as eleições de 2018, porque, na realidade, não se trata de um projeto casuísta para tentar alterar o resultado ou interferir no resultado da eleição que está em curso. É para preparar o Brasil para as eleições de 2018. Tenho certeza de que, com o esforço que nós estamos fazendo, com a solidariedade que nós estamos tendo de organizações da sociedade civil do Brasil inteiro, que já tomaram conhecimento e que estão assumindo a responsabilidade de fazer inclusive a divulgação, os apelos aos Srs. Parlamentares para que possam aprovar essa matéria, eu acredito na possibilidade de a termos aprovada ainda em 2014.

Fica o meu compromisso. Vou conversar individualmente com cada um dos 81 Senadores. Tenho certeza de que podemos dar um passo de qualidade monumental com a aprovação dessa matéria. Temos muitas matérias importantes tramitando nesta Casa, e eu diria que essa é uma das matérias da maior importância. Nós precisamos tratá-la com o máximo de atenção e, quem sabe, dar uma resposta positiva de elevação da representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Assim, poderemos estar melhor posicionados na fotografia mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Senador Anibal Diniz, eu gostaria de cumprimentá-lo também pelo seu pronunciamento e, sobretudo, pelo teor dele. Eu já havia manifestado a V. Exª a minha solidariedade e o interesse, inclusive, de oferecer uma emenda no sentido de que se estendesse à Câmara dos Deputados. V. Exª me deu as razões jurídicas para que esse assunto fosse analisado pela consultoria jurídica da nossa Casa, a fim de possibilitar essa extensão também à Câmara dos Deputados, às assembleias legislativas e às câmaras municipais.

V. Exª tenha absoluta certeza, como disse a Senadora Ana Amélia e o Senador João Capiberibe, de que tem não só a minha solidariedade, mas também o calor do meu entusiasmo, porque eu também tenho profundo apreço e respeito pela presença da mulher na vida pública do nosso País.

Meus cumprimentos.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, pela Liderança do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, antes de entrar no tema que trago nesta tarde, Sr. Presidente Ruben Figueiró, na vinda do aeroporto para cá, eu ouvia pelo rádio o pronunciamento de V. Exª em defesa da Embrapa. Quero aqui parabenizá-lo e cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento.

De fato, a Embrapa é muito importante para o nosso País. É importante para o seu Estado, Mato Grosso do Sul, é importante para o nosso Estado de Rondônia, ou seja, o trabalho da Embrapa, realmente, é de pesquisa e tem feito a diferença na produção de grãos não só no meu Estado de Rondônia, não só no seu Estado de Mato Grosso, mas, enfim, em todo o nosso País.

Então, ficam aqui meus cumprimentos pelo belo pronunciamento que V. Exª fez.

Nas andanças que fizemos no Estado de Rondônia, nós estivemos no dia 1º em Costa Marques, na Festa do Divino. Receberam-nos lá o Prefeito Chico Território, o Orlando, a Isabel, que são do Conselho-Geral da Irmandade do Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé. Estiveram junto conosco o Vice-Governador, Airton, o Deputado Lebrão.

A romaria do Senhor Divino Espírito Santo, do Vale do Guaporé, percorreu diversas cidades da região. Chegou na quinta-feira, dia 1º de maio, ao Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques, e Festa do Divino movimentou a cidade em todo o final de semana.

Essa é uma romaria que começou em Pedras Negras, no dia 19 de abril, percorrendo várias cidades e vários distritos ao longo do Vale do Guaporé, e vai ser concluída no próximo mês, no dia 6 de junho, na cidade de Rolim de Moura do Guaporé.

Essa romaria acontece há 120 anos no Vale do Guaporé. Os festejos ocorrem até amanhã, em Costa Marques, e a procissão segue pelos rios, chegando até dia 8 de junho à cidade de Rolim de Moura do Guaporé, onde se concluirá essa importante e tradicional romaria do Estado de Rondônia.

A chegada do barco do Divino nas comunidades sempre reúne um grande número de pessoas, que demonstram a sua fé agradecendo as graças recebidas e também pagando suas promessas.

O Divino é sempre saudado com foguetes, muita alegria e demonstração de fé da população ribeirinha do Estado de Rondônia, a população do Vale do Guaporé.

A procissão percorre Municípios e distritos brasileiros e também bolivianos. É uma festa muito bonita que começou há muitos anos.

Estivemos também em Guajará-Mirim com o Prefeito Dúlcio Mendes, com o Vereador Augustinho, com o Presidente da Câmara, o Netinho, que nos recepcionaram. Estivemos ainda em Nova Mamoré com o Prefeito Laerte Queiroz, com os Vereadores e Lideranças. Pudemos constatar que a cheia do Rio Mamoré ainda é forte. Ainda estamos tendo muitos problemas em relação às enchentes. As águas estão baixando lentamente não só no Rio Madeira, mas principalmente no Vale do Guaporé. Costa Marques continua com problemas de enchente, Sr. Presidente. Nova Mamoré também continua com problemas de enchente, e em Guajará-Mirim não é diferente.

A nossa reunião foi para constatar os problemas e ver como é que nós podemos ajudar, como é que nós, aqui, no Senado, podemos colaborar para que as coisas melhorem para essas famílias desabrigadas que começam a retornar para suas casas.

Faremos aqui, na próxima sexta-feira, à tarde, uma audiência pública. Convidamos os Ministros, os técnicos dos Ministérios da Agricultura, Transportes, DNIT, MDA, para que possamos debater a questão de como vamos trabalhar a recuperação pós-enchente das nossas cidades. São problemas sérios que temos em Porto Velho, em Nova Mamoré. O Prefeito de Nova Mamoré vem; o Prefeito de Guajará-Mirim também já marcou presença; o Cel. Caetano, que é da Defesa Civil do Estado de Rondônia, também vai estar presente. Queremos saber como os Ministérios vão nos ajudar.

Há um compromisso da Presidente Dilma. Nós tínhamos nos reunido com a Presidenta aqui, em Brasília, na Casa Civil. Também recepcionamos a Presidenta em Porto Velho, onde ela constatou os graves problemas com relação à enchente do Rio Madeira. Agora nós precisamos do apoio efetivo do Governo Federal. O grande problema é o pós-enchente, é a hora em que as famílias começam a voltar para suas casas e que perderam praticamente tudo. Algumas famílias perderam inclusive suas casas. Não podem mais voltar.

Há alguns distritos que não podem mais ser reconstruídos. Deve-se fazer uma mudança completa de todo o distrito, para que possamos evitar as futuras enchentes. Não sabemos se as enchentes vão ou não vão voltar, se no ano que vem teremos a mesma enchente, se ela voltará dentro de cinco, dez ou cinquenta anos. Nós não sabemos. O que nós precisamos fazer é nos preparar para que as famílias não venham a sofrer o que sofreram neste ano com relação à enchente do Rio Madeira, do Guaporé, do Rio Mamoré.

Enfim, nós precisamos fazer esse planejamento. Temos a reconstrução da BR-425, a reconstrução da BR-364. Temos que levantar o greide da BR para que enchentes como essa não venham a deixar ilhadas pessoas, cidades inteiras, como Nova Mamoré, Guajará-Mirim e todo o Estado do Acre, que também ficou completamente ilhado, isolado do resto do País por conta do alagamento da BR-364.

Nós precisamos nos precaver para que isso não venha acontecer.

No dia 3, estivemos em Ji-Paraná juntamente com o Governador Confúcio Moura, com o Senador Raupp, com o Deputado Márcio Rogério, com a Deputada Marinha, entregando viaturas para o Corpo de Bombeiros em Ji-Paraná, viaturas importantes que vêm ajudar a população não só de Ji-Paraná como toda a população central do nosso Estado de Rondônia.

Estivemos numa inauguração importantíssima, que é a sede administrativa da indústria Bernardo Alimentos. Fica aqui o meu abraço e os meus cumprimentos ao Luiz Bernardo, à Fernanda, sua esposa, e a todos os seus familiares pela bela obra que fizeram.

Nós, em Rondônia, já estamos com uma produção grande de grãos, mas o que precisamos é exatamente o que essa família está fazendo: a industrialização daquilo que produzimos. Assim, vamos começar, como já aconteceu nos Estados mais desenvolvidos no Sul do País, a industrializar a produção agrícola do nosso Estado. Dessa forma, trazendo mais renda para os Municípios, melhorando a arrecadação do Estado e o desenvolvimento em todo o Estado de Rondônia, fazendo com que as famílias possam ter uma renda melhor através do crescimento e do desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Então, ficam aqui os cumprimentos ao nosso Governador Confúcio Moura, que levou essas viaturas ao Corpo de Bombeiros. Mais uma vez, um abraço a toda a família Bernardo, que fez a inauguração dessa obra, que é importante para o Município de Ji-Paraná, para sua família, evidentemente, mas é muito importante para todo o Estado de Rondônia.

Com relação à reconstrução do pós-enchente, Sr. Presidente, a Defesa Civil estadual mantém mobilizados cerca de cem bombeiros militares em Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré, todos os dias, nas operações de assistência às comunidades atingidas pela enchente do Rio Madeira. As ações agora se concentram na recuperação que envolve limpeza de habitações e logradouros e envio de cestas básicas aos flagelados que estão abrigados nos distritos da nossa capital.

Em cenário de desastre, a Defesa Civil opera com quatro fases distintas: primeiro, socorro às famílias atingidas; segundo, assistência, deslocamento e manutenção para abrigos dessas famílias; terceiro, a recuperação, que inicia com a assistência aos abrigos e verificação do que foi impactado e daquilo que precisa ser reconstruído. E, depois, a reconstrução em si daquilo que se perdeu, daquilo que se acabou, em função das enchentes.

É nesse sentido que estamos convocando a audiência pública para sexta-feira, com os Ministérios, com os técnicos dos Ministérios, a fim de debatermos amplamente como o Governo Federal vai ajudar o nosso Estado e os Municípios, de que forma e quando, porque agora é a hora da reconstrução, da reconstrução de Porto Velho, de Nova Mamoré, de Guajará-Mirim, de Costa Marques e de outras cidades também afetadas pelas sérias chuvas na Amazônia, em nosso Estado de Rondônia.

O Plano de Reconstrução ainda está sendo concluído pelo Governo do Estado, em parceria com as prefeituras das cidades atingidas, mas diversas ações já estão em andamento, principalmente no que diz respeito à captação de recursos e apoios para essa fase.

Na última terça-feira, dia 29 de abril, o Governo do Estado assinou um protocolo de intenção com o Banco do Brasil para a abertura de linha de crédito especial para os agricultores, pecuaristas, comerciantes, empresários e funcionários públicos atingidos pela enchente do Rio Madeira, o que será fundamental na reconstrução de Rondônia e na recuperação da autoestima e do empreendimento de quem perdeu tudo com a enchente.

O Governo Federal já está contribuindo nesse processo de reconstrução. A liberação de recursos, através de diversos ministérios, já está sendo feita, como aconteceu com o Porto Graneleiro da capital, que receberá aporte financeiro de mais de R$17 milhões da Secretaria de Portos da Presidência da República para obras de melhorias em sua estrutura física.

Os recursos serão aplicados no projeto de construção e instalação de módulos de cais flutuante, edificações administrativas, construção de uma balsa flutuante, com rampas, reforma completa do cais e pavimentação do pátio contíguo à rampa, com blocos de concreto.

O Porto está trabalhando acima de sua capacidade. Com a previsão do aumento da safra 2014, aumentará também o transporte de soja, milho e carne. E a exportação é feita toda ela por esse Porto.

Portanto, esses investimentos serão apenas para adequar o Porto à realidade atual, pois já temos projeto para a construção de um novo porto, com grande capacidade de movimentação de cargas e de exportação pelo Porto de Porto Velho.

Empresários já dizem que Porto Velho, após a cheia histórica, terá novas oportunidades de negócios dentro dos próximos anos. A capital rondoniense, que este ano completa 100 anos, precisa eleger suas prioridades, o que está sendo feito pelo Plano de Reconstrução. E nós, da Bancada Federal de Rondônia, teremos papel importante na busca de recursos federais para ajudar a Prefeitura de Porto Velho, as demais Prefeituras e o Governo do Estado.

O momento é agora. Precisamos atuar juntos para reconstruir o que foi destruído pela enchente e fortalecer este ciclo de desenvolvimento em curso. É agora que nós temos que trabalhar cada vez mais unidos para realmente transformar a nossa capital, que apresenta obras paralisadas em função das cheias e de licitações malfeitas no passado. O DNIT já coloca na rua o edital para o reinício das obras de duplicação da BR-364, dentro do Porto Velho, os famosos viadutos de Porto Velho, que estão completamente parados, atrapalhando o trânsito da nossa capital, deixando-a muito desorganizada e feia.

Com o reinício dessas obras, eu imagino que, até o final do ano, estejam concluídas as obras dos viadutos da nossa capital, Porto Velho, e terá início o Contorno Norte de Porto Velho, por onde poderemos desviar completamente o trânsito dos caminhões pesados que fazem a exportação, o transporte de grãos e carne para o Porto, que hoje passa pela Avenida Jorge Teixeira.

Sr. Presidente, outro tema que trago é com relação ao Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura publicou, no dia 2 de abril, uma instrução normativa que mudou o sistema de emissão do Certificado Sanitário Nacional, bem como as guias de transporte de produtos de origem animal, o que está causando alguns problemas na exportação do pescado de Rondônia. Nosso pescado, que sai hoje de Rondônia para outros Estados, está comprometido.

Nos últimos quatro anos, a produção de pescado em Rondônia deu um salto de 15 mil para quase 70 mil toneladas/ano e agora precisamos dar o salto da industrialização desse pescado, para que possamos colocar esse produto com qualidade e preço bom no mercado nacional e internacional.

Neste momento, os técnicos da Secretaria de Estado da Agricultura, do Ministério da Agricultura e também do Ministério da Pesca estão buscando uma alternativa para que os agricultores e piscicultores de Rondônia possam continuar produzindo e vendendo seu produto em outros Estados.

Estamos, junto com o Governador Confúcio Moura, acompanhando esse processo e atuando com o Ministério da Agricultura e também com o Ministério da Pesca, para uma alternativa rápida para essa situação, bem como para uma solução definitiva, que passa certamente pela qualificação, beneficiamento e industrialização de nossa produção no próprio Estado de Rondônia.

Não podemos criar nossos peixes e mandá-los *in natura* para serem industrializados em outros Estados; nós precisamos industrializá-los em nosso Estado de Rondônia.

Um exemplo de que este é o caminho temos no próprio Estado, com a cadeia produtiva da carne bovina, que vem se organizando e se qualificando há mais tempo, e hoje colhe o resultado desse trabalho.

Nosso rebanho bovino cresceu muito nos últimos anos. No entanto, contamos atualmente com 15 frigoríficos com certificação sanitária no SIF, que abateram, no ano passado, cerca de 2,3 milhões de cabeça de gado, o que possibilitou um grande aumento nas exportações. Nesse período, a exportação de carne e derivados de Rondônia aumentou de 51 mil toneladas, em 2010, para 245 mil toneladas, em 2012, e 217 mil toneladas, em 2013. Ou seja, continuamos crescendo a produção de carne no Estado de Rondônia.

Com isso, Rondônia se tornou o quarto maior exportador de carne do Brasil e se tornou referência em inovação, tecnologia e sustentabilidade. Nesse sentido, foram implementadas medidas que incluem a recomposição de pastagens degradadas, a construção de uma nova usina de calcário para correção do solo – usina que o Governo do Estado está implantando neste momento e que deve começar a produzir uma quantidade muito superior à que produzia no passado, atendendo assim aos nossos agricultores. E o investimento em tecnologias de produção, como o sistema de semiconfinamento do gado, agregado ao aumento da produção de grãos, como complemento para a alimentação dos bovinos.

Portanto, o exemplo da pecuária, guardadas as devidas proporções, as diferenças, pode servir para a piscicultura, que ainda está em fase de organização de toda a cadeia produtiva e deve também receber investimentos em tecnologias e, principalmente, na formação de uma indústria de beneficiamento para o setor. É o que falta para Rondônia neste momento. Estamos aumentando a produção do pescado – tanto tambaqui como pintado e pirarucu –, mas ainda não temos frigoríficos para industrializar toda a produção do nosso Estado.

Um problema que a pecuária e o mercado da carne enfrenta hoje em Rondônia é a falta de fiscais agropecuários para o serviço de inspeção e saúde animal. Atualmente, o Estado conta com apenas treze fiscais federais, sendo que o número de fiscais diminuiu nos últimos quatro anos, pois em 2010 havia vinte e três fiscais federais atuando no Estado.

Todo o apoio necessário o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura do Estado, tem dado ao Ministério, mas precisamos de uma atuação efetiva do Ministério.

Portanto, fica aqui o nosso apelo ao Ministro da Agricultura, ao Ministro Neri, para que amplie o quadro técnico da Superintendência Federal de Agricultura de Rondônia, comandada pelo nosso amigo José Valterlins, para que possa dar suporte aos produtores de Rondônia, juntamente com a nossa Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron) e o Fundo de Apoio à Defesa Sanitária Animal do Estado de Rondônia (Fefa), que também faz um trabalho importante, apoiando a nossa pecuária.

Precisamos de um atenção especial do nosso Ministério da Agricultura, Sr. Presidente.

Não tenho dúvida de que Rondônia está crescendo acima da média dos demais Estados brasileiros. E começamos a industrializar não somente a carne, que já é industrializada e é exportada para outros Estados e outros países. Queremos a industrialização do nosso pescado e começar a industrializar também produtos agrícolas. Nesse caminho, entendemos que vamos fazer com que o Estado de Rondônia possa atrair mais investimentos e investidores externos e fomentar os nossos moradores, os nossos rondonienses a também investirem em seus negócios, a exemplo da Bernardo Alimentos, da Rical e de outros empresários, que fazem investimentos no nosso Município e em todo o Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Senador Acir Gurgacz, desejo cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

V. Exª, como o Senador Ivo Cassol e o Senador Valdir Raupp, tem, nos últimos dois meses, por meio de um esforço hercúleo, demonstrado à Nação a preocupação que deve ter com relação à enchente do Rio Madeira, que assolou as populações de suas cidades ribeirinhas. Espero, sinceramente, que o Governo da República, como V. Exª já afirmou inúmeras vezes, esteja atento para não só se solidarizar, mas, sobretudo, transferir recursos a fim de reconstruir aquelas cidades e atender aquelas populações tão sofridas.

V. Exª tem o aplauso, sem dúvida alguma, do Senado da República. E o povo do seu Estado há de reconhecer esse esforço,

Antes de conceder a palavra ao eminente Senador João Capiberibe, consulto V. Exª se pode me substituir na Presidência.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não, com prazer.

O Sr. Ruben Figueiró deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com a palavra, o Senador João Capiberibe, do Amapá.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, abordo nesta tarde o crescimento econômico que vem vivendo o nosso Estado, o Estado do Amapá, um dos menores da Federação, com uma parte importante do seu território no hemisfério norte, localizado na fronteira com os países do Platô da Guiana e com o Departamento Francês da Guiana.

As pesquisas do IBGE e do Ministério do Trabalho mostram um bom aumento da economia do nosso Estado.

Em 2012, o comércio varejista cresceu 17,7%, o segundo maior crescimento do País. No primeiro trimestre de 2014, o crescimento é da ordem de 3,8%. Portanto, há uma tendência de crescimento, em 2014, que repete o que vinha acontecendo em anos anteriores.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho também mostram esse bom desempenho da economia do Amapá.

Nos últimos três anos da gestão do Governador Camilo Capiberibe, o Caged apresenta um saldo de 16.903 empregos com carteira assinada. Agora, é importante comparar com o desempenho do governo que o antecedeu, dos três primeiros anos do governo que o antecedeu, equivalentes aos anos de 2003, 2004, 2005, que foram anos prósperos para a economia nacional.

Já nos anos de 2011, 2012 e 2013, como todos nós sabemos, a economia brasileira foi atropelada pela crise e o crescimento econômico foi reduzido.

Nos três primeiros anos do Governo anterior, foram criados 2.919 empregos, num total de 8.789, ou seja, a metade do que está sendo criado nestes últimos três anos. Claro que isso tem explicação, e esse bom desempenho, esses dados apresentados pelo IBGE e pelo Caged, do Ministério do Trabalho, têm alentado o empresariado local, que, alheio à crise da economia nacional, está ampliando os seus investimentos.

O grupo Domestilar, que é um grupo grande lá no Estado, abriu mais duas lojas com focos específicos: uma para casa e mobiliário e outra para informática. Também os grupos Fortaleza e Santa Lúcia triplicaram os seus negócios nestes últimos três anos. É um crescimento importantíssimo, porque são varejistas, o que significa que há uma demanda crescente.

Também se instalaram no Amapá as Lojas Americanas, Renner, C&A, entre outras, e dois shoppings novos: o Shopping Villa Nova e o Amapá Garden. Além disso, duas companhias aéreas passaram a interligar Macapá com o resto do Brasil e com o mundo, que foram a Sete e a Azul.

É claro que esses novos empreendimentos não são feitos às escuras. Essas empresas trabalham com pesquisa de mercado de médio e longo prazo. E também, é claro, a credibilidade política, a estabilidade política atrai investimentos.

Nós temos um histórico que não gostaria nem de lembrar. De 2003 a 2010, tivemos várias crises e várias intervenções da Polícia Federal, que levou para a prisão inúmeros políticos e empresários do meu Estado. Mas essa fase, como demonstram os números, foi superada e agora avançamos a passos largos.

Outro fator que mostra a estabilidade, o avanço da economia do Amapá são os números da Junta Comercial. De 2011 a 2013 foram abertas 5.874 empresas e fechadas apenas 1.227. Como a gente sabe que as pequenas empresas do Brasil têm um índice elevado de mortalidade, o saldo é extremamente positivo. Portanto estamos numa fase importante. O Governo do Amapá recuperou a credibilidade e o empresariado passou a acreditar e está investindo.

O Governo está implantando infraestrutura fundamental, tem um programa estadual de estradas que avança. No que tange à energia elétrica, nós estamos interligados ao sistema nacional e temos três hidrelétricas em construção. Vamos produzir 1.050 *megawatts,* e o nosso consumo é de apenas 250 *megawatts*. Então há um excedente que certamente será exportado, como fez Tucuruí há décadas, para o centro-sul brasileiro. Mas nós lá corríamos o risco de produzir energia, não consumir a energia que produzíamos e continuar com energia movida a diesel. É que a empresa, a Companhia de Eletricidade do Amapá, estava falida. O Governador Camilo Capiberibe negociou, junto ao Ministério de Minas e Energia, com o apoio da nossa Bancada de Senadores e da Câmara de Deputados, a federalização da companhia. Ele, então, acessou um empréstimo e está investindo R$204 milhões para rebaixar a energia e atender aos consumidores. Sem a solução do problema da companhia de eletricidade, nós íamos gerar energia para o resto do Brasil e ficar sem consumir a nossa própria produção.

Essas hidrelétricas começaram a ser construídas a partir do momento em que se decidiu pela integração com o sistema nacional e o Ministério de Minas e Energia levou o Linhão de Tucuruí até Macapá, para transportar essa energia e comercializá-la no centro-sul. Daí o Governador, percebendo que nós íamos ficar numa situação vexatória, emprestou recursos do BNDES para rebaixar essa tensão.

Vejam que País é o nosso! Mesmo deficitários em geração de energia, dentro de alguns meses, porque duas hidrelétricas estão praticamente concluídas, iríamos gerar excedente de energia, mas não teríamos acesso a essa energia se não fosse a habilidade do Governador em se adiantar e investir 204 milhões na companhia federalizada. É claro que esse investimento poderia ir para outras áreas, mas ele sabe que energia é decisiva. E nós também recebemos uma linha de fibra ótica da Guiana Francesa, inaugurada em março, e dotamos o Amapá de banda larga.

São essas iniciativas que estão atraindo investimentos e incentivando o empresariado local a acreditar no seu Estado.

Neste final de semana, Sr. Presidente, estive na margem do Rio Araguari, um belíssimo rio que deságua na foz do Rio Amazonas, já muito próximo do Oceano Atlântico. Estivemos na cidade de Cutias do Araguari, uma pequena cidade na margem direita do Rio Araguari, para inaugurar a estação de tratamento de água. Fui acompanhando o Governador. Estava comigo a Deputada Federal Janete Capiberibe, minha companheira de vida e de luta. E a cidade nos recebeu com uma grande festa, porque água tratada é essencial à vida. Esse programa de água é outra decisão do Governador Camilo que demonstra claramente a sua preocupação com a saúde da população.

Além desse programa de água, ele criou um fundo de R$305 milhões capaz de universalizar o abastecimento de água para toda a população do Estado. Até o final do ano, dos 16 Municípios do Estado, 14 sedes municipais e dezenas de pequenas comunidades estarão atendidas com água tratada. Certamente vai ser um dos Estados da Amazônia que vão dar um salto significativo no saneamento. E ele trabalha um grande projeto de esgotamento sanitário.

Imagino que nós, que vivemos na Amazônia, no momento em que tivermos saneamento básico, água, esgoto e tratamento final dos resíduos sólidos, vamos passar a viver no paraíso, porque as doenças são praticamente causadas ou pela água de má qualidade ou pela contaminação provocada pela má coleta dos resíduos sólidos.

Portanto o Governador tem compromisso com a saúde da população. E é isso que está fazendo com que o empresariado... Na verdade, o empresariado do nosso Estado, desde o final de 2011, passou a olhar com esperança e expectativas positivas o programa de governo que está sendo implementado pelo Governador Camilo Capiberibe.

Portanto, esse momento feliz da economia do Estado está sendo festejado por mim, da tribuna do Senado, mas também está sendo festejado por milhares e milhares de amapaenses que querem ver o seu Estado prosperar, que querem ver a melhoria da qualidade de vida de todos.

E ele desenvolve um governo que me parece necessário destacar: um governo republicano, um governo honesto, um governo preocupado com a aplicação dos recursos públicos. Nós temos uma tradição de clientelismo no Amapá, de agradar a poucos com muito. Ele está invertendo essa lógica para agradar a todos com pouco. Quando a água chega à torneira de todos é evidente que agrada a todos, mas é diferente do clientelismo ou da corrupção, que termina enriquecendo uns poucos e deixando de lado a maioria da população.

Portanto, eu queria parabenizar o Governador Camilo Capiberibe e a sua equipe, uma equipe de jovens que está fazendo uma reviravolta na economia e na vida social e cultural do povo do Amapá.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Capiberibe, pelo seu pronunciamento.

A nossa Amazônia caminha a passos largos no crescimento e no desenvolvimento. O seu Amapá e a nossa Rondônia têm tido um crescimento acima da média. O futuro do nosso País está Amazônia, não com o desmatamento, mas com a preservação e com a produção. Nós podemos fazer as duas coisas: produzir preservado. É essa a função da Amazônia. Há regiões que não podem ser tocadas, mas temos áreas produtivas que podem e devem ser produtivas, como é o caso do nosso Estado de Rondônia e também do Estado do Amapá, do Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que será realizada a Sessão Deliberativa Ordinária amanhã, às 14h, com Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2014
(Proveniente da Medida Provisória nº 630, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2014, que *altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC (proveniente da Medida Provisória nº 630, de 2013)*.

Parecer sob nº 11, de 2014, da Comissão Mista, Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Relator Revisor: Deputado José Guimarães (PT-CE), pela relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação da Medida Provisória nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta.

(Lido no Senado Federal no dia 23.04.2014)

(Sobrestando a pauta a partir de: 20.03.2014)

Prazo final prorrogado: 02.06.2014.

2
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2014
(Proveniente da Medida Provisória nº 631, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014, que *altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para calamidades públicas, e as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 12.409, de 25 de maio de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 631, de 2013)*.

Parecer sob nº 13, de 2014, da Comissão Mista, Relator: Deputado Paulo Foletto (PSB-ES) e Relatora Revisora: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA), pela relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação da Medida Provisória nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta.

(Lido no Senado Federal no dia 23.04.2014)
(Sobrestando a pauta a partir de: 20.03.2014)
Prazo final prorrogado: 02.06.2014.

3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2014
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº. 225, de 2014)

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2014 (nº 6.233/2013, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas destinados ao Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.*
Pendente de parecer da CCJ.

4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2014 - COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 389, de 2014)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2014-Complementar, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal e dá outras providências.*
Parecer sob nº 311, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3, de mérito, e 4 a 10-CCJ, de redação, que apresenta.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*
Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2014

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, tendo como primeiro signatário o Deputado Mauro Benevides, que *altera o Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (Defensoria Pública).*
Parecer favorável, sob nº 312, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009-Complementar (nº 59/1999-Complementar, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), que *estende a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.*
Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2013 (nº 4.832/2012, na Casa de origem, do Deputado Onofre Santo Agostini), que *obriga a realização do Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua em Bebês.*
Parecer favorável sob nº 113, de 2014, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Amorim.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2014 (nº 6.655/2013, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS no âmbito do Poder Executivo federal, destinados ao Ministério da Cultura*.
Parecer favorável sob o nº 317, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa, com voto contrário do Senador Alvaro Dias.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012, do Senador José Sarney, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico*.
Parecer sob nº 243, de 2014, da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, Relator: Senador Ricardo Ferraço, concluindo pela:
? aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012, das Emendas nº 1, 4, 7, 9, 10, 16, 19, 23, 24, 26, 29, 30, 32, 34, 36, 37 e 39, a ele oferecidas; aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009; dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, de 2007, 274, 277, 280 e 281, de 2010; 394 e 509, de 2013, nos termos da Emenda nº 32-CTMCDC (Substitutivo), que oferece;
? aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, e das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 10 a 12, 14, 18, 20, 26, 28, 34, 36 a 38, 41 a 43, 45, 47 a 49, a ele oferecidas, nos termos da Emenda nº 43-CTMCDC, que oferece;
? desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012, para que tenha tramitação autônoma, bem como dos Projetos de Lei da Câmara nºs 40 e 106, de 2007; 143, de 2008; 12 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 190, 340, de 2008; 1, 135, 408, 429, de 2009; 55, 125, 180, 279, 282, 283, de 2010; 65, 452, 460, 463, 470, de 2011; 97, 209, 397, 413, 457, 459, 464, 2012; 5, 24, 329, de 2013;
? declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 55, de 2009 e 106, de 2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 154, 542, 625, 735, de 2007; 278, de 2010; 271, 439, de 2011; 197, 222 e 371, de 2012;
? rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nºs 182 e 193, de 2008; 57 e 75, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 54, de 2009; 276, de 2010; 458, de 2012; e 277, de 2013;
? rejeição das Emendas nºs 2 a 6, 8, 11 a 15, 17, 18, 20 a 22, 25, 27, 28, 31, 33, 35, 38 e 40, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012; e das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 9, 13, 15 a 19, 21 a 25, 27, 29 a 33, 39, 40, 44 e 46, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, do Senador José Sarney, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento*.
Parecer sob nº 243, de 2014, da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, Relator: Senador Ricardo Ferraço, concluindo pela:
- aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012, das Emendas nº 1, 4, 7, 9, 10, 16, 19, 23, 24, 26, 29, 30, 32, 34, 36, 37 e 39, a ele oferecidas; aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009; dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, de 2007, 274, 277, 280 e 281, de 2010; 394 e 509, de 2013, nos termos da Emenda nº 32-CTMCDC (Substitutivo), que oferece;
- aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, e das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 10 a 12, 14, 18, 20, 26, 28, 34, 36 a 38, 41 a 43, 45, 47 a 49, a ele oferecidas, nos termos da Emenda nº 43-CTMCDC, que oferece;
- desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012, para que tenha tramitação autônoma, bem como dos Projetos de Lei da Câmara nºs 40 e 106, de 2007; 143, de 2008; 12 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 190, 340, de 2008; 1, 135, 408, 429, de 2009; 55, 125, 180, 279, 282, 283, de 2010; 65, 452, 460, 463, 470, de 2011; 97, 209, 397, 413, 457, 459, 464, 2012; 5, 24, 329, de 2013;

- declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 55, de 2009 e 106, de 2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 154, 542, 625, 735, de 2007; 278, de 2010; 271, 439, de 2011; 197, 222 e 371, de 2012;
- rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nºs 182 e 193, de 2008; 57 e 75, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 54, de 2009; 276, de 2010; 458, de 2012; e 277, de 2013;
- rejeição das Emendas nºs 2 a 6, 8, 11 a 15, 17, 18, 20 a 22, 25, 27, 28, 31, 33, 35, 38 e 40, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012; e das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 9, 13, 15 a 19, 21 a 25, 27, 29 a 33, 39, 40, 44 e 46, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012.

12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que *obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.*
Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2013 (nº 919/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas, celebrado em Brasília, em 9 de outubro de 2006.*
Parecer favorável, sob nº 242, de 2014, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Jorge Viana.

14
REQUERIMENTO Nº 1.273, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras).*

15
REQUERIMENTO Nº 1.275, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).*

16
REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

17
REQUERIMENTO Nº 1.277, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

18
REQUERIMENTO Nº 1.315, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do despacho,*

seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias).

19

REQUERIMENTO Nº 1.332, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

20

REQUERIMENTO Nº 1.337, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição).*

21

REQUERIMENTO Nº 1.338, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).*

22

REQUERIMENTO Nº 1.344, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.344, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (adicional por serviço penoso ao professor).*

23

REQUERIMENTO Nº 1.378, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.378, de 2013, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 288, de 2012; e 452, de 2013, por regularem matéria correlata (regimes de planos privados de assistência à saúde).*

24

REQUERIMENTO Nº 1.394, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.394, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (criação do Fundo de Aval para Micro, Pequenas e Médias Empresas).*

25

REQUERIMENTO Nº 1.413, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.413, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre o trabalho exercido a distância).*

26

REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (formação dos professores de educação física).*

27
REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, que *solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012-complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal)*.

28
REQUERIMENTO Nº 113, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (benefícios relativos ao transporte coletivo no Estatuto do Idoso)*.

29
REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios)*.

30
REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho)*.

31
REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 2014, do Senador Sérgio Petecão, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (prorrogação de acordo ou convenção coletiva de trabalho)*.

32
REQUERIMENTO Nº 172, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 196, de 2009, e 31, de 2010, por regularem matéria correlata (exercício das profissões de pedagogo e psicopedagogo)*.

33
REQUERIMENTO Nº 175, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2013 - Complementar, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (incidência do ICMS nos serviços de rastreamento)*.

34
REQUERIMENTO Nº 176, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013, de sua autoria.*

35
REQUERIMENTO Nº 192, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 192, de 2014, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2014 - Complementar, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (concessão de incentivos fiscais).*

36
REQUERIMENTO Nº 206, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 159, de 2013; e 31, de 2014, por regularem matéria correlata (valor do Salário Mínimo).*

37
REQUERIMENTO Nº 210, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2014, do Senador Cássio Cunha Lima, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2011 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2011), com os Projetos de Lei do Senado nºs 339 e 453, de 2008; e 541, de 2009 (que já se encontram apensados), por regularem matéria correlata (desfiliação partidária).*

38
REQUERIMENTO Nº 211, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2014, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2003; e 236, de 2012, por regularem matéria correlata (reforma do Código Penal).*

39
REQUERIMENTO Nº 222, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 222, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2004, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (reclamações de usuários de serviços de telecomunicações).*

40
REQUERIMENTO Nº 234, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 234, de 2014, do Senador Eduardo Braga, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 443, de 2012, por regularem matéria correlata (formação dos professores de educação física).*

41
REQUERIMENTO Nº 236, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 236, de 2014, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 65, de 2007, e 48, de 2012, por regularem matéria correlata (afastamento para reeleição dos chefes do Poder Executivo)*

42
REQUERIMENTO Nº 239, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 239, de 2014, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2014, de sua autoria.*

43
REQUERIMENTO Nº 245, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 245, de 2014, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2011, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (suspensão da construção de novas usinas termonucleares).*

44
REQUERIMENTO Nº 251, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 251, de 2014, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2012, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (normas de licitação na contratação de produtos estratégicos ao SUS).*

45
REQUERIMENTO Nº 252, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2012, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (normas de licitação na contratação de produtos estratégicos ao SUS).*

46
REQUERIMENTO Nº 253, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 253, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2012, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (normas de licitação na contratação de produtos estratégicos ao SUS).*

47
REQUERIMENTO Nº 299, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 299, de 2014, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 96, 97 e 645, de 2007, que tramitam em conjunto, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (alterações no código de Trânsito Brasileiro).*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 42 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião Ordinária de 2014, dia 7 de abril de 2014, segunda-feira, às 14h, no Plenário nº 6 da Ala Senador Alexandre Costa

Ata Circunstanciada da 3ª reunião ordinária de 2014 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 7 de abril de 2014, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Conselheiro Fernando Cesar Mesquita, destinada aos seguintes itens: Item 1 – Oitiva do presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – Abap – versando sobre a manifestação da Agência Nacional do Cinema – Ancine, em face do que requereu o Conselho de Comunicação Social no Requerimento nº 2, de 2013-CCS; Item 2 – Leitura, discussão e votação do relatório oferecido pela Comissão de Relatoria composta pelos Conselheiros Roberto Franco, Celso Augusto Schröder e Fernando Cesar Mesquita, criada na 2ª Reunião Ordinária de 2014 com o objetivo de analisar a manifestação da Abepec, distribuída na 1ª Reunião Ordinária do Conselho, e que trata de preocupações com o espectro dos 700 MHz; Item 3 – Leitura, discussão e votação do relatório oferecido pela Comissão de Relatoria composta pelos Conselheiros Walter Vieira Ceneviva, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos, criada na 2ª Reunião Ordinária de 2014 com o objetivo de analisar o tema "Programa A Voz do Brasil", com as implicações de categorizá-lo patrimônio imaterial, conforme versado no PLS 19/2011, da Senadora Marinor Brito, bem como de flexibilizar sua programação, no âmbito do que trata o PL 595/2003, da Deputada Perpétua Almeida. III – Relatórios de andamento dos trabalhos das Comissões Temáticas, a serem proferidos pelos coordenadores; IV – comunicações dos conselheiros; V – participação da sociedade civil.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: Presidente; FERNANDO CESAR MESQUITA, representante da sociedade civil; WLATER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; GILBERTO CARLOS LEIFERT, representante das empresas de televisão; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; RONALDO

LEMOS, representante da sociedade civil; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas e JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes, MÁRCIO NOVAES, representante das empresas de televisão e WRANA PANIZZI, representante da sociedade civil, em substituição ao Conselheiro MIGUEL ANGELO CANÇADO.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Srªs e Srs. Conselheiros, Dom Orani está ausente do País e infelizmente não pôde comparecer. Parece que ele tem uma reunião com o Papa, um compromisso importante.

Havendo número regimental, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.389, de 1991, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária de 2014 do Conselho de Comunicação Social, que, conforme pauta anteriormente enviada, destina-se à leitura do Expediente e à apreciação da seguinte Ordem do Dia:

Item 1: oitiva do presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), versando sobre a manifestação da Agência Nacional do Cinema (Ancine), em face do que requereu o Conselho de Comunicação Social no Requerimento nº 2, de 2013-CCS.

Item 2: leitura, discussão e votação do relatório oferecido pela Comissão de Relatoria composta pelos Conselheiros Roberto Franco, Celso Augusto Schröder e Fernando Cesar Mesquita, criada na 2ª Reunião Ordinária de 2014, com o objetivo de analisar a manifestação da Abepec, distribuída na 1ª Reunião Ordinária do Conselho, e que trata de preocupações com o espectro dos 700MHz.

Item 3: leitura, discussão e votação do relatório oferecido pela Comissão de Relatoria composta pelos Conselheiros Walter Vieira Ceneviva, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos, criada na 2ª Reunião Ordinária de 2014, com o objetivo de analisar o tema "Programa A Voz do Brasil", com as implicações de categorizá-lo patrimônio imaterial, conforme versado no PLS 19/2011, da Senadora Marinor Brito, bem como de flexibilizar sua programação, no âmbito do que trata o PL 595/2003, da Deputada Perpétua Almeida.

Também serão apresentados relatórios de andamento dos trabalhos das Comissões Temáticas a serem proferidos pelos coordenadores; serão feitas comunicações dos Conselheiros e haverá a participação da sociedade civil.

Encontra-se sobre a mesa da Presidência para deliberação a Ata Circunstanciada da 2ª Reunião Ordinária de 2014, enviada a todos os Conselheiros com antecedência por *e-mail*.

Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura e discussão.

Os Conselheiros que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Comunicado de ausência. Inicialmente, informo que o Presidente do Conselho, Dom Orani João Tempesta, não está presente na reunião de hoje por conta de audiência com o Papa Francisco no Vaticano. Para o seu lugar, foi convocado o Conselheiro suplente Pedro Rogério Couto Moreira.

Quanto aos demais comunicados de ausência:

Em 25 de março, o Conselheiro Roberto Franco comunicou impossibilidade de comparecimento por motivo de viagem internacional. Em 27 de março, sua suplente, Conselheira Liliana Nakonechnyj, informou que também não poderia estar presente por conta do mesmo evento.

Ainda em 27 de março, a Secretaria recebeu *e-mail* do Conselheiro Alexandre Jobim comunicando impossibilidade de estar presente em virtude de compromisso profissional no exterior. Na mesma data, o seu suplente, Conselheiro Lourival Santos, comunicou impossibilidade por conta de compromisso familiar urgente.

Por fim, em 2 de abril, o Conselheiro Miguel Angelo Cançado comunicou que não poderá estar presente nesta tarde por conta de compromisso no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Assim, nesta tarde, a Conselheira Wrana Panizzi estará representando a sociedade civil em substituição ao Conselheiro Miguel Angelo Cançado.

Leitura do expediente.

Audiência pública com o Ministério da Justiça. Em 17 de março, foi enviado ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, o Ofício nº 53/2014-CCS, solicitando marcação da audiência pública sobre o tema Violência contra Jornalistas, Radialistas e Outros Comunicadores.

A audiência deveria ter ocorrido na 2ª Reunião Ordinária de 2014, deste Conselho, porém, foi cancelada por conta de problemas na agenda dos convidados. O ofício ofereceu ao Ministro da Justiça opções de data em abril, maio e junho, no horário matutino e vespertino. O ofício foi respondido por *e-mail* em 28 de março, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Na mensagem, o Ministério confirma a presença da Secretária Regina Maria Filomena de Luca Miki, que optou pela data de 5 de maio, às 14 horas. Dessa forma, já há um item para a pauta da nossa próxima reunião.

Ainda sobre este assunto, informo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizou, em 1º de abril último, audiência pública para discutir o tema Violência contra Profissio-

nais da Comunicação, conforme comunicado a todos os Conselheiros pela Secretaria do Conselho, por *e-mail*, em 31 de março. A íntegra da audiência pública pode ser vista por meio da página da Comissão de Direitos Humanos no *site* do Senado Federal.

Ofício ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação: em 21 de março, este Conselho recebeu o Ofício-NAC nº3/2014, do Foro Nacional pela Democratização da Comunicação (FNC), manifestando repúdio e indignação em função da falta de diálogo com as entidades da sociedade civil congregadas no referido Fórum, quando da indicação dos nomes para a composição do Conselho de Comunicação Social.

O FNC também solicita informações sobre o processo de composição do Conselho. A mensagem foi respondida em 3 de abril, por meio do Ofício nº 83, de 2014, informando que a composição do Conselho de Comunicação Social segue as determinações da Lei nº 8.389/1991, e que as eleições dos membros do Colegiado são realizadas pelo Congresso Nacional, escapando à competência dos Conselheiros.

Ofício ao Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e TV e Publicidade do Estado da Bahia, sobre a agressão sofrida por radialista: em 25 de março, foi enviado ao Sindicado dos Trabalhadores em Rádio e TV e Publicidade do Estado da Bahia o Ofício nº 55/2014-CCS, informando que este Conselho tomou conhecimento da manifestação do Sindicato sobre a agressão sofrida por radialista no Estado da Bahia, em correspondência lida pelo Conselheiro Nascimento Silva, na 2ª Reunião Ordinária de 2014. O sindicato foi informado de que este Conselho criou comissão de relatoria para analisar o quadro de violência atual, resultando no encaminhamento de manifestação a autoridades de Estado.

As providências do Conselho sobre o tema foram informadas, via ofício, para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e para a Diretoria Executiva da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado da Bahia.

Ofício à Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABPEC): também em 25 de março foi enviado à Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec) o Ofício nº 59/2004, informando que este Conselho recebeu correspondência da entidade sobre a condução do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital e imediatamente formou comissão de relatoria para debater o tema.

Esses são os avisos que esta Presidência tinha a fazer sobre o acervo recebido e produzido, que se encontra disponibilizado sobre a bancada.

Algum Conselheiro gostaria de se manifestar especificamente sobre esse assunto, antes de passarmos à Ordem do Dia? (*Pausa.*)

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Desculpe-me, Conselheiro, a manifestação… (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – É sobre as manifestações dos ofícios, sobre as correspondências.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – O.k. Presidente, lamento a indisposição do Ministro da Justiça em atender ao nosso convite. Reconheço e não tenho nenhuma manifestação de valor sobre a indicação da sua Secretária, no entanto quero salientar que a Federação, junto com outras federações, participou de um grupo de trabalho convocado pelo Ministro para tratar desse tema. Infelizmente, o tema está sendo tratado com um viés, do nosso ponto de vista, insuficiente, com um olhar meramente de segurança, a partir da lógica da polícia militar, que é importante, mas não está atendendo, do meu ponto de vista, a um clamor dos jornalistas, em particular, mas certamente de todos que são atingidos pela violência, particularmente a violência das manifestações que ocorreram em junho do ano passado até agora, em que cento e tantos profissionais de comunicação já foram atingidos, 103 jornalistas, dos quais, 80% são vítimas da violência da polícia militar de vários Estados, especialmente a Polícia Militar de São Paulo.

Então, parece-me esse tempo já perdemos. Localizamos uma urgência naquele momento e essa audiência pública se impôs em função dessa urgência e da gravidade da situação. Neste dia, que é o dia do jornalista – hoje é o Dia do Jornalista –, parecia-me ser um bom momento de termos uma notícia para debatermos isso. A Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, já não é mais ministra, ou seja, a conjuntura mudou de tal maneira que realmente eu acho que não tem mais sentido fazer essa audiência pública. Acho que um recado claro do Ministro. Não tem sentido! Ou seja, se há relevância, se não há importância, se não se consegue perceber a importância que tem este momento, ou seja, a reação que o Estado brasileiro tem que fazer em relação a isso, isto é, a orientação que precisa sair da chefia da segurança do Brasil para as polícias dos Estados brasileiros, me parece que a audiência perde a relevância, Eu, como proponente, acho que devemos fazer aquilo tínhamos decidido fazer: o debate aqui dentro do Conselho.

Estou começando a concordar com a Conselheira Wrana, ou seja, essas audiências públicas, se não realizadas imediatamente, se não realizadas com a dimensão que se tem que fazer, elas acabam mais atrapalhando o nosso trabalho aqui do que nos ajudando.

Então, eu proporia que tirássemos do horizonte essa audiência e nos focássemos no nosso trabalho aqui e produzíssemos uma opinião, uma manifestação, que já estava consolidada entre nós, inclusive, sobre esse problema que é gravíssimo no Brasil, que é a violência contra os jornalistas, que tem dois aspectos, repito: o crescimento das mortes encomendadas, já são cinco pessoas mortas este ano – dois jornalistas, três radialistas –, e a violência oriunda dos movimentos sociais, oriunda dos encontros de polícias e das manifestações dos movimentos sociais que precisam ser imediatamente enfrentados. E um dos elementos de enfrentamento era uma postura clara do Estado brasileiro, do Governo brasileiro a respeito disso. Então, eu proporia que cancelássemos esta audiência pública, agradecendo a disponibilidade dos painelistas que nos proporcionariam esse trabalho, e que focássemos o trabalho em um documento, em alguma coisa que fosse mais concreta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Algum conselheiro gostaria de se manifestar sobre o tema? (*Pausa.*)

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Esse é o grande problema que nós enfrentamos, não só aqui no Conselho como em qualquer discussão em que a sociedade civil e os trabalhadores estão inseridos. O descaso é latente, está aí todo dia para nos mostrar que, se muitas vezes não radicalizarmos, não vamos conseguir absolutamente nada.

Eu vou emitir uma opinião que é do Nascimento Silva, não é dos trabalhadores em rádio e tevê. Em minha opinião, eu acho que nós deveríamos manter, sim, esta audiência pública, com todas as dificuldades que ela nos mostra. Mas eu vou entender também, caso este Colegiado ache que não devamos fazer esta audiência pública. Paralela a esta audiência pública, nós temos outra, que é a da A Voz do Brasil. Se nós não dermos a importância que as audiências públicas têm, como nós acreditamos, futuramente estaremos fadados às imposições. Pelo menos é um direito de me posicionar.

Fico com pena da Conselheira Wrana, que não queria falar só entre nós. Infelizmente, vamos falar só entre nós, mas que falemos, que manifestemos as nossas opiniões e a nossa indignação. Não será agora, porque, todas as vezes que isso acontecer, vai fortalecer ainda mais a ausência, o não comparecimento, o descaso, enfim. Então, estou falando por mim, não estou falando pela Federação dos Trabalhadores em Rádio e TV, não estou falando por todos os radialistas do Brasil. Estou falando pelo Nascimento, que é um radialista, que foi uma liderança, enfim. A audiência deveria, sim, acontecer.

Quero sugerir aqui o nome do companheiro José Antônio de Jesus para ser um dos convidados a participar dessa audiência. José Antônio é o presidente atual da Fitert.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheira Wrana.

A SRª WRANA PANIZZI – Sr. Presidente, eu sou a suplente do titular, Dr. Miguel Cançado, mas quero também dizer que trago a minha posição sem ter conversado com ele sobre esse tema. Mas me preocupa um pouco – por isso, Celso, eu acho a sua opinião bastante procedente – um certo apequenamento. Nós não podemos apequenar este Conselho, não pelo nosso tamanho, mas pela importância que tem como tal. Então, aquelas pessoas que têm a responsabilidade não vêm e indicam outras pessoas que, certamente, são qualificadas, mas há o simbólico da coisa. Acho também que acabou perdendo o significado, passada essa nova circunstância que estamos vivendo, com a mudança dos representantes, dos responsáveis, dos titulares das instituições convidadas.

Por outro lado, o que o Nascimento diz nos propicia também que, embora façamos uma discussão entre nós, possamos e devamos fazê-la a mais qualificada possível. Não podemos perder a oportunidade de aprofundar e de qualificar as nossas discussões para além daquilo que os nossos relatos acabam se fixando, ficando um pouco na questão da legislação e que, enfim, nem sempre revela a grande dimensão que essas temáticas têm perante o conjunto da sociedade. Por isso tenho sido e fui tão insistente na outra ocasião, na ocasião de nós formularmos a lista de convidados para a audiência, para que nós pudéssemos trazer grandes representantes da sociedade civil que também estão refletindo sobre essa questão sob outro ângulo, olhando de fora um pouco essa questão que aqui é própria deste Conselho. Por exemplo, quando o Nascimento aqui propôs o José Antônio, eu digo que eu gostaria de ouvi-lo. Eu gostaria de ouvi-lo.

Então, que a gente possa fazer algumas reuniões que talvez não tenham esse significado da audiência pública, mas de convite a algumas pessoas que não sejam obrigados ou fixados ao ritual da audiência pública, e que também a gente possa expressar esse nosso, eu diria, não é descontentamento, mas eu diria esse nosso sentimento de provável ou de um possível apequenamento da importância desses conselhos. Porque, senão,

nós acabamos criando instâncias, e nós temos muitas instâncias neste País. Nós temos é que valorizar essas instâncias. Quer dizer, ninguém aqui pode perder o seu tempo para vir aqui – evidentemente que nós não o perdemos –, mas nós devemos potencializar o máximo possível a vinda de pessoas com as quais nós encontramos aqui e essas outras tantas que são convidadas. Eu acho que se tem uma responsabilidade perante a sociedade, perante a Nação brasileira. Nós temos essa responsabilidade, nós e aqueles que são os nossos dirigentes em diferentes instâncias.

Eu lamento, sinceramente, que muitas vezes os titulares não disponham de tempo para essas questões, e essas questões não são questões particulares, são questões coletivas, da sociedade e que merecem todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Obrigada, Conselheira.

Mais algum conselheiro gostaria de se manifestar? Schröder?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Muito rapidamente, Presidente.

A minha manifestação, Conselheiro Nascimento, é mais no sentido de, simbolicamente, nós demonstrarmos alguma posição, alguma opinião deste Conselho sobre a insistência que a nossa Secretaria teve ao longo desse tempo, a sinalização de que era fundamental que nós tivéssemos aqui o Ministério da Justiça representado pelo seu titular e, portanto, tirar, acabar com a audiência pública seria uma demonstração pública disso. Mas eu também concordo: obviamente fazer o debate, ouvir as categorias me parece relevante, e podemos fazê-lo aqui. Era no sentido só de esta audiência com a dimensão que nós a tínhamos pensado, para mim, ela perde o sentido.

O debate é sobre nós, acho que temos que fazer. Eu sou Presidente da Fenaj, temos o Presidente da Fitert, temos representantes das empresas que também têm o que dizer sobre isso. Façamos o debate, sem problema nenhum.

Só era algum tipo de manifestação pública que acho que tínhamos que fazer é no sentido de… Bem, fizemos esse esforço durante todo esse tempo, e o esforço foi esse, ou seja, nos serve ou não nos serve?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Na última reunião, Conselheiro Schröder, eu havia dito aqui que eu havia aprendido com o Conselheiro na época em que comandava os trabalhos do FNDC e que o nobre Conselheiro tinha essa preocupação de as entidades que compunham o FNDC não ficarem atirando para tudo quanto é lado, de nos unirmos, enfim, porque o FNDC é maior do que qualquer outra instituição que esteja lá, apesar de fazer um corpo o FNDC. E eu queria trazer esse aprendizado para o Conselho. E foi lastimável quando, legitimamente, os empresários sentaram-se com o Ministro e conversaram sobre esse tema.

Então, nós não podemos nos esquecer disso. Eu acho que nós poderíamos, e aí pensando alto, como Conselheiros do Conselho de Comunicação Social, apresentar uma nota de repúdio, sei lá, qualquer coisa. Eu faço qualquer coisa. Se for para ficar lá na porta do Ministério da Justiça balançando bandeira, porque a minha origem é essa, de labuta, de trabalhador. A minha origem é de base. Então, se for para fazer alguma manifestação, se vocês não quiserem ir, eu vou sozinho, afasto-me do Conselho e tal.

Entendo a sua preocupação e acho que sim, está correta. Nós temos que mostrar que estamos indignados com a forma como fomos tratados, mas ao fazer audiência acho que essa é uma forma inclusive de se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Mais algum Conselheiro quer se manifestar? (*Pausa*.)

Então nós temos três propostas: uma do Schröder, sugerindo o cancelamento da audiência pelas razões que expôs; outra da Wrana, mantendo; e temos uma terceira sugestão, do Nascimento, que é uma nota de repúdio, não é isso, Nascimento?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Dentro da visão do Conselheiro Schröder.

Eu não quero me extremar aqui. Se nós fizermos a audiência, para mim está de bom tamanho.

Estou assinando embaixo da indignação dele, porque eu não poderia, como trabalhador, discriminar a postura de um trabalhador, apesar de ser jornalista, e não abraçar essa causa, dessa indignação. É extremamente absurda a forma como fomos tratados nessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não, acho que não tem sentido, Presidente, nós votarmos aqui este tema. Isso não tem o menor sentido.

E me desculpe, Nascimento. Uma nota seria impertinente e sem sentido, na medida em que o Ministério disponibilizou uma pessoa para vir para cá.

Se a questão é fazer audiência, como ninguém mais se manifestou, faremos a audiência. As nossas manifestações estão aqui e, enfim, nós vamos nos manifestar publicamente onde for possível e certamente isso chegará ao Ministro.

Façamos a audiência com essa dimensão que ela terá, com a preocupação, Presidente, de que, mesmo que ela não tenha a dimensão de que gostaríamos, não atrapalhe as nossas atividades, porque não era só indignação. As audiências seriam produtivas efetivamente. Então, que ela não atrapalhe as nossas atividades e seja o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Então o Conselheiro Schröder retira a sugestão de que seja cancelada a audiência.

A SRª WRANA PANIZZI – Quero esclarecer, se me permitir, que na realidade eu também acho que fazer uma nota é um pouco…

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu retiro a proposta.

A SRª WRANA PANIZZI – Certo. Não seria o caso.

Há muitas formas de se fazer chegar. Só o fato de estar aqui e ficar registrado já é uma forma de dizer do nosso mal-estar, enfim, da nossa surpresa desagradável.

Eu também acho o seguinte: se a gente fizer essa audiência, que seja nos limites daquilo que é o nosso, digamos assim, chão, certo? Então, quem sabe, para aprofundar um pouco mais a nossa discussão, possamos ouvir o José Antônio, o Schröder e mais o Slaviero? Não sei se é ele. Quer dizer, somar para esse tema, mas numa coisa que desse continuidade e que não fosse marcada como um ato tão importante que vai acontecer como fizemos na última reunião,em que viemos aqui, nos reunimos só na parte da manhã, e à tarde, não tivemos.

Não! Vamos aproveitar todo o tempo possível para fazer uma discussão, inclusive bem delimitada: tanto tempo para tais aspectos e para outros aspectos.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – E não cumprimos a tarde toda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Desculpe, eu queria entender.

Então nós mantemos a audiência, mas a Conselheira Wrana sugere que, antes da audiência com a participação de autoridades, se faça um debate aqui. É isso?

A SRª WRANA PANIZZI – Não. Por mim, se quiserem manter como audiência, faríamos a audiência, mas não como aquele simbolismo todo que ela tem. Então não vamos ter expectativas outras que não sejam aquelas de uma audiência limitada, enfim. Um pouco isso.

Se não, pode continuar. Eu não queria desgastar o valor de uma audiência, certo? É nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Ronaldo.

A SRª WRANA PANIZZI – E não se desgastaria com essas pessoas

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Ronaldo.

A SRª WRANA PANIZZI – Não se desgastaria com essas pessoas, mas se daria um determinado tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Muito bom. Conselheiro Ronaldo.

A SRª WRANA PANIZZI – Para quem queria chamar o Ministro, quem esperava ter dois ministros, nós teremos presidentes, que também têm sua grande importância, sua grande representatividade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Obrigado, Conselheira Wrana.

Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, eu acho que a gente está numa situação – eu me solidarizo com a Conselheira Wrana, com o Conselheiro Schröder e com o Conselheiro Nascimento – de que nós fizemos o convite ao Sr. Ministro de Estado para estar conosco na audiência, imagino que o Ministro devesse ter outras prioridades, outras atenções. E eu acho que, nesse caso, como não houve uma resposta a esse convite, não dá para ficar convidando o Ministro de novo, porque ele não virá. Ele já nos deu a resposta. A gente vai convidar de novo e ele provavelmente não venha de novo. Então, vamos convidar – e aí é minha sugestão para deliberação – a representante da OEA – Organização dos Estados Americanos, a Relatora Especial para a Liberdade de Expressão, Srª Catalina Botero, que é de uma Comissão Especial da OEA que diz respeito a todos os Estados americanos. O Brasil é signatário e se subordina à Convenção Americana de Direitos Humanos. Então, sugiro ao Conselho que convidemos a Srª Catalina Botero da OEA, dada a recusa do Sr. Ministro da Justiça de vir ao Conselho. Acho que Isso acho que traria a importância necessária ao Conselho e daria atenção necessária a esse debate, solidarizando-me com os demais Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Esclarecendo ao Conselheiro Ronaldo, o Ministro respondeu agora, indicando a sua Secretária que conduz o grupo de trabalho sobre o qual estamos conversando e que, do meu ponto de vista, obviamente, não por orientação dela, está orientando o debate para uma secretária, a Srª Regina Maria Filomena de Luca Miki. Enfim, inclusive estamos na expectativa para que possamos interferir mais nesse grupo de trabalho para que nosso ponto de vista interfira um pouco no olhar e na condução dos trabalhos que o Ministério está fazendo. Então, ele respondeu. Ou seja, se nós mantivermos a audiência, esses convidados virão, que é a Srª Regina Maria Filomena de Luca Miki a Secretária Nacional de Segurança Pública, represen-

tando o Ministro, e a nova Ministra da Secretaria de Direitos Humanos. Teremos as duas. Eu acho que sim, eu acho que a Catalina tem uma dimensão internacional e voltaria a dar a esse evento o elemento de projeção.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, muito rapidamente.

Eu não sabia que o Ministro havia indicado representante. Eu achei que não tivesse havido nem resposta com relação a isso.

Então, em face dessa informação de que o Ministro efetivamente indicou representante, eu acho que está de bom tamanho. Então, se o Ministro indicou alguém que é da confiança dele para estar aqui conosco, nesse caso, eu acho que não é necessário chamarmos a Srª Catalina Botero. No caso, se não tivesse havido a manifestação, faria todo sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente. Não posso me pronunciar sem antes consignar de maneira solene e emocionada o agradecimento pelas palavras do Conselho quando do falecimento de Santiago Ilídio de Andrade. Foi alguma coisa que chocou profissionais como eu que trabalham no Grupo Bandeirantes pela violência, pelo inusitado, porque o crime dele era trabalhar. Isso é algo de grande importância e deve merecer a nossa atenção, deve merecer também a atenção não apenas de S. Exª o Sr. Ministro da Justiça, mas das autoridades do Poder Executivo. E não só Poder Executivo federal, mas os Poderes Executivos estaduais também devem estar envolvidos com o tema da segurança.

Consignando então esse agradecimento, que nunca será demais – minha ausência na reunião anterior impediu que eu o fizesse naquela oportunidade, mas o faço no meu nome pessoal, no nome do Grupo Bandeirantes e no nome do meio rádio que eu represento neste Conselho –, afirmo a importância, talvez diferentemente do que diz o Conselheiro Schröder, de fazer a audiência, porque se o Conselho realizar a audiência, será uma oportunidade para repisar o tema e permitir que a gente mantenha esse tema em alerta, esse tema em atenção, um tema que permeia todas as nossas reuniões, desde que o Conselho se instalou com aquela antiga proposta de federalizar os crimes cometidos contra profissionais da comunicação, sejam jornalistas, sejam radialistas, sejam terceiros. E a circunstância de que S. Exª o Ministro indique uma secretária de seu ministério para desempenhar a representação do ministério nesta audiência, de um lado, representa que se trata de uma profissão de grande quilate, de grande valor, porque o tema é muito importante, e ninguém discute, ninguém duvida disso.

Pode ser que ele esteja fazendo uma escolha errada, e não me cabe julgar, e nem é importante para a nossa deliberação, porque ele, de alguma maneira, pode estar revelando um interesse menor que o devido para este tema. Eu gostaria de ter a oportunidade de registrar isso perante a sua secretária, quando ela nos honrar com a sua presença.

Independentemente dessa circunstância, que revela apenas a percepção de S. Exª o Ministro da Justiça – a percepção, segundo eu entendo, equivocada –, o fato é que a audiência se reveste de importância, porque mantém o tema em atenção, em estado de alerta, pois o problema não está resolvido.

Medidas precisam ser adotadas para assegurar que os profissionais da comunicação possam trabalhar e que não se tornem alvos simbólicos de manifestantes que na verdade são assassinos, travestidos da condição de manifestantes, porque não estão ali para expressar e exercer direito constitucional de espécie alguma.

Dessa maneira, entendo que devemos fazer a audiência com a secretária indicada pelo Ministro. Sem prejuízo disso, confessando de antemão não conhecer a pessoa indicada pelo Conselheiro Ronaldo Lemos, não deixaria de convidá-la se, na visão daqueles que conhecem o seu trabalho, ela pode contribuir com o assunto.

O assunto é de grande importância. Matar profissionais de comunicação é matar o Estado de direito, é matar a democracia. Dessa maneira, não só as autoridades brasileiras como eventualmente as estrangeiras poderiam enriquecer a discussão e ajudar para que nós tenhamos providências implementadas e garantir que se possa trabalhar com comunicação no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, eu aguardei esta oportunidade para me pronunciar, exatamente para poder aquilatar a conveniência de se manter ou não a audiência. E, tendo ouvido todos os argumentos, acredito, Conselheiro Schröder, que a finalidade de uma audiência é permitir que o Conselho escute a autoridade, mas, como todos temos muito a dizer a ela, à autoridade, o faremos através da pessoa que não representará o Ministro, mas o Ministério da Justiça.

O Ministério da Justiça se fará representar aqui por meio da sua Secretária Nacional de Segurança Pública, que é a autoridade também competente para cuidar dessa questão, e será certamente quem transmitirá ao Ministro da Justiça, que não conseguiu atender ao convite deste Conselho, as preocupações que todos nós aqui temos em relação ao tema, e somos solidários com as instituições, com as famílias, com as empresas que

perderam tragicamente seus profissionais no exercício da missão profissional de prover o direito à informação, um sagrado direito da cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Algum Conselheiro mais quer se manifestar? Schröder?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Só para atestar, então. Estou convencido. Acho que poderemos fazer dessa audiência um local importante para fazer esse debate, que é mais que necessário e urgente – está atrasado.

Então, para atestar aqui a nossa composição, porque, na verdade, na audiência – nós já sabemos disso – são cinco representantes. Nós tínhamos indicado a FIJ, que na verdade será representada por mim, pois sou o Vice-Presidente da Federação; nós tínhamos indicado um representante do setor empresarial, que seria o Daniel; nós tínhamos convidado os dois ministérios; e tínhamos uma quinta vaga, que estava indicada à OAB, num aceno que a nossa Conselheira Wrana tinha feito, tinha sugerido que trouxéssemos a sociedade civil, enfim, inclusive o convite que está fazendo.

O Conselheiro Nascimento está reivindicando que o representante da Fitert venha aqui. Então, se o representante da Fitert vem, nós precisamos escolher qual sairá, ou seja, qual representante sai daqui para compor, conforme estatuto, conforme a regra, a quinta pessoa. Foi o que eu tinha dito da outra vez: que se sugerisse, para ver quem nós tiraríamos para compor o grupo que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Pelo Regimento, são cinco participantes da audiência.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Pelo que entendi, o nobre Conselheiro Ronaldo Lemos tirou a proposta porque ele estava substituindo o Ministério da Justiça por essa indicação que ele havia feito há poucos minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Mas, mesmo assim, ficaria…

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Vou ler a sugestão que tínhamos feito, que nós tínhamos tirado daqui na nossa primeira reunião. Era: Ministério da Justiça, Ministério da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, um representante empresarial, e nós tínhamos sugerido um representante dos trabalhadores; e, se entrarem dois, tira o lugar da OAB. Porque, primeiro, indicamos personalidades nos moldes que a Conselheira Wrana tinha sugerido. A secretaria fez convite a Marilena Chauí e a algumas pessoas que não conseguiram estar aí, e acabamos centrando numa organização que, embora tenha um representante aqui dentro, tem uma dimensão nacional, tem um grau de universalidade interessante.

Precisamos decidir, e eu não gostaria de fazer isso sozinho ou com o Nascimento, porque estamos colocando dois trabalhadores, dois representantes do campo do trabalho. Se acatamos isso, tiramos a OAB, porque não está confirmada ainda sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Tivemos a informação do Conselheiro Cançado, representante da sociedade civil e membro do Conselho Federal da OAB, de que nossas reuniões neste segundo semestre coincidem com as reuniões do Conselho Federal da OAB, o que tornaria impraticável a presença do Presidente nacional nas nossas reuniões.

Eu também faria um apelo, para que, da mesma forma que o rádio, jornal, televisão e internet poderiam ter representações empresariais, e se farão representar por um único representante, se não haveria possibilidade de haver a representação dos trabalhadores por meio de uma única instituição, de um único representante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Estou pensando aqui alto como é que vou responder, para não ser indelicado.

O companheiro Schröder foi escolhido, Conselheiro Leifert, representando uma instituição internacional da qual ele é presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NASCIMENTO SILVA – Vice? Eu jurava que ele era presidente e que merecia sê-lo.

Então, diante dessa constatação, é brasileiro, nos orgulha muito ter o Schröder à frente dessa instituição internacional, e é por isso que conclamo a participação de um representante dos radialistas, no caso do José Antônio, que é o presidente atual da Federação dos Trabalhadores em Rádio e TV. É só por isso. E, como o próprio Schröder informou, só este ano foram dois jornalistas e três radialistas. Se nós fizermos um levantamento maior, fora as agressões e tudo mais, há muito mais casos para a gente pontuar como casos graves de ofensas, de agressão aos radialistas e jornalistas.

Então, por conta disso, insisto em manter o nome do companheiro José Antônio, da Fitert.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Schröder, ficamos, então, com quais nomes? Qual é a sua sugestão?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Tendo em vista a proposta do Nascimento, ficaríamos com a Federação Internacional dos Jornalistas, a Fenaj, no caso, representa a Federação Nacional dos Jornalistas também; a

Fitert, um representante do setor empresarial, que é o Daniel Slaviero; o representante do Ministério da Justiça, e me parece que a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, a Ideli Salvatti, que já confirmou sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Ela já foi nomeada? Tomou posse. Ela não foi convidada ainda. Então, será feito o convite a ela.

Ficamos assim ajustados. Mantemos a audiência. O Conselheiro Schröder retira a proposta. Mantemos a audiência na data prevista, com essas presenças aqui.

Na Ordem do Dia, a oitiva do Presidente da Associação…

Desculpe. Alguém mais quer se manifestar? (*Pausa.*)

Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu é que peço desculpas, Presidente. Eu queria fazer uma ponderação, para que todos os efeitos, desde já, e possamos avaliar, no fim da reunião, um tema que foi objeto das comunicações da reunião anterior, que é o relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União a respeito da regulação do serviço de radiodifusão no Brasil. É um relatório alentado. Eu até registro que, provavelmente, é alentado porque, nos tempos digitais, copiar e colar é muito simples. O relatório é um pouco verborrágico e, entendo, deve ser objeto da nossa atenção, o que eu proponho desde já, na etapa das comunicações, porque recebemos esse relatório na etapa das comunicações, na reunião anterior, mas que possa ser objeto da nossa análise numa segunda oportunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Então, podemos fazer isso logo depois da apresentação do Presidente da Abap.

Na segunda reunião ordinária de 2014, em 17 de março último, por proposta do Conselheiro Daniel Pimentel Slaviero, este Conselho aprovou a realização de oitiva da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap) sobre os procedimentos da Agência Nacional de Cinema (Ancine) na fiscalização determinada pelo §1º do art. 25 da Lei nº 12.485/2011, a chamada Lei do SeAC (Serviço de Acesso Condicionado),

Nesse sentido, convido, para compor a Mesa, o Presidente da Associação Brasileira de Agentes de Publicidade, Sr. Orlando dos Santos Marques, a quem passo a palavra.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui e poder contribuir, de alguma maneira, para que as coisas sejam mais benfeitas no que se refere às obrigações da Ancine com relação à fiscalização dos conteúdos de publicidade na programação de televisão.

Eu queria, brevemente, dizer aos senhores que esta associação que eu presido é uma associação de agências de publicidade. Nós temos, hoje, cerca de 264 agências associadas, que representam cerca de 4 mil trabalhadores – são três mil e novecentos e poucos trabalhadores. Esse conjunto representa mais ou menos 80% do que se compra de espaço publicitário nos veículos brasileiros em televisão, rádio, jornal, revista, internet. Ou seja, 80% do que se movimenta no mercado publicitário são feitos por essas agências que são associadas à Abap. A Abap existe desde 1949, com o objetivo de defender o mercado publicitário, defender o nosso negócio de publicidade e propaganda e defender, evidentemente, o emprego dos nossos empregados e dos que estão entrando no mercado.

Em função disso, eu entendo o pleito do Slaviero ao me convocar para esta reunião, porque, na medida em que temos a participação publicitária de anunciantes vindos de fora do Brasil, sem passar por uma agência brasileira, nós entendemos que isso pode estar tirando emprego dos nossos atuais empregados e a empregabilidade daqueles estudantes que estão indo ao mercado, saindo das escolas de comunicação e de propaganda.

Então, Sr. Presidente, acho que o que nos incomoda um pouco no setor que incomoda o Slaviero, que incomoda o mercado de televisão e o mercado de agência e propaganda, é essa ausência de fiscalização. Está escrito na lei que a Ancine tem de fiscalizar; então, a Ancine tem de fiscalizar. Ela tem que nos dizer o que ela está fazendo para coibir que isso continue a se proceder dessa maneira, de termos anunciantes fazendo anúncios, comprando-os através de Miami, e entrando, pelas nossas TVs a cabo, nas casas das famílias brasileiras e fazendo um dinheiro fora do Brasil, possivelmente – eu não sei dizer isso – até em condições comercialmente melhores do que as empresas nacionais fazem aqui no Brasil.

Era isso basicamente o que eu queria dizer.

Estou à disposição dos senhores para alguma pergunta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Boa tarde, Sr. Orlando Marques. Tenho muita satisfação em revê-lo.

O assunto que o traz aqui é exatamente a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, conhecida como Lei do SeAC, Serviço de Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado, que todos aqui bem conhecemos.

O art. 25 dessa lei determina que os programadores não poderão ofertar canais que contenham publicidade de serviços e produtos de língua portuguesa, legendado em português ou de qualquer forma direcionado ao público brasileiro, com veiculação contratada no exterior senão por meio de agência de publicidade nacional.

O §1º deste artigo estabelece que a Ancine fiscalizará o disposto no *caput* e oficiará à Anatel e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em caso de seu descumprimento. O descumprimento é, portanto, a veiculação no Brasil de material publicitário que tenha sido trazido ou autorizado, enfim, por agência não estabelecida no Brasil.

A pergunta que eu faço é se o senhor tem números e dados a respeito da incidência dessa prática, volume de ocorrências, que foi exatamente a razão de eu ter requerido à Agência Nacional de Cinema o pedido de informações, em 24 de outubro de 2013. Isso foi objeto de resposta da Ancine, a qual, todavia, não satisfez o Conselho, porque a Ancine não informou ao Conselho dados a respeito.

Eu gostaria de saber se o senhor tem informações sobre a incidência de ocorrências de desacato à Lei do SeAC.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Não sabemos a quantidade de ocorrências. Não existe essa informação, até porque a Ancine deveria ser a fiscalizadora, no meu ponto de vista, e ela deveria nos abastecer a todos com esses dados. Então, não temos dados, números exatos para poder dizer. Sabemos de ouvir dizer e sabemos porque, às vezes, algumas agências acionam a Abap dizendo: "Olha, estou sendo ludibriado por um cliente meu que está fazendo uma compra de mídia através de Miami", por exemplo, e alguns canais de TV a cabo aceitam esse tipo de inserção sem nenhuma interveniência de uma agência brasileira.

Então, nós não sabemos a quantidade. Sabemos que existe, mas não temos como medir. Eu diria que é muito fácil. Se a Ancine quiser fazê-lo, é colocar algum estagiário assistindo à TV a cabo. Isso é fácil, isso se faz com alguns trocados, não custa muito dinheiro, não. A gente pode até dar a metodologia para eles fazerem, se quiserem, porque é uma coisa muito simples. Mas não nos compete fazer; e eu esperava ter esses números vindos da Ancine.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Leifert, mais alguma pergunta? (*Pausa.*)

Alguém mais quer fazer algum questionamento? Ceneviva? (*Pausa.*)

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Gerace?

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Boa tarde.

Uma coisa que me preocupa é que, na referida lei, diz que, se for contratado por uma agência brasileira, esse produto poderia ser gerado, produzido fora do País e veiculado aqui?

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – O produto precisa, o comercial… Vamos supor que seja um comercial de um anunciante brasileiro vindo através de uma compra no exterior: ele tem que ser nacionalizado, e aí paga-se uma taxa de nacionalização, que se pode traduzir para que seja feita no vernáculo correto, porque muitas vezes vem de lá com uma mistura de português com espanhol, o que não é o correto. E às vezes é um comercial produzido lá fora. Ao ser internalizado, ele paga as taxas necessárias, o que faz com que isso, de alguma maneira, reembolse as agências ou a força de trabalho brasileira.

Isso está na lei.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Eu falo isso, porque represento o setor da mão de obra do audiovisual, que, para existir, precisa de produtoras. E o senhor muito bem sabe que uma produtora não pode produzir e veicular. Isso é uma salvaguarda das agências.

À medida que se possa nacionalizar um produto feito lá fora, vamos retirar do mercado as produtoras e, consequentemente, a mão de obra do setor.

Eu até entendo que é complexo, porque tem grandes campanhas internacionais, mas que se tomasse o cuidado de não se facilitar. A gente tem notícia de garçom brasileiro em Miami dublando comercial, fazendo coisas assim. Eu fico preocupado com a questão de restrição de mercado para quem atua nele aqui no Brasil.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – As agências cumprem a lei no que se refere à nacionalização de comerciais. Quer dizer, existem taxas, existem impostos que são pagos para se nacionalizar, e deve-se usar uma produtora local, por exemplo, para fazer a dublagem, para fazer, enfim, a parte nacional que for necessária.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Não estou me referindo à Abap. Nesse sentido, vocês cumprem o que a lei determina, mas a própria agência reguladora… E eu tenho, no meu caso e na minha representatividade, várias discussões nesse sentido, porque ela se comporta, às vezes, mais como agência de fomento do que como reguladora. Ela, por acaso, não detém nem as estatísticas, nem os quantitativos do nosso segmento.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Como ela não tem no caso dos comerciais, possivelmente não terá também a informação…

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Não tem de uma maneira geral. Ela não fiscaliza nem os créditos…

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Bem lembrado.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA –…de filmes, nem o grau de contratos daquela referida obra, mas vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho uma dúvida para o Presidente da Abap, ligada ao seguinte…

Talvez não seja possível dar uma resposta com números precisos, mas, em geral, para entender o que isso representa tanto do ponto de vista da capacidade de produção brasileira de audiovisual, focada no mercado publicitário, quanto do ponto de vista de formação e de alocação de mão de obra. Então, me refiro eventualmente a volumes de dinheiro que isso movimente, a volumes de empregos ou de oportunidades de trabalho, de postos de trabalho direta e indiretamente relacionados com a atividade publicitária.

E me preocupa aquilo que V. Sª traz para o conhecimento do Conselho de Comunicação Social, porque uma lei que teve o cuidado de assegurar o audiovisual brasileiro num ambiente mundializado e integrado, em que o poder da indústria, especialmente a americana, pode aniquilar a nossa capacidade de produção, me chama a atenção que um dispositivo que protege a competência brasileira possa estar sendo desrespeitado e de certa maneira até destruído com o beneplácito da agência reguladora.

Portanto, nos limites do que seja do seu conhecimento em termos de cifras, como o volume de dinheiro movimentado, repito, e quantidade de pessoas atingidas, empregos diretos ou oportunidades de trabalho diretas e indiretas ou outros indicadores, do que nós estamos falando? Qual é o risco concreto que nós estamos enfrentando?

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Não temos dados. A resposta mais clara e simples é que não temos dados. Deveríamos tê-los por via da agência fiscalizadora. Se ela nos dissesse quantos comerciais são, em que programas eles estão e em que quantidade, a gente conseguiria facilmente… Sabendo do valor e do espaço publicitário, nós saberíamos dizer que volume de dinheiro está entrando no mercado.

Infelizmente, nós não temos esses dados. Eu fico lhe devendo. Posso até ver se alguma das nossas associações, das produtoras… Pode ser que eles tenham alguma informação. Mas nós, na Abap, não temos essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Acho que seria útil, para que ficasse registrada mais adiante a quantidade de postos que está em risco com o desrespeito a essa lei.

Obrigado.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – A Abap se compromete a mandar alguma informação por meio das produtoras. Elas devem ter algum número. Por via da Ancine, infelizmente não teremos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – De novo, eu peço desculpas se for indelicado.

Nós convidamos a pessoa errada, que não vai conseguir informar?

Até agora foi só não: "Não sei, não conheço e não tenho informação…" Estou na dúvida.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Eu imaginei… Desculpe a resposta, mas eu imaginei que a Ancine devesse ser convocada, e ela devesse dar as informações. Ela é o agente fiscalizador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Nós recebemos, o Conselho recebeu da Ancine um ofício datado de 26 de novembro, no qual a Agência informa: "Até o presente momento não chegou ao conhecimento da Superintendência qualquer denúncia ou representação a respeito desse assunto." No entanto, como tive oportunidade de ler, reproduzindo aqui o requerimento de informações que eu havia formulado através do Conselho e dirigido à Ancine, a lei impõe à Ancine o dever de fiscalizar. Então, ela não depende de provocação nem da Associação de Agências, nem da Associação de Produtoras, nem de anunciantes. O fato é que a Associação de Agências, pelo que estamos verificando, não dispõe de números, como também o Conselho não dispõe porque a Ancine, pelo que se soube pelo ofício, não está exercendo a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Algum Conselheiro? Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Primeiro, quero cumprimentar o Dr. Orlando por trazer essa provocação que, me parece, nos interessa efetivamente, na medida em que diz respeito, enfim, à economia brasileira, aos trabalhadores brasileiros, à cultura brasileira, que efetivamente correm risco com esse tipo de comportamento. Inclusive, a lei… Eu não conhecida detalhadamente a lei, mas, pelo que entendi, ela repassa – já

para compensar, digamos, a produção no exterior – alguns recursos na forma de tributos, na tributação, que voltam para as agências, que eu imagino e espero cheguem às mãos dos trabalhadores também, porque há uma quantidade de trabalhadores que perderam seus postos de trabalho.

Mas, enfim, eu acho que é um debate que nos diz respeito, acho que é um debate importante, mas acho que deveria ter sido convocada; não sei se foi convocada. Também imagino que, se pudéssemos contrapor, já teríamos resposta e, provavelmente, seria muito mais interessante para a própria organização já sair daqui com algumas informações. Não sei se é pertinente fazermos isso, ou seja, convidarmos a Ancine para vir aqui para… Não sei se foi convidada, não sei como foi feito esse convite. Isso nos seria esclarecedor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – O convite foi só até a Abap.

Algum… O Conselheiro Leifert… Ceneviva… Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Tenho uma proposta a fazer, além dessa solicitação que farei à própria Abap de – nos limites do que seja possível, eventualmente com o concurso de outras associações –, informar ao Conselho, para que fique registrada a quantidade de profissionais atingidos pela eventual missão da agência reguladora, que é a Ancine: que se convidasse a Ancine para tratar desse tema conosco.

Vem a calhar uma sugestão de que, talvez, não fosse o caso de trazer o presidente da Ancine, mas, sim, o seu diretor de fiscalização. Não me recordo de cabeça qual é a designação, no organograma da Ancine, de como isso funciona, mas há, na sua estrutura, profissionais responsáveis pela atividade de fiscalização. Eles poderiam nos visitar e, além de descrever como tem sido a atividade da Ancine nesse período, também tocar especificamente nesse tema. Com a ajuda, que agradeço, do Conselheiro Leifert, vejo que o Superintendente de Fiscalização é o Sr. Tulio Faraco, que subscreveu o ofício que recebemos da própria Agência em dezembro de 2013. Ele seria, então, na minha proposta, a pessoa a dar conta da observância do art. 25 e de todo trabalho eventualmente de fiscalização da Agência, se o Conselho entender que é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Alguém mais quer se manifestar? (*Pausa.*)

Então, coloco em discussão essa proposta do Conselheiro Ceneviva, de convocar o diretor de fiscalização da Ancine. (*Pausa.*)

Ninguém quer se manifestar. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, está aprovada a convocação do diretor de fiscalização da…

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Seria em conjunto com a Abap, ou só a Ancine?

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Eu me coloco à disposição, Sr. Presidente. Estou à disposição. Inclusive, posso vir mais bem munido a partir desse tipo de questionamento sobre os volumes…

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Presidente, eu sou autor do pedido de informações original à Ancine. Entendo que faz sentido que se formulem novas indagações à Agência, mas eu proporia que se dispensasse a Abap de comparecer novamente, porque ela já prestou as informações de que dispunha nessa oportunidade, de tal maneira que teremos uma audiência mais curta, mais breve, com a presença do representante da Ancine, como requerido pelo Ceneviva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Alguma manifestação a respeito da proposta do Conselheiro Leifert?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não. Só espero que, quando ele chegar aqui, ele não fale assim: "O Orlando não veio?"

O SR. MÁRCIO NOVAES – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Bom, então…

Marcelo… Márcio Novaes.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Boa tarde, Sr. Presidente. Cumprimento também o Dr. Orlando, e agradeço a participação dele.

A título apenas de sugestão, concordo com o Conselheiro Leifert, sobre a desnecessidade da presença novamente da Abap, mas consulto o Dr. Orlando quanto à possibilidade de, no transcorrer, até a realização dessa nova audiência com a presença da Ancine, nos remeter algum instrumento, algum exemplo que nos possa esclarecer melhor sobre como se daria esse descumprimento, alguma amostra, para que todos aqui pudessem ver.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Perfeitamente. Os poucos casos que tivermos percebido, juntamos.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Acho que, por curiosidade, qualquer um dos 216 associados talvez tenham já visto e gravado, e possa ser remetido. Muito obrigado.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Faremos isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Então, fica aprovada a decisão de se convidar o Diretor de Fiscalização da Ancine, como complemento das informações que a Abap dará.

Gerace.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Sr. Presidente, é uma pena que o senhor não pôde comparecer na parte da manhã, mas os que estavam aqui fizemos uma constatação: o problema que foi esse período grande em que o Conselho não atuou; o volume de coisas que estão acontecendo nas subcomissões; e, de fato, nós temos só mais quatro encontros. Que seja observado isso, que paginemos corretamente, para que consigamos também o nosso próprio compromisso aqui com o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – É bem-vinda a sua opinião, a sua observação. Vou conversar com o Dom Orani e com a secretaria da Comissão. Os próprios conselheiros têm consciência de que o tempo é curto. Então, há algumas reuniões importantes, alguns assuntos a serem decididos.

Então, se ninguém mais quer manifestar-se sobre o convite feito ao Sr. Orlando, nós só temos a agradecer a sua presença.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Eu é que agradeço. Coloco-me, novamente, à disposição. Em havendo necessidade de levantamento de algum número, estaremos às ordens no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Muito obrigado.

Item 2 da Ordem do Dia.

Leitura, discussão e votação do relatório sobre a manifestação da Abepec, que trata de preocupações com o espectro dos 700MHz.

Na primeira reunião ordinária de 2014, este Conselho tomou conhecimento da carta das emissoras públicas, educativas e culturais ao CCS, datada de 7 de fevereiro de 2014, com considerações da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), sobre a revisão do Plano Básico de Distribuição de Canais Digitais.

Na carta, a Abepec manifesta preocupações sobre a destinação do espectro eletromagnético da faixa de 700MHz para o serviço de telecomunicações e solicita manifestação do Conselho em defesa das televisões públicas.

Na segunda reunião ordinária de 2014, o Conselho decidiu formar Comissão de Relatoria para definir o encaminhamento a ser dado pelo colegiado à carta recebida.

Nesse sentido, passo a palavra ao Conselheiro Schröder, integrante da Comissão de Relatoria para a apresentação do relatório.

O SR. CELSO AUGUSTO SCRHÖDER – Presidente, tivemos uma reunião pela manhã na Comissão de Tecnologia, onde foi relatado que, infelizmente, esta Comissão não conseguiu fazer o relatório, na medida em que dois importantes membros, o titular e a suplente, Roberto Franco e Liliana, estão em viagem internacional e que, pelo entendimento, pelo menos que eu tinha, haviam ficado de fazer a minuta para a reunião.

Eu também tive uma semana toda de congresso nacional dos jornalistas e acabamos não fazendo o relatório. Portanto, peço desculpas a este Plenário. No entanto, dados a gravidade e o grau de acordo que nós tínhamos, já detectados neste Plenário, o que se repetiu na Comissão, a Comissão achou por bem designar uma subcomissão rápida – o Conselheiro Ronaldo Lemos, o Conselheiro Ceneviva e eu – para fazermos um texto que tentasse reproduzir a nossa posição emergencial e factual, em que pese o relatório não estar pronto. E assim o fizemos.

Então, peço licença à Presidência e ao Pleno nosso, para que o Conselheiro Ronaldo leia esse texto, para ver se dá conta e se há pertinência – se o conteúdo e a pertinência do texto justificam a sua imediata manifestação, na forma de uma moção, com todos os cuidados que já falamos, aqui, a respeito das moções que exigem esse grau de urgência, importância e, principalmente, de consenso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Ronaldo Lemos com a palavra.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, só relatando a ordem. Como coordenador da Comissão de Tecnologia, hoje de manhã nós nos reunimos, e ficou constatado que não tínhamos o relatório em mãos ainda. Acredito que o Conselheiro Roberto Franco irá prepará-lo junto com a Comissão para as próximas reuniões. Mas, dada a urgência da questão dos 700MHz, foi feita uma deliberação na Comissão de Tecnologia de que essa comissão *ad hoc* prepararia um texto curto, somente dando conta da carta da Abepec, e esse texto que nós preparamos hoje durante o almoço é agora submetido, então, à apreciação do Pleno do Conselho, o que não prejudica qualquer debate, comentário ou possibilidade de manifestação dos demais conselheiros que queiram aduzir outros comentários com relação ao texto.

Então, peço licença, vou ler o texto. É um texto bastante curto, que seria uma manifestação de imediato do Conselho com relação à questão dos 700MHz, da seguinte forma:

Ao Ex^mo Sr. Presidente do Senado Federal
Ex^mo Sr. Presidente,
Por meio da presente, informamos que o Conselho de Comunicação Social discutiu e deliberou nesta data o quanto se segue com relação à questão da destinação do espectro eletromagnético da faixa de 700MHz.
A esse respeito, fomos provocados por correspondência da Abepec (Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais), recebida no dia 7 de fevereiro. A posição esposada na presente manifestação reflete não apenas a visão da Abepec, mas também a visão dos radiodifusores de todas as naturezas e de outros segmentos da sociedade.
Encaminhamos a carta da Abepec em anexo para fins de referência.
Em face do tema em questão, o Conselho de Comunicação Social solicita que seja efetuada a suspensão da consulta pública em curso na Anatel com respeito à alocação da faixa de 700MHz. A razão para tanto é que, como demonstrado em audiência realizada pelo Conselho de Comunicação Social, o problema da interferência ainda não foi resolvido. Isso significa que, da forma como está, haverá interferência do sinal de telefonia celular no sinal de televisão e vice-versa. Além disso, a faixa de espectro que ficará remanescente após a realocação será insuficiente para abarcar toda a diversidade dos radiodifusores, especialmente aqueles representados pela Abepec.
Para dar conta dessa séria possibilidade, em consoante com a referida carta, solicitamos que seja também efetuada a suspensão do leilão relativo à alocação da faixa de 700MHz e das providências preparatórias a ele até que os temas estejam diligenciados.
Solicitamos que a presente deliberação do Conselho de Comunicação Social seja encaminhada à Presidência da Anatel, bem como ao Ex^mo Sr. Ministro das Comunicações.

E aí encerro a leitura.

Esse é o texto que foi preparado, pedindo a suspensão do leilão até a notícia de que o próprio SindiTelebrasil também já pediu a suspensão do leilão para a Anatel.

Essa seria a nossa manifestação. Com isso, acho que é muito bem-vinda a manifestação dos demais conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Coloco em discussão o documento que acaba de ser lido pelo Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Sr. Presidente, o assunto foi mais uma vez discutido hoje, já fora objeto de uma apresentação em reunião plenária, dando conta do grau de interferência, do risco de interferência sobre a radiodifusão. Pela manhã, quando discutimos o tema, tivemos aqui ocasião de recordar que a interferência privará o telespectador de receber informação – haverá uma privação dos direitos da informação –, e impedirá que os anunciantes se comuniquem com o público; enfim, que as emissoras públicas serão igualmente afetadas pela interferência.

Sendo a televisão, como sabemos o meio de comunicação mais importante do País, é legítimo que se realize um estudo aprimorado, aprofundado, antes de qualquer medida capaz de causar danos ao sistema de radiodifusão no País, seja de natureza pública, seja de natureza privada. Existe um interesse maior a ser preservado, que é o direito do público à comunicação, que será, sem dúvida, afetado se a faixa de 700MHz for licitada na velocidade e sem os cuidados que essa matéria comporta.

Assim sendo, eu me manifesto a favor da aprovação do texto que acaba de ser aqui lido pelo Conselheiro Ronaldo Lemos e que já foi subscrito por dois outros conselheiros da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Nossos agradecimentos ao Conselheiro Gilberto Leifert.

Consulto se mais algum conselheiro tem mais alguma manifestação a respeito do encaminhamento dessa carta. (*Pausa.*)

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu, de novo.

Não sei, Ronaldo, Schröder e Walter, se está contemplada a preocupação da sociedade em relação ao que o Governo está tentando fazer. Nós sabemos muito bem o que o Governo quer fazer. Essa caixa de leilão da frequência dos 700 para a cobertura do 4G é uma coisa a toque de caixa. Eles querem resolver isso da melhor forma possível, o mais rápido possível. A coisa é tão preocupante que até os radiodifusores são contra o que está sendo colocado.

O leilão tem fim eminentemente arrecadatório. Seria interessante colocar no texto essas preocupações, para não achar que a gente só está falando uma coisa. Por exemplo, se somos contra, vamos esperar, vamos ver… Eu acho que teria de pontuar alguma coisa mais substancial. Eu não sei se estou me fazendo entender com essa preocupação, que não é só uma preocupação nossa aqui, do Conselho. É uma preocupação da so-

ciedade de forma geral. Eu consigo enxergar o texto como nosso – os radiodifusores, os trabalhadores, os conselheiros. Pode ser que eu esteja equivocado, mas ele omite a preocupação da sociedade civil, de forma geral. É nesse sentido.

Eu vou parar por aqui e qualquer outra intervenção, se for necessária, eu vou seguindo o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Muito bem.

Algum Conselheiro tem mais alguma manifestação? (*Pausa.*)

Então, vou ler aqui uma informação extra-oficial, informal, que foi feita pelo assessor parlamentar da Anatel, de que amanhã, dia 8, às 14h30min, na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, haverá uma audiência pública para discutir os princípios gerais do edital de licitação da faixa de 700MHz. Os integrantes deste Conselho estão convidados. E também informa que a consulta pública ainda não foi aberta.

Então, está aprovado o envio da carta ao Presidente do Senado, para o encaminhamento ao Presidente da Anatel e ao Ministro das Comunicações.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, rapidamente.

Estando aprovada a carta, só para tranquilizar o Conselheiro Nascimento que consta da carta que ela é do interesse inclusive de vários segmentos da sociedade; e, além disso, é uma carta muito substantiva: a gente está pedindo providências muito específicas com relação à condução dessa matéria.

Então, só para tranquilizar o Conselheiro sobre a sua preocupação. Depois, eu vou compartilhar o texto, porque nem sempre da leitura dá para ficar claro, mas eu acredito que, ao ler o escrito, o Conselheiro vai-se dar por satisfeito também com relação ao texto.

É só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Antes de passar a palavra ao Conselheiro Ceneviva, eu a concederia ao Conselheiro Ronaldo Lemos, para encaminhar o texto à secretaria.

Conselheiro Ceneviva com a palavra.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Não quis me pronunciar antes que nós aprovássemos o teor muito movido pela preocupação da Conselheira Wrana Panizzi, especialmente nas reuniões pela manhã, de que nós tivéssemos um mínimo de produtividade, que alcançamos aprovando esse texto.

Eu queria, para que não passasse sem registro, lembrar a todos que a televisão aberta – e quando digo televisão aberta não estou me referindo à televisão aberta privada; estou-me referindo à televisão aberta educativa, à televisão aberta pública, à televisão aberta estatal –, elas são a ferramenta pela qual o brasileiro não apenas se entretém, não apenas se distrai, como também a maneira pela qual o brasileiro se informa, a maneira pela qual se dá o processo político em todo o País. Este é um ano de eleições, e nós sabemos que o processo político eleitoral se dá preponderantemente pela televisão.

Além de ser tão importante, a televisão rivaliza com o fogão em presença nos lares brasileiros. Portanto, ela compete com a importância da alimentação na presença nos lares brasileiros. E ela corresponde a alguma coisa que, nesses dias em que a gente vê a crise da Criméia – hoje, outra república, cujo nome me escapa, na Rússia, pleiteia sua independência da Ucrânia para se integrar à Rússia também –, olhando a experiência desse país do Leste Europeu, a gente aprende a importância de se ter um país do tamanho do nosso com uma só língua – com sotaques, com gírias, mas uma só língua – e a clara percepção de sermos um único e um só País. Para que isso se dê, a televisão joga um papel fundamental.

Portanto, sendo a televisão gratuita – insisto, gratuita, e, no País do Fome Zero, o serviço gratuito é decisivo e crucial –, sendo ubíqua e sendo acatada junto com o fogão, junto com a alimentação, a televisão tem uma importância que não pode passar despercebida.

Mas há um elemento mais importante, que dialoga com o assunto que foi objeto da Comissão de Tecnologia nesta manhã. Na Comissão de Tecnologia, nós falávamos que há milhões de telefones móveis na mão dos brasileiros e que correm o risco de serem desligados porque existe neles uma irregularidade formal. Há um fato consumado, portanto, no campo da telefonia móvel.

No campo da televisão, é mais grave o fato consumado: há por volta de 60 milhões de receptores de televisão digital em operação no Brasil; 60 milhões de pessoas compraram televisões que são incompatíveis com a telefonia em 4G; 60 milhões de receptores que não poderão ser utilizados para nenhuma finalidade tão logo seja ativada a telefonia em 4G.

Isso dá uma ideia da importância que esse tema contém; isso dá uma ideia da importância que o tema traz consigo mesmo.

O mais grave – e, dizendo isso, pondero especialmente ao Conselheiro Nascimento – é que não é só a telefonia 4G que interfere na televisão digital; a televisão digital também interfere na telefonia 4G. De tal ma-

neira que a operação dos sistemas irradiantes e dos receptores de TV e a operação dos sistemas irradiantes dos receptores de telefonia 4G são reciprocamente interferentes, produzindo o efeito concreto de que nenhum dos dois sirva para nada ao fim das coisas. É evidente, estou exagerando: pode ter algum cafundó em que esse negócio funcione, mas a vida real implica, e os testes estão demonstrando isso… O relatório ainda não está pronto, mas os testes estão indicando que há uma interferência recíproca entre telefonia 4G e televisão digital aberta.

O fato de que essa interferência seja recíproca levou a que o próprio sindicato das empresas de telecomunicações tivesse pleiteado o adiamento. Ou seja, não se trata de um tema que comporte polêmica. Todos os envolvidos, exceto a agência reguladora, reconhecem que não é possível proceder. É preciso parar. É preciso analisar como fazer, por exemplo, com os 50 ou 60 milhões de brasileiros que compraram receptores digitais que vão parar de funcionar.

Então, afirmando a importância do tema e, de novo, dialogando com o Conselheiro Nascimento, ainda que possa ter implicação na ambição do Governo de arrecadar e tudo mais, o fato concreto que está contido na nossa manifestação é o seguinte: caso se ative o sistema de telefonia 4G sem a adoção de qualquer medida – e é nessa direção que hoje nós caminhamos –, o que vai acontecer é que as televisões param de funcionar.

Isso é grave em si mesmo. Como se pode prosseguir um processo que cala um serviço gratuito de integração nacional para promover um serviço pago que não corresponde a nenhuma necessidade, a nenhuma demanda do brasileiro?

Nesse sentido, eu quero lembrar aos senhores o seguinte: na França, uma das maiores economias do mundo, cujo PIB *per capita*, é evidente, é muito maior do que o do brasileiro – o francês ganha muito mais do que nós, num país de tantas desigualdades –, para a disseminação da banda larga, que é o propósito da telefonia 4G para o acesso digital, tanto a agência reguladora quanto a corte de contas francesa estão avaliando o uso do velho par de cobre. O que é o par de cobre? É a velha linha telefônica, que no Brasil já tem 30, 40 anos de funcionamento, como uma grande solução ainda duradoura para a disseminação de banda larga nos rincões mais afastados.

Se na França, com o seu PIB, com a sua tecnologia, com a sua indústria, ainda se fala em usar o par de cobre, por que nós, no Brasil, haveríamos de correr o risco de prejudicar os 60 milhões que já têm televisão digital e os próximos que venham a adquirir receptores? Para atender a qual necessidade? Soa para mim que a única necessidade a ser atendida é a dos fabricantes que precisam desovar equipamentos. Mas essa necessidade deles não corresponde nem a uma necessidade nossa, dos brasileiros, nem da radiodifusão pública, privada, estatal ou educativa e muito menos ao cumprimento de qualquer política, nem mesmo a de disseminação da banda larga, porque nós já temos ferramentas para essa disseminação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Muito obrigado, Conselheiro Walter Ceneviva.

Alguém mais tem alguma manifestação?

Márcio Novaes.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Sr. Presidente, mais uma vez complementando o que disse o Conselheiro Ceneviva, o envio dessa manifestação do Conselheiro é mais do que pertinente e oportuno, porque já está na pauta do Conselho da Anatel, para a próxima quinta-feira, a discussão do relatório de interferências, sendo que os testes foram finalizados nessa última sexta-feira, dia 4 de abril. Portanto, a análise de interferência desses testes deve ter começado hoje.

Nós vivemos uma situação muito curiosa e *sui generis* com relação a esse episódio do leilão dessa faixa de 700MHz, porque o radiodifusor, nas suas variantes, como citou o Conselheiro Ceneviva, seja ela estatal, comercial ou educativa, todos aqueles que foram, vamos dizer assim, desapropriados da faixa pedem adiamento; aqueles que podem, têm interesse e legitimidade para comprar pedem adiamento.

A radiodifusão pública, que seria oficial, do Governo, enfim, aquela que é mantida pelo Governo se sentiu numa situação ainda pior. Daí o ofício da Abepec que nos foi enviado e é pauta de discussão deste Conselho, sob a relatoria do Conselheiro Roberto Franco.

Portanto, só para acrescentar e me manifestar no sentido da urgência do envio dessa manifestação por ser extremamente oportuna e necessária.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Algum Conselheiro quer se manifestar?

Então, será encaminhada a carta ao Presidente do Senado.

Recomendo à Secretaria que o faça com a devida urgência, já que na próxima sexta-feira a Anatel vai ler o relatório sobre a interferência…

O SR. MÁRCIO NOVAES – Já está na pauta da reunião do Conselho Diretor da Anatel, da próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Está bom.

Em reunião ordinária de 2014, este Conselho iniciou um debate sobre o programa A Voz do Brasil, com base no Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, da Senadora Marinor Brito e no Projeto de Lei nº 595/2003 da Deputada Perpétua Almeida.

Na ocasião, decidiu-se pela formação de comissão de relatoria para que o Conselho se posicionasse em relação às propostas de transformação do Programa em Patrimônio Imaterial do Brasil e de flexibilização do seu horário de veiculação.

Antes de passar a palavra à Comissão de Relatoria, informo que, em primeiro de abril último, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – Comissão de Ciência e Tecnologia, do Senado Federal, aprovou relatório do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, de autoria do Relator *ad hoc*, Senador Alfredo Nascimento, que passou a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 4/CCT e nº 5/CCT, rejeitando as emendas nº 1T, 2T e 3T, de autoria do Senador Mário Couto.

O projeto seguiu na mesma data para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que o apreciará em decisão terminativa.

Já o Projeto de Lei nº 595, de 2003, não registrou a tramitação depois da nossa última reunião ordinária.

Diante disso, passo a palavra ao Conselheiro Ronaldo Lemos, integrante da Comissão de Relatoria, para a apresentação do relatório.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, com relação a essa questão, entre a última reunião e esta reunião recebi uma ligação do Conselheiro Daniel Slaviero, solicitando que, antes da elaboração do relatório, fosse primeiro feita uma audiência para que a gente tivesse a oportunidade de discutir um pouco mais a fundo essa questão.

Então, o Conselheiro manifestou essa preocupação, e eu fiquei sensibilizado, porque me pareceu de fato uma questão de muita importância, de modo que a minha posição é que eu acho que, para a gente ter um melhor relatório possível com relação a essa questão que, me parece, envolve uma disputa e uma questão técnica, inclusive, seria ideal que a gente tivesse uma audiência pública preliminarmente à elaboração de qualquer relatório.

Então, acho que essa é a posição que eu tenho para relatar aqui hoje e saúdo a manifestação dos demais conselheiros também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Consulto os conselheiros se concordam com a proposta do Conselheiro Ronaldo Lemos?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu só quero dizer que eu participo desta Comissão, postei uma mensagem para o Daniel e para o Ronaldo, inclusive dizendo a eles que nós tínhamos indicação de nomes para compor.

Estava aguardando a manifestação deles, que não ocorreu. Portanto, ainda aguardo manifestações, para que a gente possa compor esta Mesa o mais rápido possível e dar encaminhamento para a secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Muito bem.

Iniciamos a fase de relatório de andamento dos trabalhos das comissões temáticas a serem proferidas pelos coordenadores, de acordo com o art. 39, §6º, do nosso Regimento Interno.

Temos um item extrapauta, não é isso? (*Pausa.*)

Eu vou passar, então, a palavra ao Conselheiro Walter Ceneviva, e depois então nós entraremos nos relatórios que porventura existirem a respeito das comissões temáticas.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós recebemos na reunião anterior, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, um voto da relatoria de S. Exª o Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues, a respeito da regulação e governança do setor de radiodifusão no Brasil.

O documento é alentado, como eu tive a oportunidade de indicar mais cedo, certamente um produto dos tempos tecnológicos em que vivemos, em que o copiar e colar torna os textos muito mais compridos do que o necessário. Mas, tirando o aspecto de ser tão longo, o relatório certamente deixa a desejar. E eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Conselheiros que tenham tido a oportunidade de lê-lo, também daqueles que não puderam lê-lo, que dediquem alguma atenção para o assunto.

Preocupa-me, pinçando esporadicamente alguns assuntos, por exemplo, na p. 4 do voto do Ministro Walton Alencar, uma tabela dos normativos que regem o setor, uma tabela evidentemente incompleta, citando, inclusive, dispositivos que não se aplicam ao setor desde há muito.

Na indicação das quantidades de emissoras, também há erros, porque se indica um número que corresponde a talvez o triplo da quantidade de emissoras existentes.

Na discussão dos maiores desafios do setor, embora constatado o fato de que há um convênio entre a Anatel e o Ministério das Comunicações, S.Exª e o relatório e sua equipe técnica não descrevem nem se apro-

fundam sobre uma polêmica jurídica importante que tem determinado uma confusão muito grande no exercício da fiscalização no setor da radiodifusão.

É interessante observar que, no próprio tratamento da jurisprudência do Tribunal de Contas da União em relação ao setor de radiodifusão, o relatório é talvez insuficiente. O Tribunal de Contas da União tem inúmeras decisões em relação ao setor da radiodifusão, preocupado com o cumprimento das leis do setor e da Lei Geral de Licitações e, no entanto, aqui na p. 2 do relatório, só um aspecto muito específico da jurisprudência do TCU sobre a radiodifusão é citado, e todo o resto é desconsiderado.

O Tribunal de Contas não indica qual é o *status* atual das outorgas. Dentre os itens que se refletem nesse *status*, um para o qual eu chamo a atenção de todos é o fato de que os processos de renovação das outorgas têm sido de uma lentidão chocante, o que gera a insegurança não só para a sociedade, como também para os concessionários. Eu não sei a estatística exata, mas, salvo engano, das concessões e permissões em ondas médias, em AM, 80% delas não têm sido renovadas.

O próprio relatório não propõe nenhum tipo de solução, nem faz um diagnóstico das estruturas, seja do Ministério das Comunicações, ou da falta de estrutura, não falta de empenho, nem falta de seriedade, mas de insuficiência material de recursos, tanto quantitativos humanos, quanto também de equipamentos para o exercício da sua missão, e da mesma maneira em relação à Anatel.

Enfim, o relatório que, por inúmeras oportunidades, critica o fato de que o conteúdo é mal regulado, o que é em si mesmo uma aberração, à medida que a Constituição do Brasil não admite a regulação de conteúdo, um relatório que se intromete num tema que não apenas não é da atribuição nem da competência do Tribunal de Contas, como ainda viola a Constituição do Brasil, por outro lado, se omite em temas que são muito importantes.

Então, preocupo-me em registrar para os Srs. Conselheiros o fato de que a Corte de contas brasileira, com o propósito de fazer um diagnóstico do setor, no fim das contas traçou um desenho superficial, contemplando imprecisões e erros importantes, de tal maneira que, se o Conselho simplesmente recebe isso sem se manifestar, poderá de alguma maneira parecer aprovar ou ser complacente com a imprecisão.

Não sei se, diante do tempo que nós temos – temos mais quatro reuniões – justifica-se uma comissão especial ou coisa do tipo para analisar o relatório. Mas não gostaria que passasse despercebido o fato e nem gostaria que se pudesse, no âmbito do Conselho de Comunicação Social, considerar que esse retrato, feito com certeza com denodo, mas contendo tantas imprecisões, pudesse ser, pelo nosso silêncio, considerado um retrato fiel ou propositivo de alguma utilidade para o futuro e a qualidade da radiodifusão no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – A Presidência entende a importância do relatório, inclusive dos considerandos que foram feitos aí a respeito do conteúdo, e propõe ao Conselho a sua ideia de formação de uma comissão para discutir e examinar esse relatório, porque realmente é relevante o que foi dito pelo Conselheiro Ceneviva.

Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, só para informar que eu vou ter de sair um pouquinho mais cedo, porque hoje eu vou ter que ir a São Paulo, e o meu voo é às 17h20min.

Gostaria só de pedir para fazer um relato breve da discussão da Comissão de Tecnologia, dado que a gente tem uma providência ainda a ser tomada com relação ao que foi deliberado hoje pela manhã. Só para, se houver acordo…

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de ponderar e propor que, em relação a esse relatório, nós mantivéssemos o tema em suspenso, de tal maneira que, conforme evolua o nosso trabalho nas próximas reuniões, havendo oportunidade, a gente voltasse a ele; ou seja, que a gente não dissipe a atenção das comissões para mais um tema, sendo que a gente não tem dado conta de outros temas dos quais a gente gostaria de ter dado conta.

Mas, se houver oportunidade, eu ou outro conselheiro poderemos provocar, para que o relatório seja objeto de um comentário específico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Está bem.

Então, há o Conselheiro Ronaldo Lemos, que fazia o relatório…

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Está bom.

Então, está encerrada a Ordem do Dia prevista para a presente reunião.

Com a palavra, o Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, antes de começar, eu queria pedir à secretaria que, depois, encaminhasse as datas das audiências futuras que estão sendo planejadas, para que a gente pudesse encaixar também a audiência sobre o tema do Item 3 da pauta de hoje – só para a gente ter isso. Mas isso pode ser feito daqui a pouquinho.

Então, entrando no relatório da questão da Comissão de Tecnologia, a Comissão se reuniu hoje pela manhã. Entre as deliberações, uma já foi discutida aqui, que é o envio dessa carta com relação à questão dos 700MHz. Houve outra deliberação da Comissão, já aprovada pela Comissão e agora submetida ao Pleno do Conselho, de que também encaminhássemos um ofício, por meio da secretaria, à Anatel, para que esta compartilhe com este Conselho dos estudos que foram utilizados, ou que estão sendo utilizados, para subsidiarem o chamado desligamento dos celulares não homologados, não certificados, que estão sendo chamados, entre outros nomes populares, "piratas" ou "xing lings".

Nesse sentido, eu gostaria de submeter isso à aprovação do Conselho, de que seja encaminhado um ofício à agência, solicitando nos encaminhe todos os estudos que foram utilizados como embasamento para essa tomada de decisão, que vai acarretar, se for levada a cabo, o desligamento de 12 milhões a 50 milhões de celulares no Brasil. Então, a gente gostaria de ter acesso a esses estudos, justamente para que o Conselho possa manifestar-se com relação a um tema que é extremamente importante.

Com isso, eu submeto esta matéria à apreciação do Conselho. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Algum Conselheiro quer manifestar-se sobre a sugestão do Conselheiro Ronaldo Lemos? (*Pausa*.)

Então, está aprovado.

O SR. RONALDO LEMOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Era isso que eu tinha para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Consulto se mais algum conselheiro deseja informar sobre o andamento dos trabalhos das comissões temáticas. (*Pausa*.)

Consulto se algum conselheiro gostaria de fazer uso da palavra para comunicações diversas e sugestões de pauta para a nossa reunião a ser realizada em 5 de maio de 2014, lembrando que teremos, às 14h, audiência pública sobre "Violência contra jornalistas, radialistas e outros comunicadores".

Também consulto sobre a oitiva do Sr. Tulio Faraco para a manhã do dia 5 de maio, porque teremos já a audiência sobre violência; se a fiscalização da Ancine pode ser feita à parte…

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Presidente, permita-me uma sugestão para aliviar o trabalho do Plenário: se a audiência da Ancine em relação à publicidade puder ser realizada de manhã pela Comissão de Publicidade. Nós pediríamos que a autoridade comparecesse pela manhã, de tal maneira que, à tarde, houvesse tempo suficiente para a audiência pública sobre violência praticada contra jornalistas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Schröder. (*Pausa*.)

Ah, é outro assunto? Sobre o sexto assunto?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu pondero ao Conselheiro Leifert se não seria adequado que a apresentação dele fosse feita numa reunião do próprio Conselho. Eu tenho a impressão de que nós temos a possibilidade de consulta, não sei, de ter reunião do Conselho de manhã, reunião do Conselho de tarde. Se fosse possível, que fosse assim. Do contrário, concordo com a sugestão do conselheiro Leifert.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Se fosse pela manhã, não seria uma reunião do Conselho, mas uma reunião da Comissão. Se nenhum conselheiro tem nada a opor, então, ficaremos com a reunião no dia 5 de maio, às 9h. Às 9h está bom? (*Pausa.*) E a audiência sobre a violência às 14h. O.k.?

Algum conselheiro tem mais alguma manifestação?

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, eu queria trazer aqui uma manifestação que já fiz pela manhã, na nossa reunião da Comissão de Tecnologia. E gostaria que este Pleno do Conselho nos acompanhasse numa homenagem aos jornalistas brasileiros no seu dia, hoje, 7 de abril, que lembra o assassinato do jornalista e médico Libero Badaró e que tem neste dia, portanto, um marco do trabalho dessa profissão.

É uma profissão suporte dos princípios da democracia, responsável pela consolidação da esfera pública contemporânea no mundo, no Brasil também, e que sofre, assim como sofreu o responsável pela data, Libero Badaró, violência – nós falamos sobre isso nessa nossa audiência – dos mais variados matizes. Inclusive, num País com o Estado de direito consagrado, como é o nosso, com crescente número de mortes, injustificável e insuportável não só para jornalistas e seus familiares, mas, como eu disse, para a democracia.

Então, eu queria, ao fazer essa saudação, registrar esta homenagem a todos os jornalistas aqui presentes, a todos os jornalistas do Brasil, esperando que transformássemos essa posição numa homenagem deste Conselho aos profissionais de jornalismo, aos jornalistas brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Não havendo mais manifestações…

Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de aderir, como fiz pela manhã, à manifestação do Conselheiro Schröder, afirmando a imprescindibilidade da atividade jornalística para o Estado de Direito e para a democracia.

O processo democrático passa pela disseminação da informação, para que os eleitores possam escolher melhor seus governantes e possam exercer melhor os seus direitos civis.

A profissão de jornalista deve ser protegida, fortalecida e fomentada, ainda que eu mantenha, já não de hoje, uma polêmica antiga com o Conselheiro Schröder em relação à exigência do diploma de jornalismo. Mas, tirando este aspecto, que é mera formalidade, é preciso não só abraçar a homenagem, como ainda mobilizar a nós, profissionais do setor e aos demais membros da sociedade, para valorizar e promover a atividade jornalística.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Peço desculpas pelo atraso.

Eu vou pedir ao Presidente que me permita novamente colocar a questão dos trabalhadores da EBC, que estão sofrendo de uma forma abrupta, violenta, sei lá qual o termo que posso usar, alguns desmandos da emissora.

Eu estou com o texto aqui com a posição do Sindicato dos Radialistas de Brasília sobre o tema e gostaria de fazer da mesma forma que fizemos com relação ao Sindicato dos Radialistas da Bahia. Então, eu peço ao Presidente que paute, na próxima reunião, a questão da EBC, para que a gente possa colocar. Porque eu acho que eu dei uma vacilada em não ter colocado ou não ter lembrado essa questão da EBC, apesar de ela ter sido deslocada para esta reunião. Então, este é um dos pontos.

Nos dias 25 e 26, acontece em São Paulo o seminário do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Seria interessante que as entidades, de uma forma geral, participassem desse fórum, que é de suma importância. O FNDC tem uma importância muito grande para a comunicação neste Brasil. Contribuiu, contribui e evidentemente contribuirá muito para esta questão da comunicação: a democratização da comunicação.

Portanto, era essa a minha manifestação neste exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Nascimento, nós teremos, no dia 5 de maio, duas reuniões importantes: uma delas será uma audiência pública sobre violência, e a outra, pela manhã, contará com a presença da Ancine. De que maneira o Conselheiro quer registrar esse assunto da EBC?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Na realidade, Presidente, eu só gostaria de ser o porta-voz dessas insatisfações dos trabalhadores da EBC. Qualquer tempo que me dar – cinco minutos, dois minutos – será válido para que possamos ler o documento e para que os conselheiros se posicionem diante do documento que vou apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Acredito que não haverá nenhum impedimento regimental para que o Conselheiro possa manifestar-se.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Acompanhando a preocupação do Conselheiro Nascimento sobre os trabalhadores da EBC, registro que, na verdade, temos milhares de trabalhadores com problemas tão graves quanto os dos trabalhadores da EBC ou mais graves que os desses trabalhadores. Eu acho que esse é um tema que, certamente, em algum momento, nós podemos discutir de maneira mais ampla e trazer aqui como uma preocupação genérica e universal que este Conselho deve tratar.

Parece-me que, ao lado dessa questão, poderíamos pautar um debate sobre a EBC. Acho que ela nos pede informações. Em razão da dimensão pública, da importância que a EBC tem para a implementação do sistema público no Brasil, proporia que, em algum momento, escutássemos a EBC e formulássemos uma opinião a respeito dessa importante empresa brasileira de comunicação.

Sem contrapor a proposta do Conselheiro Nascimento, eu amplio a proposta para um debate sobre as relações que a EBC estabelece com seus empregados, com seus trabalhadores, que têm essas queixas que o Conselheiro vai trazer; sobre as relações que a empresa estabelece com a dimensão pública da comunicação, da informação; e também sobre a qualidade da informação, os problemas técnicos que porventura ocorram, o sistema de rede que está sendo implementado, enfim, o projeto da EBC para a Rede Brasileira de Comunicação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Obrigado, Conselheiro Schröder. Lembrei-me de outra questão, que, sempre que posso, coloco aqui e tento colocá-la da forma mais simples possível, apesar da importância e da gravidade que tem: a escolha dos conselheiros para o próximo mandato.

Eu quero sugerir aqui – nós ainda temos tempo, porque, até agosto, serão quatro reuniões – que, o mais rápido possível, nós tentemos colocar uma questão mais democrática para a escolha dos conselheiros, no sentido de não haver esse diz que me diz de que há instituição que não entra, que não vai participar, ou de que só há empresários, só os do segmento da direita.

A EBC escolhe por indicação, e quem é mais votado é o indicado. Da mesma forma, se não for equívoco meu, há a indicação dos companheiros que participam de um conselho da internet. Como é o nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NASCIMENTO SILVA – Comitê Gestor. Perfeito.

O SR. RONALDO LEMOS – Sim. Comitê Gestor da Internet.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Agradeço a quem está aí atrás. Comitê Gestor.

Então, quero resgatar, de novo, essa questão da escolha dos conselheiros para o próximo pleito.

Já fui notificado de que eu não serei mais o indicado pela Fitert – eles têm outros nomes. Então, fico mais à vontade para falar sobre essa transparência em relação a quem vier para cá, porque entrar da forma como eu entrei, da forma como outros entraram, é muito ruim. Ou se vem com um *staff* ajudando, apoiando… Jogar por trás é muito ruim. Às vezes, não é interesse dessa ou daquela entidade pôr esse ou aquele conselheiro. Então, que haja essa transparência de escolha. De repente, as entidades que hoje estão escolhendo os seus representados correm o risco, inclusive, de não serem escolhidos os representados que elas querem, em função dessa facilidade de eleição, de escolha, e tudo o mais. Se não for agora, que seja o mais rápido possível, a fim de que não fiquemos estigmatizados como oportunistas do conselho, como quem está fazendo alguma coisa para vir para cá para dormir num hotel, de péssima condição; para passagem na hora que eles querem… Agora, o absurdo maior é escolher o voo que o Senado acha que é o mais barato. Então, se tiver Passaredo para cá, tem que ser Passaredo, porque a Passaredo normalmente, quando não atrasa, o voo é cancelado. Isso acontece diuturnamente.

Nesse sentido, parece que aqui é o negócio e tal, e não é. É muito trabalho, é muita responsabilidade, tem que entender do processo e, se não entende, tem que, pelo menos, pesquisar.

É neste sentido que apelo ao Sr. Presidente para que possamos encaminhar, no futuro, o mais rápido possível, uma forma diferente de escolha dos candidatos ou dos conselheiros para o próximo pleito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita.) – Conselheira Wrana.

A SRª WRANA PANIZZI – Só queria um esclarecimento sobre outro assunto. Com relação às audiências públicas, sou suplente, estou na comissão da violência. Seremos convocados? Estou dizendo isso, porque a Luciene sempre me diz que, se não estiver dito na reunião que os suplentes virão, depois não podemos vir, e eu gostaria muito de vir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita.) – Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Só para registrar. Não tenho, Conselheiro Nascimento, certeza se entendi, mas certamente não me vi na sua manifestação. Estou muito satisfeito com o trabalho do Conselho e proponho incorporarmos a mentalidade da Conselheira Wrana Panizzi.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita.) – Schröder quer falar? (*Pausa.*)

Há duas questões aqui. Conselheiro Nascimento, ficou acertado que, na próxima reunião plenária, o Conselheiro terá oportunidade de se manifestar sobre a questão da EBC. O Conselheiro Schröder propõe um debate mais amplo sobre o assunto. Seria uma reunião no futuro ou nesta próxima reunião?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita.) – Se houver tempo, aprofundaremos.

Estou apenas respondendo hoje pela presidência, mas, com relação a essa designação de conselheiros, os integrantes do Conselho, dentre eles V. Sª, estivemos com o Presidente do Senado, exatamente solicitando alguma rapidez nessa definição dos novos integrantes. Foram feitas consultas às entidades, e Dom Orani está preocupado que não haja um interregno, que não haja uma demora muito grande com relação a isso.

Hoje, estive com o Presidente do Senado – como estou na presidência – exatamente conversando sobre isso, sobre uma maneira democrática de se fazer essa escolha, embora qualquer alteração tenha de ser feita por lei. Acho que a ideia do Presidente Renan, pelo que S. Exª me transmitiu, é de que seja uma escolha

democrática, e que os conselheiros sejam realmente representantes daquelas instituições as quais eles representam. Está O. K.?

Conselheira Wrana, em caso de presença do membro titular na reunião, diz o art. 16 que "o membro suplente do Conselho de Comunicação Social poderá comparecer às suas reuniões, podendo participar dos debates e apresentar sugestões".

O SR. NASCIMENTO SILVA – A questão é se ela virá por conta do Senado.

A SRª WRANA PANIZZI – Não, a questão é a seguinte: quando somos chamados, somos convocados – digamos assim – por estarmos diretamente vinculado a isso, ao tema que vai ser discutido…

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita.) – Podemos convocar, custeando.

A SRª WRANA PANIZZI – Porque, depois, tenho que rever o relatório, porque sou Relatora. Gosto de deixar claro para me organizar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita.) – Encerradas as manifestações dos conselheiros, consulto se algum representante da sociedade civil presente à reunião gostaria de se manifestar

A SRª BIA BARBOSA – Sr. Presidente, dois informes muito rápidos. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Poderia se identificar?

A SRª BIA BARBOSA – Sim. Boa tarde!

Meu nome é Bia Barbosa. Sou representante do Intervozes, que é uma Associação que atua na defesa da liberdade de expressão e do direito à comunicação. Gostaria de dar uns informes.

O primeiro é que, na terça-feira, vai acontecer, aqui em Brasília, no auditório do Interlegis, o I Pré-Fórum de Comunicação Pública. Está sendo organizado pela Frente Parlamentar pelo Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão da Câmara. A gente queria fazer um convite para os conselheiros e para as organizações estarem presentes. Vai ser das 9h às 18h. É um evento preparatório para o Fórum Nacional, que vai acontecer de 12 a 14 de novembro, também aqui em Brasília, na Câmara, no Auditório Nereu Ramos. Então, na próxima terça-feira, vamos discutir a digitalização no campo público, a questão do rádio e da televisão. É esse debate dos 700MHz. O leilão da faixa para o 4G vai estar no centro desse debate. Hoje, inclusive, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação soltou uma nota que vai no mesmo sentido da nota deste Conselho, ou seja, de pedir o adiamento do leilão. Então, felizmente, estamos em sintonia nesse momento.

Um outro ponto é que eu acho que seria importante solicitar – sei que vocês conversaram sobre isso de manhã – uma atenção deste Conselho em relação à tramitação do projeto do Marco Civil da Internet nesta Casa. Não sabemos se vai ser possível haver uma manifestação deste Conselho na próxima reunião, porque há uma perspectiva de o projeto ser votado rapidamente aqui. Nós, como entes da sociedade civil, estamos participando bastante, nos mobilizando e defendendo a aprovação do texto, só queríamos reforçar a importância de ele ser aprovado com alguma urgência, para não corrermos o risco de perder as conquistas que tivemos nesse processo de tramitação na Câmara. Uma eventual abertura do projeto de lei nesta Casa para alterações poderia significar o risco de perda de conquistas importantes para os usuários de internet que foram obtidas com a legislação do texto na Câmara.

Então, a posição da sociedade civil neste momento é a de defender a aprovação do texto, aqui no Senado, como ele veio da Câmara. Não sei se até o dia 5 de maio o texto já vai ter sido votado aqui na Casa, mas é fundamental que os conselheiros acompanhem essa discussão, mesmo que não haja tempo para um eventual posicionamento do CCS em relação a esses pontos.

Eram só esse convite e um pedido para que os conselheiros, já que o Conselho não vai se reunir antes do dia 5, fiquem atentos à tramitação do projeto aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Muito obrigado.

Alguém mais da sociedade civil?

Atendidas as finalidades da presente reunião, declaro encerrados os trabalhos da 3ª reunião ordinária de 2014, do Conselho de Comunicação Social, já convocando a próxima reunião ordinária, nos termos regimentais, para o dia 5 de maio, de 2014, às 14h.

Comunica à Conselheira Wrana que todos os suplentes também serão convocados.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2014, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha);
2. Ofício 053/2014-CCS, de 17/03/2014 (2 folhas);
3. Ofício NAC 3/2014 (01 folha);

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO TEMÁTICA DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014, EM 7 DE ABRIL DE 2014, ÀS 10H30, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

COORDENADOR: JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO

MEMBROS	ASSINATURA	MEMBROS	ASSINATURA
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio		MARIA JOSÉ BRAGA Representante da categoria profissional dos jornalistas	
D. ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil		MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da Sociedade Civil	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil	João Monteiro de Barros Filho	RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	
LILIANA NAKONECHNYJ Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social			
LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita			

VISTO: _____ em 7 de abril de 2014.
COORDENADOR

Ofício nº 53/2014-CCS

Brasília, 17 de março de 2014

A Sua Excelência o Senhor
José Eduardo Cardozo
Ministro de Estado da Justiça
Esplanada dos Ministérios, Bloco T
70064-900 – Brasília – DF

Assunto: Audiência Pública no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o e em face de deliberação deste Colegiado em sua 2ª reunião de 2014, submeto a escolha do melhor dia, dentre as opções abaixo, para a presença de Vossa Excelência na audiência pública sobre o tema "Violência contra Jornalistas, Radialistas e outros Comunicadores".

Anteriormente agendada para realizar-se nesta data, o Conselho de Comunicação Social decidiu por unanimidade transferir o evento para data a ser acertada com Vossa Excelência, dentre as alternativas seguintes: 7 de abril, 5 de maio e 2 de junho, do ano em curso, deixando, outrossim, a seu critério, o melhor horário (9h ou 14h).

Esclareço que sendo o tema de suma importância para os interesses da garantia de trabalho dos profissionais da comunicação social, ele se perfila dentre as maiores preocupações que este Conselho detém, sendo fundamental a contribuição do Ministério da Justiça.

Respeitosamente,

Dom Orani João Tempesta
Presidente

F N D C
Fórum Nacional pela
Democratização da Comunicação

Brasília, 21 de março de 2014

Para: Exmo. Sr. Dom Orani João Tempesta
Presidente do Conselho de Comunicação Social

CC: Exmo. Sr. Rodrigo Cagiano Barbosa
Diretor da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Excelentíssimos Senhores,

Após mais de oito anos inoperante, o Conselho de Comunicação Social (CCS) foi reativado em julho de 2012 pelo Congresso Nacional. A criação do Conselho é considerada uma bandeira histórica na luta pela democratização da comunicação: foi incluída na Constituição Federal em 1991, após intensa mobilização de setores da sociedade, com o objetivo de assessorar o Congresso em relação a assuntos ligados à liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, bem como realizar estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações relativas ao debate sobre monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social, produção e programação das emissoras de rádio e televisão, entre outras atribuições.

Embora regulamentado em 1991, o Conselho teve sua primeira indicação apenas onze anos depois, em 2002. Em 2006, parou de funcionar e assim permaneceu até sua reativação – feita sob críticas por parte dos movimentos de luta pela democratização da comunicação e de parlamentares da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular (Frentecom), que apontam arbitrariedades no processo de definição das indicações dos seus 26 integrantes (13 titulares e 13 suplentes).

Em nota divulgada quando da exposição dos nomes do Conselho, em julho daquele ano, nós do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC), que congrega centenas de entidades da sociedade civil para debater e atuar no campo das comunicações no país, manifestamos repúdio e indignação em função da falta de diálogo com as referidas entidades por parte do CCS – que ao definir os nomes indicados beneficiou setores considerados conservadores da sociedade civil. Outro apontamento crítico em relação à composição

do CCS foi a predominância de homens indicados para as vagas de titulares, desprezando a participação feminina e a diversidade e pluralidade da nossa sociedade.

Preocupados com a possível repetição destes acontecimentos, solicitamos neste ofício informações para que possamos garantir a efetiva participação da sociedade civil no processo de composição deste importante órgão auxiliar do Congresso no que se refere a definições sobre as políticas de Comunicação em nosso país.

Passados dois anos de sua reativação, é sabido que deverá haver um novo processo de escolha de conselheiros/as até julho deste ano. Também é de nosso conhecimento o envio de ofício para uma lista de 72 entidades da sociedade civil – a grande maioria entidades empresariais –, deixando de fora inúmeras entidades não empresariais, o que nos causa grande estranhamento. Diante da emergência de que o processo de consulta seja o mais amplo possível, desde já colocamos o FNDC, assim como suas entidades associadas e parceiras, à disposição para a referida consulta, e solicitamos informações detalhadas a este respeito.

Por fim, diante da ausência clara de regras e procedimentos para a escolha de conselheiros(as), sugerimos que este Conselho discuta e aprove um documento, na forma de edital ou regimento eleitoral, com regras e procedimentos mais democráticos e transparentes, tais como estabelecimento de prazo para cadastramento de um colégio eleitoral, critérios para participação e metodologia de indicações, entre outras medidas importantes para a garantia de transparência do processo.

Sem mais para o momento, despeço-me.

Respeitosamente,

Rosane Bertotti
Coordenadora-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

O SR. PRESIDENTE (Fernando Cesar Mesquita) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 2 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião Ordinária de 2014, da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação, dia 7 de abril de 2014, segunda-feira, às 10h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

Ata Circunstanciada da 1ª reunião ordinária de 2014 da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 7 de abril de 2014, segunda-feira, às 10h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Coordenação do Conselheiro José Catarino do Nascimento, destinada ao item único: Instalação dos trabalhos e definição da agenda dos trabalhos**.**

Estiveram presentes os membros: CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, Representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo;JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; RONALDO LEMOS, Representante da sociedade civil; JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, Representante da sociedade civil; WRANA PANIZZI, Representante da sociedade civil; MARCIO NOVAES, representante das Empresas de Televisão; e WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; MIGUEL ANGELO CANÇADO, representante da sociedade civil; GILBERTO CARLOS LEIFERT, representante das empresas de televisão.

(Texto com revisão.)

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Eu declaro aberta a 1ª Reunião de Trabalho de 2014 da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, conforme pauta anteriormente enviada, se destina: Item 1: exame de admissibilidade de matérias incorporadas à 1ª Comissão de Relatoria. Item 2: leitura, discussão e votação do relatório oferecido pelo Conselheiro Roberto Franco, no âmbito da 2ª Comissão de Relatoria. Item 3: comunicações dos Conselheiros. Encontra-se sobre a mesa da Presidência, para deliberação, a Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de Trabalho de 2013 da Comissão Temática de Produção de Conteúdo, enviada a todos os Conselheiros, com antecedên-

cia, por *e-mail*. Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura e da discussão. Os Srs. Conselheiros que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. O item 1, sobre o exame de admissibilidade de matérias incorporadas à 1ª Comissão de Relatoria, na reunião de trabalho de 2013, os Conselheiros Alexandre Jobim e Daniel Pimentel Slaviero propuseram a inclusão, no âmbito da 1ª Comissão de Relatoria, de proposições legislativas que tratem da obrigatoriedade de transmissão em meios de radiodifusão de temas sociais e não apenas os relativos aos desaparecidos. Até então a 1ª Comissão de Relatoria estava restrita ao Projeto de Lei nº 1.858, de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos.

Nesse sentido, a Secretaria do Conselho de Comunicação – e quero parabenizá-la pelo belíssimo trabalho que foi realizado – fez a pesquisa junto às Casas do Congresso Nacional e enviou o resultado por *e-mail,* no dia 1º de abril, com 30 proposições legislativas relacionadas ao tema. Cópias das pesquisas encontram-se sobre as bancadas.

Cabe a esta Comissão agora realizar o exame de admissibilidade para definir quais dessas matérias devem ser incorporadas à 1ª Comissão de Relatoria, formada pelos companheiros Luiz Antonio Gerace, Daniel Pimentel Slaviero e Ronaldo Lemos.

Alguma manifestação? Alguém chegou a dar pelo menos uma olhadela no que foi repassado pela Secretaria? São muitos os projetos. (*Pausa*.)

Pelo que parece vocês estão tendo acesso agora. (*Pausa*.)

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sr. Presidente, posso fazer uma indagação?

Vejo este levantamento de matérias afetadas à Comissão como uma proposta. Há um levantamento também sobre para quais delas já há pedido de manifestação pelas duas Casas ao CCS ou é só um levantamento de iniciativa nossa?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Esse é só um levantamento de iniciativa nossa. Essa foi uma solicitação do...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Do Conselheiro Jobim.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – ... do Conselheiro Jobim. Com a ausência dele, a gente, inclusive, fica um pouco prejudicado, porque ele deve ter algum posicionamento, alguma coisa encaminhada sobre essa questão; ele já deve ter informações.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Mas certamente, em relação a alguns projetos, há pedido de manifestação, o que fará necessária a intervenção do Conselho por provocação de alguma das Casas. Nós temos esse levantamento também?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Não, esse levantamento nós não temos ainda.

Estamos, inclusive, aguardando essa reunião para que a gente delibere aqui quais.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Se me permite manifestar, a mim, pela passada de olho que dou aqui no material, concordo plenamente com o proposto em relação aos temas aqui relacionados, no sentido de que fiquem afetos à Comissão de Conteúdos em Meios de Comunicação.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Eu estou entendo que sim, pela contextualização que fiz aqui. Não é isso, Rodrigo?

Esse resumo...

Posso, Presidente, indagar aqui?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Só para esclarecer: a questão do Conselheiro Jobim era que, se forem aprovados todos esses projetos, fica prejudicada a televisão de uma forma geral, a comunicação da televisão, seus interesses particulares, enfim. Era nesse sentido.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Mas isso era objeto das nossas discussões em relação a cada um dos projetos. Por enquanto, estamos num juízo prévio de admissibilidade.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Perfeito.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – E o que está contemplado está aqui neste relatório, neste resumo, está neste material, não é isso?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Exatamente.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Permita-me, Presidente?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Pois não.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Nesta Comissão, há um tema que é classificação indicativa. Em relação ao tema da classificação indicativa, não sei por que, eu me sinto nele junto com o Slaviero e junto com o Celso. Nós fizemos o parecer e já o mandei inclusive. Já tinha sido feita essa divisão?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Nesta Comissão, não.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Está bem. Então, vou conversar com o Slaviero, quando ele vier.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Não foi nesta Comissão.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Na de Liberdade de Expressão, não é?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – É porque existem algumas discussões se embolam; tanto servem no campo da Comissão de Conteúdos quanto de outras comissões. Então, o que nós precisaríamos fazer era indicarmos aqui quais de fato pertencem ao que vamos discutir na Comissão de Conteúdos.

A SRª WRANA PANIZZI – Certo. Começo a entender, porque na realidade eu inclusive pus, porque eu sou relatora disso, eu pus Comissão de Liberdade de Expressão.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Esse foi um levantamento em função do que o Jobim havia pedido de um ou outro. Não sei se está aqui.

CELSO AUGUSTO SCHRODER – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nascimento Silva) – Pois não.

CELSO AUGUSTO SCHRODER – Eu queria saber qual o procedimento que a Comissão vai adotar, ou seja, como vamos nos mover para dar conta do conjunto de projetos que estão à disposição desta Comissão.

O Conselheiro Jobim, ao fazer esta agenda, deu uma linha, um olhar que ele propõe para a Comissão se mover – e o Presidente tem razão – a partir, enfim, dessa perspectiva.

A minha pergunta: essa é a perspectiva que a Comissão acolhe? Ou seja: nós vamos nos mover a partir de projetos de lei – e pode ser, sem problema nenhum, talvez até devamos nos manifestar sobre isso – que incidam sobre os conteúdos de televisão em torno da ideia de atribuir custos? Parece-me que era esse o olhar. Ou pegamos essa proposição do Conselheiro Jobim e, obviamente, a consideremos, mas a partir dela ou junto com ela, ou contrapondo-se a ela, planejássemos um tipo de avaliação dos temas que, sem descartar essa preocupação do Conselheiro Jobim nos traz, atribuíssemos uma outra dimensão. Por exemplo: o princípio do conteúdo nacional, o princípio da produção regional, o princípio... Enfim, há uma série de premissas constitucionais ou de demandas de setores da democracia e da comunicação no Brasil que poderiam também estar ao lado com essa preocupação do Conselheiro.

Assim, parece-me que, com isso, poderíamos montar um procedimento permeado pelo interesse público para dar conta da defesa... Eu acho que é um princípio que este Conselho tem que ter que é o da defesa do conteúdo, na comunicação brasileira, a partir dessas questões, ou seja, da dimensão nacional, da necessária produção regional e da urgente implementação de produções independentes que enriqueçam a nossa produção.

Este é um questionamento mesmo, Sr. Presidente. Eu confesso que eu queria que nós pudéssemos, a partir da sua compreensão, nos orientar sobre como a Comissão vai se mexer.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.

Antes de dar a palavra ao Conselheiro Ceneviva, apenas quero relembrar aqui palavras do Conselheiro Alexandre Jobim.

> *(...) em primeiro lugar, acho que é esse mesmo o procedimento. Acho que todos os projetos são admissíveis* [já de cara]. *Eu só queria colocar um ponto quanto ao PL 1.858, que tem um ponto que seria a obrigatoriedade de dois minutos diários de sua programação, no caso das televisões, na divulgação de informação sobre menores desaparecidos.*

Foi daí, Schröder, que ele começou, porque isso foi o que nós elencamos para a Comissão de Conteúdo. Partindo desse pressuposto de que esse PL 1.858 estaria encaixado na nossa Comissão, ele atentou para esses outros tantos que aí estão. E eu acho que cabe a nós sabermos realmente fazer uma leitura, com um olhar mais crítico, se realmente nós vamos trazer todos esses pontos para a Comissão de Conteúdos.

Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Enquanto cada um de nós toma contato com esse material e faz as suas análises, eu queria propor algumas reflexões. Em primeiro lugar, a julgar pela quantidade e pelo perfil das propostas, a conclusão inevitável é a constatação de como o Parlamentar identifica, nos meios de comunicação social, não apenas no rádio e na televisão, mas também no cinema e em outras formas de comunicação social, um conjunto de plataformas importantes para finalidades muito elevadas.

Acredito que não há propriamente uma compreensão de como essas plataformas funcionam e como usar as ferramentas de divulgação, mas é interessante ver que há aqui projetos para divulgação de núcleos

turísticos no Brasil, para a divulgação de programas para regionalização do turismo, na mesma linha. Há projeto de lei pelos quais se busca estabelecer a obrigatoriedade de que as reuniões do Presidente da República com Ministros de Estado fossem transmitidas em tempo real pelas emissoras de radio e televisão públicas. Há previsão de obrigatoriedade de transmissão direta das sessões das Câmaras Municipais.

Enfim, o conjunto de projetos de lei indica que o Parlamento quer, de alguma maneira, fomentar a divulgação e a publicidade de uma série de iniciativas ou de atividades políticas, ou temas de interesse público, como campanhas de proteção à mulher e outras. Mas faço para todas essas propostas uma ressalva genérica – talvez seja nisso que o Conselheiro Jobim pensasse; não sei, não tive a oportunidade de dialogar com ele – sobre o fato de que colocar alguma coisa no ar não significa, necessariamente, atingir o objetivo alcançado. Publicidade não é alguma coisa tão trivial em que se faz uma campanha em que se afirma um *slogan* e, com isso, consegue-se inculcar a conclusão A, B ou C, mas, de qualquer maneira, acho importante ver e que se tenha uma visão crítica de que aqui temos um instrumental que chamaria de dispersivo. Se formos discutir, entre essas iniciativas, qual é a mais importante, se é a proteção da mulher, a proteção do menor, a transparência da gestão pública, não vamos chegar, provavelmente, a lugar nenhum.

Dizendo isso, queria também registrar e também propor para reflexão de todos que, sendo esta uma Comissão que trata do conteúdo, é importante que tenhamos em mente o seguinte: nos últimos anos – na verdade, desde 1985, salvo engano –, há no Brasil leis de fomento para a atividade artística e cultural. Esse arcabouço se fortaleceu muito com a Lei 12.485, a chamada Lei do SeAC, de que decorre a alocação para a Agência Nacional do Cinema de um orçamento farto da ordem de R$1 bilhão para a produção de audiovisual brasileira.

Todavia, essa previsão orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, consagrada pelo Congresso Nacional inclusive para a produção independente, como dizia o Conselheiro Schröder, e de conteúdo regional, como está em muitas dessas propostas, as disposições dessa lei, aquilo que o Congresso Nacional determinou que se fizesse em benefício do audiovisual está destruído, esmagado. O pé do orçamento está no pescoço da produção de conteúdo. Então, proponho que reflitamos sobre a importância de garantir que as fontes de financiamento que o Congresso Nacional venha a estabelecer – e a Lei do SeAC é apenas um exemplo; há outros – que sejam efetivamente asseguradas e que o dinheiro que é arrecadado efetivamente chegue à sua finalidade.

É interessante notar que a Lei da EBC, a lei que assegurou o financiamento para a Empresa Brasileira de Comunicação, sofreu questionamento e nem todo o dinheiro chega até ela. E está, na ata que recebemos, entre a última sessão e esta sessão do Conselho de Comunicação Social a preocupação dos Conselheiros da EBC, porque uma determinada contribuinte resolveu pagar a contribuição, e esse dinheiro estaria disponível no fim de 2013. E consta da ata: "Vamos ver se a gente não recebe esse dinheiro em 2013, porque, senão, ele vai para o superávit fiscal. É melhor deixar para o ano que vem para a gente ver se consegue pegar esse dinheiro."

Portanto, é necessário que esta Comissão de Conteúdos tome cuidado com iniciativas como as que vemos nessa relação de projetos que desconsideram meios eficientes de divulgação e de propaganda por um lado e, por outro, com o fato de que o Congresso Nacional já atribuiu para a produção de conteúdo verbas relevantes para finalidades relevantíssimas, e essa destinação de recurso tem sido destruída pelo tal do superávit fiscal bisonhamente mencionado nessa ata a que me refiro, em que um Conselheiro da EBC, de maneira que considero completamente legítima, faz uma ponderação pragmática tentando, de alguma maneira, iludir o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, para assegurar que o dinheiro pudesse efetivamente ser gasto com conteúdo, insisto, conteúdo que é o tema dessa Comissão.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k. Mais alguém?

Só lembrando que temos, na 1ª Comissão de Relatoria, o PL nº 1.858, e estão lá Luiz Gerace, Daniel e o Ronaldo Lemos. O.k.?

O fato de a proposta do Conselheiro Jobim ter vindo naquela oportunidade é para saber se vamos remeter para esta Comissão mais algum projeto, para fazer uma relatoria condensada, com mais sustância, como se diz. É nesse sentido então. Se não for agora, remete-se para a próxima reunião, mas com o compromisso de todos de contribuir e dizer o seguinte: "Olha, nós achamos que é isso, e isso, e isso." Porque fica mais fácil; coloca tudo ou não coloca nada.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Mas V. Exª então está sugerindo que encaminhe essa propositura, especificamente, para outra comissão?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Porque, na realidade, o que se colocou de prioridade foi esse Projeto de Lei nº 1.858 naquele primeiro momento. Para não ficar só discutindo-o, fez-se um levantamento para saber que mais há dentro do bojo. Então é esta a questão: há um monte de coisas. E vamos colocar? É uma tarefa de todos nós.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, quando nós chegamos aqui e assumimos como Conselheiros, nós nos vimos num grande impasse que era: ou nós tratamos de todos e de tudo – e chegaremos provavelmente a um décimo da nossa tarefa – ou nós selecionamos, escolhemos e conectamos com algum princípio.

Eu tenho insistido que o princípio que tem que nos orientar tem que ser de produzir nexo entre os projetos para possibilitar que esse conjunto de propostas sirvam para o arcabouço disso que nós chamamos de marco regulatório – inclusive, existe uma outra comissão que está lá – e que, a partir do conteúdo, nós fizéssemos a mesma coisa, ou seja, nós fôssemos naquilo que é relevante, naquilo que é indispensável para que o Congresso Nacional formule sobre o conteúdo da comunicação brasileira.

Então me parece, e eu insisto nisso… O.k.. Há uma série de propostas que são interessantes e poderíamos passar algum tempo discutindo sobre elas. Eu sugeriria que as comissões se pautassem pelo que incide decisivamente no conteúdo brasileiro, a partir do que o Brasil precisa para melhorar o seu conteúdo, e naquilo de resistência, ou seja, que se certifique de garantir que não percamos o que temos de conteúdo brasileiro.

Eu não consigo enxergar, nos projetos que estão aí, essa dimensão. Eu não consigo; são relevantes, são importantes, mas têm um grau de pontualidade que me parece que é a característica. Não sei se o Conselheiro Ceneviva estava se referindo também a isso. Ou seja, há um grau de dispersão dos projetos que demonstra vontade política por parte dos Parlamentares, mas certo grau de desconexão. Compreensível; compreensível, porque cada um se move a partir de provocações aqui ou acolá. Parece-me que cabe a este Conselho elencar o que é relevante efetivamente, sem abandonar, obviamente, que se há de cumprir a nossa tarefa de nos pautar por isso. Então, eu não sei se as comissões poderiam fazer isso, se as subcomissões poderiam fazer isso.

Eu estou imaginando um tema, por exemplo, conteúdo nacional: quais são os projetos de lei que dão conta do conteúdo nacional? Conteúdo regional: quais são os projetos de lei que dão conta do conteúdo regional? Quais são os projetos que dão conta de restrições ou não de restrições a partir dessa ideia que está ali? Sem entrar, porque nós temos uma outra comissão e acabamos assombreando.

Mas, enfim, eu vou ficar nesses três grandes temas: produção regional, produção nacional, produção independente. Inclusive, há projeto de lei que trata dos três. Não sei se não seria uma forma de organizar a ação e produzir subcomissões que produzissem pelo menos o nexo e nos trouxessem opinião: esse projeto de lei é relevante, ou é irrelevante, ou está ultrapassado, ou perde sentido na medida em que há esse outro, ou esse conjunto de projetos corresponde a essa vontade, e, dentro desses, há esses que têm uma posição, e há esses que têm outra.

Eu acho que facilitaria a nossa vida.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Conselheira Wrana.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Bom, eu percebo uma certa – a palavra talvez seja um pouco pesada – confusão. Eu pensava, quando estava lá em Porto Alegre: será que eu é que não estou entendendo muito bem o negócio?

O que eu acho agora é que, olhando tudo, nós temos, primeiro, propostas que vêm de dez, quinze anos atrás. Por exemplo, quando a gente fez, com o Slaviero, sobre classificação indicativa, depois daquilo, daquelas propostas que até estão aqui, lá de 98, 92, de 90, muita coisa aconteceu e então fica difícil você pôr.

Por isso a minha sugestão é a seguinte: eu acho que os quatro Coordenadores junto com a Presidência poderiam fazer ou antecipar uma reunião, feito um estudo prévio, e estabelecer um pouco esses nexos, Celso, de que você fala, porque não vamos ser nós agora, aqui, que vamos fazer.

Por exemplo, essa última aqui, a terceira comissão, do Senador Cristovam...

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O 3.979.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Sobe mais um pouquinho porque continua embaixo.

Então, lá é o Alexandre Jobim, a Maria José e a Wrana, cuja responsabilidade de coordenar esse trabalho... Eu não fiz nada até agora em cima disso aí, confesso.

Isso aqui, pelo que eu entendi, está na Comissão de Liberdade de Expressão, que já tinha sido estabelecido lá. Não sei, mas, em todo caso, essa junção poderia ser feita e, inclusive, dar uma prioridade, em função da emergência. Senão vai ficar muito difícil de nós estabelecermos aqui, acho que nós estamos começando a nos repetir de novo na divisão das pessoas em relação ao tema. Eu não sei se eu estou trazendo mais confusão, ou não estou conseguindo falar assim tão ordenadamente, de forma que seja clara.

Então, o que eu acho é o seguinte sobre dessas dúvidas: eu acho que os quatro Coordenadores deviam. dito: "Esses são meus, são desta comissão; aqueles são da outra comissão. Onde há as conexões maiores está com esse aqui, mas esse aqui também tem uma conexão aqui." Isso deveria ter sido feito até para uma combinação mais ou menos, quando eles são apresentados numa reunião como essa de hoje na primeira hora e agora nesta, para que se possam encontrar e estabelecer esses nexos, porque tudo isso depois é levado para o plenário.

Então, eu acho que há um pouco dessa coisa que não está clara.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Bom, excelente a manifestação da Conselheira e do Conselheiro Schröder. Ajuda muito a Mesa.

Só lembrando, muitas vezes a gente vota, a gente discute, por algum momento, dá uma saída, vai ler um texto e se desconecta da reunião. Isso acontece muitas vezes comigo.

O que nós definimos na última reunião da Comissão de Conteúdos foi que nós iríamos nos debruçar sobre o PL 1.858 e do PL 3.979. Isso nós já deliberamos, tanto o é que o relatório era para estar aqui hoje, mas infelizmente os dois da Comissão não estão presentes não vão participar da reunião. Falo do Roberto e do Daniel; e o Luiz Gerace ficou sozinho. Quer dizer, eu não posso atribuir ao Gerace nem indicar um *ad hoc* para ler um relatório que não veio. Esse relatório não veio para a Secretaria e não veio para mim, como Presidente da Comissão.

Então, eu acho que o segundo ponto da pauta está resolvido: a minha proposição é o encaminhamento de suspender, de jogar para jogar para a próxima reunião. Nesse caso específico aqui, foi, de novo, uma intervenção do Conselheiro Jobim, que, se estivesse aqui, provavelmente estaria pontuando o que há de mais interessante para a classe patronal, vamos colocar assim, ou para a sociedade, seguindo o raciocínio do Ceneviva. Conselheiro Ceneviva, não é bem assim, mas tudo bem.

Então, vou aceitar a proposta da seguinte forma: que essa Comissão formada por Luiz Gerace, por Daniel e por Ronaldo Lemos se debruce em cima desses levantamentos que foram feitos pela Secretaria – brilhantemente, quero dizer mais uma vez – e, na próxima reunião, traga-nos alguma coisa palpável, para que possamos falar se isso vai ou não vai, porque senão ficamos loucos mesmo para definir isso aqui e agora com esse monte de projetos. Eu os li. Eu não queria me posicionar em função da posição que tenho. E, se eu estivesse aí, eu já indicaria um montão e saberia o que fazer, mas, como estou do lado de cá, tenho de ter a visão democrática de ouvir, inclusive, os demais Conselheiros.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Mas nesse...

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Então, só para fechar – desculpe-me –, acho que nós poderemos remeter também a conclusão desta Comissão, dizendo se vamos juntar ao PL nº 18.858 todos os demais que mais ou menos versem sobre a questão dos desaparecidos. E aí se subdivide, porque acho que assim fica mais tranquilo para nós.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sr. Presidente...

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Mas eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Nascimento Silva) – Deixe só a Conselheira se manifestar.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sim, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Nascimento Silva) – Por favor!

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Mas acho, Nascimento, que os Coordenadores vão ter de acionar as subcomissões e dizer o seguinte: "Daniel, você coordenou o trabalho aí. O que há de conteúdo? Para tal dia, tem de apresentar, Roberto, Wrana ou não sei quem!". Do contrário, não se sabe muito bem quando é que vai ser discutido.

Estou falando agora de outro relatório que você, Gilberto, coordenou. Nós já assinamos, já fizemos tudo. Ele está ali. Quando é que vai ser discutido? Só Deus sabe! "Ah, não há hoje a reunião, não é nesta Comissão, ou vai ser dentro da Comissão..." Isso tem de ser visto com certa antecedência, senão vamos perder um pouco do nosso tempo.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.! Vou passar já a palavra para o Conselheiro Miguel.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Desculpem-me, porque tenho um pouco este ar de professora que quer saber das coisas. Mas acho que há o bônus e o ônus. Há o ônus de quem está desempenhando não só o seu papel, mas também o das quatro Comissões de dizer o seguinte: "Olha aqui, é tal dia, é tal dia!" Não sei se estou sendo pouco democrática, não é? Mas, talvez, num centralismo democrático, isso possa ser acordado.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Eu só quero lembrá-la que isso já foi enviado. Se tivéssemos nos debruçado sobre isso, se estivéssemos conectados com isso, nós já poderíamos ter avançado em algumas coisas, inclusive no campo dos trabalhadores, no campo da sociedade civil, no campo dos empresários.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – É que perdemos tempo, inclusive, com relação à nossa própria audiência pública aqui. De repente, houve outra audiência pública sobre a questão das balas, dos capacetes ou de não sei o quê. Certo? Houve outra audiência. Por quê? Porque ficamos de fazê-la. Depois, houve não sei mais o quê, e daí a pessoa não vinha. Então, já estou achando que nem temos mais de propor muitas audiências públicas, porque elas não acontecem.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.!

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – Desculpem-me, mais uma vez, essa forma de dizer, mas eu preciso expressar...

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – É a forma gaúcha.

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – É a forma gaúcha. Os gaúchos têm um pouco esse jeito.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – É uma forma clara.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Com a palavra, o Conselheiro Miguel.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Quero só fazer uma breve observação, Sr. Presidente, e isso vale para todos nós, para todas as Comissões. É que há um óbice de natureza material, e serão apenas mais três reuniões da atual composição do CCS.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Bom, é isso, mas que sirva para os próximos...

A SRª WRANA MARIA PANIZZI – São quatro?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – São quatro.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Em agosto também, não é? Eu só contei até julho.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – É, são quatro. Mas que isso sirva para os próximos Conselheiros, para a sociedade...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Que deixemos uma estrutura definida!

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Que deixemos uma estrutura montada e uma preocupação com relação ao andamento da coisa! A gente está desbravando de novo o Conselho de Comunicação Social.

Com a palavra, o Conselheiro Gerace.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – E que também isso leve à reflexão a respeito de uma nova paginação, porque nós ficamos um ano e meio em discussões gerais e seis meses em subcomissões. Quer dizer, isso é impossível, é inviável. Só em 2014 é que houve as subcomissões.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Perfeito! No final de 2013 e no início de 2014. Está correto.

Pois não, Conselheiro Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Procuro escolher as palavras em relação ao que disse a Conselheira Wrana agora. E, agora há pouco, nós fomos silenciosos, houve aquele silêncio de quem consente, com relação ao fato de que a produção foi muito mais lenta do que provavelmente cada qual de nós, individualmente, gostaria de fosse. Precisávamos ser mais rápidos. O fato de que isso conste dos Anais do Conselho de Comunicação pode e seria desejável que servisse de estímulo para as próximas formações dele, que produzam mais. Acho que produzimos bastante, mas todos, com certeza, gostaríamos de ter produzido mais.

Objetiva e concretamente, em relação ao trabalho desta Comissão, penitenciando-me por ter sofrido fatores que me impediram de estar nas reuniões anteriores, que eu não pude superar, eu queria propor, na linha da minha manifestação anterior, que se incluísse um item. E tomo a liberdade de propô-lo, ainda que de maneira atrasada, porque considero que esse item é uma das coisas que podemos fazer, é factível, é executável. Para isso já antecipo, eu me proponho a, sozinho ou em Comissão, como seria mais adequado, mais democrático, produzir para a próxima sessão um relatório tão profundo quanto o tempo permita, tão amplo quanto o tempo permita, indicando aquilo que eu mencionava agora há pouco, ou seja, quanto tem sido arrecadado apenas no plano federal, portanto, apenas no âmbito da jurisdição e do orçamento que está sujeito a aprovação pelo Congresso Nacional, de quem somos mandatários, para a produção de audiovisual e outras formas de manifestação artística, e quanto terá sido efetivamente empregado pelos mecanismos que o Congresso Nacional concebeu.

Estou convencido de que a documentação e a publicização do fato de que muito tem sido arrecadado, mas muito menos tem sido investido na produção regional, na produção independente e nas outras formas de arte e cultura, de que a constatação e a publicização poderão servir não só de subsídios para nós mesmos, ainda neste mandato, como eventualmente para um próximo Conselho de Comunicação Social, mas, mais que tudo, para que a própria sociedade entenda que o Congresso Nacional foi sábio e proveu, mas a execução daquilo que se concebeu foi diferente da maneira como inicialmente o incentivo tinha sido concebido.

Então, proponho concretamente que, de hoje até a próxima sessão, preferencialmente numa comissão, se inclua como tema o que há no orçamento federal para estímulo, especialmente ao audiovisual, mas não somente, e que se debata esse fato na próxima sessão desta Comissão.

O SR. COORDENDADOR (Nascimento Silva.) – Conselheiro, se me permite, vou dar a sugestão de remeter esse relatório, que tenho certeza será de qualidade, ao Conselheiro Slaviero, para que ele traga para a reunião da Comissão de Conteúdos essa sua posição.

Estou aqui pensando alto, não estou impondo, mas eu acho que seria interessante. Ou conversar diretamente com a Comissão para ver em que mais o Conselheiro Ceneviva pode ajudar com relação aos demais projetos que estão aqui, porque o que mais precisamos agora é dar uma definição dessa admissibilidade, por-

que, em se fazendo isso tocamos o barco. Aí vai ter um relatório do que a gente está sempre fazendo, do que a gente está sempre encaminhando. Pode ser assim?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu não posso falar pelo Conselheiro Slaviero, mas, como somos pares na representação do rádio, se ele não puder, eu estaria à disposição. Nós, do rádio, estamos à disposição.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva.) – O.k. A pergunta que eu faço é a seguinte...

O SR. MÁRCIOA NOVAES – Presidente.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva.) – Quem?

Conselheiro Márcio.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Sr. Presidente, apenas complementando a feliz proposição do Conselheiro Ceneviva, parece-me que essa angústia não é só da Conselheira Wrana, é de todos nós, de produzirmos sem apresentarmos resultados. Feliz foi a sugestão do Conselheiro Ceneviva, na medida em que enriquece o posicionamento deste Conselho quando solicita e se propõe a fazer exatamente esse levantamento do que tem sido destinado de verbas para esse setor ou para todos os setores envolvidos, na medida em que poderemos, com esses dados, com essas informações, apresentar proposituras ou informações ou conselhos, como é pertinente à nossa composição, mais ricos, mais bem pontuados e que reduzam não só a angústia nossa, mas a angústia de todos, para que as coisas avancem de maneira equilibrada e que haja tendência ou pendência para um lado ou para outro, até porque a composição aqui é mista. Ela é colocada entre empresa, sociedade civil e representantes das classes dos trabalhadores ou até mesmo, como já ouvi aqui, do capital e trabalho; seja ela qual for, ideológica ou não, para alguns, que a gente possa construir e apresentar propostas, sugestões, conselhos que realmente estejam embasados numa realidade. Portanto, muito feliz a ponderação do Conselheiro Ceneviva.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva.) – O. k. Mais alguém?

Então, nós vamos ficar da seguinte forma: na próxima reunião, nós já teremos as propostas concretas do que poderá entrar de admissibilidade dentro desta Comissão de conteúdos. O que deveria ser feito hoje vamos postergar para a próxima reunião. O. k.?

Quanto ao segundo item eu tomo a liberdade... A gente vive num processo democrático e eu acho que isso é fantástico, ajuda muito. Eu, que já fui muito sectário, achava que... Bom, deixem para lá.

Os Conselheiros Roberto e Daniel não enviaram para mim, nem para Mesa o relatório deste 3.879. Eu vou sugerir que a gente aguarde, porque eu não posso nem indicar um Relator *ad hoc* para ler um relatório que nós não temos em mão, e eles ficaram com essa responsabilidade. Então, remeto esta discussão para a próxima reunião também.

Queria ouvir a opinião dos demais Conselheiros. Em concordando... O. k.? (*Pausa*.)

Bom, eu estou encerrando a Ordem do Dia, mas queria saber algum Conselheiro gostaria de pontuar, acrescentar alguma coisa na questão de conteúdos. (*Pausa*.)

Não há? Alguma observação, Ceneviva, Ronaldo, Gerace?

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE – A respeito deste novo subgrupo, eu tenho algumas anotações, mas a gente não chegou a se reunir e tirar uma posição que pudesse ser apresentada aqui. A questão é que as emissoras, as concessões já têm um espaço destinado a campanhas institucionais e de interesse público, seja na área de saúde. Mesmo que as emissoras comerciais tenham grandes campanhas, como o Criança Esperança, a Teleton, que dão um retorno mediático, mas, de qualquer modo, dão o resultado e o alcance a que se propõe. Eu acho, em princípio, que ao invés de incluir mais um espaço na grade, no caso crianças desaparecidas ou outros temas, isso poderia estar incluso nesse espaço que já existe para esse tipo de campanha ou outras colocações que se façam necessárias para a sociedade. Mas para isso aí a gente ainda tinha que se reunir. Na verdade, é só uma reflexão.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva.) – O.k. Está aceita a reflexão. Eu a remeto para a Comissão. O.k.?

Então, está encerrada a Ordem do Dia prevista para a reunião.

Passamos agora à fase de comunicações dos Conselheiros. Eu já antecipei, porque eu já havia terminado. Estou concluindo pela segunda vez a reunião. Só observando a manifestação dos três conversando, eu me senti no direito e no dever de ouvi-los.

Alguma comunicação de algum Conselheiro? (*Pausa*.)

Sugestões para próxima pauta? (*Pausa*.)

Atendidas as finalidades da presente reunião, declaro encerrados os trabalhos da 1ª Reunião de trabalho de 2014, da Comissão Temática de Produção de Conteúdos do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PRODUÇÃO E CONTEÚDO, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2014, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha);

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO TEMÁTICA DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014, EM 7 DE ABRIL DE 2014, ÀS 10H30, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

COORDENADOR: JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO

MEMBROS	ASSINATURA	MEMBROS	ASSINATURA
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio		MARIA JOSÉ BRAGA Representante da categoria profissional dos jornalistas	
D. ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil		MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da Sociedade Civil	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil	João Monteiro de Barros Filho	RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	
LILIANA NAKONECHNYJ Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social			
LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita			

VISTO: _____ em 7 de abril de 2014.
COORDENADOR

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva.) – Agradeço a participação e desejo a todos uma boa– tarde. Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

DOCUMENTOS TRADUZIDOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU PRONUNCIAMENTO NA SESSÃO DE 18/02/2014

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:
– Palavras de abertura do General do Exercito Raúl Castro Ruz;
– Declaração de havana;
– Proclamação da América Latina e do Caribe como zona de paz.

Palavras de abertura do General do Exercito Raúl Castro Ruz, Presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros da República de Cuba na II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) Havana, 28 de janeiro de 2014.

Prezados Chefes de Estado ou de Governo da América Latina e do Caribe,

Ilustres Chanceleres e convidados.

Em nome do povo e do governo de Cuba dou-lhes as mais cordiais boas-vindas e desejo-lhes uma ótima estada. Para nós é uma grande honra e motivo de sincero agradecimento contar com a presença de todos os senhores nesta Cúpula de "Nossa América", convocada no 161° aniversário do natalício de José Martí.

Lamentamos profundamente a ausência física de um dos grandes lideres de nossa América, o inesquecível presidente venezuelano, Hugo Rafael Chávez Frías, um fervoroso e incansável promotor e combatente pela independência, pela cooperação , pela solidariedade, pela integração e unidade latino-americana e caribenha e pela própria criação desta comunidade.

Peço um minuto de silêncio em sua memória.

Ilustres colegas:

O período transcorrido desde a Cúpula passada da CELAC foi complexo, mas frutífero.

Os países da América Latina e do Caribe tiveram que enfrentar diversos desafios. A crise continua afetando a economia mundial, os perigos à paz seguem presentes em várias partes do mundo e nações irmãs têm sofrido ameaças, medidas coercivas unilaterais e demandas legais internacionais pelas legitimas ações que adotaram em defesa de sua soberania.

Todavia, conseguimos avançar na construção da CELAC e dar continuidade às decisões que tomamos em Caracas e Santiago do Chile.

Pouco a pouco, vamos criando uma Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos que hoje é conhecida internacionalmente como representante legítima dos interesses da América Latina e do Caribe.

Igualmente, temos aproximado nossas posições e, apesar de inevitáveis diferenças, tem-se promovido um espírito de maior unidade na diversidade, que deve ser o objetivo final.

Como observei em Santiago do Chile, "sabemos que entre nós existem pensamentos diferentes e, inclusive, diferenças, mas a CELAC surgiu sobre os alicerces de duzentos anos de luta pela independência e se baseia em uma profunda comunidade de objetivos. A CELAC, portanto, não é uma sucessão de meras reuniões nem coincidências pragmáticas, mas uma visão comum da Pátria Grande latino-americana e caribenha que só se deve a seus povos."

Deve ser prioridade a criação de um espaço político comum, que nos permita seguir em frente até alcançar a paz e o respeito entre nossas nações e que nos ajude a superar os obstáculos objetivos e os que nos forem impostos intencionalmente, a fim de podermos utilizar os recursos de maneira soberana e para o bem-estar comum, e colocar as capacidades científicas e técnicas a serviço do progresso de nossos povos, de modo a fazermos valer princípios inalienáveis como a autodeterminação, soberania e igualdade soberana dos Estados.

Só assim conseguiremos transformar a realidade atual, na qual a região da América Latina e do Caribe é a mais desigual do planeta.

A Presidência *Pro Tempore* cubana da CELAC dirigiu seus esforços precisamente para o cumprimento desse objetivo e, portanto, o tema central desta cúpula é "a luta contra a pobreza, a fome e a desigualdade".

É verdade que durante os últimos anos foram registrados progressos, mas foram lentos, fragmentados e instáveis. Segundo a CEPAL, à qual agradecemos sua permanente cooperação com a Presidência cubana e os

cinco estudos que elaborou no decurso desta colaboração, na América Latina e no Caribe, a taxa de pobreza alcançou em 2012, pelo menos, 28,2% da população, ou seja, 164 milhões de pessoas, e a indigência ou a pobreza extrema, 11,3%, o que equivale a 66 milhões de habitantes da região. Contudo, o mais preocupante é a pobreza infantil, que afeta 70,5 milhões de crianças e adolescentes, dos quais 23,3 milhões em extrema pobreza.

Os 10% mais ricos da população latino-americana recebem 32% da renda total, enquanto os 40% mais pobres recebem apenas 15%.

Os povos da América Latina e do Caribe demandam e requerem uma melhor distribuição das riquezas e da renda, o acesso universal e gratuito a uma educação de qualidade, o pleno emprego, melhores salários, a erradicação do analfabetismo, o estabelecimento de uma verdadeira segurança alimentar, sistemas de saúde para toda a população, direito a uma moradia digna, a água potável e a saneamento.

Todos são objetivos alcançáveis, cujo cumprimento medirá o progresso de nossa região.

Temos todas as condições para reverter a situação atual. Com algo mais de 15% da superfície terrestre e 8,5% da população global, a região conta com uma porcentagem significativa das reservas minerais não renováveis mais importantes, com um terço das reservas de água doce, 12% da área cultivável, o maior percentual mundial na produção de alimentos e 21% das florestas naturais.

E é exatamente essa riqueza que deve se tornar o motor para a eliminação das desigualdades. Nosso dever e desafio é transformar esse capital natural em capital humano, infraestrutura econômica e diversificação da base produtiva e exportadora, de modo a contribuir de maneira decisiva para um verdadeiro processo de desenvolvimento.

Um dos problemas que sofremos na América Latina e no Caribe é que não conseguimos fazer com que os períodos de altos preços dos recursos naturais que exportamos resultassem em processos de desenvolvimento econômico de longo prazo, de modo a verdadeiramente reduzir a pobreza e elevar a renda *per capita* de nossas populações.

Para isso devemos exercer plenamente a soberania sobre nossos recursos naturais e propor políticas adequadas nas relações com os investidores estrangeiros e com as empresas transnacionais que operam nos países que compõem a CELAC.

São inegáveis os benefícios do investimento estrangeiro direto para as economias da região e das injeções de capital das empresas transnacionais que operam nela, mas esquecemos que o crescimento desmedido dos lucros que obtêm, 5,5 vezes nos últimos nove anos, afeta seu impacto positivo sobre a balança de pagamentos de nossos países.

Em matéria de educação, a região enfrenta problemas significativos, tanto em termos de acesso como na qualidade, ao mesmo tempo em que persiste o analfabetismo funcional, a despeito das diferenças significativas entre os países.

Embora se verifiquem progressos na região no acesso à educação primária, as informações da CEPAL e da UNESCO deixam claro que tal acesso e a qualidade da formação recebida pelos educadores estão muito atrelados a seu nível de renda.

A situação é mais séria na educação secundária, não só porque 50% dos jovens entre 20 e 24 anos não a concluíram, mas também porque apenas 21,7% dos jovens do setor mais pobre nessa faixa etária a concluiu. Em comparação, 78,3% de seus pares do segmento mais rico completou esse nível de educação. Ou seja, um fosso de 56,6 pontos percentuais separava em 2010 ambos os grupos.

O caso da educação universitária é ainda mais complexo, pois de acordo com estimativas da CEPAL, a taxa de matrícula para esse tipo de ensino era, em 2010, de um terço dos jovens entre 18 e 24 anos.

Contamos com todas as possibilidades, os recursos e as metodologias para banir o analfabetismo da face da América Latina e do Caribe. Devemos ter a vontade política de fazê-lo e de proporcionar a nossas populações a possibilidade de acesso, sem exceções nem desigualdades, a todos os níveis de educação. Nada do que nos propusermos a fazer será possível sem povos educados e cultos.

A diversidade no nível de desenvolvimento de diferentes setores sociais e produtivos entre nossos países é, além disso, uma oportunidade para a complementaridade e a integração de suas economias e a cooperação.

Devemos estabelecer um novo paradigma de cooperação regional e internacional. No âmbito da CELAC temos a possibilidade de construir um modelo próprio adaptado a nossas realidades, baseado nos princípios do beneficio comum e a solidariedade, levando em conta as melhores experiências desenvolvidas nos últimos anos pelos países da região e pelas organizações latino-americanas e caribenhas de integração, como MERCOSUL, ALBA, PETROCARIBE, UNASUL, CARICOM, SICA e outras, que ao longo dos anos já traçaram um caminho.

Por outro lado, não podemos esquecer que os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Caribe requerem uma atenção especial em seus problemas particulares, que se agravaram por causa dos efeitos das

crises globais e pela mudança climática que, embora afetem a todos nós, têm um impacto ainda maior sobre os países caribenhos cujas economias diminuíram ou cresceram abaixo da média regional em 2012.

O impacto da crise econômica de 2008-2009 foi especialmente severo nessa sub-região e custou às pequenas ilhas, em média, 13,2% de seu Produto Interno Bruto. O efeito de devastadores desastres naturais também teve impacto nessa realidade.

Da mesma forma, é uma obrigação moral da comunidade internacional e de nossos países continuar contribuindo para o desenvolvimento integral da República do Haiti mediante ações concretas de cooperação solidária sobre a base de suas necessidades especificas e prioridades nacionais.

Uma tarefa importante que temos pela frente nos países da CELAC durante este ano é trabalhar de forma conjunta na preparação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e tomar o cuidado de não cometermos os erros presentes na elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Prezados Chefes de Estado e Governo:

A despeito de nossos progressos, continuamos vivendo num mundo regido por uma ordem internacional injusta e excludente, na qual persistem ameaças à paz e interferência externa na região.

Não podemos esquecer a longa história de intervenção nos assuntos internos, invasões militares e sangrentos golpes de estado. Os chamados "centros de poder" não se conformam em ter perdido o controle desta rica região, nem desistirão das tentativas de mudar o curso da história em nossos países para recuperar a influência perdida e beneficiar-se de seus recursos.

Em 1999, quando já não existia o campo socialista, a OTAN modificou sua concepção estratégica para agir diante de supostas ameaças globais, de maneira ofensiva, fora do território dos Estados-membros da Aliança, que chamou de "periferia euro-atlântica". Na Cúpula União Europeia-América Latina e Caribe, celebrada pouco depois, em junho, no Rio de Janeiro, o líder histórico da Revolução Cubana, Fidel Castro Ruz, perguntou se nossa região estava incluída nessa "periferia" e sujeita a esta doutrina cada vez mais agressiva e perigosa. Essa pergunta permanece sem resposta até hoje, quinze anos depois.

No ano passado, foi revelada a existência de um sistema global de espionagem das comunicações por parte do governo dos Estados Unidos, do qual foram alvo indiscriminadamente Chefes de Estado e Governo, organizações internacionais, partidos políticos, empresas e cidadãos da região, em flagrante violação do Direito Internacional e da soberania dos Estados.

Outra questão que gera grande preocupação por causa de seu potencial para provocar conflitos internacionais é o emprego encoberto e ilegal por indivíduos, organizações e Estados, dos sistemas de informática de outras nações para agredir a terceiros países. Alguns governos chegaram a expressar a possibilidade de responder a esses ataques com armas convencionais. O único caminho para prevenir e enfrentar essas novas ameaças é a cooperação conjunta entre todos os Estados para evitar que o ciberespaço se torne um teatro de operações militares.

Saudamos, portanto, a iniciativa do governo do Brasil de efetuar em São Paulo, em abril de 2014, a Reunião Multissetorial Global sobre a Governança da Internet.

Para mostrar o seu compromisso com o desarmamento nuclear e a paz, a América Latina foi a primeira região do mundo a estabelecer, mediante o Tratado de Tlatelolco, uma Zona Livre de Armas Nucleares. Mas devemos ir além. A paz e o desenvolvimento são independentes e indissociáveis. Não pode haver paz desenvolvimento nem desenvolvimento sem paz. Por isso nos propusemos a proclamar nossa região como uma Zona de Paz que exclua para sempre a guerra, a ameaça e o uso da força, na qual as divergências entre nossos países sejam resolvidas por nós mesmos, por vias pacíficas e de negociação, conforme os princípios do Direito Internacional.

Reiteramos a mais plena solidariedade com a República Argentina e sua reivindicação pelas Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e os respectivos mares adjacentes. Assim como recusamos todas as tentativas de explorar, antes de chegar-se a um acordo, os recursos naturais desses territórios, incluindo os do subsolo, fazemos um apelo ao Reino Unido para que aceite o diálogo e as negociações, tal como solicitado pelo governo argentino.

Como escreveu a poetisa porto-riquenha Lola Rodríguez de Tió, "Cuba e Porto Rico as duas asas de um pássaro", por isso reitero que "nossa Comunidade estará incompleta enquanto falte nela o assento de Porto Rico, nação irmã genuinamente latino-americana e caribenha, que sofre uma situação colonial".

Transmitimos nossa solidariedade ao povo e governo do Equador, ameaçados por demandas de empresas transnacionais em tribunais corroídos pela cobiça e com uma visão política neocolonial.

Agradeço a todos pelas demonstrações de solidariedade diante do criminoso bloqueio imposto a meu país durante mais de meio século e a injusta inclusão de Cuba na lista de patrocinadores do terrorismo pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Caros colegas:

Com os melhores votos de sucesso nas deliberações que faremos, e tendo em vista a enorme responsabilidade que compartilhamos até a unidade de nossa região, declaro inaugurada formalmente a II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

Muito obrigado.

(CELAC-Cuba)

DECLARAÇÃO DE HAVANA
II CÚPULA DA CELAC

28 e 29 de janeiro de 2014

Os chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe, reunidos em Havana, Cuba para a II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), realizada nos dias 28 e 29 de janeiro de 2014,

Reafirmando a importância do acervo histórico da Comunidade, integrado, por sua vez, pelo acervo histórico do Grupo do Rio e a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre desenvolvimento e integração e pelas Declarações, Comunicados Especiais e decisões aprovadas na I Cúpula da CELAC, realizada em Santiago do Chile nos dias 27 e 28 de janeiro de 2013; na Cúpula Fundacional de Caracas, em 3 de dezembro de 2011; na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, realizada na Riviera Maia, México, em 23 de fevereiro de 2010; nas Cúpulas da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, iniciadas em Salvador/BA, Brasil, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008; e no processo de convergência que deu início à CELAC.

Destacando que dois anos depois de ter sido posta em funcionamento a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, conseguimos construir um espaço de diálogo e união política que nos une e torna possível a aspiração de trabalhar juntos pelo bem-estar de nossos povos, o que nos permite, por sua vez, uma melhor inserção e a projeção de nossa região no âmbito internacional.

Ratificando hoje, o nosso desejo irrevogável de fortalecer este espaço de diálogo político efetivo. Fomos, somos e seremos diversos, e é a partir desta diversidade que temos que identificar os desafios e os objetivos comuns e os pontos de convergência que nos permitirão avançar no processo de integração de nossa região. Fortaleçamos nossas democracias e todos os direitos humanos para todos; ofereçamos maiores oportunidades para nossa gente; construamos sociedades mais inclusivas; melhoremos nossa produtividade; estreitemos nossos laços comerciais; melhoremos nossa infraestrutura e conectividade e as redes necessárias que possam unir cada vez mais nossos povos; trabalhemos pelo desenvolvimento sustentável, pela superação das desigualdades e por uma distribuição de riqueza mais igualitária, para que todos sintam que a democracia dá sentido a sua vida. Esta é a missão da CELAC, esta é a tarefa para a qual fomos convocados e esta é a responsabilidade política que teremos pela frente e da qual deveremos prestar contas a nossos povos.

1. Reiteramos que a unidade e a integração da nossa região devem ser construídas gradualmente, com flexibilidade, com respeito ao pluralismo, à diversidade e ao direito soberano de cada um de nossos povos para escolher sua forma de organização política e econômica. Reiteramos que nossa Comunidade tem como base o respeito irrestrito aos Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas e ao Direito Internacional, a solução pacífica de conflitos, a proibição do uso e da ameaça do uso da força, o respeito à autodeterminação, à soberania, a integridade territorial, a não intervenção nos assuntos internos de cada país, a proteção e promoção de todos os direitos humanos, o Estado de Direito nos planos nacional e internacional, o incentivo da participação dos cidadãos e a democracia. Além disso, comprometemo-nos a trabalhar conjuntamente com vistas à prosperidade de todos, de modo a erradicar a discriminação, as desigualdades e a marginalização, as violações dos direitos humanos e as transgressões ao Estado de Direito.

2. Reafirmamos como princípio geral que o fortalecimento da CELAC como fórum e ator político internacional é uma de nossas prioridades. Neste contexto, consideramos fundamental buscar o aperfeiçoamento da coordenação e cooperação entre os membros da CELAC, no âmbito dos organismos internacionais, sempre que isso seja possível e viável.

3. Expressamos nosso mais profundo pesar pelo falecimento do Comandante e Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, que ocorreu em 5 de março de 2013, um dos principais fundadores e impulsores da CELAC, humanista incansável e incentivador da união latino-americana e caribenha, que lutou contra a exclusão social, a pobreza e impulsionou o desenvolvimento integral da região.

4. Ressaltamos nosso propósito de continuar avançando na união e integração latino-americana e caribenha, e na consolidação da nossa Comunidade, conforme os ideais e sonhos de nossos libertadores e próceres. Ratificamos nossa decisão de estabelecer ações que nos permitam prevenir e, se for o caso, enfrentar de maneira coordenada os efeitos da atual crise internacional de múltiplas interligações, que continua impactando

de modo negativo as tentativas dos nossos países de promover o crescimento e o desenvolvimento sustentável e integral da região.

5. Promovemos uma visão de desenvolvimento integral e inclusivo, que garanta o desenvolvimento sustentável e produtivo, em harmonia com a natureza, nas áreas em que pudermos construir sinergias, particularmente em áreas como a energia, a infraestrutura, o comércio intrarregional, a produção de alimentos, as indústrias intermediárias, os investimentos e o financiamento, com o objetivo de alcançar o maior desenvolvimento social para nossos povos.

6. Assumimos nosso compromisso com o desenvolvimento regional integrado, não excludente e equitativo, levando em conta a importância de assegurar um tratamento favorável às economias pequenas e vulneráveis, aos países em desenvolvimento sem litoral e Estados Insulares.

7. Saudamos os importantes resultados alcançados nas Reuniões de Coordenadores Nacionais e de Ministros das Relações Exteriores realizadas até o momento, e exortamos à aplicação das decisões e mandatos contidos nos acordos alcançados, com base nos princípios de flexibilidade e participação voluntária.

8. Reconhecemos que a experiência dos dois anos de existência da CELAC demonstra a importância do diálogo permanente para fortalecer o consenso em assuntos de interesse regional, com base nos princípios da solidariedade, complementaridade com outras experiências ou instituições regionais e sub-regionais e cooperação, e com vistas a resultados efetivos para chegar ao desenvolvimento sustentável, solidário e inclusivo dos Estados latino-americanos e caribenhos. Destacamos os avanços no diálogo com os Mecanismos regionais e sub-regionais de integração.

9. Convidamos a comunidade internacional a tomar medidas urgentes para fazer frente às fragilidades e aos desequilíbrios sistêmicos. Expressamos nosso desejo de trabalhar em conjunto para superar os desafios que o atual cenário internacional nos apresenta e de envidar esforços para impulsionar os ritmos de crescimento econômico sustentável, dinâmico e de longo prazo para a região, que proporcionem uma equidade e uma inclusão social crescentes e a integração da América Latina e do Caribe, levando em conta o valor do empreendedorismo e as pequenas e médias empresas (PME) como instrumentos para fortalecer as economias nacionais.

10. Reafirmamos que para erradicar a pobreza e a fome é necessário incentivar políticas econômicas que favoreçam a produtividade e o desenvolvimento sustentável de nossas nações, trabalhar para fortalecer a ordem econômica mundial em benefício de nossos países, promover a complementaridade, a solidariedade e a cooperação e exigir o cumprimento dos compromissos de ajuda ao desenvolvimento, por parte dos países desenvolvidos.

11. Ratificamos nosso desejo de promover o crescimento, o progresso, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável de nossos Estados, formulando e desenvolvendo planos, políticas e programas nacionais com metas mensuráveis e calendários, com vistas à universalização do usufruto e exercício dos direitos econômicos, sociais e culturais, com atenção prioritária para as pessoas em condição de pobreza extrema e setores em situação de vulnerabilidade como as populações de indígenas, afrodescendentes, mulheres, crianças, portadores de necessidades especiais, idosos, jovens e migrantes.

12. Saudamos o êxito da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil e reiteramos nosso compromisso de eliminar as piores formas de trabalho infantil antes de 2016, bem como erradicar o trabalho infantil como um todo no menor prazo possível.

13. Saudamos a adoção da Declaração e Plano de Ação de Caracas das Autoridades de Desenvolvimento Social para a Erradicação da Fome e da Pobreza. Seguiremos trabalhando em planos, políticas e programas nacionais para reduzir progressivamente as desigualdades de renda que constituem a própria essência da fome, da pobreza e da exclusão social mediante, entre outras, políticas fiscais progressivas, criação de empregos formais permanentes, de proteção, de assistência e seguridade social, de estabelecimento de salários mínimos e seu aumento progressivo, as quais se concretizariam de acordo com as capacidades de cada membro da CELAC, aumentando gradualmente os investimentos sociais. Damos a alta prioridade a fortalecer a segurança alimentar e nutricional, a alfabetização e educação infantil, a educação geral pública gratuita, a educação técnica, profissional e superior de qualidade e pertinência social, a posse da terra, o desenvolvimento da agricultura, incluindo a familiar e rural e do trabalho digno e duradouro, do apoio aos pequenos produtores agrícolas, o seguro-desemprego, a saúde pública universal, o direito à moradia adequada para todos e o desenvolvimento produtivo e industrial como fatores decisivos para a erradicação da fome, pobreza e exclusão social.

15. Reafirmamos nosso compromisso para trabalhar juntos no fortalecimento dos mecanismos nacionais, regionais e multilaterais na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais e assegurar a integração cultural de nossos povos por meio da promoção do intercâmbio de saberes culturais, tradicionais e modernos.

16. Reconhecemos que os povos indígenas e as comunidades locais desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico, social e ambiental, assim como a importância das práticas agrícolas tradi-

cionais sustentáveis, associadas à biodiversidade e ao aproveitamento de seus recursos, seu direito de acesso à água adequada para a irrigação, em conformidade com a legislação de cada país, e os sistemas comuns de posse da terra e os tradicionais de abastecimento de sementes e o acesso ao financiamento e aos mercados.

17. Decidimos fortalecer, de maneira integral, a base produtiva com ênfase nas práticas locais e culturais sustentáveis dos povos indígenas e comunidades locais, para uma gestão integral que aprimore o uso e acesso da água para irrigação, a partir de uma visão de manejo de bacias hidrográficas, a recuperação da fertilidade do solo mediante reposição da cobertura vegetal, fertilizantes orgânicos, métodos agrícolas sustentáveis e a conservação e incremento da biodiversidade por meio da recuperação e criação de sementes nativas e produção de sementes melhoradas.

18. Destacamos o papel fundamental das políticas públicas e reconhecemos a valiosa contribuição do setor privado, da sociedade civil, dos movimentos sociais e da sociedade em seu conjunto. Apontamos os progressos alcançados e nos comprometemos a continuar incentivando-os ativamente, seguindo as prioridades e estratégias nacionais de desenvolvimento de cada Estado para alcançar as metas de erradicação da fome, pobreza e exclusão social. Reconhecemos a importância da cooperação internacional, regional e bilateral para tal fim.

19. Reconhecemos as iniciativas nacionais, sub-regionais e regionais voltadas a garantir o direito humano à alimentação e promover a segurança alimentar e nutricional, reduzir os níveis de pobreza e incentivar a inclusão plena e saudamos os progressos alcançados nesses esforços. Destacamos também que para ter sucesso no futuro devem se privilegiar a complementaridade e a solidariedade entre nossas nações.

20. Reafirmamos o compromisso de fortalecer os mecanismos de acompanhamento em cada país para os programas e projetos sociais que forem implementados em diferentes setores, com uma atenção especial aos grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade, com o objetivo de avaliar com uma perspectiva multidimensional seu impacto e compartilhar as melhores práticas com o restante dos países da região.

21. Apoiamos a Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025.

22. Reafirmamos nosso desejo de impulsionar programas regionais, sub-regionais bilaterais e triangulares de cooperação para o desenvolvimento, bem como uma política regional de Cooperação Sul-Sul e Triangular, que levem em conta as características e necessidades específicas das diversas áreas e sub-regiões, assim como cada um dos países que as formam.

23. Reconhecemos, neste sentido, o Caribe insular e a América Central, assim como os países da costa norte da América do Sul com áreas litorâneas baixas como as sub-regiões de maior vulnerabilidade do ponto de vista econômico, social e ambiental e defendemos a promoção do comércio solidário e complementar, dos investimentos e projetos e das ações de cooperação com vistas a superar os diversos desafios e dificuldades associados a sua vulnerabilidade.

24. Comprometemo-nos a continuar contribuindo com o esforço de reconstrução e desenvolvimento do Haiti, em conformidade com os âmbitos prioritários definidos pelo seu governo, e com pleno respeito à sua autoridade e soberania, assim como ao princípio de não intervir nos assuntos internos, conforme a resolução sobre a cooperação especial com o Haiti aprovada pelos Ministros das Relações Exteriores e ratificada pelos Chefes de Estado e/ou Governo na I Cúpula da CELAC. Instamos os Governos, os doadores tradicionais e as instituições financeiras internacionais a apoiar com maior amplitude e rapidez a execução do Plano de Desenvolvimento Estratégico Nacional (NSDH) do Governo do Haiti, em especial no âmbito da agricultura. Também os incentivamos a apoiar o Plano Nacional para a Eliminação do Cólera, que requer medidas urgentes de prevenção e controle, assim como investimentos em infraestrutura de água, saneamento básico e fortalecimento da capacidade das instituições do país.

25. Afirmamos que para a elaboração de uma Agenda Estratégica Regional sobre Gestão Integral de Riscos de Desastres, é necessário que a temática seja reconhecida como um processo integrado por ações relativas à estimativa e redução de riscos, a preparação, a assistência humanitária e a reconstrução, que deverão fazer parte de um Plano de Ação coordenado e articulado entre as autoridades locais, nacionais, sub-regionais e regionais.

26. Comprometemo-nos a continuar consolidando sólidos princípios regionais em matéria de reconhecimento dos direitos dos migrantes, bem como aumentar a cooperação de políticas migratórias regionais e de posicionamentos comuns nas negociações globais e inter-regionais sobre migrações e, em especial, na promoção do debate internacional sobre a relação entre a migração, o desenvolvimento e os direitos humanos.

27. Reafirmamos nosso desejo e compromisso para seguir avançando no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

28. Ratificamos a importância crucial do processo intergovernamental da formulação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que deverá ser aberto, transparente e inclusivo. Ressaltamos que a nova agenda de desenvolvimento deverá ser formulada com base no respeito irrestrito dos princípios aprovados na Carta das Nações Unidas e à luz dos princípios aprovados no Documento Final da Rio+20, "O Futuro que Queremos",

assim como os diferentes enfoques, visões, modelos e instrumentos que os países definiram para alcançar o desenvolvimento sustentável, em função de suas circunstâncias e prioridades nacionais. Deve-se ter cuidado para que o processo seja universal e suficientemente flexível para responder às prioridades, condições e necessidades dos países em desenvolvimento e levar em conta as necessidades especiais dos diversos países, incluindo os menos desenvolvidos, os países sem litoral, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os chamados países de renda média.

29. Reconhecemos a grande necessidade de que a nova Agenda de Desenvolvimento insira explicitamente como um objetivo, com indicadores e prazos de cumprimento específicos, os meios de implementação que garantam seu cumprimento. Entre eles: novos recursos financeiros, adicionais e previsíveis, o desenvolvimento e a transferência de tecnologia, o aumento de capacidades nos países em desenvolvimento.

30. A nova Agenda deve tomar como ponto de partida a experiência no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para definir harmonicamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, excluir qualquer condicionalidade e eliminar as disparidades no interior das sociedades, entre regiões e em escala global. Além disso, deverá reforçar o compromisso da comunidade internacional nos sentido de que as pessoas sejam o centro de suas preocupações, para que se promova o crescimento econômico sustentável e inclusivo, o desenvolvimento social participativo e a proteção do meio ambiente.

31. Reafirmamos a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/64/292, de 28 de julho de 2010, na qual a Assembleia Geral reconhece o direito à água potável e ao saneamento básico como um direito humano essencial para o pleno desfrute da vida e de todos os direitos humanos.

32. Convictos de que a mudança climática é um dos problemas mais graves do nosso tempo, temos profunda preocupação por seu crescente impacto negativo nos países em desenvolvimento e nos pequenos Países Insulares em particular, o que compromete os esforços para erradicar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, e no âmbito do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e as respectivas capacidades, reconhecemos que a natureza global da mudança climática requer a cooperação de todos os países e sua participação numa resposta internacional efetiva e apropriada, de acordo com a responsabilidade histórica de cada um por esse fenômeno, para acelerar a redução global de emissões dos gases de efeito estufa e a adoção de medidas de adaptação, segundo as disposições e os princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e as decisões adotadas nas Conferências das Partes.

33. Aprovamos a realização do Diálogo Interativo da Assembleia Geral sobre a Harmonia com a Natureza, realizado em Nova York em 22 de abril de 2013, por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mãe Terra, evento debateu os diferentes enfoques econômicos, no contexto do desenvolvimento sustentável, para promover de maneira ética a relação entre a humanidade e a Terra.

34. Comemoramos a recente solicitação da nova Convenção de Minamata sobre Mercúrio, como o primeiro instrumento vinculante e negociado no âmbito das Nações Unidas nos últimos doze anos, e o primeiro da agenda pós-Rio+20 sobre o desenvolvimento sustentável, destacando que se trata de um grande passo no desenvolvimento do direito ambiental internacional por ter como objetivo a proteção da saúde humana e o meio ambiente diante dos riscos do mercúrio, exortando de maneira especial aos países-membros a tomar medidas que possibilitem a pronta entrega em vigor e sua efetiva implantação. Além disso, incentivamos a participação na reunião regional do Grupo Latino-Americano e do Caribe (GRULAC), preparatória da Sexta Sessão do Comitê de Negociação Intergovernamental do Mercúrio (INC-6).

35. Nós, os países da América Latina e do Caribe, manifestamos nosso apoio à Presidência peruana da 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e da 10ª Reunião das Partes do Protocolo Kyoto, que se realizarão em Lima, Peru, de 1º a 12 de dezembro de 2014 e nos sentimos comprometidos com seu sucesso, bem como o sucesso de sua fase preparatória, passos que são essenciais no processo de desenvolvimento de um instrumento legal fortalecido no âmbito da Convenção que deve se apresentar em 2015. Ressaltamos a importância de que, para ser eficaz e facilitar a participação de todos os países, tal instrumento respeite os princípios e disposições da Convenção.

36. Incentivamos a participação dos representantes dos países da Comunidade na primeira Pré-COP Social de Mudanças Climáticas, a realizar-se nos 13 a 16 de outubro de 2014, em Caracas, Venezuela; Trata-se de uma iniciativa importante no processo de negociações no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas para reforçar a aliança entre povos e governos na construção do futuro regime necessário para fazer frente às mudanças climáticas.

37. Comprometemo-nos, conforme nossas capacidades e legislações internas, a apoiar a pesquisa científica sobre a dependência de drogas nos países da CELAC, a fim de avançarmos no desenvolvimento de tratamentos, incluindo vacinas e antídotos.

38. Reiteramos o caráter latino-americano e caribenho de Porto Rico e, ao levarmos em conta as resoluções sobre Porto Rico adotadas pelo Comitê Especial de Descolonização das Nações Unidas, repetimos que se trata de um assunto de interesse da CELAC.

39. Nós, os países-membros da CELAC, nos comprometemos a continuar trabalhando no âmbito do Direito Internacional e, em particular, da Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas de 14 de dezembro de 1960, para que a região da América Latina e do Caribe seja um território de colonialismo e colônias.

40. Convidamos o Quarteto da CELAC para que, com a participação de outros Estados-membros que desejem unir esforços, apresente propostas para avançar no que foi citado no parágrafo 38 desta Declaração.

41. Reafirmamos nossa rejeição às listas e certificações unilaterais por parte de países desenvolvidos que afetam países da América Latina e o Caribe, em particular as relacionadas a terrorismo, narcotráfico, tráfico de pessoas e outras e outras de caráter similar e ratificamos Comunicado Especial aprovado pela CELAC no último dia 5 de junho, que rejeita a inclusão de Cuba na denominada Lista de Estados que promovem o terrorismo Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

42. Reafirmamos a Declaração de Santa Cruz, denominada "Ama Qhilla, Ama Llulla y Ama Suwa" (não roubar, não mentir e não ser preguiçoso), da Primeira Reunião Especializada dos Ministros e Altas Autoridades de Prevenção e Luta contra a Corrupção da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), adotada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 8 de novembro de 2013, na qual se estabelece, entre outras questões, que os delitos de corrupção devem ser combatidos de forma rigorosa e sem impedimentos para sua investigação, julgamento e sanção com respeito às legislações nacionais e aos acordos internacionais vigentes; além disso, comemoramos a criação de um Grupo de Trabalho especializado na Prevenção e Luta contra a Corrupção, que elaborará um Plano de Trabalho com fim de promover e impulsionar as linhas de ações segundo as bases e prioridades estabelecidas na Declaração e no Plano de Ação da CELAC para 2014, otimizando recursos, complementando os trabalhos desenvolvidos em outros mecanismos e fóruns multilaterais e evitando a duplicação de esforços.

43. Ressaltamos a importância de que nossos países fortaleçam sua preparação em matéria de atenção a controvérsias internacionais e consideramos que se deve cogitar a possibilidade de que nossa região se dote de mecanismos apropriados para a solução de controvérsias com investidores estrangeiros. Manifestamos nossa solidariedade com os países da América Latina e do Caribe que estão sendo afetados por reclamações que põem em risco o desenvolvimento de suas populações e solicitamos às empresas e grupos transnacionais que mantenham uma conduta responsável e consistente com as políticas públicas adotadas pelos Estados recebedores dos investimentos. Ad Ref.

44. Ressaltamos a importância de desenvolver ferramentas que permitam fortalecer o sistema financeiro internacional, que deveria contemplar uma regulação mais restrita e eficaz das grandes instituições financeiras e a adoção de medidas concretas para atingir melhores práticas internacionais em fluxos financeiros internacionais. Em conformidade com isto, é de grande relevância a redução da dependência excessiva das avaliações das agências de classificação de riscos.

45. Consideramos indispensável para a estabilidade e previsibilidade do sistema financeiro internacional garantir que os acordos obtidos entre devedores e credores no âmbito dos processos de reestruturação das dívidas soberanas sejam respeitados, permitindo que os fluxos de pagamento sejam distribuídas aos credores cooperativos, conforme acordado com eles no processo de readequação consensual da dívida. É necessário contar com ferramentas que possibilitem acordos sensatos e definitivos entre credores e devedores soberanos, o que permitirá fazer frente a problemas de sustentabilidade da dívida de maneira ordenada.

46. Manifestamos nossa convicção da importância adquirida pelos fluxos de investimentos estrangeiros diretos em nossa região e a necessidade que eles contribuam de modo eficaz aos processos de desenvolvimento de nossos países e resultem no aumento dos níveis de bem-estar de nossas sociedades, sem imposição de condicionalidades, com respeito de sua soberania e em concordância com seus planos e programas nacionais de desenvolvimento.

47. Acreditamos ser necessário contar com uma ferramenta de planejamento latino-americano e caribenho para fazer frente aos novos desafios que a CELAC enfrenta, razão pela qual é essencial envidar esforços coletivos d integração, solidariedade e cooperação. Isso será mutuamente vantajoso em particular para os países vulneráveis e de menor desenvolvimento relativo – servirá para que se chegue a objetivos claros, mensuráveis e adaptáveis às realidades nacionais, com vistas à erradicação da pobreza e à promoção do desenvolvimento sustentável.

48. Ressaltamos a importância da cooperação e integração financeira regional. Nesse sentido, apoiamos as resoluções adotadas pelos Ministros da CELAC em suas reuniões do ano 2013.

49. Cumprimentamos o Governo do Estado Plurinacional Boliviano e seu povo pelo lançamento bem-sucedido ao espaço do primeiro satélite boliviano de comunicações denominado "Túpac Katari" (TKSAT-1), realizado em 20 de dezembro de 2013 no centro espacial Xichang, da República Popular da China, reconhecendo que os benefícios do satélite serão sentidos por milhões de bolivianos, facilitando o acesso à educação e à informação e garantirão o exercício dos direitos humanos, bem como facilitarão o intercâmbio de conhecimentos científicos entre os diferentes povos da América Latina e do Caribe.

50. Confirmamos nosso mais firme apoio aos direitos legítimos da República Argentina na disputa de soberania pelas Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos ao redor, assim como o permanente interesse para que tal disputa seja resolvida de forma pacífica e negociada, conforme o disposto na Resolução 31/49 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

51. Repetimos nosso compromisso com o princípio do direito soberano dos Estados de dispor de seus recursos naturais e de administrá-los e regulá-los. Manifestamos também o direito de nossos povos aproveitarem, de maneira sustentável, dos recursos naturais, que têm o potencial de serem utilizados como uma importante fonte para financiar o desenvolvimento econômico, a justiça social e o bem-estar de nossos povos.

52. Ratificamos nosso mais profundo repúdio à aplicação de medidas coercitivas unilaterais e reiteramos, mais uma vez, nossa solidariedade com a República Cubana, bem como reafirmamos nosso apelo ao governo dos Estados Unidos da América para que ponha fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto a essa nação irmã há mais de cinco décadas.

53. Comprometemo-nos a continuar trabalhando para consolidar a América Latina e o Caribe como Zona de Paz, na qual as diferenças entre as nações sejam resolvidas por meio do diálogo e da negociação ou outras formas de solução pacífica estabelecidas no Direito Internacional.

54. Levando em consideração os objetivos traçados na Declaração de Suriname, aprovados na Primeira Reunião de Ministros da Cultura da CELAC celebrada nos dias 14 e 15 de março em Paramaribo, Suriname, destacamos a importância da cultura na América Latina e no Caribe como o fundamento da identidade de cada país e como catalisador dos processos de integração regional. Destacamos a importância da cultura e das indústrias culturais para as economias nacionais e assumimos o compromisso de promover o empreendedorismo cultural como uma ferramenta de conservação de nosso patrimônio cultural e a geração de oportunidades de emprego e riqueza para nossos povos, de modo a contribuir para o bem-estar de nossos cidadãos e o progresso da sociedade como um todo.

55. Expressamos nossa satisfação pela realização da VI Cúpula Mundial das Artes e da Cultura, realizada em Santiago do Chile entre 13 e 16 de janeiro, que contribuiu para projetar à região um cenário privilegiado para proporcionar encontros e diálogos de vocação universal no âmbito cultural.

56. Confirmamos nosso apoio ao processo de diálogo realizado em Havana, Cuba, entre o governo da Colômbia e as FARC e saudamos os avanços obtidos mediante o cumprimento de acordos em dois importantes pontos da agenda. Instamos as partes a continuar o processo voltado a pôr fim a um conflito interno que por mais de 50 anos afetou o desenvolvimento político, social e econômico dessa nação irmã. Saudamos e agradecemos o papel dos países garantes, Cuba e Noruega, e dos países acompanhantes, Chile e Venezuela, nos progressos alcançados.

57. Reiteramos nosso apoio à proclamação pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2013 da Década Internacional dos Afrodescendentes, a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015, com o tema "Afrodescendentes, justiça e desenvolvimento", assim como ao Comunicado aprovado pelos Ministros das Relações Exteriores da CELAC em sua terceira reunião, que proclama a Década dos Afrodescendentes da América Latina e do Caribe, iniciada em 1º de janeiro do presente ano.

58. Reconhecemos a importância de considerar o papel essencial da ação coletiva dos povos indígenas e das populações locais na conversação e no uso sustentável da diversidade biológica, como uma contribuição significativa ao Planeta. Apoiamos as ações que estão sendo desenvolvidas para incentivar seu reconhecimento oficial.

59. Reiteramos a necessidade de tomar medidas para proteger os direitos sobre os conhecimentos tradicionais e ancestrais dos povos indígenas e tribais e comunidades locais, evitando sua posição de vulnerabilidade por parte de terceiros por meio de registros que não reconheçam sua titularidade, assim como a necessidade de promover a participação justa e imparcial nos benefícios derivados de sua utilização. Apoiamos a negociação em curso sobre o assunto nos fóruns multilaterais competentes.

60. Destacamos que as negociações do Documento Final conciso e voltado à ação da Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, da Reunião Plenária de Alto Nível do sexagésimo nono período de sessões da Assembleia, que será conhecida como a Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, a realizar-se nos dias 22 e 23 de setembro de 2014 em Nova York, estarão voltadas para compartilhar pontos de vista e as melhores

práticas sobre o respeito aos direitos dos povos indígenas, incluindo o cumprimento dos objetivos da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos desses povos e acatamos as recomendações dos principais temas da Conferência Preparatória Mundial dos Povos Indígenas para a Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, realizada de 10 a 12 de junho de 2013, em Alta, Noruega. Saudamos a iniciativa do Governo do México de realizar uma reunião preparatória da Conferência Mundial em abril de 2014.

61. Apoiamos o Ano Internacional da Agricultura Familiar declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

62. Elogiamos a escolha do Estado Plurinacional Boliviano para a Presidência do Grupo dos 77 e China durante o ano de 2014 e nos comprometemos a prestar-lhe todo o nosso apoio no exercício de tal responsabilidade a fim de que vá ao encontro dos interesses da América Latina e do Caribe. Comemoramos também a organização de uma Cúpula de Chefes de Estado e Governo do G77+China, a ser realizada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, nos dias 14 e 15 de junho de 2014, alusiva ao 50° aniversário de fundação do G77.

63. Consideramos a necessidade de uma distribuição geográfica equitativa no sistema das Nações Unidas e ressaltamos a necessidade de aumentar, em termos quantitativos e qualificativos, a presença de representantes da América Latina e do Caribe em postos-chave das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, objetivo pelo qual envidaremos nossos melhores esforços.

64. Confirmamos nossas posições em torno de uma reforma integral do sistema das Nações Unidas, sobretudo no tocante à democratização das instâncias decisórias internacionais, em particular o Conselho de Segurança. A democratização que se busca deve incluir a representatividade, a transparência, a eficiência, a democracia, o respeito aos mandatos de outros órgãos das Nações Unidas e uma prestação de contas cabal a todos os membros da ONU.

65. Considerando que a migração internacional é um fenômeno global que envolve mais de 220 milhões de pessoas, entre elas mulheres, crianças, adolescentes e indígenas, reconhecemos o valor do conteúdo de resolução adotada durante o II Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Migração e Desenvolvimento (DAN2013), que privilegia o enfoque de direitos humanos, destaca a urgência de proteger-se os grupos mais vulneráveis nos fluxos migratórios e insiste na necessidade de um maior envolvimento das Nações Unidas, suas agências, fundos e programas na questão, assim como o interesse de incluir o tema da migração internacional na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, entre outros assuntos, e nos comprometemos a fortalecer as ações de cooperação no espírito da responsabilidade compartilhada, a fim de avançarmos ao enfrentarmos os múltiplos desafios que a migração internacional nos propõe.

66. Ratificamos o compromisso de fortalecer a luta contra a delinquência organizada transnacional, em conformidade com o Direito Internacional. Nesse contexto, estamos conscientes de que o delito e a violência constituem um obstáculo ao desenvolvimento pleno na América Latina e no Caribe e enfatizamos a necessidade de contar com uma visão de consenso regional de segurança cidadã com um enfoque de desenvolvimento humano e respeito aos direitos humanos e aos princípios de soberania nacional e a não intervenção nos assuntos internos. Com essa perspectiva, devemos reforçar os mecanismos de diálogo e coordenação, conforme o caso, para melhorar as estratégias regionais sobre segurança cidadã e desenvolvimento sustentável.

67. Expressamos nossa imensa preocupação pela grave situação humanitária e de segurança na República Árabe Síria e pela ameaça que representa para o Oriente Médio e para a paz e segurança internacional. Elogiamos as partes sírias por terem aceitado manter negociações diretas na Conferência Internacional sobre a situação na Síria (Genebra II), sob a égide do Enviado Especial Conjunto das Nações Unidas e da Liga Árabe. Congratulamo-nos com o Secretário Geral das Nações Unidas pela organização de tal Conferência. O diálogo e a negociação são urgentes e essenciais para avançarmos nos esforços de reconciliação nacional e para garantir a plena aplicação dos Convênios de Genebra na Síria. Confirmamos que somente um processo político inclusivo liderado pelos sírios poderá conduzir à paz e à realização das legítimas aspirações do povo sírio, com base na estrita aplicação dos princípios de soberania, independência, autodeterminação, integridade territorial e não intervenção nos assuntos internos.

68. Destacamos a celebração, pela primeira vez nas Nações Unidas, de uma Reunião de Alto Nível sobre o Desarmamento Nuclear em 26 de setembro de 2013, na qual a CELAC reafirmou a necessidade urgente de avançar-se rumo ao desarmamento nuclear e conseguir-se a eliminação total e geral das armas nucleares de modo transparente, irreversível e verificável e conclamou os países a avançarem rumo à negociação de um instrumento universal juridicamente vinculante que proíba as armas nucleares com um cronograma multilateral definido por acordos. Comprometemo-nos a dar continuidade a tais posições.

69. Expressamos nossa imensa preocupação com as consequências humanitárias de enormes proporções e os efeitos globais de qualquer detonação nuclear acidental ou intencional. Instamos a comunidade internacional a reiterar sua preocupação com as consequências humanitárias das armas nucleares, onde quer que se

dê o debate sobre esse tipo de armas. Damos as boas-vindas aos resultados da Conferência de Oslo sobre o Impacto Humanitário das Armas Nucleares, realizada em março de 2013 e, nesse espírito fazemos um apelo a todos os Estados para que participem da segunda Conferência Internacional sobre o Impacto Humanitário das Armas Nucleares, a realizar-se no México nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2014.

70. Registramos com satisfação o acordo preliminar entre a República Islâmica do Iran e o Grupo 5+1 em Genebra sobre o programa nuclear iraniano, o que demonstra que o diálogo e a negociação são a via para dirimir as diferenças entre os Estados, e manifestamos nossa expectativa de que logo se chegue a uma solução ampla e duradoura para a questão. Ratificamos o direito inalienável de todos os Estados, em conformidade com o disposto no TNP, de desenvolver a pesquisa, a produção e a utilização da energia nuclear com fins pacíficos sem discriminação, o que, juntamente com o desarmamento e a não proliferação, constitui os pilares do Tratado sobre a Não Proliferação das Armas Nucleares, do qual todos os membros da CELAC fazem parte.

71. Confirmamos nosso apelo para que a Conferência para o estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa no Oriente Médio seja realizada o mais rápido possível, conforme acordo feito pelas Partes do Tratado sobre a Não Proliferação das Armas Nucleares em 1995, 2000 e 2010, já que contribuiria de forma valiosa ao fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

72. Destacamos o valor e a contribuição à paz e segurança internacional do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe e seus Protocolos (Tratado de Tlatelolco), que estabeleceu a primeira zona mais densamente povoada livre de armas nucleares no planeta. Salientamos nosso pleno apoio aos trabalhos do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe e neste sentido reafirmamos a importância da colaboração e cooperação entre a CELAC e a OPANAL, órgão especializado da região, para articular posições comuns e trabalhos conjuntos na matéria de desarmamento nuclear.

73. Registramos a adoção do Tratado sobre o Comércio de Armas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em abril de 2013.

74. Estamos atentos às atividades internacionais da CELAC, especialmente a visita da Troika Ministerial ampliada à Federação Russa, as reuniões da Troika Ministerial aberta da CELAC com os Ministros de Relações Exteriores da República da Coreia, a República Popular Chinesa, o Conselho de Cooperação para os Estados Árabes do Golfo, Turquia e Japão realizadas em Nova York por ocasião do início do 68º Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, assim como o trabalho para chegar-se, por meio de acordos com cada um desses interlocutores, a um Roteiro para o diálogo e a cooperação.

75. Congratulamo-nos com o estabelecimento do Fórum CELAC-China e do Mecanismo de Diálogo com a Federação Russa, elementos que podem repercutir positivamente nas atividades da Comunidade.

76. Estamos convencidos de que é necessário continuar a busca de novas sinergias da CELAC em nível internacional e para isso é preciso retomar o que já foi iniciado em 2012 e estabelecer modalidades adicionais de convergência e relacionamentos.

77. Saudamos a coordenação entre os Estados-membros da CELAC nas Nações Unidas e expressamos nossa disposição para continuar trabalhando de maneira gradual na matéria, e a ampliar o trabalho a outras sedes nos casos em que for possível e necessário.

78. Expressamos também nosso apoio ao processo preparatório da II Cúpula CELAC-EU, a realizar-se em Bruxelas em 2015. Encarregamos os Coordenadores Nacionais e os Altos Funcionários do Diálogo CELAC-UE, conforme o caso, de finalizar as negociações do acordo internacional para o estabelecimento da Fundação EULAC, com vistas à II Cúpula CELAC-UE.

79. Agradecemos o Presidente da República do Chile, o Excelentíssimo Senhor Sebastián Piñera Echenique, que este ano finaliza seu mandato, pelo excelente trabalho e liderança desenvolvidos durante o processo de convergência e instalação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, que culminou com a realização da bem--sucedida I Cúpula da CELAC, realizada em Santiago, Chile, nos dias 27 e 28 de janeiro de 2013.

80. Agradecemos a República da Costa Rica por acolher a Presidência *Pro Tempore* da CELAC no ano de 2014 e a III Cúpula da CELAC em 2015. Reconhecemos a Excelentíssima Senhora Laura Chinchilla Miranda, Presidente da República da Costa Rica, que terminará seu mandato em maio de 2014, por seu firme e valioso apoio à CELAC desde sua origem.

81. Agradecemos à República do Equador por acolher a Presidência *Pro Tempore* da CELAC no ano de 2015 e a realização da IV Cúpula da CELAC.

82. Registramos o oferecimento reiterado pela República Dominicana para ser sede da CELAC em 2016, apresentado em fevereiro de 2013.

83. Expressamos nosso agradecimento ao Presidente dos Conselhos do Estado e de Ministros da República de Cuba pela liderança e pelo trabalho realizado durante o exercício da Presidência *Pro Tempore* do fórum

e o reconhecimento ao povo e governo de Cuba pela organização da II Cúpula da CELAC em Havana nos dias 28 e 29 de janeiro de 2014.

Havana, 29 de janeiro de 2014

Chefes de Estado da CELAC Aprovam Proclamação da América Latina e do Caribe como zona de paz (texto integral)

Quarta-feira, 29/01/2014 – 11h09

PROCLAMAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE COMO ZONA DE PAZ (ORIGINAL ASSINADO PELOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS)

Os chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), reunidos em Havana, Cuba, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2014, na II Cúpula, em nome de seus povos e interpretando fielmente seus desejos e aspirações,

Ratificando o compromisso de seus países com os Propósitos e Princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e no Direito Internacional e conscientes de que a prosperidade e a estabilidade da região contribuem à paz e segurança internacional,

Conscientes de que a paz é um bem supremo e desejo legítimo de todos os povos e que sua preservação é um elemento substancial da integração da América Latina e do Caribe e um princípio e valor comum da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC),

Reafirmando que a integração fortalece a visão de uma ordem internacional justa, consubstanciado no direito e em uma cultura de paz que exclui o uso da força e dos meios não legítimos de defesa, entre eles as armas de destruição massiva e, em particular, as armas nucleares,

Destacando a relevância do Tratado de Tlatelolco para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, que estabeleceu a primeira zona livre de armas nucleares numa área densamente povoada, como uma contribuição à paz e segurança regional e internacional,

Confirmando a urgente necessidade do Desarmamento Nuclear Geral e Completo, assim como o compromisso com a Agenda Estratégica do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), adotada pelos 33 Estados-membros do Organismo, na Conferência Geral de Buenos Aires em agosto de 2013.

Recordando os princípios da paz, da democracia, do desenvolvimento e da liberdade que inspiram a atuação dos países-membros do SICA,

Lembrando a decisão dos Chefes de Estado da UNASUL de fortalecer a América do Sul como Zona de Paz e Cooperação,

Lembrando o estabelecimento, em 1986, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul,

Lembrando também nosso compromisso assumido na Declaração da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, em 23 de fevereiro de 2010, de promover a implementação de mecanismos próprios de solução pacífica de conflitos,

Reiterando nosso compromisso para que se consolide na América Latina e no Caribe uma Zona de Paz, na qual as diferenças entre as nações sejam resolvidas de forma pacífica, por meio do diálogo e da negociação ou outras formas de solução, e em pleno acordo com o Direito Internacional,

Conscientes também do catastrófico impacto global humanitário e a longo prazo do uso das armas nucleares e outras armas de destruição massiva e das discussões em curso sobre o assunto,

Declaramos:

1. A América Latina e o Caribe como Zona de Paz baseada no respeito aos princípios e normas do Direito Internacional, incluindo os instrumentos internacionais de que fazem parte os Estados-membros, e os Princípios e Propósitos da Carta das Nações Unidas;

2. Nosso compromisso permanente com a solução pacífica de conflitos a fim de proibir para sempre o uso e a ameaça do uso da força em nossa região;

3. O compromisso dos Estados da região com o rigoroso cumprimento de sua obrigação de não intervir, direta ou indiretamente, nos assuntos internos de qualquer outro Estado e observar os princípios de soberania nacional, igualdade de direitos e livre determinação dos povos;

4. O compromisso dos povos da América Latina e do Caribe de promover as relações de amizade e cooperação entre si e com outras nações, a despeito das diferenças existentes entre seus sistemas políticos, econômicos e sociais ou seus níveis de desenvolvimento; de praticar a tolerância e conviver em paz como bons vizinhos;

5. O compromisso dos Estados da América Latina e do Caribe de respeitar plenamente o direito inalienável de todo Estado escolher seu sistema político, econômico, social e cultural, como condição essencial para garantir a convivência pacífica entre as nações;

6. A promoção na região de uma cultura de paz, baseada, entre outros, nos princípios da Declaração sobre Cultura de Paz das Nações Unidas.

7. O compromisso dos Estados da região de orientar-se pela presente Declaração em sua atuação internacional;

8. O compromisso dos Estados da região de continuar promovendo o desarmamento nuclear como objetivo prioritário e contribuir para o desarmamento geral e completo, para propiciar o fortalecimento da confiança entre as nações.

Instamos todos os Estados-membros da Comunidade Internacional a respeitar plenamente esta Declaração em suas relações com os Estados-membros da CELAC.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-SD - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27
PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Ivonete Dantas. . . . . PMDB/RN
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . . PMDB/TO
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . . PSD/AC
Valdir Raupp. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 26
PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2
PSOL-1 / PRB-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Gleisi Hoffmann. . . . . PT/PR
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PCdoB/CE
João Capiberibe. . . . . PSB/AP
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Marcelo Crivella. . . . . PRB/RJ
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16
PSDB-11 / DEM-4 / SD-1

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . . DEM/MT
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . . PSDB/MS
Vicentinho Alves. . . . . SD/TO
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 11
PTB-6 / PR-4 / PSC-1

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Cidinho Santos. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim. . . . . PTB/DF
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . . PTB/RR

PROS - 1

Ataídes Oliveira. . . . . TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	26
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	11
PROS.	1
TOTAL	81

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Ivonete Dantas* (Bloco-PMDB-RN)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-SD-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (126)
Mozarildo Cavalcanti (57,125)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL/PRB) - 26

Líder
Humberto Costa - Bloco (115,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Rodrigo Rollemberg (65,98)
Inácio Arruda (89,94,117)

.....

Líder do PT - 13

Humberto Costa (115,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,99)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (65,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,83)

Líder do PCdoB - 2

Vanessa Grazziotin (1,91,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,117)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,75)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (36,120)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,83)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16

Líder
Wilder Morais - Bloco (95,112,118)

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,122)
Jayme Campos (28,106,110,123)
Alvaro Dias (73,124)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,124)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (95,112,118)

Líder do SD - 1

Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Více-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Wilder Morais é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.

119. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.
121. Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. 31/2014-GLDBAG, lido na sessão de 26 de março de 2014.
122. Senador Mário Couto é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
123. Senador Jayme Campos é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
124. Senador Alvaro Dias é designado 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
125. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti para a 2º Vice-Líder do PTB.
126. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador João Vicente Claudino para a 1º Vice-Líder do PTB.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

**. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)

2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).

3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Gulherme Brandão
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

3) CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4) CPI DA PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 302, de 2014, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, composta por treze titulares e oito suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 01/04/2014

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013
Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013
Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Jorge Viana (PT) (16,7)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (15,9)	3. Senador Pedro Taques (PDT) (12,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (18)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB) (11,13,14,2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (17)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

**********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

**********. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.

**********. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que proroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.

**********. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida temporariamente ao Bloco União e Força (Of. 54/2014-BLUFOR e 29/2014-GLDBAG).
15. Em 25.03.2014, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 59/2014-GLPMDB).
16. Em 25.03.2014, os Senadores Jorge Viana e Pedro Taques são designados membros suplentes na Comissão, em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLDBAG nº 30/2014 e Of. GLPMDB nº 60/2014).
17. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
18. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (7)	
Senador José Pimentel (PT) (4)	1. Senador João Capiberibe (PSB) (5)
Senador Anibal Diniz (PT) (4)	2. Senadora Angela Portela (PT) (5)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (4)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) (1)	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) (1)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (1)	2. Senadora Ana Amélia (PP) (1)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (1)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) (1)
Senador Francisco Dornelles (PP) (1)	4. Senador Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (6)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (3)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Gim (PTB) (2)	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

3) CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Finalidade: Estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma do Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
RELATOR:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:

Relatórios Parciais - prazo final: 16/05/2014
Designação: 30/04/2014
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 23/05/2014
Parecer Final da Comissão - prazo final: 30/05/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Senador Humberto Costa (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.

4) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (3,6)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (5)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (7)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (6)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

6) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarajá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas (Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS
Senador Anibal Diniz (PT)
Senador Jorge Viana (PT)
Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:
*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS
Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
***********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
************. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*************. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**************. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

8) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013
Prazo final prorrogado: 28/05/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 23.04.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 3, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de maio de 2014.
1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

9) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013
Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Eduardo Braga (PMDB)
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Humberto Costa (PT)
VAGO (2)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:
*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013.
**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.
***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.
****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.
*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.
******. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.
1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.
2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (13,68,94)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (61,10,14)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Gleisi Hoffmann (PT) (90)	4. Humberto Costa (PT) (57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
VAGO (60,87)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (60,17,22)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) (60,83)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (26,27,60,3,7,16)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (60,11,12,18,20)	9. Benedito de Lira (PP) (60,5)
Kátia Abreu (PMDB) (25,43,44,55,59,60,82,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (93)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (56,1)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Vicentinho Alves (SD) (56,95,96,2)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30,79,81,85,88)	5. Wilder Morais (DEM) (40,4,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (29,45,94)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)
Cidinho Santos (PR) (26,27,28,53,67,91,92)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)	4. VAGO (67,77,80,84,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).

84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).
93. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
94. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
95. Vaga cedida temporariamente ao SD (Of. nº 34/2014-GLPSDB).
96. Em 29.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Aécio Neves (Ofício nº241/2014-GSVALV).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (6)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. VAGO (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (5)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

4. Em 25.03.2014, vago em virtude de o Senador Jader Barbalho não pertencer mais à Comissão de Assuntos Econômicos (Of. nº 32/2014 - CAE).

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (1,11)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. VAGO (9)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (10)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
10. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
11. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Cidinho Santos (PR) (2,3)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
3. Em 25.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente na Subcomissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. nº 35/2014 - CAE).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (2)

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos(Of. nº 254/2013/CAE).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (8,42,60)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Ana Rita (PT) (57)	4. Wellington Dias (PT) (57)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (35,23)	1. VAGO (35,55,6,17,23,30)
Roberto Requião (PMDB) (35,37,2,23)	2. VAGO (35,49,23,30)
Casildo Maldaner (PMDB) (35,3,4,23)	3. Eduardo Braga (PMDB) (35,23,30)
Vital do Rêgo (PMDB) (35,23)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (35,37,23,30)
João Alberto Souza (PMDB) (35,23)	5. Romero Jucá (PMDB) (35,23,30)
Ana Amélia (PP) (35,14,15,16,21,23)	6. Benedito de Lira (PP) (35,10,23,30)
Paulo Davim (PV) (35,23,25,30)	7. Sérgio Petecão (PSD) (35,23,30)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (59)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (34,9,11,13)
José Agripino (DEM) (34,40,43,44,7,9)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM) (50,52,54,56)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (22,27,60)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (38,41,45,46,31)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) (41,24)
Gim (PTB) (39,41,47,48,51,53,58,28,29,32)	3. VAGO (41,19,20,33)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
*********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG)
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).
59. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
60. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (77)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (77)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (23,82,118)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (87,89,9)
Gleisi Hoffmann (PT) (110,54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (75,7,9)
Anibal Diniz (PT) (74,6)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) (114,115,32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Paulo Paim (PT) (91,93,108)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Ana Rita (PT) (92,116)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (76,39,50)	1. Ciro Nogueira (PP) (76,94,98,2,4,16,20,27,39,50)
Vital do Rêgo (PMDB) (76,1,15,39,50)	2. Roberto Requião (PMDB) (76,3,16,36,39,46,50)
Pedro Simon (PMDB) (76,39,50)	3. Sérgio Petecão (PSD) (76,119,13,16,39,50,52,53,63,64)
Ricardo Ferraço (PMDB) (76,109,111,39,50)	4. Clésio Andrade (PMDB) (76,14,16,39,50)
Luiz Henrique (PMDB) (76,20,39,50)	5. Valdir Raupp (PMDB) (76,39)
Eunício Oliveira (PMDB) (76,103,105,26,39)	6. Benedito de Lira (PP) (76,39)
Francisco Dornelles (PP) (76,39)	7. Waldemir Moka (PMDB) (76,106,107,39)
José Sarney (PMDB) (73,76,120,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) (73,76,104,29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Lobão Filho (PMDB) (88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (117)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (71,22)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,72,99,100)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,85,11)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (38,59,118)	
Armando Monteiro (PTB) (81)	1. Gim (PTB) (80,81,5,45,65)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (81,83,84,62)	2. Eduardo Amorim (PSC) (79,81,10,45)
Magno Malta (PR) (81)	3. Cidinho Santos (PR) (81,112,113,19,21,34,35,66,67)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (81,90,101,47,48)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL, determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão(Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim(Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim(OF. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias(OF. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita(Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).
114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).
116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias(OF. nº 028/2014-GLDBAG).
117. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
118. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
119. Em 30.04.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 94/2014-GLPMDB).
120. Em 30.04.2014, o Senador José Sarney é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 95/2014-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (15,68,90)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) (30,82)
João Capiberibe (PSB) (80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
José Sarney (PMDB) (41,60,88)	1. Eduardo Braga (PMDB) (2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (41,44,60,87,88)
Eunício Oliveira (PMDB) (17,41,60,74,84)	5. Pedro Simon (PMDB) (41,44,75)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (20,41,44)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PMDB) (41,44,60,81)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (89)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (39,48,90)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
Gim (PTB) (66,71,72,73,77)	2. João Vicente Claudino (PTB) (1,40,66,67)
VAGO (11,24,66,79,86)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (34,35,57,66,73)
VAGO (24,58,66,83,85)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (49,50,56,65,66,83)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (OF. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014)

88. Em 3.4.2014, o Senador José Sarney é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. nº 72/2014-GLPMDB).
89. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
90. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (11,64,87)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) (77,80)	5. Delcídio do Amaral (PT) (60,76,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. VAGO (37,38,47,48,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57,85)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) (9,10,19,21,55,75)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (86)	
Alvaro Dias (PSDB) (50,52,72,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. Mário Couto (PSDB) (23,45,74,84)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (33,40,87)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65,82)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. Cidinho Santos (PR) (39,59,65,69,70,71,83)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.19/2014-BLUFOR)
84. Em 25.3.2014, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 21/2014 - GLPSDB).
85. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
86. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
87. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (3,17)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO (7,15)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (2,24)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,21,22)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (23)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
23. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
24. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
VAGO (1,3,4,7,15)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (8)	
Blairo Maggi (PR) (5,9,12)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB)	
Anibal Diniz (PT) (2)	1. Jorge Viana (PT) (2)
VAGO (2,4)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) (2)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (6)	
Cícero Lucena (PSDB) (2)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) (2)	1. Blairo Maggi (PR) (2,5)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).
4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).
5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (85,14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (10,37,38,72)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
Roberto Requião (PMDB) (58,67,75)	1. VAGO (6,8,25,32,58,75,81)
VAGO (2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (16,30,58,62,74,76)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
Lídice da Mata (PSB) (74,76,78)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (84)	
VAGO (3,7,15,34,44,61,71)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (85,41,49)	
Magno Malta (PR) (1,54,65)	1. João Vicente Claudino (PTB) (45,53,65,79)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (63,65,79,80)
Marcelo Crivella (PRB) (65,73,82,83)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivela é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (2,9)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (8)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
8. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
9. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (2)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (3)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (2)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

3. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (7,48,64)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,6)	3. Gleisi Hoffmann (PT) (60,3)
Anibal Diniz (PT) (44,5,8,9)	4. Marcelo Crivella (PRB) (17,18,61,62)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (40,57)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (21,28,32,33,40,12,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (63)	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (38,2)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (30,45,55,56,58,59,10)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (22,29,64)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,46,47)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) (19,20,37,47,54)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).

61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 26/2014 - GLDBAG e Of. nº 46/2014 - BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (3,17)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (2,4,13,15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (5,6,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (2,14)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (3,4,11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (13)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
12. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
13. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
14. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (6,27)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) (11,12,24,25)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. VAGO (1,5,9,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (26)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
26. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
27. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (8,59,84)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) (19,20,80,82)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO (18,77)	6. Lídice da Mata (PSB) (67)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. VAGO (2,3,10,25,54,75)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PMDB) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54,71)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (83)	
Cícero Lucena (PSDB) (51,55,65)	1. Vicentinho Alves (SD) (51,85)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) (4,7,51,61,72)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37,68,70,74,76)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (24,40,84)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Cidinho Santos (PR) (35,45,57,60,78,79)	2. João Vicente Claudino (PTB) (60,66,81)
VAGO (34,60,62,63,69,73)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg(Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (OF. nº 18/2014 - GLDBAG)
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 25/2014 - GLDBAG e Of. nº 45/2014 - BLUFOR).
83. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
84. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
85. Em 23.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aécio Neves e cedida pela Liderança do PSDB (Ofs. 31/2014-GLPSDB e 235/2014-GSVALV).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (4)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO (2)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (3)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:
1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).
2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
3. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
4. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Altredo Nascimento como suplente (pleo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (15)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (14)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
14. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
15. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Cícero Lucena (PSDB) (3)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).
2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).
3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Of. 157/2013-CI).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (49,64,10)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PMDB) (42,57)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (63)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (64,29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (50,59)
Eduardo Amorim (PSC) (30,50,51,52,55,58,61,62)	2. VAGO (50)
VAGO (50,53,54,56,60)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (1,10)	
Wellington Dias (PT)	1. VAGO (8)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (9)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) (2,3,4,6,7)	1.

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
3. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
4. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
7. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Magno Malta não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
10. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (3,13)	
VAGO (9)	1. VAGO (6,7)
VAGO (5)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)	
Ana Amélia (PP)	1. Ivo Cassol (PP) (8,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (12)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (10)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
5. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
6. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
7. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Lobão Filho não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR)
10. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR)
11. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcante (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR).
12. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
13. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (2)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (1)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
2. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. VAGO (8)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (9)	
VAGO (3,6,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Cássio Cunha Lima não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (15,65,85)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) (7,10,22,23,57,80)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
VAGO (62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Sérgio Petecão (PSD) (12,13,19,21,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Ivo Cassol (PP) (17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) (31,59,61,62,75)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63,83)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (84)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM) (72,74,77,79)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (37,45,85)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Cidinho Santos (PR) (24,41,42,55,56,81,82)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*******. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo(Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).
83. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (38,48,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (10,12)
João Capiberibe (PSB) (8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Marcelo Crivella (PRB) (1,19,20,44,45)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (31,36)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. VAGO (5,6,13,15,35,43)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (47)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (30,37,46)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (48,21,24)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (3,16,39)	2. VAGO (16,29,39,41,42)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 27/2014 - GLDBAG e Of. nº 47/2014 - BLUFOR).
46. Em 1.4.2014, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente pelo Bloco da Minoria na Comissão (Of. nº 22/2014-GLPSDB).
47. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
48. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Luiz Henrique (PMDB) (2)	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) (2)	2.
Ana Amélia (PP) (2)	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (1,12)	
Cristovam Buarque (PDT) (3)	1. Lídice da Mata (PSB) (3)
Humberto Costa (PT) (3)	2. Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Walter Pinheiro (PT) (3,8)	3. Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (11)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1.
Wilder Morais (DEM) (7)	2. Maria do Carmo Alves (DEM) (6)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (12)	
Cidinho Santos (PR) (4,9,10)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (4)	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).
11. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
12. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefone(s): 3303-3487 (ou 2024)
E-mail: csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (1)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:
1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO (3)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) (2)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (2)	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
João Durval (BA) (3)
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (4)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 20/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (4)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
Acir Gurgacz (RO) (2)
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (3)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 26/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 26.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (4)
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (5)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 006/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes, conforme Of. nº 30/2014-BLUFOR, datado de 17.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (6)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (2)
PSB
João Capiberibe (AP) (4)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
Cidinho Santos (MT)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
VAGO (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (3)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
SD
Vicentinho Alves (TO)
PROS

Atualização: 09/04/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0012/2014, datado de 31.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 1º.04.2014
5. O Senador Paulo Davim foi eleito Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
6. O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito Vice-Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Cidinho Santos (MT) (5)
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (4)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada
André Lima (3)
Pesquisador com produção científica relevante
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303.5258 **Fax:**3303.5260

E-mail:scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) (10)
PT
Paulo Paim (RS) (11)
PSDB
Lúcia Vânia (GO) (8)
PTB
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
João Durval (BA) (7)
PSB
Lídice da Mata (BA) (12)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
PRB
VAGO (2,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (9)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (4)

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (14)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (14)

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES) (8)
PT
Paulo Paim (RS) (9)
PSDB
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz (RO) (1)
PSB
Lídice da Mata (BA) (2)
DEM
PR
Cidinho Santos (MT) (12)
PSD
Sérgio Petecão (AC) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (4)
PV
Paulo Davim (RN) (11)
PRB
VAGO (5,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (6)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (7)
SD

Vicentinho Alves (TO) (10)

Atualização: 19/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of.GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of.nº028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à **composição de 2014: OFN nº 10/2014**

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) [5]
1º Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) [5]
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) [5]
3º Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) [5]

Relator do PLDO / 2015: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)[7]
Relator do PLOA / 2015:
Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD / PV)**	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) [4]
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PSOL)**	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC / PRB)**	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Mozarildo Cavalcante (PTB/RR) [6]	2.
SD [1]	
Vicentinho Alves (SD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

6- Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

7- Nos termos do Of. Pres. N. 87/2014/CMO, do Presidente da CMO.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Márcio Macêdo (PT/SE)
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) [9]
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) [6]
Gastão Vieira (PMDB/MA) [6]	3. Hermes Parcianello (PMDB/PR) [11]
Sandro Mabel (PMDB/GO) [6]	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) [11]	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF) [12]
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2. Cesar Colnago (PSDB/ES) [16]
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dorner (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) [5]	3. Moreira Mendes (PSD/RO) [5]
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) [10]	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1. Carlos Melles (DEM/MG) [13]
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SD	
Henrique Oliveira (SD/AM) [8]	1. Benjamin Maranhão (SD/PB) [8]
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Paulo Wagner (PV/RN) [14]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) [7]	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) [7]
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1.Filipe Pereira (PSC/RJ) [15]

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL [1]	
Ivan Valente (PSOL/SP) [4]	Chico Alencar (PSOL/RJ) [4]

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.
4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SD.
9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
11- Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
12- Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
13- Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
14- Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
15- Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
16- Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Relator do PLOA / 2014:
Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador:

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Alfredo Sikis (PSB/RJ) [15, 20, 27, 39 e 40]
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) [15, 20, 27, 39 e 40]
Relator: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) [16, 20, 27, 39 e 40]

Instalação: 9-4-2014 [15, 20, 27 e 40]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23, 26 e 37]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
Inácio Arruda (PCdoB/CE) [22 e 36]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Valdir Raupp (PMDB/RO) [3, 14, 29, 33 e 35]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3, 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. Jayme Campos [2, 24 e 34]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. [6, 10, 28, 30, 31 e 32]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
Cidinho Santos (PR/MT) [38]	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício n° 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
32- - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
37- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
38- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
39- Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).
40- Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)
.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Colbet Martins (PMDB/BA) [2 e 22]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. Felipe Bornier (PSD/RJ) [14 e 25]
Thiago Peixoto (PSD/GO) [14 e 25]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 e 20]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [2 e 20]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) [2 e 21]	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) [2 e 21]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE) [2, 18 e 24]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) [2, 17 e 23]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13, 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1. [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
23- Designado o Deputado Alfredo Syrkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
24- Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
25- Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT)[3, 6, 7, 8 e 9]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL [2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Oswaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [4, 10]
Vice-Presidente: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) [4, 10]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) [6]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) [1]
LÍDER DA MAIORIA VICENTINHO (PT-SP)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) [2]
LÍDER DA MINORIA DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** WILDER MORAIS (DEM-GO) [3 e 7]
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA NELSON PELLEGRINO (PT/BA) [12]	**SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) [5]
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR)[9]	**SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA**
DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) [11]	**SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) [8]

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Morais como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.

9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.

10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.

11- Em 7-4-2014, o Deputado Hogo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.

12- Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Comissões (SCOM)
Diretor: Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefones: (61) 3303-3487 / 3303-4440
E-mail: scomgab@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados [1]

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD/PV)**	
Kátia Abreu (PMDB/TO) [5]	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) [5]
Ana Amélia (PP/RS) [5]	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) [5]
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [5]	3.
Paulo Davim (PV/RN) [5]	4.
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)**	
Ana Rita (PT/ES) [4]	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) [4]
Angela Portela (PT/RR) [4]	2. João Capiberibe (PSB/AP) [4]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [4]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [4]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
	1. Lúcia Vânia [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC/PRB)**	
Eduardo Amorim (PSC/SE) [6]	1. Gim (PTB/DF) [6]
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) [6]	2.
PROS [2]	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados [1]

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD/PV)**	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)**	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC/PRB)** [2]	
	1.

Notas:
1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Vice-Presidente: Deputado André Vargas
Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5, 13]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)[1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios n[os] 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) [1]	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) [1]
Luiz Pitiman (PSDB/DF)[1]	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) [1]	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) [1]
DEM	
Augusto Coutinho (SD/PE) [1]	1. João Bittar (DEM/MG) [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho (SD/DF) [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 [3]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [4]
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 [5]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]
Prazo Final: 30-9-2013 [4]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [6]
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 [13]

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes[7]
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) [9]
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) [10]
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	Esperidião Amin (PP/SC) [12]
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG)[14]
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ)[14]
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA)[14]
João Maia (PR/RN) [5 e 9]	Benedita da Silva (PT/RJ)[14 e 15]

Senado Federal

Titulares	Suplentes [7]
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) [7 e 8]
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) [7]
Walter Pinheiro (PT/BA) [12]	Ruben Figueiró (PSDB/MS) [11]
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) [5 e 7]	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8- Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Partido da Social Democrático– PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10- Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
11- Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
12- Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.
14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.
15- Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados [1]

- Leitura: 15-4-2014
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Notas:
1- Duas vagas acrescida ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 3, de 2014-CN)

Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa "SMB Offshore"; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrôs e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municiais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados [1]

- Leitura: 15-4-2014
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Notas:
1- Duas vagas acrescida ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA Vicentinho (PT/SP)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Domingos Sávio (PSDB-MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Wilder Morais (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Vicente Candido (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: http:/www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn
E-mail: sglcn@senado.gov.br
Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes) [1]
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Endereço na Internet: http:/www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn
E-mail: sglcn@senado.gov.br
Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

Coordenador: Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Coordenador: Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	JANETE PIETÁ [13]
IARA BERNARDI [14]	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO [3,10]
Vago [12]	
Vago [4]	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
PAULO FOLETTO [5]	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV, PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PC DO B	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PtdoB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM [8]
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ [5]
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES [5]	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS [7]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI [11]	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE [9]	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 11.4.2014)

Notas:

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2-- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado o seu afastamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.

5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

6- Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13.09.2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão do Senado Federal de 10.09.2013.

8-- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09. 2013, nos termos dos Ofícios. nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of.nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.

11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª aposta no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.

12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

13- A Deputada Janete Pietá foi designada para ocupar a vaga de suplente do Partido dos Trabalhadores, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 17, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 30.04.2014.

14- A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política

Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro

Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 358 páginas

(O.S. 11896/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL